

Universidade de Brasília - UnB

Maria Lucia Lopes da Silva

**Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno
População em Situação de Rua no Brasil
1995-2005**

Brasília - DF

2006

Maria Lucia Lopes da Silva

**Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno
População em Situação de Rua no Brasil
1995-2005**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Política Social. Área de concentração: Estado, Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivanete Boschetti.

Brasília - DF

2006

S586m Silva, Maria Lucia Lopes da.
Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno
população em situação de rua no Brasil 1995-2005 / Maria
Lucia Lopes da Silva ; Ivanete Salete Boschetti Ferreira. -
Brasília, 2006.
220 f. ; 30 cm

Inclui bibliografia

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de
Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006.

1. Trabalho. 2. População em situação de rua.
3. Capitalismo. 4. Pobreza. 5. Reestruturação produtiva. 6.
Superpopulação relativa. 7. Exército industrial de reserva. I.
Ferreira, Ivanete Salete Boschetti (orient.) II. Título.

CDU 316.34(81)(043)

MARIA LUCIA LOPES DA SILVA

**Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População
em Situação de Rua no Brasil**

1995-2005

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Política Social. Área de concentração: Estado, Políticas Sociais e Cidadania.

Aprovada em 18 de dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ivanete Salete Boschetti Ferreira
(Orientadora – SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Elaine Rossetti Behring
(Convidada externa – UERJ)

Prof^a. Dr^a. Rosa Stein
(Membro Titular – SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Marlene Teixeira
(Membro Suplente – SER/UnB)

Ao Fernando,

Jovem inteligente, que consegue combinar sensibilidade e consciência crítica à luta em favor de cidadania e condições dignas de vida para as pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis. Ele que percorreu as ruas da cidade de Belo Horizonte no ventre materno, na infância, na adolescência e na fase adulta, insistindo com sua mãe, usufruir o direito à vida. Nesse percurso, conheceu as dores e as angústias de quem faz da rua o espaço de moradia e sustento. Deste modo, ainda que traga marcas desta trajetória inconclusa, que o tornam eventualmente ambíguo em suas escolhas, a sua insistência em viver como cidadão, acessando os direitos sociais e compartilhando esse acesso com todos àqueles que se encontram na mesma condição social em que ele se encontra, o fez articulador do movimento de população em situação de rua e de catadores de materiais recicláveis, em sua comunidade - ocupação Antonio Carlos, em Belo Horizonte. A esperança e a ousadia presentes em sua vida, associados a sua trajetória, o tornam a síntese daqueles que estiveram presentes em minha vida profissional e em minha mente durante a elaboração deste trabalho: as pessoas em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis do Brasil. Por isso, esta dedicatória!

AGRADECIMENTOS

Ao **Universo**, pela acolhida e harmonia com a vida.

Aos meus **pais, irmãos e sobrinhos** pela imensa torcida.

Às queridas **Lorena e Germana**, pelo apoio, compreensão e carinho na reta final.

Às amadas sobrinhas: **Kafka, Gilka e Grazi**, tão longe e tão presentes nesta empreitada.

Às queridas amigas: **Camile, Marinete e Zezé**, esta conquista é nossa! Amo vocês!

À **Vitória**, pelo entusiasmo e incentivo permanente.

À minha querida orientadora **Ivanete**, que com seu jeito peculiar de ser, ensinou-me as dores e as delícias da elaboração de um trabalho científico.

Aos queridos **Rafael** (Roda Vida – Recife) e **Edvânia** (Raio de Luz-Recife), com quem aprendi que muitas vezes, um pouco de amor é o suficiente para iluminar uma vida.

À **Elaine Behring** e **Rosa Stein**, titulares da **Banca Examinadora**, pelas contribuições oferecidas e pelo profissionalismo, compreensão e respeito com que receberam este trabalho.

Ao **Movimento Nacional de População de Rua**, representado por **Sebastião** (SP), **Anita** (BH) e **Valter** (BH), pela ousadia. Pois, mesmo sabendo que, “*historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa*” (Anderson, 1995:23), o caminho da organização é promissor.

Aos companheiros do **Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**, nas pessoas de **Roberto** (SP), **Severino** (RN) e **Luiz Henrique** (BH), pela oportunidade de convivência, crescendo juntos e compartilhando parte das lutas e conquistas alcançadas.

Aos queridos amigos e colegas de trabalho da **Prefeitura do Recife**, especialmente aos companheiros **João Paulo** e **Múcio Magalhães** e aos colegas do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, com os quais aprendi e compartilhei a construção de travessias, em veredas espinhosas, no esforço de acertar na elaboração e implementação de políticas públicas dirigidas à população em situação de rua, naquela cidade.

Aos técnicos, assessores, dirigentes de entidades, professores, estudiosos e pesquisadores, que dedicam parte de suas vidas ao trabalho dirigido às pessoas em situação de rua e conhecem bem a escassez de fontes documentais sobre essa população e, de forma tão carinhosa e prestativa, ofereceram-se seus arquivos pessoais para que esta pesquisa fosse enriquecida: **Edy** (SP), **Adriana** (RJ), **Regina Manoel** (SP), **Regina Coeli** (BH) **Cristina Bove** (BH), **Antonieta** (SP), **Borin** (SP), **Silvia Schor** (SP), **Cleisa Rosa** (SP), **Daniel De Lucca** (SP) e **Alderon** (SP). Sem a ajuda de vocês, este trabalhado não teria existido.

Ao **Antonio** e **Débora**, assessores do MNCR, pela permanente disponibilidade em contribuir.

Aos colegas do MDS, **Beatriz**, **Maura**, **Solange**, **Adriane** e todos os servidores lotados no Departamento de Benefícios, pela solidariedade nos momentos decisivos desta construção.

À Maria Augusta, pelo grande apoio em intervalo de tempo tão pequeno!

Ao **MDS**, nas pessoas de Ana Lígia, Marlene e Russo pelas possibilidades oferecidas de aperfeiçoamento profissional.

Aos Professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Política Social pelas trocas estabelecidas no decorrer do curso e aprendizado obtido.

Aos funcionários do Departamento de Serviço Social, da UnB, sempre disponíveis: **Domingas**, **Rafael**, **Angélica**, **Djair**, **Idélia** e **Rafael Ayan**.

O capital não tem (...) a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício do trabalho levado até à completa exaustão responde: porque nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nossos lucros? (Marx, 1988a: 306)

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a apontar relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005. Nessa perspectiva, analisa o trabalho em seu duplo significado, segundo a visão marxiana: como atividade dos seres humanos na construção de respostas às suas necessidades, em qualquer forma social; e, na condição em que se realiza na sociedade capitalista, com a função de criar o valor das mercadorias. Nesta condição, é considerado no contexto das transformações promovidas pelo capitalismo, em anos recentes. Além disso, traz uma caracterização do fenômeno e da população em situação de rua; mostra um perfil contemporâneo dessa população e indica relações que desenvolve com as políticas sociais no Brasil. Ao considerar esse fenômeno uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, vinculado à formação de uma superpopulação relativa, analisa-o, no período estudado, comparativamente às mudanças recentes no mundo do trabalho, mediante relação entre variáveis do perfil contemporâneo da população em situação de rua e variáveis das particularidades na formação do mercado de trabalho no Brasil, das mudanças na composição ocupacional e da estrutura do desemprego. A pesquisa realizada teve natureza exclusivamente documental e buscou generalizar análises sobre a população em situação de rua no Brasil, assim, utilizou-se como principais fontes de dados e informações as pesquisas realizadas sobre esse grupo populacional em quatro grandes metrópoles brasileiras: Porto Alegre (em 1995 e 1999), Belo Horizonte (em 1998 e 2005), São Paulo (em 2000 e 2003) e Recife (em 2004 e 2005). O percurso teórico-metodológico realizado possibilitou a confirmação da hipótese da qual se partiu: o fenômeno população em situação de rua é uma síntese de múltiplas determinações. Nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, a partir da relação entre o capital e o trabalho. No Brasil, no período entre 1995 e 2005, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a expansão de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, aprofundaram as desigualdades sociais e elevaram os níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno.

Palavras Chaves: Trabalho, população em situação de rua, capitalismo, pobreza, reestruturação produtiva, superpopulação relativa, exército industrial de reserva.

ABSTRACT

This dissertation proposes to show the relations between the recent changes in the world of labor and the phenomenon of homelessness in Brazil, in the period between 1995 and 2005. In this perspective, it analyses the labor in its double meaning, according to the Marxist view: as an activity of human beings in the building up of responses to their needs in every social way; and, in the condition it happens in the capitalist society, with the function to create the values of the goods. In this condition, it is considered in the context of transformations promoted by the capitalism in the recent years. Besides, it brings a characterization of the phenomenon and of the homeless population; shows a contemporary profile of this population and indicates relations that develop with the social policies in Brazil. Considering this phenomenon as a radical expression of the social question in the contemporaneity, linked to a formation of relative superpopulation, it analyses it, in the studied period, comparatively with the recent changes in the world of labor, by the relation between variables in the contemporary profile of the homeless population and variables of the particularities on the formation of the work market in Brazil, of the changes on the occupational composition and of the structure of the unemployment. The research had an exclusive documental nature and it aimed to generalize analysis about the population living in the streets in Brazil. Thus, the main sources of data searched were researches about this populational group in four big Brazilian cities: Porto Alegre (in 1995 and 1999), Belo Horizonte (in 1998 and 2005), São Paulo (in 2000 and 2003) and Recife (in 2004 and 2005). The methodological and theoretical path confirmed the starting hypothesis: the phenomenon of homelessness is a synthesis of multiple determinations. In capitalist societies, its production and reproduction are linked to the inherent processes of the capital accumulation, from the relation between capital and labor. In Brazil, between 1995 and 2005, the changes in the world of labor contributed to the enlargement of a relative superpopulation or industrial reserve army, widened the social inequalities and increased the levels of vulnerability of the working class, placing the relation with the labor in the center of the determinations of the phenomenon.

Key-words: labor, homeless population, capitalism, productive restructuring, relative superpopulation, industrial reserve army.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR SEXO: PORTO ALEGRE - 1995/1999 BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE - 2004/ 2005.....	113
TABELA 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR FAIXA ETARIA PREDOMINANTE: PORTO ALEGRE -1995/1999 BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE -2004/ 2005.....	116
TABELA 3 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR ESCOLARIDADE: PORTO ALEGRE -1995/1999 BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE -2004/ 2005.....	118
TABELA 4 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR ORIGEM: PORTO ALEGRE - 1995/1999 BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE - 2004/ 2005.....	121
TABELA 5 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, TEMPO NA RUA: PORTO ALEGRE - 1995/1999, BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE - 2004/ 2005.....	124
TABELA 6 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO - 1940-1980 (EM%).....	159
TABELA 7 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO - 1980/1990 (EM%).....	159
TABELA 8 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO: MÉDIA MENSAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE – 2003, 2004, 2005 EM%).....	163
TABELA 9 - EMPREGOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE – 1985 – 1990 – 1995 - 2000 – 2002).....	168
TABELA 10 – BRASIL: EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR SETOR ECONÔMICO NOS ANOS DE 1940, 1970 e 1990 (EM %).....	169
TABELA 11 - BRASIL: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991-2002 (MÉDIA ANUAL) (%).....	173

QUADRO 1 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA , RELAÇÕES COM O TRABALHO ANTERIOR E NA SITUAÇÃO DE RUA: PORTO ALEGRE -1995/1999, BELO HORIZONTE – 1998/ 2005, SÃO PAULO – 2000/ 2003, RECIFE -2004/ 2005.....128

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAP's - Caixas de Aposentarias e Pensões

CIT - Comissão Intergestora Tripartite

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIPE –Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (São Paulo)

FMI – Fundo Monetário Internacional

GESST – Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IASC – Instituto de Assistência Social e Cidadania (Recife –PE)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (Belo Horizonte)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LBA – Legião Brasileira de Assistência Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPS – Ministério da Previdência Social

M T E – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PCI- Programa de Competitividade Industrial

PEA – População Economicamente Ativa

PICE - Política Industrial e de Comércio Exterior

PIS – Programa de Integração Social

PLANFOR - Programa Nacional de Qualificação do Trabalho

PME –Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC/Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais

PPGPS - Programa de Pós-Graduação em Política Social

RM – Região Metropolitana

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAS/SP – Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo

SER - Departamento de Serviço Social (UnB)

SENARC – Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (MDS)

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social (Belo Horizonte)

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	30
1. O trabalho humano: seus sentidos, lugar na sociedade e mutações recentes.	30
1.1. Os sentidos do trabalho e a sua centralidade no mundo dos homens	31
1.2. A reestruturação produtiva e as mutações recentes no mundo do trabalho	49
1.3. A reestruturação produtiva no Brasil e os seus impactos no mundo do trabalho.....	63
CAPÍTULO II	71
2. Caracterização do fenômeno e da população em situação de rua	71
2.1. Condições histórico-estruturais de origem e reprodução do fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas.....	72
2.2. Caracterização do fenômeno população em situação de rua.....	82
2.3. Características gerais da população em situação de rua	95
CAPÍTULO III	107
3. A população em situação de Rua no Brasil no período entre 1995 e 2005: perfil e relação com as políticas sociais	107
3.1. Perfil da população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005	107
3.2. Relação com as políticas sociais	133
CAPÍTULO IV	151
4. Manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005	151
4.1. Particularidades na formação do mercado de trabalho e suas repercussões no fenômeno população em situação de rua no Brasil.....	152
4.2. As mudanças na composição ocupacional e seus reflexos no perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil.....	165
4.3. Multifaces do desemprego refletidas no perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil	172
4.4. O crescimento da informalidade e a sua incidência sobre o fenômeno população em situação de rua no Brasil.....	178
4.5. Os limites de proteção social aos desempregados e subempregados: repercussões no fenômeno população em situação de rua	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
Referências Bibliográficas	207

INTRODUÇÃO

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas todas as relações da sociedade. Marx e Engels.¹

As duas últimas décadas do século passado e o início deste novo milênio foram marcados por profundas transformações provocadas pelo capitalismo. O trabalho ocupou o centro dessas transformações. Nos países do capitalismo avançado, a reestruturação produtiva, a reorientação das funções do Estado e a financeirização do capital, desde o decênio de 1970, desenvolveram-se como estratégias básicas de apoio ao padrão de acumulação que se formou, para fazer frente à crise do capitalismo desencadeada mundialmente, a partir dessa década.

A reestruturação produtiva teve como diretriz a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, na esfera da produção e das relações sociais. Foi a estratégia fundamental na determinação das mudanças no mundo do trabalho, cujas manifestações se traduzem, principalmente: em um novo modo de organizar a produção, baseado em métodos e processos de trabalho sustentados na automação de base microeletrônica; em novas formas de gestão da força de trabalho, direcionadas para a busca da conciliação de classes; na diminuição da criação e oferta de postos de trabalho e, em relações e condições de trabalho precarizadas, fundadas na desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Esse quadro repercutiu na classe trabalhadora como novas exigências à sua capacidade de defender os direitos dos trabalhadores e de dar respostas ao capital, em face do novo padrão de acumulação estabelecido e da necessidade de garantir a sua subsistência. Assim, repercutiu na composição da classe, que passou a ser mais heterogênea; na exigência de um perfil de trabalhador capaz de desenvolver simultaneamente diversas atividades, operar várias máquinas e de utilizar intensamente a sua capacidade intelectual, em favor do capital. Repercutiu ainda, no aprofundamento do desemprego e do trabalho precário entre os trabalhadores; na redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho, refletida no arrefecimento das lutas e na diminuição do poder de pressão do movimento sindical. Nesse contexto, formou-se uma massa populacional economicamente ativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo, o que Marx (1988b) denomina superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Op. cit. 2004. p. 14.

Nos países de capitalismo periférico, a reestruturação produtiva e as mudanças no papel do Estado ocorreram em níveis, formas, ritmos e épocas diferentes, de acordo com suas características econômicas, políticas e sociais. Mas, em quaisquer circunstâncias, a partir da década de 1970, desenvolveram-se em condições subordinadas às regras criadas pelos países centrais, principalmente por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), em decorrência da gigantesca dívida externa desses países. As manifestações e efeitos desses processos, na essência, são similares àqueles percebidos nos países do capitalismo avançado, geralmente sendo mais acentuados em seus efeitos maléficos à classe trabalhadora.

O Brasil não fugiu a esse padrão. Realizou o seu ajuste estrutural, sobretudo entre a segunda metade da última década do século XX e o início deste novo milênio, tendo como metas a reestruturação produtiva, a reorientação do papel do Estado a financeirização do capital, sob diretrizes neoliberais. O ajuste, sob condições subordinadas, provocou mudanças no mundo do trabalho, cujos efeitos mais evidentes são o agravamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores. Esses efeitos produziram uma expressiva superpopulação relativa que alimentou a elevação dos níveis de pobreza e graus de vulnerabilidade da classe trabalhadora.

Nesse contexto, tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do país. indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza marcam fortemente o cenário das ruas das cidades, na luta pela sobrevivência. Essa conjuntura fortaleceu e atribuiu relevância à indagação central que orientou este trabalho: Que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005? Investigá-las constituiu o cerne do objeto de pesquisa.

A hipótese da qual se partiu indica que o fenômeno população em situação de rua é uma síntese de múltiplas determinações. Nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa, a partir da relação entre o capital, como processo inerente à acumulação do capital. No Brasil, no período entre 1995 e 2005, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, aprofundaram as desigualdades sociais e a pobreza, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno.

O percurso realizado para elucidar o objeto da pesquisa - as relações entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil no

período entre 1995 e 2005, assentou-se em um referencial teórico-metodológico que compõe o corpo desta dissertação, cujos eixos norteadores sucintamente resgatados nesta introdução, formaram-se a partir do tema população em situação de rua e das categorias teóricas: trabalho, questão social, superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, pobreza e Estado.

A categoria **trabalho** ocupa lugar central no trato teórico do objeto da pesquisa. É analisada, a partir da visão marxiana, em seu duplo significado: em seu processo de realização como atividade dos seres humanos na construção de respostas às suas necessidades, em qualquer forma social, sendo considerado atividade central na vida e na história da humanidade; e, nas condições em que se realiza na sociedade capitalista, em que é visto como gerador do valor das mercadorias e instrumento de valorização e materialização do poder do capital. Sob esse prisma, as mutações recentes no mundo do trabalho, traduzidas em suas manifestações e efeitos, são tratadas como processos desencadeados pelo capital para atender as suas necessidades de acumulação. Nessa direção, a categoria é cercada teoricamente, a partir de algumas indagações como as que se seguem: Quais os significados do trabalho na vida dos seres humanos? Que lugar ocupa na sociedade? Na contemporaneidade, o trabalho perdeu sua centralidade no universo das atividades humanas? O trabalho ainda é um elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade?

O diálogo em torno dessas e outras indagações referentes ao trabalho foi desenvolvido, sobretudo com Marx e Engels, contando com o apoio das idéias de autores contemporâneos como David Harvey, Ricardo Antunes, Jorge Mattoso, Márcio Pochmann, Giovanni Alves, Ana Elizabeth Mota, Elaine Behring, Marilda Iamamoto, Sara Granemann, entre outros, particularmente no que se refere à condição do trabalho em anos recentes.

Desse modo, à luz do pensamento de Marx e Engels² pode-se dizer que, o trabalho em seu processo de realização, é atividade transformadora da natureza desenvolvida pelos seres humanos, de modo consciente, orientada para o fim de atender as suas necessidades. Sejam as necessidades de garantia de subsistência e reprodução da vida material, ou outras necessidades sociais historicamente construídas. Assim, ao produzir valores-de-uso é condição vital do gênero humano, em quaisquer formas de sociedade. É central na história da humanidade e indispensável à manutenção da vida, além de ser estruturante da sociabilidade.

Como uma ação transformadora da natureza, a produção ocorre em dadas condições históricas, sustentada por relações que os seres humanos desenvolvem entre si no curso de

² Todas as obras dos dois autores citadas nas referências bibliográficas foram utilizadas no debate.

sua realização, o que a torna, simultaneamente, uma produção social e histórica, que produz objetos materiais e relações sociais entre pessoas, grupos e classes sociais. Como o processo de produção, em qualquer forma social, é contínuo e percorre periódica e ininterruptamente as mesmas fases, é também um processo de reprodução material dos seres humanos e da sociedade. Como diz lamamoto, apoiada em Marx:

O trabalho é, pois, uma atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material (...) aquela reprodução envolve a vida material, **mas ao trabalharem os homens estabelecem relações entre si, portanto, relações sociais.** Quando se fala em produção/reprodução da vida social, não se abrange apenas a dimensão econômica – freqüentemente reduzida a uma óptica economicista - , mas a **reprodução social de indivíduos, grupos e classes sociais** (lamamoto, 2005: 26, grifos da autora)

Nessa condição, o trabalho é uma marca distintiva do seres humanos. É criador de objetos úteis aos seres humanos no atendimento de suas necessidades. Este é o sentido do trabalho como atividade técnica no processo de sua realização.

Mas, na visão marxiana, na sociedade produtora de mercadoria, o trabalho materializado na mercadoria possui duplo significado. Além de criador de objetos úteis, de valores-de-uso, é também criador do valor das mercadorias, como trabalho humano igual ou abstrato. Assim,

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo, etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadoria, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuem dupla forma, àquela forma natural e a de valor.(...) As mercadorias (...), só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano (Marx, 1988a:54-55).

Desse modo, nas condições em que se realiza na sociedade capitalista, o trabalho é subvertido em seu sentido mais fundamental, de realização do ser humano, assumindo a forma de trabalho assalariado, alienado, fetichizado. No capitalismo, a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital.

Na contemporaneidade, a despeito da reestruturação produtiva e de seus efeitos no mundo do trabalho, na redução de postos de trabalho e na formação da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo, o trabalho mantém sua centralidade na sociedade, sendo determinante na estruturação das relações sociais.

Outro patamar indispensável ao tratamento do objeto da pesquisa são as matizes acerca do **fenômeno população em situação de rua**, presentes na caracterização do fenômeno e da população que o constitui. Considerado, uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam relevante na composição da pobreza nas sociedades capitalistas, esse fenômeno é abordado a partir de várias indagações que

orientaram as reflexões sobre o tema, entre as quais se encontram: Quais as principais características do fenômeno e da população em situação de rua? Em que condições histórico-estruturais esse fenômeno se origina? De que forma se reproduz? Onde se localiza a população em situação de rua, na composição da superpopulação relativa? Teria ela um lugar específico? Qual a noção ou referência conceitual que orienta este trabalho sobre este fenômeno? Por que, nesta pesquisa, se optou pela terminologia “população em situação de rua”, em detrimento de outra?

A caracterização do fenômeno em pauta inicia-se com um diálogo, com Marx, sobre a chamada acumulação primitiva, o pauperismo generalizado na Europa ocidental no século XVIII e a formação de uma **superpopulação relativa ou exército industrial de reserva** e as funções que lhe são designadas no modo de produção capitalista. Na seqüência, o debate volta-se para a análise e compreensão da **questão social** e suas expressões concretas na sociedade contemporânea. Sobre o assunto, o diálogo é desenvolvido com José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, em posição de concordância. No contraponto, ocorre a participação de Robert Castel e Rosanvallon, nas referências à chamada “nova questão social”, embora suas posições não sejam tomadas como norteadoras. O esforço em sintetizar as características principais da população em situação de rua conduziu ao debate sobre a categoria teórica **pobreza**, o qual se desenvolveu apoiado nas idéias de Marx, Marilda Iamamoto e Ivanete Boschetti, como idéias centrais que orientam o trabalho.

Desse modo, a história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo (Marx, 1988b). É nesse contexto que se origina, o fenômeno população em situação de rua. No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo, sua produção e reprodução ocorrem no processo de formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva que mantém a oferta e a procura de trabalho em sintonia com as necessidades de expansão do capital, como diz Marx: “A superpopulação relativa está sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. Ela mantém o funcionamento desta lei dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital” (Marx, 1988b:742). Assim, as condições

histórico-estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram a sua acumulação³, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. Ressalta-se porém, que no âmbito da superpopulação relativa, a população em situação de rua abriga-se, sobretudo, no pauperismo (*lumpen-proletariado*) ou no máximo, na população *estagnada* que se encontra ocupada, principalmente em ocupações precárias e irregulares. O pauperismo, na opinião de Marx:

Constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (Ibidem,p.747).

Assim, mesmo sendo uma síntese de múltiplas determinações, as causas estruturais do fenômeno população em situação de rua vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no processo de acumulação do capital.

Na contemporaneidade, o fenômeno assume características relevantes, destacando-se como uma expressão radical da **questão social**. Compreendê-lo nessa condição, exigiu o esforço do debate teórico sobre essa categoria, o qual se estruturou a partir de indagações, como: Que conceitos ou noções explicam a questão social? Que características básicas marcaram o contexto histórico em que o termo foi usado pela primeira vez? Que fundamentos sustentam a defesa da existência de uma “nova questão social” na contemporaneidade? Que bases teóricas sustentam os argumentos dos que a negam? Por que o fenômeno população em situação de rua constitui uma expressão radical da questão social na contemporaneidade?

A questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2005:27). A qual, segundo Iamamoto (ibidem), é inseparável das conformações assumidas pelo trabalho e localiza-se no campo das disputas de projetos societários, fundados em interesses de classes distintos, no que se refere às concepções e propostas de políticas econômicas e sociais. A autora crítica as visões da questão social como “disfunção⁴”, e “ameaça⁵” à ordem social, os fundamentos utilizados pelos

³ Sobre a expropriação da grande massa da população constituir-se a pré-história do capital e a forma de acumulação primitiva do capital ver: MARX, Karl. Op. cit.1988b. pp. 828-882, especialmente p. 879-882.

⁴ Rosanvallon é um dos autores para quem a expressão *questão social*, “criada no fim do século XIX, refere-se às disfunções da sociedade industrial emergente”. Ver:ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. p. 23.

⁵ Para Robert Castel “a questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto a capacidade de manter a coesão de uma sociedade”. Ver: CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Tradução: Iraci D. Poleti. *Coleção Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.41

defensores da “nova questão social⁶”, bem como às estratégias propostas de enfrentamento da questão social, no formato de programas concentrados no combate à pobreza. Suas idéias associam-se às de Zé Paulo Netto na composição do referencial teórico sobre esta categoria.

Para Zé Paulo Netto, o termo foi usado pela primeira vez, por volta de 1830, para referir-se ao pauperismo como fenômeno generalizado, no início do capitalismo industrial. Mas, ressalta que a qualificação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se com os seus desdobramentos sócio-políticos (Netto, 2004), ou seja, os pauperizados não aceitaram a situação e protestaram contra ela. Da mesma forma, para Lamamoto (2005), se a questão social é expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho, expressa também rebeldia, não se sendo um resultado natural da sociedade humana, mas uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. É, pois, inerente ao capitalismo. Esse, a cada fase de desenvolvimento, gera expressões da questão social consoantes à conformação assumida. Assim, não existe uma “nova questão social” na contemporaneidade, mas novas expressões da “velha” questão social.

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho. E, como tal é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas, principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa.

O debate sobre a **pobreza** foi orientado por algumas indagações, como as que se seguem: o que se denomina pobreza? Qual a gênese das desigualdades sociais e da pobreza? A distribuição equânime da riqueza social eliminaria a pobreza e as desigualdades sociais?

Alguns conceitos e noções sobre essa categoria teórica, apontados no diálogo que compõe o corpo desta dissertação, posicionam a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida no centro de suas determinações. Mas, não foi essa a referência conceitual adotada. Para Marx (1988b), na produção capitalista, o trabalhador encontra-se separado dos meios de produção e aliena sua força de trabalho ao capitalista, por um intervalo de tempo, assim, entra e sai do processo de produção na mesma condição, ou seja, por meio de sua força de trabalho

⁶ Castel e Rosanvallon defendem a existência de uma “nova questão social”. Os dois partem de fundamentos diferentes para explicá-la. Castel a justifica a partir do surgimento dos “supranumerários”, em face da crise, do que ele denomina sociedade salarial. Rosanvallon a justifica pela inadaptação de métodos para gerir o social, diante dos resultados da crise do Estado Providência. Ver: CASTEL, Robert. Op.cit.1998. e ROSANVALLON, Pierre.op.cit.1998.

produz a riqueza, que é apropriada privadamente pelo capitalista, mas continua desprovido de todos os meios para realizar essa riqueza em seu proveito. Essa condição é continuamente reproduzida, pois da mesma forma que o trabalhador produz constantemente a riqueza, sob a forma de capital, o capitalista produz a força de trabalho, sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução contínua é a condição necessária da produção capitalista. Assim sendo, com base nessa visão de Marx, infere-se que, na sociedade capitalista a pobreza decorre não apenas da não distribuição equânime da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores. É, pois inerente à estrutura social capitalista. Essa visão, que orienta este trabalho, também é expressa por Yamamoto, ao afirmar que:

A existência do trabalhador livre – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade - enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um pobre virtual.

Pobre enquanto inteiramente necessitado excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e aliado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência (Yamamoto, 2004:16, grifos da autora).

Destarte, a pobreza é imanente à ordem capitalista e só será eliminada, com a superação dessa estrutura social. A pobreza extrema definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza produzida socialmente é uma das condições caracterizadoras da população em situação de rua e ajuda a construir a noção sobre essa população que orientou a pesquisa e as reflexões desenvolvidas neste trabalho. Essa noção concebe a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saída das ruas.

Ressalta-se que a expressão *população em situação de rua* é usada neste trabalho, em detrimento de outras expressões, por ser considerada a mais apropriada para designar uma situação e condição social que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculadas à sociedade e condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação e condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital.

No que se refere à categoria **Estado**, sua conformação teórica no corpo da dissertação é orientada por indagações, como as seguintes: Na contemporaneidade, o Estado rompeu com o seu papel intervencionista? Que relações se processam entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e a reorientação do papel do Estado?

O diálogo sobre essa categoria se deu, sobretudo, com David Harvey, Vicenç Navarro e Elaine Behring. Assim, o Estado é compreendido como um produto da luta de classes, que representa primordialmente os interesses da classe dominante. Porém, incorpora as demandas da classe trabalhadora, explicitadas na luta de classes. Segundo Harvey (2004a), no capitalismo contemporâneo, não obstante o Estado tenha perdido alguns poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital, sua ação intervencionista não foi reduzida, ao contrário, a fim de atender aos interesses do capital sob os desígnios do neoliberalismo, o Estado penetra ainda mais fortemente em alguns aspectos da vida político-econômico, tornando-se mais intervencionista do que antes, tendo mudado apenas as áreas e/ou formas de intervenção. Portanto, a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho não podem ser vistas de forma dissociada da reorientação do papel do Estado, cujas diretrizes imbricam-se no propósito de atender aos interesses de expansão do capital.

Esse é o extrato do referencial teórico-metodológico, que compõe o corpo da dissertação e fundamenta o trato do objeto, o percurso para elucidá-lo e as reflexões desenvolvidas.

O objetivo geral desta dissertação é apontar relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005, o qual se fez acompanhado dos seguintes objetivos específicos:⁷ identificar as principais manifestações e efeitos das mudanças recentes no mundo do trabalho; obter aproximação com as características gerais do fenômeno da população em situação de rua no Brasil contemporâneo; mostrar o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil, com base no sexo, idade, gênero, escolaridade, tempo na rua, relações com a família; relações com o trabalho antes da situação de rua; relações com o trabalho na condição de rua; identificar as principais formas de trabalho precário relacionando-as com as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua no Brasil; comparar o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil com as mudanças na composição ocupacional e estrutura do desemprego; apontar indícios da expansão conjugada entre o desemprego, a informalidade e o fenômeno população em situação de rua no Brasil; e, identificar obstáculos enfrentados pela população em situação de rua no acesso às políticas sociais.

⁷ Todos os objetivos específicos são situados no período entre 1995 e 2005.

O percurso metodológico da pesquisa orientou-se pelas diretrizes do materialismo histórico dialético, priorizando-se o desvendamento das contradições entre o todo e as partes, com vista à compreensão da realidade à luz de sua contextualização histórica e do referencial teórico apontado anteriormente. A relação teoria /história permeou todo o processo, pois:

(...) até as categoria mais abstratas - precisamente por causa de sua natureza abstrata - apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (Marx,1982 apud Moreira: 07).

Buscou-se ir além do aparente, do empírico. Assim, o ponto de partida foi a aproximação com o objeto, inserido na realidade concreta, a partir da reunião de dados e informações já existentes sobre o mesmo. No empenho de desvendá-lo, estabeleceu-se um confronto da hipótese da qual se partiu, com a análise crítica dos dados e informações obtidos sobre o objeto, à luz do referencial teórico, cujos eixos principais foram recuperados anteriormente. Esse confronto orientou-se pelo esforço de abstração do sujeito, com vistas ao estabelecimento de uma relação dialética entre sujeito e objeto.

Como o objeto desta pesquisa são as relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, foram considerados dois aspectos para delimitar o período em que se buscou dados e informações. O primeiro aspecto foi o surgimento das principais manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil, com contornos mais bem definidos, somente a partir da segunda metade do decênio de 1990. O segundo aspecto foi a produção de dados e informações sobre a população em situação de rua nos grandes centros urbanos do país, que possibilitassem análises mais consistentes sobre o fenômeno, comparativamente às manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho no país. Uma análise prévia das fontes documentais mostrou a existência de pesquisas e estudos com essas características, realizadas por governos municipais em ação conjugada com universidades e outras instituições especializadas em pesquisas, no período entre 1995 e 2005, nas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife.⁸ Desse modo, foi feito um recorte temporal para a pesquisa, estabelecendo-se o período entre 1995 e 2005 como referência de tempo, para a busca de dados e informações. Isso não impediu o recurso eventual a dados e informações do início da década de 1990 e ano de 2006, quando relevante, subsidiariamente.

⁸ Porto Alegre: 1994 -1995 e 1998-1999 (pesquisas quantitativas e qualitativas); São Paulo: 2000 e 2003 (censo e caracterização socioeconômica, em 2000, e estimativa do número de pessoas em situação de rua e estudo socioeconômico, em 2003); Belo Horizonte: 1998 e 2005 (censo e estudo socioeconômico em 1998, pesquisa censitária de análise qualitativa, em 2005); Recife: 2004 e 2005 (levantamento censitário em 2004 e pesquisas censitárias de análise qualitativa, em 2005).

Assim, adotou-se duas fontes privilegiadas de dados e informações. Por um lado, as pesquisas censitárias e qualitativas sobre população em situação de rua, realizadas nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, no período entre 1995 e 2005⁹, por serem as únicas no país (que se tem conhecimento), que possuem características e fundamentos teórico-metodológicos afinados que possibilitam comparações entre si, permitindo generalizações e análises acerca das características e evolução temporal do fenômeno população em situação de rua, no contexto das mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil. Por outro lado, as fontes estatísticas e de estudos dos órgãos oficiais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico – IBGE (estatísticas) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (estudos e pesquisas), sem prejuízo de outras fontes, subsidiariamente. No caso do IBGE, destacaram-se os censos populacionais, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e as Pesquisas Mensais de Emprego – PME¹⁰ e variações, realizados no período entre 1995 e 2005, sem prejuízo de outros períodos, considerados na análise. No caso do IPEA, destacam-se os estudos e pesquisas sobre pobreza, desigualdade social, trabalho e renda, realizados no período referencial da pesquisa, além do Radar Social.

Além dessas fontes priorizadas na coleta de dados e informações, os documentos estatísticos produzidos por órgãos públicos ou privados, de abrangências internacional, nacional, regionais, estaduais ou municipais, produzidos por estudiosos e pesquisadores individualmente, cujos impactos repercutiram no período estudado, foram utilizados como fontes de dados e informações. Da mesma forma o foram, os regulamentos de políticas sociais dirigidas à população em situação de rua no Brasil e os documentos científicos e literários sobre o tema ou com alguma relação com o mesmo.

Após a reunião dos dados e informações, esses foram organizados de forma a possibilitar uma análise qualitativa de seus conteúdos, atribuindo-lhes significação na construção de respostas à indagação perseguida e aos objetivos pretendidos.

O referencial teórico, a indagação central, os objetivos e o recorte temporal serviram de parâmetro para a organização dos dados e informações.

A análise e a interpretação qualitativa dos conteúdos foram realizadas em duas dimensões: uma *histórica* e a outra *comparativa*. Com isso, obteve-se uma aproximação com as características centrais do fenômeno, o perfil contemporâneo e as características da população em situação de rua no país, no contexto das mudanças recentes no mundo do trabalho,

⁹ Ibidem.

¹⁰ Destaca-se que a P M E realizada pelo IBGE é a única que contempla em sua amostra todas as cidades, durante o período estudado, cujos censos sobre população em situação de ruas serão utilizados nesta pesquisa.

apontando-se indícios de relações entre essas mudanças e o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período estudado.

A análise *histórica* voltou-se, em primeiro lugar, para a evolução do fenômeno e as alterações no perfil da população em situação de rua, no âmbito das comparações realizadas entre as particularidades na formação do mercado de trabalho, o crescimento do desemprego, as mudanças no quadro das ocupações e o fenômeno população em situação de rua, tomando-se como referência cada uma das cidades, nas situações em que os dados e informações permitiram. Em segundo lugar, direcionou-se para as mudanças nas relações da população em situação de rua com o trabalho, antes da situação de rua e nessa condição social.

A análise *comparativa* voltou-se para as pretendidas no objeto de pesquisa, entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua, no período estudado. Assim, desenvolveu-se, tanto no âmbito das cidades, quanto entre elas, na medida em que os dados permitiram, na busca de generalizações, a partir dos seguintes eixos:

1- relações com o trabalho, desenvolvidas pela população em situação de rua :

- a) antes dessa condição social
- b) nessa condição social

2- relação do perfil contemporâneo da população em situação de rua, a partir das variáveis que o conformam, com:

- a) variáveis das particularidades na formação do mercado de trabalho no Brasil;
- b) variáveis das mudanças na composição ocupacional;
- c) variáveis que compõem as multifaces da estrutura do desemprego.

Vale ressaltar que o interesse pelo tema nasceu da aproximação profissional e teórica com as categorias trabalho e seguridade social, pela militância política e condição de assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, desde 1986. E, com o fenômeno população em situação de rua, desde 2001, em decorrência de funções e cargos assumidos. Na relação com a Prefeitura do Recife, entre 2001 e 2004, como consultora, gestora municipal da política de assistência social e coordenadora do programa Travessia dirigido às pessoas em situação de rua naquela cidade¹¹, e ainda, como assessora técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, desde Janeiro de 2005, com a função de coordenar o debate e iniciativas do governo federal em torno da formulação e implementação de políticas públicas, nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua, construiu-se a aproximação com o tema em pauta.

¹¹ Em janeiro de 2004, o programa Travessia foi lançado pela Prefeitura do Recife, sob a responsabilidade de onze secretarias, duas autarquias e duas coordenadorias, sob a coordenação do Diretor-Presidente do Instituto de Assistência Social e Cidadania.

A conjugação dessas condições e funções, por um lado, favoreceu o acesso ao acervo documental e aos sujeitos qualificados envolvidos com as temáticas trabalho e população em situação de rua, constituindo-se um aspecto facilitador à realização da pesquisa. Por outro lado, permitiu constatar que, o fenômeno população em situação de rua, ainda não dimensionado quantitativamente pelos censos oficiais¹², chama a atenção e inquieta governos, organizações não governamentais, sindicatos, universidades, institutos de pesquisas, estudiosos, pesquisadores e cidadãos comuns, entretanto, apesar das inquietações que provoca, ainda são incipientes as pesquisas e produções teóricas sobre este fenômeno. Cercá-lo teoricamente, para compreendê-lo, ainda é um desafio. Da mesma forma, são incipientes as políticas de enfrentamento. As indagações sobre o fenômeno, ainda sem respostas, reforçam esse quadro.

Assim, espera-se que esta dissertação que se propôs a elucidar aspectos vinculados às causas estruturais do fenômeno, a partir de expressões concretas da relação entre o capital e o trabalho, refletidas nas manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho, possa contribuir para a redução dos efeitos perversos do fenômeno sobre a classe trabalhadora e a vida de milhares de seres humanos. Não se tem a ilusão que esse fenômeno venha a ser extirpado da sociedade brasileira, sem que o modo de produção capitalista também o seja. Todavia, a esperança é contribuir para a sua inibição, seja subsidiando a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas de modo a torná-las acessíveis à população em situação de rua, seja subsidiando o Movimento Nacional da População em Situação de Rua¹³ e os fóruns e entidades a ele vinculados, na luta em defesa dos direitos sociais. Espera-se também, subsidiar a intervenção profissional dos assistentes sociais e outros profissionais no âmbito das políticas sociais, no que se refere aos programas de alcance a esse grupo populacional, bem como a luta da categoria de assistentes sociais no compromisso político de suas entidades nacionais, em cumprir uma agenda em defesa da universalização das políticas sociais.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, este trabalho vincula-se à linha de pesquisa Trabalho e Relações Sociais. Espera-se que o seu conteúdo possa oferecer ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho - GESST, do Departamento de Serviço Social, novas informações que sobre as temáticas, com as quais trabalha.

É preciso ressaltar que este trabalho possibilitou à sua autora maior capacidade de análise crítica e compreensão teórico-metodológica sobre o tema e as categorias teóricas que conformaram o objeto da pesquisa. Com isso, espera-se que a sua intervenção na realidade

¹² Os censos realizados pelo IBGE, só contabilizam os domiciliados.

¹³ Este movimento, que vem sendo construído ao longo do último decênio, criou uma Coordenação Nacional, em setembro de 2005, por ocasião do IV Festival Lixo e Cidadania realizado em Belo Horizonte - MG.

seja favorecida, agregando valores e condições à perspectiva de uma nova ordem social, que possibilite igualdade de condições e liberdade ao ser humano. O mesmo deseja-se ao leitor.

Além desta introdução, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro, *O trabalho humano: seus sentidos, lugar na sociedade e mutações recentes*, discute os sentidos do trabalho e a sua centralidade no mundo dos homens, em qualquer forma social. É um debate que se desenvolve, tendo Marx e Engels como principais interlocutores e, resgatando visões contemporâneas sobre o tema. O capítulo discute também a reestruturação produtiva e as mutações recentes no mundo do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo, procurando evidenciar, os componentes históricos, econômicos e sociais presentes neste processo. Ao final, dedica uma seção específica à análise da reestruturação produtiva no Brasil e os seus impactos no mundo do trabalho.

O segundo capítulo, *Caracterização do fenômeno e da população em situação de rua*, enumera seis aspectos referentes ao fenômeno¹⁴, interligando-os numa caracterização, que tem como eixo norteador as condições histórico-estruturais de origem e reprodução do fenômeno nas sociedades capitalistas, ressaltando que as causas estruturais do mesmo são imanentes à sociedade capitalista, de forma que a sua produção e reprodução vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, no contexto de produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. A caracterização da população em situação de rua é construída de modo a culminar com a noção sobre esse grupo populacional, que orientou a pesquisa desenvolvida e as análises construídas sobre os dados e informações obtidos. Nessa construção, noções e definições sobre esse grupo populacional são resgatadas e analisadas no esforço de comparação e síntese.

O terceiro capítulo, *A população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005: perfil e relação com as políticas sociais*, mostra um perfil contemporâneo da população em situação de rua, com base em oito variáveis: sexo, idade, escolaridade, origem, tempo na rua, relações com a família, relações com o trabalho antes da situação de rua e relações com o trabalho nessa condição social. O outro aspecto tratado é a relação dessa população com as políticas sociais. Nessa seção, a análise transcorre baseada no debate sobre as funções das políticas sociais no capitalismo, procurando identificar os limites e as possibilidades da população em situação de rua no acesso aos direitos sociais concretizados por essas políticas no Brasil, situando e comentando, as principais iniciativas do governo federal nessa área.

¹⁴ Os seis aspectos são: as múltiplas determinações; a localização nos grandes centros urbanos; a tendência à naturalização do fenômeno; o preconceito como o grau de dignidade atribuído pela sociedade à população em situação de rua; uma expressão da questão social; as particularidades vinculadas ao território.

O quarto capítulo intitula-se: *Manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005*. Ele assume relevância na organização das respostas à indagação central norteadora da pesquisa realizada. Assim, procura organizá-las a partir de reflexões estruturadas com base em cinco eixos. O primeiro eixo sustenta-se no resgate de particularidades na formação do mercado de trabalho no Brasil, apontando indícios de suas repercussões no fenômeno população em situação de rua. O segundo eixo sintetiza quatro mudanças ocorridas na composição ocupacional, expressivas das mudanças no mundo do trabalho, indicando seus reflexos no perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil. O terceiro eixo mostra seis dimensões¹⁵ que compõem as multifaces do desemprego refletidas no perfil contemporâneo da população em situação de rua. O crescimento da informalidade e a sua incidência sobre o fenômeno população em situação de rua é o quarto eixo. Os limites de proteção social aos desempregados e subempregados são mostrados de forma resumida, como quinto eixo, tendo como base a relação de tensões e atração entre as políticas de previdência e assistência social, com breves comentários sobre o seguro desemprego e o Programa Bolsa Família, ambos analisados sob a ótica de cobertura aos desempregados e subempregados, bem como sobre as possibilidades de acesso pela população em situação de rua. Após o quarto capítulo, encontram-se as considerações finais.

¹⁵ Faixa etária, escolaridade, sexo, áreas mais atingidas, posição do desempregado na família, e regiões metropolitanas.

CAPÍTULO I

1. O trabalho humano: seus sentidos, lugar na sociedade e mutações recentes.

Apartar-nos de Marx é cortar nosso nariz investigativo a fim de satisfazer à face superficial da moda intelectual contemporânea. David Harvey.¹⁶

Muito já se refletiu, escreveu e divulgou sobre o trabalho. A categoria é abordada sob diversos ângulos e pontos de vista. Pode-se até considerar lugar comum tomá-la como objeto de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo em que se tem essa impressão, percebe-se que ainda há muito que aprender sobre esta categoria e a sua importância na história da humanidade.

Desde o final do século passado, o trabalho está no centro das profundas transformações provocadas pelo capitalismo. Os trabalhadores tiveram sua resistência política fragilizada e têm sido afligidos por inseguranças diante do aprofundamento do desemprego, da precarização do trabalho e da onda regressiva referente aos direitos derivados e dependentes do trabalho. Essa insegurança generalizada parece tomada pelo capitalismo como um princípio de organização do trabalho na contemporaneidade.

Mas, quais os reais significados do trabalho na vida dos seres humanos? Que lugar ocupa na sociedade? O trabalho perdeu sua centralidade no universo das atividades humanas? O trabalho ainda é um elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade humana? A classe trabalhadora perdeu o seu potencial revolucionário? Como se traduzem as mutações recentes no mundo do trabalho? Que bases de sustentação possuem? Que relações se processam entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e a reorientação do papel do Estado?

Neste capítulo, o ponto de partida para as reflexões, orientadas pelas indagações anteriores, são os sentidos do trabalho humano e o seu lugar na sociedade. Esses são eixos instigantes para o debate e fundamentais para a compreensão desta categoria. No curso da abordagem sobre eles, serão comentados aspectos da sociedade capitalista e do potencial revolucionário da classe trabalhadora. Na seqüência, uma passagem sobre a reestruturação produtiva e as mutações no mundo do trabalho buscará apreender a natureza destas mutações, as bases em que se apóiam, as dimensões e a relação com a reorientação do papel do Estado no capitalismo contemporâneo.

¹⁶ HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.p.27.

1.1 Os sentidos do trabalho e a sua centralidade no mundo dos homens

É pelo trabalho que o ser humano se distingue dos outros animais. Adquire uma forma corporal própria, modifica e domina a natureza, obrigando-a a servi-lo, imprimindo aos seus recursos forma útil à vida humana. Neste processo de modificação da natureza externa para atender às suas necessidades, mediante a produção de seus meios de subsistência, o ser humano modifica a sua própria natureza, desenvolvendo as potencialidades nela existentes e adormecidas. A produção desses meios de subsistência repercute na produção de sua vida material, e dessa forma, em seu modo de pensar e viver. Assim já anunciavam Marx e Engels:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (Marx e Engels, 2002:10 -11).

Esse é o pensamento dos autores expresso na obra, *A Ideologia Alemã*, elaborada em 1845.¹⁷ É uma passagem essencial para a compreensão do trabalho como elemento central no processo de sociabilidade humana e na determinação de seu modo de vida. A afirmação, “ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” remete aos desdobramentos que se seguem. O modo como os seres humanos produzem seus meios de subsistência expressa um modo de vida específico, em época e lugar determinados. Esse modo de vida manifesto pelos indivíduos reflete o que eles são. E o que eles são coincide com a sua produção, ou seja, com o quê e como produzem. A produção é condicionada pela natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Assim, o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção.

Para produzir, os seres humanos estabelecem relações recíprocas, dentro e por meio das quais realizam a produção, como ação transformadora da natureza. Essas relações variam de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção, portanto ocorrem em condições históricas determinadas.¹⁸ A produção é, pois, uma atividade social e histórica. E

¹⁷ É comum a divergência de informações sobre a cronologia das obras de Marx e Engels. Neste trabalho adota-se a referência cronológica apresentada nas obras: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: L.Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. XLI-XLII. e MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XXV-XXV.

¹⁸ Marx considera meios de produção as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho, sendo, pois, os meios de trabalho (instrumento de trabalho) e o objeto de trabalho (matéria a que se aplica o trabalho). Para ele, o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como se faz. Os meios de trabalho medem o desenvolvimento da força humana de trabalho e indicam as condições sociais em que o

como tal não produz apenas objetos materiais, mas relações sociais entre pessoas, classes, embora essas relações estejam ligadas a coisas e apareçam como coisas. A produção social é também a produção de idéias e representações que expressam essas relações sociais. Pois, “são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 2002:19 - 20). O processo de produção, seja qual for a formação social, é contínuo ou percorre periódica e ininterruptamente as mesmas fases, assim é também um processo de reprodução.¹⁹ Deste modo, o trabalho humano, como atividade do processo de produção social dos meios de vida dos seres humanos, é um elemento estruturante da sociabilidade humana e um distintivo dos seres humanos em relação aos demais seres, sendo central na formação de sua consciência e na determinação de seu modo de vida.

Ao escrever o primeiro livro d’ *O Capital*, em 1867, Marx retoma a idéia do trabalho como elemento de distinção entre os seres humanos e os demais seres:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (...) a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (...) não se trata aqui das formas instintivas, animais de trabalho (...) pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (Marx, 1988a: 202).

Essa conhecida passagem d’ *O Capital* corrobora para elucidar que o produto do trabalho humano, antes de ser realizado, é projetado na mente de seu executor que, assim, imprime à matéria o projeto idealizado. É esta a forma que têm os seres humanos de subordinar a natureza à sua vontade e de subordinar a sua atividade sobre a matéria, objeto de trabalho, a um fim previamente estabelecido. Reside, pois, no fazer consciente, a grande diferença entre os seres humanos e os demais animais.

trabalho se realiza. O grau de desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, implica a divisão social do trabalho, cujos estágios diferentes representam formas diversas de relações entre os indivíduos no tocante à matéria, aos instrumentos e produtos do trabalho, isto é, formas diferentes de propriedade: tribal, comunal, feudal, capitalista, etc. Sobre isso ver: MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a. cap. V. P. 201 - 224. e MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: L. Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.10-21.

¹⁹ Ver: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Op.cit. 2002. p. 10-21 e MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume II. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988b. p. 659-673.

Engels também retoma suas idéias sobre a distinção entre os seres humanos e os animais por meio do trabalho, expressando-as em texto produzido em 1876²⁰, sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. No texto, elucida a distinção sob o ângulo da relação do ser humano e dos animais com a natureza:

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (Engels, 2005:28).

Na mesma obra, o autor ressalta que o domínio do ser humano sobre a natureza, à qual pertence, consiste em sua capacidade de conhecer suas leis e aplicá-las de forma adequada, diferentemente dos demais seres. Engels ressalta ainda que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Ibidem, p.13). No artigo, defende que a forma corporal que o ser humano possui atualmente difere da forma corporal do macaco, do qual se originou,²¹ devido a milhares de anos de trabalho dos macacos antropomorfos, na produção de seus meios de subsistência. Assim, faz a diferença entre os seres humanos e os animais na relação com a natureza e mostra a importância do trabalho na definição da estrutura corporal do ser humano.

Ainda no estudo sobre a Ideologia Alemã, Marx e Engels afirmam que a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades humanas básicas é o primeiro *fato* histórico da humanidade. E a produção de novas necessidades, a partir do atendimento da primeira necessidade é o primeiro *ato* histórico. É o que dizem nesta passagem:

Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver ‘para fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (...) uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (Marx e Engels, 2002: 21; 22).

Essa afirmação conduz à compreensão do trabalho, na condição de atividade concreta do processo de trabalho, como uma condição básica de toda a história da humanidade, vez que

²⁰ Ver nota de rodapé em: ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho*: escritos de Marx e Engels. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.13.

²¹ O autor deixa claro que o seu pensamento se apóia na Teoria da Evolução Natural de Charles Darwin.

uma sociedade não pára de consumir nem de produzir. Pois, as necessidades sociais e as suas formas de satisfazê-las são produtos históricos,²² portanto são criadas continuamente e variam de país para país. E, mesmo as necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de país para país de acordo com as suas condições climáticas, culturais e de outra natureza. Como o atendimento das necessidades é feito por meio do trabalho humano, este se torna condição fundamental da vida humana e da história da humanidade. É, pois, “atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente” (Iamamoto, 2001: 40).

Avançando um pouco mais nessa concepção de trabalho, optando por um outro modo de expressá-la, pode-se dizer que, para atender as suas necessidades, os seres humanos, por meio do trabalho, produzem objetos, os quais, pela sua utilidade, tornam-se valores-de-uso.²³ A condição de criador de coisas úteis aos seres humanos, portanto, de criador de valores-de-uso, faz do trabalho não apenas a atividade central na história humana e em seu processo de sociabilidade, mas condição indispensável à existência dos seres humanos, necessidade natural e permanente à manutenção da vida humana, em qualquer forma social, como diz Marx:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (Marx, 1988a: 50).

Sob este olhar, o trabalho como atividade concreta do processo de trabalho, dispêndio de força de trabalho, sob forma especial, para um fim específico, trabalho útil, possui centralidade incontestável no universo das atividades humanas, sendo, igualmente, necessidade natural para manter a existência humana e viabilizar a sociabilidade dos seres humanos.

Desse modo, à luz do pensamento de Marx e Engels, ligeiramente revisitado até aqui, pode-se dizer que o trabalho, em seu processo de realização, ou seja, como atividade concreta do processo de trabalho, é uma atividade consciente dos seres humanos de transformação da natureza, orientada para o fim de satisfazer às suas necessidades. Sejam as necessidades de reprodução da vida material ou de outras necessidades historicamente construídas, inclusive a de dar continuidade ao conjunto da vida social, a um determinado estágio de sociabilidade. Como uma ação transformadora da natureza, a produção ocorre em dadas condições históricas, sustentada por relações que os seres humanos desenvolvem entre si no curso de

²² Sobre as necessidades humanas como produto histórico ver as obras de Marx citadas neste trabalho, especialmente: MARX, Karl. *O Capital*. Livro . Volume I. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a. pp.191; 262 e _____. *O Capital*. Livro 1. Volume II. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988b. p.648

²³ Para Marx, a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso, que se realiza com a utilização ou consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Ver MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Trad: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a. p.42.

sua realização, o que a torna, ao mesmo tempo, uma produção social e histórica, que produz objetos materiais e relações sociais entre pessoas, grupos e classes sociais. Assim, a produção social é também a produção de idéias e representações que expressam essas relações sociais. Como o processo de produção, em qualquer forma social, é contínuo e percorre periódica e ininterruptamente as mesmas fases, é também um processo de reprodução material dos seres humanos e da sociedade. Nessa condição, o trabalho é uma marca distintiva do ser humano e uma atividade central em sua vida e na história da humanidade, em qualquer forma social, é também determinante na estruturação das relações sociais.

Mas, o trabalho materializado na mercadoria possui duplo significado:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (Marx, 1988a: 54).

Neste capítulo já se discorreu sobre as características do trabalho em seu significado de trabalho útil, concreto, gerador de valores-de-uso, dispêndio de força de trabalho, sob forma especial, dirigido a um fim. O propósito agora é tratá-lo como um dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, como um trabalho humano abstrato, criador do valor das mercadorias, que como tal é uma forma de trabalho especificamente social.

O percurso escolhido é iluminado pelas idéias de Marx (1988a; 1988b, 2003, 2005a; 2005b). E não poderia ser diferente, haja vista ter sido ele o primeiro a analisar e pôr em evidência essa natureza dupla do trabalho contida na mercadoria.

Para explicar o processo de produção do capital, o autor inicia seus estudos pela mercadoria, que compreende ser a forma elementar da riqueza. Para ele, as mercadorias se apresentam, inicialmente, em sua forma natural, como valores-de-uso, como objetos materiais úteis, que se realizam no consumo, pela capacidade de atender às necessidades humanas de qualquer natureza. Mas, só são mercadorias por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Um objeto pode ser útil sem ser valor, como o ar, a terra virgem, a floresta natural, etc., pois, sua utilidade não decorreu do trabalho humano. Igualmente, um objeto pode ser útil, fruto do trabalho humano e não ser mercadoria. É o caso dos produtos gerados para consumo próprio. Para ser mercadoria, o valor-de-uso precisa ter destinação social e chegar a quem vai servir como objeto útil, por meio da troca. Como valores-de-uso, as mercadorias constituem o valor material da riqueza. Nenhuma coisa pode ser valor se não é útil. Assim, os

objetos só se tornam mercadorias quando possuem aquela forma natural, como valor-de-uso e a forma de valor.²⁴

Como valores-de-uso, as mercadorias possuem qualidades diferentes (carro, colheres, máquinas fotográficas, etc.), atendem necessidades diferentes e enfatizam a forma especial do trabalho que lhe foi aplicado (o trabalho do arquiteto, do artesão, do engenheiro, etc.). Como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade. Porém, todas as mercadorias se igualam por possuir uma propriedade comum, o trabalho humano nelas materializado.

O valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho humano materializado em seu valor-de-uso. Em outras palavras, pela quantidade de trabalho humano gasto em sua produção. Não se trata aqui do tempo de trabalho individual de cada trabalhador, sob forma especial, mas do trabalho humano homogêneo, abstrato, dispêndio igual de força de trabalho, ou seja, trabalho equivalente a uma força média de trabalho social. Assim, o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.²⁵ As mercadorias só incorporam valor na medida em que são expressões do trabalho humano, subordinado à divisão social do trabalho. Seu valor é, assim, uma realidade apenas social, que só se manifesta numa relação social em que uma mercadoria é trocada por outra.

O valor torna-se visível como valor-de-troca quando as mercadorias se confrontam na troca e o valor-de-troca passa a ter um valor independente de qualquer mercadoria específica, como dinheiro. A quantidade de dinheiro pela qual se vende ou se compra uma mercadoria é o seu preço. O preço da mercadoria é atribuído pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Na circulação, o dinheiro serve como meio de compra ou pagamento, realizando o preço das mercadorias. Mas, só dinheiro não basta, o capitalista, quer capital.

Para transformar o dinheiro em capital, dois passos precisam ser dados. O primeiro, ocorre na esfera da circulação, no mercado. É a conversão do dinheiro que exercerá a função de capital em meios de produção e força de trabalho.²⁶ O segundo passo ocorre na produção, mediante a transformação dos meios de produção em mercadoria, cujo valor seja superior à soma dos valores das mercadorias necessárias para produzi-la: os meios de produção e a força

²⁴ Sobre as características da mercadoria como valores-de-uso com destinação social, realizada por meio da troca, ver: MARX, Karl. Op. Cit. 1988a. pp. 48; 189-190; 683.

²⁵ Segundo Marx, “tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com grau médio de destreza e intensidade de trabalho” ver: MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a. p.46.

²⁶ Marx define Força de Trabalho ou Capacidade de Trabalho como o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. Ver: MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a. P.187.

de trabalho.²⁷ Assim, as mercadorias resultantes devem conter o valor, sob a forma de dinheiro, que foi desembolsado para a aquisição dos meios de produção e da força de trabalho, acrescido de uma mais valia.²⁸ Posteriormente, as mercadorias resultantes são lançadas no mercado para serem vendidas e terem seus valores realizados em dinheiro, para que o mesmo possa ser novamente convertido em capital. A repetição periódica desse ciclo, em todas as suas fases, constitui o que se denomina reprodução simples do capital. A reprodução em escala ampliada (ou expandida) constitui a acumulação, “de um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente” (Marx, 1988b: 677). Na seção seguinte, faremos comentários sobre a acumulação do capital e sua repercussão na vida da classe trabalhadora. Por enquanto, basta compreender que, do ponto de vista do valor, o capital se compõe de uma parte constante – a que se converte em meios de produção, cuja magnitude de valor não muda no processo de produção, e, outra parte variável - a parte convertida em força de trabalho (a soma global dos salários), cujo valor muda no processo de produção, reproduzindo o próprio equivalente e proporcionando um excedente, a mais valia. Com o progresso da acumulação, varia a relação entre capital constante e capital variável, ocorrendo permanente acréscimo de sua parte constante às custas da variável.²⁹ É o que a produtividade do trabalho provoca, como é bastante evidenciado na atualidade. Outro aspecto que interessa saber é que o crescimento do capital social se realiza por meio do crescimento de muitos capitais individuais, que competem entre si. Essa repulsão entre os capitais individuais é contrariada pela atração que os capitais já formados têm uns pelos outros, provocando a centralização de capitais, com vista ao crescimento da acumulação. Assim, a acumulação do capital implica a concentração crescente dos meios de produção e o aumento do poder de controle do capital sobre o trabalho nas mãos de capitalistas individuais que competem entre si, mas se revela também em um movimento de centralização de capitais. O que é comum no cenário do capitalismo contemporâneo (Marx, 1988a; Marx, 1988b).

Dessa forma, o capital é o valor que se expande por meio do processo de produção e troca, ou seja, a transformação do dinheiro em capital ocorre e ao mesmo tempo não ocorre na esfera da circulação. Ocorre na circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Mas, se dá fora dela, por esta servir apenas para se chegar à produção da mais valia, que ocorre na esfera da produção (Marx, 1988a; Marx, 1988b).

²⁷ A força de trabalho é considerada por Marx como uma mercadoria especial pela capacidade de criar valor e valorizar o capital. Ver: MARX, Karl. Op. cit. 1988a. p.263; 1988b.p. 618; 623-624.

²⁸ A mais valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes consumidos (meios de produção e força de trabalho). Ver MARX, Karl. Op.cit. 1988a.p. 234. Este tema será retomado.

²⁹ Esta divisão do capital segundo o valor é também chamada por Marx de divisão orgânica do capital. Ver MARX, Karl. Op.Cit.1988b. p. 713.

Aqui, duas observações são necessárias. A primeira diz respeito às condições históricas para a transformação do dinheiro em capital e a segunda refere-se à produção da mais valia.

No que tange à primeira observação, Marx (1988a; 1988b) destaca que o capital só aparece quando o possuidor dos meios de produção e subsistência encontra o trabalhador livre³⁰ no mercado vendendo sua força de trabalho. Esta condição histórica determina uma nova época, determina um novo período da história da humanidade, “o capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social” (Marx, 1988a: 190). Essa época é a capitalista, conforme se apreende perseguindo o raciocínio do autor:

O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho (ibidem, p.190. nota rodapé 41).

Sob a ótica marxiana, o dinheiro só se transforma em capital no processo de produção capitalista. Não basta, pois, como parece à primeira vista, a existência da produção e circulação de mercadorias, é preciso a condição histórica em que os meios de produção (condições objetivas de trabalho) estejam separados da força de trabalho (força subjetiva do trabalho) e o produto do trabalho separado do próprio trabalho, para que a força de trabalho seja alienada, pelo seu possuidor, sem perder sua propriedade sobre ela, mas sem condições de utilizá-la para gerar riqueza para o seu proveito, por ser desprovido dos meios de produção:

Para transformar dinheiro em capital, não basta a existência da produção e da circulação de mercadorias. É necessário haver, antes, de um lado, possuidor de valor ou de dinheiro, e, de outro, possuidor da substância criadora de valor; de um lado, possuidor dos meios de produção e dos meios de subsistência, e, do outro, possuidor apenas da força de trabalho, tendo ambos se encontrado como comprador e vendedor. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista (Marx, 1988b: 664).

Há de se notar que esse ponto de partida do processo de produção capitalista torna-se o resultado peculiar desse modo de produção social, sendo constantemente renovado por meio do processo de reprodução simples do capital. Isso ocorre porque a separação, de um lado os possuidores dos meios de produção e das condições de subsistência e, de outro, os possuidores da força de trabalho é a característica básica e a condição para a existência da sociedade capitalista.

³⁰ O Autor utiliza o termo ‘livre’, em dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender. Ver MARX, Karl Op. Cit. 1988^a. p. 189.

A visão marxiana sugere que essa separação e relação social não é uma relação comum a outros períodos históricos, nem tampouco ocorreu como um processo natural, mas é resultado de um desenvolvimento histórico anterior, de muitas revoluções econômicas em que antigas formas de produção social desapareceram. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da decomposição da estrutura econômica da sociedade feudal. A chamada acumulação primitiva é o processo histórico marcado pelo roubo, fraude e violência que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada por Marx (1988b), como primitiva porque, em sua visão, constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.³¹

A segunda observação a ser feita diz respeito à produção da mais valia. Este ponto está estritamente associado ao primeiro. Pois, a acumulação do capital pressupõe a mais valia, a mais valia pressupõe a sociedade capitalista e esta a existência de elevadas quantidades de capital e de força de trabalho sob controle dos capitalistas, produtores de mercadorias (Marx, 1988b). Compreender o processo de produção da mais valia é essencial para este trabalho, não só porque é a forma que a exploração assume sob a sociedade capitalista, mas também porque as mudanças recentes no mundo do trabalho têm como principal motivação a necessidade de renovar o padrão de acumulação do capital. E como foi dito, a acumulação do capital pressupõe a mais valia, seja qual for o padrão utilizado para viabilizá-la.

A visão marxiana ensina que o trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho, cedendo ao seu comprador o direito de dispor dela por um tempo determinado. Não vende o seu trabalho nem a si próprio. O trabalho é a substância e a medida indissociável dos valores, mas ele próprio não tem valor algum.³² O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho humano socialmente necessário a sua produção e reprodução. Como a produção da força de trabalho supõe a existência do indivíduo em condições normais de trabalho, “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio” (Marx, 1988b: 595). O possuidor da força de trabalho não é perecível e essa mercadoria é essencial à produção capitalista. Para mantê-la no mercado, a soma dos meios de subsistência necessários à

³¹ David Harvey compreende que a acumulação baseada na atividade predatória, fraudulenta e na violência, que em sua opinião, caracterizou a chamada acumulação primitiva, considerada por Marx como uma etapa “original” ou o ponto de partida para a produção capitalista, permanece presente na geografia histórica do capitalismo até os dias atuais. Sobre o assunto ver: HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004b. p.115-148. Francisco Oliveira também considera que a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.43. Ainda neste capítulo, o tema será retomado no debate sobre o processo de acumulação no capitalismo contemporâneo e das lutas a serem travadas para enfrentá-la. Igualmente no segundo capítulo o tema acumulação primitiva será retomado para subsidiar a compreensão da formação da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, nesse contexto, o pauperismo e o fenômeno população em situação de rua.

³² A visão de Marx difere da economia política clássica que fala em “valor do trabalho”, “preço do trabalho”. n’ *O Capital*, esta é uma das críticas que faz à economia política clássica. MARX, Karl. Op.cit. 1988a e 1988b.

produção da força de trabalho³³ inclui os meios de subsistência do cônjuge - para assegurar a procriação, e dos filhos - substitutos dos trabalhadores (Marx, 1988a; Marx, 2005b). Ou seja, “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 2005b: 89).³⁴

Deste modo, o valor da força de trabalho é atribuído pelo tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência de seu possuidor e de seu núcleo reprodutivo, ou seja, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e reprodução. Mas, o uso dessa força de trabalho, isto é, o limite máximo da jornada de trabalho se define com base em dois parâmetros: o limite físico do possuidor da força de trabalho, pois este precisa atender as suas necessidades naturais de comer, dormir, vestir-se, etc. diariamente, e, o limite que esbarra nas fronteiras morais e sociais, uma vez que o trabalhador precisa de tempo para satisfazer as suas necessidades sociais, cujo número e extensão são determinados pelo nível de civilização e outros componentes histórico-culturais, inclusive da capacidade de luta e poder de pressão dos trabalhadores. Por isso, há uma grande variação de duração de jornadas de trabalho entre os países. Dessa forma, no modo de produção capitalista, a jornada de trabalho é uma grandeza constante, mas variável, ou seja, é constituída de duas partes: uma delas é determinada pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da força de trabalho (tempo que determina o valor do salário do trabalhador), a outra corresponde ao trabalho excedente (trabalho não pago, mas utilizado pelo capitalista). Assim, a jornada de trabalho compreende o trabalho necessário (pago) e o trabalho excedente (não pago). A mais valia é a parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o trabalho excedente, o trabalho não pago. É, portanto, o valor excedente, ou seja, o valor excedente do produto, em relação ao valor dos componentes consumidos, meios de produção e força de trabalho (Marx, 1988a: 210-369; 1988b: 583-647; 2005a; 2005b).

A produção da mais valia pode se dar mediante o prolongamento da jornada de trabalho (mais valia absoluta) ou pela contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente

³³ A soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o trabalhador no nível normal de trabalhador. Mas, como até as necessidades naturais variam de país para país e as necessidades sociais e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem de um conjunto de fatores, como o grau de civilização do país, as condições em que se formou a classe trabalhadora livre, com seus hábitos e exigências, há um componente histórico e moral na determinação do valor da força de trabalho, de forma que, “para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários.” Ver: MARX, Karl. Op. Cit. 1988a. p. 191 e MARX, Karl. Op.cit. 1988b. P.595.

³⁴ Embora não tenha sido objeto de sua pesquisa, Marx destaca que dois outros fatores influem no valor da força de trabalho: os custos de sua formação e a diversidade natural, a diferença entre a força de trabalho dos homens e das mulheres, dos menores e dos adultos. Ver MARX, Karl. Op.cit. 1988b. p.595-596.

alteração na relação quantitativa entre as partes componentes da jornada de trabalho (mais valia relativa), como explica Marx nesta passagem d' *O Capital*:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (Marx, 1988b: 585).

O aumento da produtividade e da intensidade do trabalho atuam na mesma direção: aumenta-se a quantidade produzida em um dado intervalo de tempo, reduzindo-se a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para produzir os seus meios de subsistência ou o equivalente a eles. O limite mínimo da redução da jornada de trabalho é a parte do trabalho necessário. Esse limite não é alcançado na sociedade capitalista, pois se toda jornada de trabalho fosse reduzida a essa parte, o trabalho excedente deixaria de existir, o que não é possível na sociedade capitalista. Por isso, “quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho” (Marx, 1988b: 606). De qualquer modo, a proporção relativa do preço da força de trabalho e a amplitude da mais valia são determinadas pelas dimensões extensiva e intensiva do trabalho e pela produtividade do trabalho.

Nesta observação sobre a produção da mais valia, ainda cabem dois comentários, que serão úteis no decorrer do trabalho. O primeiro é que embora a produção da mais valia ocorra na produção, esta é apropriada por outros capitalistas que exercem outras funções no conjunto da produção social. Para isso, a mais valia se fragmenta em várias partes, que recebem formas diversas e independentes entre si, como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra, etc.³⁵ O segundo comentário é sobre o conceito de trabalho produtivo. Esse comporta tanto uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho como uma relação de produção de cunho estritamente histórico-social, que faz do trabalhador o instrumento gerador de mais valia. Deste modo, só é considerado trabalhador produtivo aquele que produz mais valia para o capitalista, servindo à auto-expansão do capital.³⁶

Esse é o sentido e o movimento do trabalho humano abstrato, alienado temporariamente ao capitalista, cujas funções são criar o valor das mercadorias e valorizar o capital.

³⁵ Ver MARX, Karl. Op.cit. 1988b. p. 658.

³⁶ Ibidem.p. 584.

A exposição até aqui desenvolvida prestou-se a evidenciar e comentar o duplo sentido do trabalho. Evidenciar que, em qualquer formação social, o trabalho como atividade do processo de trabalho é condição natural e vital do gênero humano, é central na história da humanidade e indispensável à manutenção da vida, além de ser elemento estruturante da sociabilidade humana. Evidenciar, também, que é pelo trabalho que o ser humano se afirma como ser social. Nas sociedades capitalistas, cuja fonte elementar de riqueza é a mercadoria, a força humana de trabalho torna-se uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Nesse tipo de sociedade, o trabalho, atividade vital do ser humano, passa a ser visto, sobretudo, como uma expressão da relação social fundada na propriedade privada, no dinheiro e no capital. É transformado em trabalho assalariado, alienado, fetichizado.³⁷ De atividade primeira de realização do ser humano transforma-se em meio de subsistência. Assim, a sociedade capitalista explora e subjuga o trabalhador às leis do capital. Sua superação é condição para libertação do trabalhador. Mas, como isso poderá ser realizado?

No modo de produção capitalista, o trabalhador possui apenas sua força de trabalho, que necessita vender para garantir a própria subsistência. Esta venda o aliena em relação à sua capacidade criativa de produção e ao produto de seu trabalho. O capitalista, por sua vez, tem o controle sobre o trabalho e detém os meios de produção e os produtos do trabalho. Destarte, a sociedade capitalista é marcada pelas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que se originam da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos. A classe detentora dos meios de produção, que controla o trabalho e a riqueza socialmente produzida e a classe dos possuidores da força de trabalho, que se mantém e se reproduz pela venda desta força de trabalho.³⁸

A relação entre o capital e o trabalho é uma relação de exploração do primeiro, em relação ao segundo. O capital, sob suas mais diferentes formas (dinheiro, maquinarias, materiais necessários à produção ou estoque de bens acabado ou de trabalho em processo) é o principal meio de produção, “é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias” (Harvey, 2004c: 307), é uma relação de produção, é a relação social dominante na sociedade capitalista. A visão marxiana indica que o trabalho assalariado é condição para sua existência. Condição que se sustenta,

³⁷ Esta visão marxiana sobre o duplo sentido do trabalho orienta esta Dissertação.

³⁸ Nesta pesquisa, será usado o termo capitalista ou uma das expressões, classe dos capitalistas ou classe dominante, para se referir à classe detentora dos meios de produção, que controla o trabalho e a riqueza socialmente produzida e, o termo trabalhadores ou a expressão classe trabalhadora, para se referir à classe dos possuidores da força de trabalho, que se mantém e se reproduz pela venda desta força de trabalho.

exclusivamente, na competição entre os trabalhadores.³⁹ Mas, a classe trabalhadora tem uma capacidade revolucionária imanente à posição que ocupa na produção capitalista. O pressuposto que perpassa *O Manifesto Comunista* é o de que o potencial de ação (e reação) revolucionária dessa classe reside principalmente no proletariado industrial,⁴⁰ naquela época, em rápida expansão. Segundo esse documento, “de todas as classes que se põem frente a frente com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (Marx e Engels, 2004:26). Esse pressuposto sustenta-se na convicção dos autores de que o avanço da indústria moderna substitui o isolamento dos trabalhadores (que sustenta a competição entre estes, possibilitando a condição de assalariados), pela combinação revolucionária, devido a associação propiciada pela forma cooperativa do processo de trabalho inerente à indústria moderna.⁴¹ Os autores expressam também a convicção de que a indústria, a expansão do comércio entre os países e o trabalho assalariado moderno tornam os operários “sem pátria”, por isso é tarefa dos comunistas criar um movimento em torno do qual o proletariado possa se unir, tornando sua luta política cada vez mais abrangente, daí a conhecida conclamação d’ *O Manifesto*: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (ibidem, p. 65). Para Marx e Engels, apesar das dificuldades de várias naturezas, “esta união é favorecida pelos meios de comunicação mais desenvolvidos, criados pela indústria moderna e que colocam os trabalhadores de localidades diferentes em contatos uns com os outros” (ibidem, p.24). Em anos recentes, Harvey fez uma análise d’ *O Manifesto*, procurando ligar os sentimentos nele contidos com os sentimentos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na esperança “que o resultado geral seja redefinir de modo mais sutil os termos e espaços da luta política que temos à nossa frente nessa época tão extraordinária” (Harvey, 2004a: 33). Assim, faz três comentários sobre o nexo de ação revolucionária apresentado no *Manifesto*, com os quais concordo. Eis o primeiro comentário de Harvey (2004a: 68):

A base do cenário do *Manifesto* não sofreu alterações radicais. O proletariado global nunca foi tão volumoso, nem nunca tão forte o imperativo da união dos trabalhadores de todo o mundo. Mas as barreiras a essa união são muito mais formidáveis do que o eram no contexto europeu já complicado de 1848. A força de trabalho se acha hoje bem mais dispersa em termos geográficos, mais heterogênea em termos culturais, mais diversificada étnica e religiosamente, racialmente estratificada e lingüisticamente fragmentada. Isso leva a uma radical diferenciação tanto das modalidades de resistência ao capitalismo como das definições de alternativas. E, embora seja verdade que os meios de

³⁹ Afirmação presente em várias passagens das obras de Marx já citadas neste trabalho. Vale conferir, especialmente: MARX, Karl. Op. cit. 1988b.p.673 e MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Op.cit 2004.p.29.

⁴⁰ O Manifesto Comunista foi escrito entre novembro de 1847 e fevereiro de 1848. Ver. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Proletariado é definido por Marx como sendo o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do capital. Ver nota de rodapé 70 in: MARX, Karl. Op. cit. 1988b. p.714.

⁴¹ Ver MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Op.cit. 2004. p.29 e MARX, Karl. Op. cit.1988b.p.881.

comunicação e as oportunidades de tradução tenham passado por grande aprimoramento, trata-se de algo que pouco significa para os cerca de 1 bilhão de trabalhadores que vivem com menos de um dólar por dia e se acham imersos em diferentes histórias culturais, literaturas e compreensões (em comparação com financistas internacionais e corporações transnacionais que usam o tempo inteiro as novas formas de comunicação).

Esse comentário está concatenado com um outro em que o autor chama a atenção do movimento socialista sobre a importância de se considerar as transformações geográficas e desenvolver formas para lidar com elas. Segundo o autor, isso não reduz a importância do chamativo para que os trabalhadores se unam, ressaltando que as condições que se enfrenta na atualidade tornam a conclamação mais imperativa do que nunca. Entretanto alerta que,

a burguesia adquiriu suas forças *vis-à-vis* modos de produção precedentes ao mobilizar o domínio do espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra que a burguesia vem aprimorando e protegendo continuamente seu poder mediante esse mesmo mecanismo. Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaços, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força (Harvey, 2004a:72).

Esses comentários articulam-se com a leitura atual que o autor propõe d' *O Manifesto*, após reconhecer como nobre e atual a conclamação do mesmo à unidade dos trabalhadores do mundo inteiro, embora critique o fato desse chamado ter ocorrido, embasado na confiança de que a força do capital preparasse o caminho. Eis a leitura d' *O Manifesto* que Harvey considera adequada, em relação às condições contemporâneas, a qual considero coerente:

O Manifesto insiste, ao meu ver corretamente, que a única maneira de resistir ao capitalismo e transformar a sociedade rumo ao socialismo é uma luta global em que a formação global da classe trabalhadora, talvez conseguida de maneira gradual de preocupações locais para preocupações nacionais, e destas para preocupações globais, adquira força e presença suficientes para concretizar suas próprias potencialidades históricas. Nesse caso, a tarefa do movimento comunista consiste em encontrar, enfrentando tudo o que há contra isso, maneiras de reunir todos os vários movimentos altamente diferenciados e com frequências locais em algum tipo de comunalidade de propósito (Harvey, 2004a:60).

Essa forma de ler *O Manifesto* anuncia dois elementos importantes. O primeiro é a negação da leitura mecanicista desse documento, que vê a superação do modo capitalista de produção por meio do avanço das forças produtivas e da luta política dos operários. O segundo elemento é a possibilidade (e necessidade) da união internacional, não apenas dos operários mediante suas aspirações e movimentos políticos expressos e travados por meio de seus sindicatos e partidos políticos, mas também a união de outros movimentos diferenciados (com identidades baseadas no gênero, no local, na cultura, etc.) com algum tipo de propósito comum.

A concordância com essa visão de Harvey não elimina a crença que tenho na tarefa indicada aos comunistas pelo *O Manifesto* de buscar conquistar o poder do Estado, como um dos caminhos para vencer a batalha da democracia e, de forma processual, fazer submergir o capital e o poder dos capitalistas. Esse caminho toma as relações de classe e as lutas de classes no campo da acumulação do capital, entendida como reprodução ampliada (ou expandida), como *lócus* privilegiado de atuação. Compreende-se que essa tarefa e caminho são vitais. Entretanto, não são os únicos. Nisso reside a concordância com Harvey. Como diz o autor, os métodos de acumulação da chamada acumulação primitiva⁴² ainda são fortemente utilizados na atualidade, como forma de acumulação e as formas de combatê-los são diferenciadas em relação ao combate da acumulação expandida (2004b). Assim, para suplantar a sociedade capitalista, as lutas precisam ser conjugadas, como ele próprio sugere. Vale ressaltar, entretanto, que a convicção que se tem dessa conjugação entre esses movimentos é a de que, embora se reconheça a multiplicidade de identidades que lhes dão origem (gênero, questões locais, étnicas e raciais, etc) sua conectividade deve ter como pressuposto o compromisso com a luta pela superação do capitalismo⁴³ rumo ao socialismo.⁴⁴

Vale ressaltar que as visões anteriormente referidas sobre os sentidos, capacidade revolucionária e centralidade do trabalho dividem opiniões, mesmo entre os autores marxistas. Esse debate ganhou relevância no contexto das mutações recentes no mundo do trabalho. Sobre o assunto, não se pode deixar de mencionar André Gorz,⁴⁵ cujas teses anunciam o fim do proletariado, questionam a capacidade revolucionária e a centralidade do trabalho no universo das atividades humanas no capitalismo contemporâneo.

⁴² Por considerar que os métodos utilizados pela chamada acumulação primitiva ou original, ainda estão sendo utilizados nos tempos atuais, Harvey chama esse tipo de acumulação de “acumulação por espoliação”. Ver HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004. p.121.

⁴³ Nesta pesquisa o termo capitalismo e a expressão sociedade capitalista são utilizados para significar um modo de produção e também uma fase histórica, que tem como característica central a existência de classes sociais, com interesses antagônicos, cuja divisão é determinada pela propriedade dos meios de produção, controle do trabalho e apropriação da riqueza produzida socialmente por uma das classes (dos capitalistas) e pela propriedade e venda da força de trabalho, como garantia de sobrevivência da outra (trabalhadores).

⁴⁴ A visão sobre o potencial revolucionário da classe trabalhadora, que orienta esta pesquisa, é a exposta nesta reflexão, fundada nas idéias de Marx e Engels, auxiliada pela leitura contemporânea de *O Manifesto* proposta por Harvey, observados os comentários complementares que foram feitos na reflexão sobre o assunto.

⁴⁵ André Gorz é austríaco, radicado na França há muito anos. É jornalista por profissão, mas também é reconhecido como filósofo e sociólogo. O tema trabalho é uma constante em sua produção teórica. Foi militante de esquerda e sempre teve o socialismo como horizonte. Mas, já não acredita na capacidade revolucionária da classe trabalhadora. Sua concepção de trabalho e o lugar deste na sociedade tem provocado polêmicas e desafiado a esquerda tradicional sobre o assunto. Como europeu, seu *lócus* de pesquisa privilegiado é àquele continente, mais especificamente a França. Entretanto, sua obra é reconhecida internacionalmente e tem repercussão no Brasil, sobretudo a partir de 1980, quando publicou o livro “Adeus ao Proletariado”, que causou grande euforia nos meios acadêmicos e políticos. Por isso, seu olhar sobre o trabalho e as suas mutações recentes contribui para localizar este debate na atualidade de forma mais geral, como é o sentido deste capítulo. Assim, suas reflexões são utilizadas para compor uma parte do debate, embora não seja a parte com a qual se compartilha.

Para Gorz (2003), o trabalho necessário à subsistência, o trabalho útil e concreto na visão marxiana, jamais foi fator de integração social. Enquanto o trabalho, em sua forma particular de trabalho com finalidade econômica,⁴⁶ nem sempre foi a atividade humana dominante. Tornou-se dominante na escala de toda a sociedade, a partir do capitalismo industrial. Por isso, em sua opinião, as chamadas “sociedades do trabalho”⁴⁷ são recentes. Este tipo de trabalho remunerado aparece na sociedade industrial como fundamento de direitos e cidadania, como o mais importante instrumento de socialização, e fez dessa sociedade, uma sociedade distinta de todas que a antecederam. É o que se apreende das próprias palavras de Gorz (2003:21-22):

É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade social (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho socialmente remunerado e determinado - mesmo para aqueles e aquelas a quem falta trabalho - é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma ‘sociedade de trabalhadores’, distinta de todas as demais que a precederam.(...) Esse trabalho necessário à subsistência, com efeito jamais foi fator de integração social.

Entretanto, para Gorz este modelo está esgotado. A sociedade do quase pleno emprego acabou e não volta mais. O trabalho assalariado como fator de sociabilidade perde sentido e necessidade. É o fim da centralidade do trabalho com finalidade econômica: “O processo de produção, a economia, requerem cada vez menos trabalho assalariado. A subordinação de todas as atividades e de todas as finalidades humanas ao trabalho assalariado e às finalidades econômicas perde hoje sentido e necessidade” (ibidem, p. 215).

Gorz (2003) argumenta que o capitalismo contemporâneo, pelas características que assumiu, não pode mais garantir a cada ser humano o direito ao trabalho, nem a classe operária se liberar no trabalho e passar a ser defensora da libertação do trabalho. Argumenta ainda que, além de não haver atração das pessoas pelo trabalho precário, há uma crescente desafeição ao trabalho pago e perda de sentido desse tipo de trabalho. Em face disso, defende uma nova organização da sociedade, a partir do trabalho, centrada em novos valores. O caminho é a redução do tempo de trabalho alienado, a renda de cidadania universal e suficiente

⁴⁶ Esta denominação é utilizada pelo autor como sinônimo de emprego, trabalho remunerado e trabalho assalariado, definido como sendo “uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós, a este título remunerada”. Ver GORZ, André. *Metamorfose do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003. p.21.

⁴⁷ O autor utiliza como sinônimos as expressões sociedade salarial e sociedade do trabalho. Para ele este tipo de sociedade tem o trabalho como fundamento, passam por ele todas as dimensões sociais, políticas e econômicas. Diz: “nesse tipo de sociedade, o trabalho é considerado ao mesmo tempo um dever moral, uma obrigação social e também a via para o sucesso profissional” (ibidem, p.211).

e o trabalho que proporciona satisfação e sentido à vida. Em sua opinião, isso deve ser central no projeto da esquerda:

Não é a garantia de uma renda independente de qualquer trabalho que deve ser central no projeto da esquerda, mas o laço indissolúvel entre o direito à renda e o direito ao trabalho. Cada cidadão deve ter direito a um nível de vida normal; mas cada um e cada uma devem ter também a possibilidade (o direito e o dever) de fornecer à sociedade o equivalente-trabalho daquilo que ele ou ela consome; o direito, em suma, de ganhar a vida; o direito de não depender para a sua subsistência da boa vontade daqueles que tomam as decisões econômicas. Essa unidade indissolúvel entre o direito à renda e o direito ao trabalho é para cada qual a base da cidadania (Gorz, 2003: 202).

Para ele, o verdadeiro trabalho, no sentido antropológico e filosófico, é o trabalho de criação, de invenção, de expressão e realização de si, sem finalidade econômica. É dele que a sociedade sente falta. É por ele que se deve lutar. Acredita que, a partir deste trabalho a vida das pessoas será enriquecida de satisfação e prazer. “A luta por uma redução contínua e substancial da duração do trabalho pago supõe que este deixe de ser a única (ou mesmo a principal) ocupação de nossa vida” (Ibidem, p.220). Ressalta que outros valores e atividades devem predominar na vida de cada um, e, essa mudança da sociedade e da cultura “exige de cada pessoa um trabalho sobre si ao qual ela pode ser incentivada, mas nenhum Estado, governo, partido ou sindicato pode fazer por ela. Ela exige que encontremos para a vida outro sentido que não aquele do trabalho, da ética profissional, do rendimento” (Gorz, 2003:220). Assim, para Gorz as atividades autônomas, que são cumpridas como um fim em si mesmas, livremente, são as que constituem fontes de sentido e alegria e a conquista de sua prevalência na vida de cada um depende das pessoas individualmente e não da luta de classes.

As teses de Gorz são polêmicas e provocam reação. Em relação à perda da centralidade do trabalho, diz Ricardo Antunes (2005b:83):

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca.

Sara Granemann também rebate a visão de que o trabalho perdeu a centralidade na sociedade contemporânea, em decorrência da redução dos postos de trabalho:

Saber que os postos de trabalho diminuem não resulta em corroborar com os argumentos de que o trabalho perdeu sua centralidade nos dias que correm. Argumenta-se na razão inversa (...) o trabalho continua a ser o centro da estruturação capitalista, especialmente, porque o capitalismo ainda não conseguiu gerar riqueza senão pela apropriação do trabalho não-pago (Granemann, 1999: 162)

Quanto à negação do trabalho assalariado como forma de superação da exploração capitalista, Antunes (2003), sem negar o estranhamento e a alienação que o trabalho assalariado produz e a necessidade de sua completa eliminação, é crítico em suas posições:

O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária *não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranho e fetichizado* (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras (que totalizam mais de dois terços da humanidade) que vive no chamado Terceiro Mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma *desefetivação, des-realização e brutalização* ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho⁴⁸ (Antunes, 2003: 177-178, grifos do autor).

Da mesma forma, no que concerne à negação da capacidade revolucionária do trabalho, explicitada por Gorz, quando atribui a cada indivíduo a tarefa da mudança da sociedade e da cultura do trabalho abstrato, Antunes mais uma vez é contundente:

A superação da sociedade do trabalho abstrato (...) requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado (...) como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente de caminhar para além do capital (ibidem, p. 88).

Neste estudo, concordo com as idéias de Antunes e de Granemann sobre a centralidade do trabalho e, com as idéias de Antunes sobre o papel revolucionário da classe trabalhadora, em contraposição às idéias de Gorz. Ainda assim, o assunto requer dois comentários.

O primeiro comentário diz respeito às idéias de Gorz sobre dois aspectos: a) a redução da jornada de trabalho ao limite que retire o trabalho assalariado da condição de atividade única ou a mais importante da vida dos seres humanos e possibilite a esses mais tempo livre para outras atividades de prazer; b) a necessidade de generalização do trabalho. O argumento para comentar as idéias do autor é mais uma vez fundado em Marx (1988b). Por um lado, quando diz que na sociedade capitalista a jornada de trabalho jamais poderá ser reduzida ao tempo necessário, pois assim desaparecia o trabalho excedente e conseqüentemente, a mais valia, fundamento desse modo de produção.⁴⁹ Por outro, quando afirma em sua obra, que:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor, e, em conseqüência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais eqüitativamente se distribua o trabalho entre os membros aptos da sociedade, e quanto menos uma camada social possa furtar-se às necessidades naturais do trabalho, transferindo-a para outra classe. **Então, a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho.** Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre

⁴⁸ Expressão utilizada pelo autor para se referir à classe trabalhadora.

⁴⁹ Ver MARX, Karl. Op. cit. 1988b.p.606.

para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho (Marx, 1998b: 607, grifo nosso).

Assim, é procedente a luta pela redução da jornada de trabalho, mas é preciso ter claro que a sua redução ao limite necessário à produção de seus meios de subsistência (ou até que o trabalho pago deixe de ser a atividade única ou principal da vida dos seres humanos, como quer Gorz) só ocorrerá com a eliminação do modo de produção capitalista, como diz Marx, “a eliminação da forma capitalista de produção permite limitar a jornada de trabalho ao tempo necessário” (ibidem, p.606). Pois, na sociedade capitalista, somente a classe dos capitalistas consegue tempo livre, a vida dos trabalhadores é de tempo de trabalho.

O segundo comentário refere-se ao argumento de Antunes sobre a superação da sociedade do trabalho abstrato. É procedente o argumento do autor que a superação da sociedade capitalista requer como condição o reconhecimento do papel central da classe trabalhadora nesse processo, entretanto há que se ressaltar a necessária articulação entre os vários movimentos existentes na contemporaneidade para que se avance na superação da sociedade capitalista rumo ao socialismo, conforme foi dito anteriormente. Ou seja, a superação da sociedade capitalista não será obra apenas da ação política dos trabalhadores assalariados, embora esses tenham papel central.

Até aqui se tratou dos sentidos e lugar do trabalho na sociedade. Também foram feitas referências genéricas acerca das mutações recentes no mundo do trabalho, para destacar aspectos particulares e contrários. Na seção seguinte, a reflexão será direcionada para a natureza dessas mutações, as bases em que se sustentam, dimensões e relações com a reorientação do papel do Estado no capitalismo contemporâneo.

1.2 A reestruturação produtiva e as mutações recentes no mundo do trabalho

A história do capitalismo é marcada por crises. Isso se deve à sua própria natureza e contradições entre suas condições constitutivas. Harvey (2004c), baseado em Marx, nos lembra de três destas condições, as quais, segundo ele, são inconciliáveis para assegurar um desenvolvimento equilibrado. A primeira condição é a sua orientação para o crescimento, como meio para garantir lucros e sustentar a acumulação do capital. A segunda condição é o seu crescimento, em valores reais, apoiado na exploração do trabalho vivo da produção, com base na diferença entre o que o trabalho cria e àquilo que se apropria, o que torna o controle do trabalho na produção e no mercado condição essencial para a sua perpetuação, como modo de produção. A terceira condição é a sua necessária dinamicidade tecnológica e organizacional,

tanto para o domínio do mercado como para o controle do trabalho. A impossibilidade de combinação dessas condições, sem problemas, torna o capitalismo um modo de produção com tendências a crises.

Essa tendência do capitalismo a crises o torna propenso a produzir fases periódicas de superacumulação, que se manifestam pelo desemprego, capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadoria ou estoque, excedente de capital-dinheiro, etc. As crises de superacumulação abalam a sociedade até os seus alicerces. São crises por excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais não atendidas, de fome em meio à abundância. As crises iniciadas nos decênios de 1930 e de 1970 são típicas dessa tendência.

Para entendê-las é fundamental que se compreenda a lei geral da acumulação capitalista. Para explicá-la, Marx (1988b) parte da suposição de uma situação em que uma determinada quantidade de meios de produção exija sempre a mesma quantidade de força de trabalho para fazê-los funcionar, admitindo-se que as demais condições na produção fiquem inalteradas. De acordo com esses pressupostos, a procura da força de trabalho aumentaria proporcionalmente ao crescimento do capital, vez que o avanço do processo de reprodução simples e ampliada implicariam cada vez mais a necessidade de força de trabalho para gerar o valor investido na produção da mercadoria e o valor adicional (mais valia). Dessa forma, em determinado momento, as necessidades de acumulação do capital superariam a oferta de trabalho, fazendo crescer os salários. O que não serve ao capitalista. Pois, se o seu objetivo é expandir o seu capital, as condições para isso devem favorecer a produção da mais valia em taxas cada vez mais elevadas, o que pressupõe trabalho não pago incorporado ao valor das mercadorias, como fonte de capital adicional. Com salários altos, correspondendo ou superando o valor investido na produção de mercadorias (a compra dos meios de produção e força de trabalho), seu objetivo torna-se inatingível, haja vista não produzir mais valia. Mesmo que os salários fiquem abaixo do valor previamente investido para produzir as mercadorias, a dependência da força de trabalho fornecida apenas pelo incremento natural da população tornaria a acumulação do capital um processo muito lento. Desse modo, o próprio processo de acumulação do capital cria as condições de que necessita para atender às suas necessidades de acumulação e expansão. A criação de uma população trabalhadora excedente, diga-se, uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que ultrapasse as necessidades médias de expansão do capital, torna-se, ao mesmo tempo produto e condição para a acumulação do capital e, inclusive, da existência do modo capitalista de produção, como diz Marx:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de

existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população (Marx, 1988b: 733-734).

Assim, não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível pelo incremento natural da população. Ela precisa de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural. Para isso, por meio da elevação da produtividade do trabalho, que implica acréscimo dos meios de produção, em relação à força de trabalho, associado a métodos que contraem o tempo socialmente necessário à produção e aumentam o trabalho excedente, uma parte dos trabalhadores é induzida ao desemprego ou subemprego, conforme sejam as necessidades de acumulação e expansão do capital, criando-se uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. De acordo com Marx, esse processo é peculiar à indústria moderna, “toda a forma do movimento da indústria moderna nasce (...) da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados” (ibidem, p.735). Portanto, a existência de desempregados na classe trabalhadora é uma condição imanente ao capitalismo, a partir de sua fase industrial.

Essa população relativamente supérflua ou exército industrial de reserva existe sob as formas de população flutuante (trabalhadores ora repelidos e ora atraídos pelo mercado de trabalho, nos grandes centros industriais), latente (trabalhadores que migram da zona rural para as cidades, por se encontrarem sempre na iminência dessa migração, em decorrência da repulsão, sem contrapartida de atração, provocada pela acumulação do capital que funciona da agricultura), estagnada (parte do exército industrial em ação, mas em ocupações irregulares), além do pauperismo.⁵⁰ No segundo capítulo essas formas serão retomadas na perspectiva de compará-las com as características atuais da população em situação de rua no Brasil. Aqui, interessa saber da existência e da função do exército industrial de reserva.

Nesse sentido, sabe-se que o movimento geral dos salários é regulado pela expansão e contração do exército industrial de reserva correspondente às mudanças periódicas do ciclo industrial. Durante as fases de expansão econômica, o exército industrial de reserva (parte da classe trabalhadora em ociosidade forçada) exerce uma pressão sobre a parte da classe trabalhadora empregada (exército industrial em ação). Nas fases de superprodução, esse exército modera as exigências dos trabalhadores. Assim, a lei da oferta e demanda de trabalho

⁵⁰ O pauperismo é considerado por Marx, como “o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. Ver MARX, Karl. Op.cit. 1988b. p.747.

se move, em condições absolutamente favoráveis ao capital, condicionada pela existência da superpopulação relativa, como bem expressa o seguinte trecho d' *O Capital*:

A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação do capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial, confinada dentro dos limites conveniente à exploração capitalista, e, finalmente garantida a imprescindível dependência social do trabalhador com o capitalista, uma relação de dependência absoluta... (Marx, 1988b: 888).

Dessa forma, a existência do exército industrial de reserva é fonte de enriquecimento individual do capitalista e acelera a sua própria reprodução no curso da acumulação do capital:

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual do capitalista e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (ibidem,p.738).

Quanto maior é a acumulação (a riqueza social), maior é também o contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. Quanto maior é o exército industrial de reserva em relação ao exército industrial em atividade, maior é a superpopulação relativa. Essa é mais miserável, quanto menos é absorvida pelo mercado de trabalho. Quanto maior a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo. Destarte, o crescimento da miséria é proporcional ao crescimento da riqueza. É o que diz a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potencias da riqueza, mas, quanto maior este exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. **Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista - grifo do autor** (Marx, 1988b: 747, grifos do autor).

Assim, como foi dito anteriormente, as crises iniciadas nos decênios de 1930 e de 1970 são típicas de superacumulação, durante as quais, boa parte da classe trabalhadora empregada foi empurrada para o exército industrial de reserva. O desemprego inerente ao modo de produção capitalista aumentou em níveis bastante elevados nas duas situações.

A crise dos anos trinta, do século XX, teve feição atribuída pela profunda depressão econômica. Os excedentes de mercadorias não podiam ser vendidos e o desemprego atingia

níveis sem precedentes. O efeito foi a desvalorização e até mesmo a destruição, em alguns casos, dos excedentes de capital e a condução dos excedentes da força de trabalho à condição deplorável. A estratégia de enfrentamento da crise conduziu a compromissos assumidos entre sujeitos políticos, econômicos e sociais, em torno do padrão de acumulação fordista⁵¹ e modo de regulação⁵² Keynesiano⁵³ e Beveridgiano,⁵⁴ que resultou em um período prolongado de crescimento econômico, intervenção do Estado nas áreas social e econômica, repercutindo na formação do Estado Social⁵⁵, no pós-segunda guerra, em vários países industrializados da Europa e das Américas, cujas histórias e realidade econômica, política e social conferiram-lhe características específicas. Foram trinta anos de crescimento econômico e ampliação da cidadania pela via do quase pleno emprego, da expansão e consolidação de sistemas de proteção social e da preservação da democracia de massa. Diz Pochmann:

No pós-guerra, foram observados sinais de redução nos níveis de pobreza e de melhoria no perfil de distribuição de renda, como resultado direto de um padrão sistêmico de integração social. Em outras palavras, este padrão promoveu um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores (Pochmann,2002:13).

Esse ciclo de expansão durou de 1945 ao início dos anos 1970, até que nova crise estrutural, com prolongamento por toda a década subsequente, afetasse novamente o sistema.

⁵¹ Padrão de acumulação desenvolvido ao longo do século XX, que se fundamentou na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, na separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, no trabalho parcelar, na produção em série, com controle rígido do tempo. A base da acumulação está na aposta do consumo de massa, possibilitado por bons salários e tempo livre para os operários. Sua estruturação partiu da idéia de Henry Ford, em 1914.

⁵² A cada novo regime de acumulação vincula-se um modo de regulação, cuja viabilização deve-se, sobretudo ao Estado. Sua existência cria compromissos entre agentes sociais no poder, segmentos e grupos sociais de classes não dominantes, mediante consensos construídos e materializados em leis, regulamentos, estatutos, etc.

⁵³ Conjunto de estratégias administrativas, científicas e de poderes do Estado voltado para estabilizar o capitalismo, desenvolvidas com base na teoria econômica de Keynes. Tornou-se a base da regulação que sustentou o padrão produtivo Fordista/taylorista no período entre 1945 a 1973, em vários países.

⁵⁴ Conjunto de propostas sobre a organização de pontos e serviços sociais constante no plano Beveridge de seguridade social, aprovado pelo Parlamento da Inglaterra em 1942. Ver: BEVERIDGE, William. *O plano Beveridge*: relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

⁵⁵ Pisón utiliza o termo Estado Social para significar o Estado Social de Direitos que se constrói para organizar a vida política e social das sociedades no período Pós-Segunda Guerra Mundial e tem como características centrais o caráter de Estado protetor e intervencionista que se legitima pelo reconhecimento dos direitos sociais, viabilização do bem estar geral, participação dos cidadãos nas decisões e pluralismo político. Sua materialização se deu fundada na teoria econômica de Keynes e no plano Beveridge de seguridade social. Esta é também a noção e a terminologia que utilizaremos nesta pesquisa. Ver PISÓN, José Martínez. *Políticas de Bienestar. Um Estúdio sobre los Derechos Sociales*. Madrid: Tecnos, 1998. Registra-se que outras terminologias são encontradas na literatura como Welfare State (Estado de Bem-estar) e Etat Providence ou Estado Providência. A primeira de origem anglo-saxônica é usada para designar o conjunto das políticas sociais estruturadas com base no fordismo-keynesianismo no pós-guerra. A última terminologia é usada para designar o Estado Providencial, constituído na França, no século XIX, ou a idéia de Estado responsável pela regulação do mercado para responder as situações de riscos pessoais e sociais, constituído naquele país, no século XX. Sobre o assunto ver: BOSCHETTI, Ivanete. *Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social brasileira*: Psicol. soc.: jan./jun.2003, v.15, n.1, p.57-96.

A elevação das taxas de inflação, a crise financeira e do comércio internacional, a recessão econômica, com os seus elementos constitutivos (desemprego, baixo crescimento econômico, baixa lucratividade, etc.), aguçada pelo choque da elevação dos preços do petróleo em 1973, são algumas das manifestações da crise do capitalismo iniciada nos anos 1970, em que o padrão de acumulação e regulação fordista/keynesiano deu sinais de esgotamento.

Uma crise de superacumulação, em que milhões de trabalhadores foram conduzidos ao exército industrial de reserva e a classe trabalhadora teve reduzido seu poder de resistência, como dizem Harvey e Brooks (1992, apud Harvey, 2004a:20-21, aspas do autor):

A imprensa está cheia de reclamações sobre como a mudança tecnológica está destruindo oportunidades de emprego, enfraquecendo as instituições dos trabalhadores organizados e aumentando em vez de reduzir a intensidade e a carga de trabalho (...).E há igualmente a questão de como “o exército industrial de reserva” foi produzido, mantido e manipulado, em favor dos interesses da acumulação do capital, nas últimas décadas, incluindo a admissão de Allan Budd, ex-conselheiro de Margaret Thatcher, de que a luta contra a inflação no começo dos anos de 1980 foi um pretexto para aumentar o desemprego e reduzir a força da classe trabalhadora.“O que se produziu”, disse ele, “em termos marxistas, foi uma crise do capitalismo que recriou um exército operário de reserva e permitiu aos capitalistas ter desde então altos lucros”.

As estratégias de enfrentamento dessa crise resultaram na conjugação de vários fatores e intervenções de atores econômicos, políticos e sociais. As corporações econômicas e o Estado cumpriram papéis destacados. Os decênios de 1970 e 1980 foram períodos de reestruturação econômica e reajustamento social e político, em busca de um novo padrão de acumulação e modo de regulamentação social e político a ele vinculado. Harvey (2004c) fala na passagem do fordismo para um padrão de “acumulação flexível”, que pode assim ser explicada:

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvida (...) A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural (...) rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (Harvey, 2004c:140-141).

Ao fixar atenção na fala de Harvey, percebe-se que essa crise e as estratégias do capital para enfrentá-la afetaram profundamente o mundo do trabalho, tanto nos aspectos objetivos,

materiais (desemprego, baixos rendimentos, etc.), como nos aspectos subjetivos (enfraquecimento dos sindicatos, cooptação ideológico, etc). É disso que se tratará a seguir.

A reestruturação produtiva, aqui entendida nos termos definidos por Mota, como “uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo *equilíbrio instável* que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (Mota, 1995:65), é elemento central nas determinações das mudanças recentes no mundo do trabalho. Ela implicou um novo modo de organizar a produção, com base em novos métodos e processos de trabalho, fundados na automação de base microeletrônica; novos padrões de gestão e envolvimento da mão-de-obra; relações e condições de trabalho, baseadas na desregulamentação dos direitos trabalhistas. Tudo isso, associado à financeirização do capital e aos novos modos de ofertas dos serviços financeiros e às novas formas de comercialização, baseadas em tecnologias avançadas, teve repercussões gigantes para a classe trabalhadora. Repercutiu na obsolescência de atividades e qualificações; na exigência de um perfil de trabalhador polivalente, capaz de operar várias máquinas e utilizar de modo mais intenso a sua capacidade intelectual; na redução da criação e oferta de novos postos de trabalho; na crescente cooptação do movimento sindical, pelas formas denominadas de sindicalismo de participação; na redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho; numa maior heterogeneidade da classe trabalhadora, entre outras repercussões. Entre as conseqüências, o aumento do desemprego e do trabalho precarizado destacam-se como fatores relevantes no aprofundamento das desigualdades sociais e elevação dos níveis da pobreza. Assim, como diz Behring (2003:37), “o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é *desagregador da solidariedade de classe e regressivo*.”

Antunes (2003, 2005b, 2006b), ao falar das mutações do mundo do trabalho, ressalta que elas ocorreram devido à concorrência intercapitalista e a necessidade de controle do capital sobre o trabalho. Para ele, essas mutações se desenvolveram em um contexto complexo, em que, além da crise estrutural do capitalismo, outros processos ocorreram. Deu-se o fim do chamado “bloco socialista” do Leste Europeu e com isso a propagação da falsa idéia do “fim do socialismo”. Ocorreu um processo de opção político-ideológica pela social-democracia, em detrimento do projeto socialista, por grande parte da esquerda e, com isso, sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Houve uma grande expansão do projeto econômico, político e social neoliberal, repercutindo, entre outras coisas, no desmonte dos Estados Sociais e na reestruturação produtiva. Para o autor, esta processualidade afetou a classe trabalhadora e a sua esfera subjetiva, política e ideológica, representada pelo movimento sindical:

Particularmente nos últimos anos, *como respostas do capital à crise dos anos 70*, intensificaram-se as transformações do próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição de formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário (Antunes, 2005b: 180-181, grifos do autor).

O Toyotismo⁵⁶ é destacado por Antunes (ibidem) como um modo de organização do trabalho, desenvolvido no Japão, que vem se expandindo para outros países, no Ocidente, cujas características marcam profundamente a organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Da mesma forma, os Círculos de Controle de Qualidade – CCQ se expandiram como formas de incentivo para discutir o trabalho e o desempenho com vistas à elevação da produtividade. A implementação dos CCQ assume particularidade em cada país. Porém, em quaisquer de suas formas, reforçam a subordinação do trabalho ao capital, mediante controle deste sobre àquele na esfera da produção. No contexto desse novo modo de organizar o trabalho na produção, o sindicalismo de resultados, subserviente ao capital, expande-se, enquanto o sindicalismo combativo, classista, enfrenta uma onda regressiva.

Antunes (2003;2004;2005b;2005c) aponta outras conseqüências da acumulação flexível para o mundo do trabalho, algumas das quais também destacadas por Mattoso (1995) e Harvey (2004a; 2004b; 2004c). Segundo a abordagem de Antunes, as principais conseqüências são: uma crescente redução do operariado manual, fabril estável e especializado, que se desenvolveu na era fordita/taylorista; incremento de um novo proletariado fabril e de serviços, presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, tempo parcial, temporários, informalizados, etc.); aumento significativo do trabalho feminino, absorvido, sobretudo, pelas formas de trabalho precarizado; incremento dos assalariados médios no setor de serviços, embora já se perceba desemprego nesse setor; a exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho e exploração brutalizada do trabalho de imigrantes e negros, em vários países; expansão do trabalho em domicílio, com o crescimento de médias e pequenas empresas; ação dos trabalhadores cada vez mais internacionalizada. Essas mudanças, na opinião de Antunes, tornaram a classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e complexificada.

⁵⁶ Modo de organização do trabalho, que nasceu na fábrica da Toyota, no Japão, no pós-segunda-guerra, cujas características centrais são: a produção variada e heterogênea, vinculada à demanda; o trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções do operário; o estoque mínimo de peças nas fábricas; a horizontalização do processo produtivo, transferindo a terceiros, parte da produção da empresa e o aproveitamento do tempo da produção, com base no princípio do *just in time*. Sobre o assunto, ver as obras de Antunes, referências neste trabalho, e HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo:Loyola, 2004c p. 115-184.

Para Mattoso (1995), que também reconhece a classe trabalhadora como mais complexificada, heterogênea e fragmentada, a reestruturação produtiva imprime mudanças substanciais ao mundo do trabalho, que se traduzem em *insegurança* generalizada para a classe trabalhadora. *Insegurança no mercado de trabalho*, em função da não-prioridade ao pleno emprego como objetivo de governo, da redução de postos de trabalho assalariado, principalmente no setor de indústria, e do aprofundamento da desigualdade entre os desempregados devido à redução dos benefícios sociais; *insegurança no emprego*, devido à redução da estabilidade e à priorização de formas precárias de emprego, como a subcontratação; *insegurança na renda*, decorrente da flexibilização dos salários, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da elevação dos níveis de concentração de renda e do crescimento da pobreza; *insegurança na representação do trabalho*, decorrente da diminuição do número de sindicalizados, entre outras inseguranças.

Para Harvey, o mercado de trabalho, a partir de 1973, passou por uma profunda reestruturação favorecida pelo elevado excedente de mão-de-obra e pelo enfraquecimento do movimento sindical, assim, percebe-se uma redução do emprego regular e o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado. É o que diz (Harvey, 2004c:143):

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregado) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregos regulares, sistemas como 'nove dias corridos' ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico da demanda, compensando com menos horas em período de redução da demanda, vêm se tornando mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

A reestruturação produtiva tem como um dos seus componentes a automação de base microeletrônica, que comporta uma variedade de equipamentos que possuem em comum o fato de se conectarem a um computador, que controla e comanda as operações das máquinas-ferramenta ou processamento de dados. Esse fato introduziu um debate sobre as relações entre o trabalho vivo e o trabalho morto, na atualidade. Para Gorz, cada vez mais há um predomínio do trabalho morto e uma perda de sentido do trabalho vivo, que os trabalhadores apenas operam as máquinas, tornando-se uma força secundária. É o que diz:

De um modo geral, o trabalho tende a tornar-se uma força de produção secundária diante da potência, do automatismo e da complexidade dos

equipamentos. Cada vez mais raros são os empregos onde as noções de esforços e de rendimento individuais fazem ainda sentido, onde a quantidade e a qualidade dos produtos dependem da aplicação dos trabalhadores e onde o orgulho pelo produto bem feito possa ser fonte de identidade social e pessoal. Nas usinas robotizadas e nas indústrias de processo contínuo (...) o trabalho consiste (...) em vigiar, (re) programar e, quando é o caso, corrigir ou reparar o funcionamento dos sistemas automáticos. Os trabalhadores estão de serviço e não de trabalho. Seu trabalho é essencialmente intermitente (Gorz, 2003:221-222).

Existem autores que têm opinião diferente. Percebem e reconhecem o peso da automação de base microeletrônica no âmbito das empresas e na prestação de serviços em geral, mas destacam que existe uma interação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, e que o trabalho vivo jamais poderá ser extinto, visão com a qual tenho concordância.

Entre esses autores, Antunes (2003, 2004, 2005b e 2005c) rebate as teses que negam o processo de interação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, destacando que no mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laboral mesclam-se de forma que as máquinas inteligentes podem substituir em grande quantidade, mas não podem extinguir e eliminar definitivamente o trabalho vivo. Diz o autor, “o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não pode eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (Antunes: 2006b:44). Mas, por que o capital não pode extinguir o trabalho vivo? A resposta é encontrada em Marx. Porque “o valor de uma mercadoria não é determinado pela quantidade de trabalho que nela realmente se corporifica, mas pela quantidade de trabalho vivo necessário para produzi-la” (Marx, 1988b:619). Assim, da mesma forma que o trabalhador precisa vender a sua força de trabalho para viver, o capitalista precisa comprá-la para enriquecer, “o capital pressupõe o trabalho assalariado, e o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles se condicionam e se reproduzem reciprocamente” (Marx, 1849, apud Marx, 1988b: 673, nota de rodapé n. 20). Assim sendo, é o trabalho vivo que gera a mais valia e esse é o fundamento da sociedade capitalista, “produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 1988b:719).

Como essa, outras respostas para as mudanças atuais no mundo do trabalho podem ser encontradas em Marx, cuja obra ultrapassa um século e meio como referência em estudos econômicos e políticos. A elevação da produtividade por meio do uso de tecnologias (tema central no debate contemporâneo) é um tema presente em sua obra, como revela esta passagem, em que o autor fala do objetivo do capital ao empregar maquinaria:

Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia (Marx, 1988b:424).

Como se pode perceber, as mudanças recentes no mundo do trabalho se explicitam sob várias formas e tiveram como fio condutor a reestruturação da produção do capital para dar conta de um novo padrão de acumulação, o qual Harvey (2004c) chama de “acumulação flexível”, cuja noção orienta este trabalho. Ressalta-se, porém, que a reestruturação produtiva é apenas um dos movimentos desencadeados a partir do decênio de 1970, com vistas a um novo padrão de acumulação e a uma nova conformação do capitalismo contemporâneo. A financeirização do capital e as mudanças no papel do Estado também são movimentos relevantes nessa direção.

Assim, vale destacar a idéia de Harvey sobre a acumulação por espoliação – denominação que o autor atribui à acumulação baseada em atividades predatórias e fraudulentas e na violência, que em sua opinião, também caracterizam a chamada acumulação primitiva, referida por Marx.

Para configurar os métodos utilizados pela chamada acumulação primitiva, Marx (1988b) destaca vários processos ocorridos na Inglaterra no final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI: o roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a transformação das terras comuns em propriedade privadas, expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, entre outros processos. O Estado teve papel fundamental na promoção desses processos. Porém, Marx considera a chamada acumulação primitiva como uma etapa original da sociedade capitalista, não mais relevante após essa fase. Harvey fez uma análise desses processos e concluiu que “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (Harvey, 2004b:121). Segundo o autor, “a acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte pela compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida” (ibidem, p.129). Destaca como veículo dessa mudança, a financialização e a orquestração de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear, periodicamente, surtos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou territórios e a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e ao sistema de mercado livre, como a Coréia do Sul, Taiwan e a China. Para que esses processos ocorressem foi necessário, além da financialização de um sistema financeiro internacional e da maior liberdade comercial, uma abordagem distinta acerca de como o poder do Estado, na condição de agente da acumulação por espoliação, deveria se desenvolver. Segundo o autor, “o surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizam grande parcela do tom geral dessa transição” (ibidem, p. 129). O

autor apresenta várias atuais situações como expressão da acumulação por espoliação como, a biopirataria, a privatização da água e de bens de utilidade pública de todos os gêneros (telefonía, energia elétrica, gás, etc.), a destruição dos recursos ambientais globais, a exploração sexual comercial, o sistema de crédito e o capital financeiro. Mas, considera as privatizações conduzidas pelo neoliberalismo, “o braço armado” da acumulação por espoliação:

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudesse executar privatizações (2004b:130-131, grifos do autor).

O mais interessante nesta discussão que Harvey (2004b) traz é o olhar abrangente sobre o capitalismo contemporâneo e os processos que o conformam, bem como os domínios das lutas que devem ser desenvolvidas para enfrentá-los. Seu esforço em retratar este contexto, que não cabe aqui recuperar, pode ser sintetizado em duas expressivas afirmações. A primeira diz: “a acumulação do capital tem de fato caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente” (Ibidem, p.144). A segunda pode ser considerada uma consequência da primeira, “tem-se principalmente de cultivar assiduamente a conectividade entre lutas no interior da reprodução expandida e contra a acumulação por espoliação” (Ibidem, p. 146). Essa visão de Harvey sugere uma revisão dos termos e espaços da luta política que se tem pela frente.

Na conformação de um novo padrão de acumulação, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, um novo sistema de regulação social e político lhe deu forma, transformando-o em leis, regulamentos, hábitos, relações, em cuja constituição o Estado foi fundamental, tendo que reorientar a forma de intervenção desenvolvida em décadas anteriores.

No período de expansão do pós-guerra, o Estado assumiu uma variedade de obrigações: controlou ciclos econômicos, envolvendo combinações de políticas fiscais e monetárias dirigidas para as áreas de investimento público, essenciais ao crescimento da produção e do consumo de massa, e à garantia do quase pleno emprego; assegurou um grande complemento salarial com gastos de seguridade social, educação, habitação, etc.; além de exercer seu poder direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores.

A partir do decênio de 1970, essas funções são alteradas. O neoliberalismo apontou o Estado Social como o principal responsável pela crise do capitalismo iniciada na segunda metade do decênio de 1970. Assim, a estratégia global construída para enfrentá-la pautou-se em quatro pontos centrais, na opinião de Navarro (1998): combate ao déficit fiscal do Estado para possibilitar maior liberação para a iniciativa privada; substituição das políticas voltadas para o pleno emprego por políticas que permitam a livre comercialização da força de trabalho, como qualquer outra mercadoria; eliminação ou redução drástica das políticas de proteção social que aumentam o consumo de massa; não intervenção do Estado na regulação do comércio exterior e dos mercados financeiros para permitir a livre movimentação de capitais e uma mais eficiente distribuição de recursos em escala internacional.

O Estado perdeu, assim, alguns poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital, especialmente do financeiro e monetário. Também foram impostos limites em relação à política fiscal, de forma que os investimentos direcionados às políticas de proteção social foram transformados em subvenções públicas ao capital. Mas isso não significa que a ação intervencionista do Estado tenha sido reduzida, como diz Harvey, “a fim de fazer funcionar a atual vaga do neoliberalismo, o Estado tem de penetrar ainda mais intensamente em certos segmentos da vida político-econômica e tornar-se ainda mais intervencionista do que antes” (Harvey, 2004a:94). O que mudou foram as áreas e/ou formas de intervenção, as quais são ditadas pelo capital, conforme suas necessidades de acumulação e expansão.

Em outro trecho de sua obra, Harvey reafirma a não redução do intervencionismo estatal, destacando o controle que este passou a exercer sobre o trabalho, de modo mais incisivo:

Embora possa ter havido variações substanciais de país para país, há fortes evidências de que as modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram uma grande mudança a partir de 1972 em todo o mundo capitalista, pouco importando a tendência ideológica do governo no poder (...) isso não significa, porém, que o intervencionismo estatal tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos – em particular no tocante ao controle do trabalho -, a intervenção do Estado alcança hoje um grau bem mais fundamental (Harvey, 2004c: 161).

Interessante a ressalva do autor acerca do papel do Estado no que se refere ao controle do trabalho, como sendo em grau bem mais fundamental, após 1972. Observa-se, entretanto, que a busca de um novo consenso de classes, a partir do período referenciado pelo autor, não significou a reedição das estruturas e mecanismos sóciopolíticos que viabilizaram esse consenso e deram sustentação à expansão econômica do pós-guerra, como as negociações e acordos coletivos de trabalho entre empresas e sindicatos, expansão dos sistemas de seguridade social e democratização da legislação reguladora do trabalho. Ao contrário, tais

mecanismos foram desmantelados e novos foram construídos, tendo como diretriz a redução do poder sindical e a elevação dos níveis de exploração dos trabalhadores pelo capital, dos quais os CCQ são exemplo.

Essa análise conduzida, inicialmente, pelas idéias de Harvey, associa-se a outra também orientada pelo autor, no que se refere ao papel do Estado na acumulação do capital. Segundo Harvey (2004b), a condição mais essencial para a atividade capitalista é um Estado burguês, por meio do qual as instituições de mercado, as regras contratuais (inclusive as de contratos de trabalho), sejam legalmente garantidas, bem como sejam criadas estruturas de regulação para conter conflitos de classes, arbitrar diferentes interesses de facções do capital (financeiro, comercial, agrário, etc.) e políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro, segurança dos negócios e relações comerciais externas sejam traçadas. Dessa forma, pode-se dizer que:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (Harvey, 2004b:111).

Assim, a reestruturação produtiva, como fio condutor das mudanças no mundo do trabalho, direcionada para a conformação de um novo padrão de acumulação do capital, não pode ser vista separada da reorientação do papel do Estado. São processos combinados.

A análise da alternância de papéis assumidos pelo Estado no processo de acumulação do capital conduz à compreensão desta entidade política, na sociedade capitalista, como um produto da luta de classes, que representa primordialmente os interesses da classe dominante. Porém incorpora as demandas da classe trabalhadora explicitada na luta de classes, ou como diz Behring, “como espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital, o que implica uma diretiva de classe, mas incorporando demandas dos trabalhadores expressas no processo de luta de classes” (Behring, 2003: 22). Esta visão de Estado orienta este estudo.

Ao finalizar esta parte primeira da reflexão é preciso dizer que a reestruturação produtiva e as mudanças no papel do Estado, associadas a outras medidas vinculadas às características de cada país foram implementadas, em períodos e ritmos diferentes, sobretudo nos países industrializados, em que o Estado Social tinha alcançado amplo desenvolvimento.

Nos países periféricos, como os latino-americanos, a reestruturação produtiva e as mudanças no papel do Estado também ocorreram em níveis, formas, ritmos e tempos diferentes em cada país, de acordo com suas características econômicas, políticas e sociais. Porém, em quaisquer circunstâncias, ocorreram em condições subordinadas às regras estabelecidas pelos países centrais, por meio dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional

(FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). A condição de subordinação deveu-se, sobretudo, à imensa dívida externa dos países periféricos para com os países centrais e os organismos mencionados.

O Brasil não fugiu a esse padrão. A partir da última década do século passado, particularmente de sua segunda metade, avançou em seu processo de ajuste às políticas neoliberais, tendo a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado como metas. Esses processos combinados ocorreram sob condições subordinadas e implicaram mudanças no mundo do trabalho, que corroboraram para o aprofundamento das desigualdades sociais, pelo aumento da concentração de renda, o aprofundamento do desemprego e da precarização do trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores. A combinação desses elementos promoveu a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no país, elevando assim, os índices de pobreza e níveis de vulnerabilidade social da classe trabalhadora. É disso que trata a seção subsequente.

1.3 A reestruturação produtiva no Brasil e os seus impactos no mundo do trabalho

O processo de reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital constitui uma estratégia para enfrentar a crise de acumulação que ocorreu a partir da década de 1970 nos países centrais, com repercussões nos países periféricos, com um parque industrial desenvolvido, entre os quais o Brasil se encontra.

Aqui, a reestruturação produtiva começa a dar sinais na década de 1980, principalmente na indústria automobilística, por meio da racionalização organizacional das empresas e de suas respectivas linhas de produção; da adoção de programas de qualidade total; do envolvimento induzido da força de trabalho em todas as etapas do processo produtivo; da renovação de métodos e processos de trabalho; do uso de sistemas de automação e de outras iniciativas direcionadas para o aperfeiçoamento tecnológico. Esse processo orientou-se pelo propósito de ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica. A reestruturação produtiva visava, portanto, reduzir custos e elevar a produtividade. Deste modo, desde o decênio de 1980, percebe-se alterações na organização do trabalho, na estrutura produtiva, no mercado de trabalho e na organização, representação e ação política dos trabalhadores, embora de forma lenta, comparativamente ao que ocorreu nessa década nos países do capitalismo avançado. A partir da década de 1990, quando de fato se deu à adesão do Brasil às políticas neoliberais, esse processo se tornou mais evidente e intenso, como diz Antunes:

A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal*. Por isso, no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, *ainda dominante*, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo (Antunes, 2003:236, grifos do autor).

Nos anos 1990, a reestruturação produtiva ganha dimensão no país, em meio à crise no mercado interno e a abertura comercial ao mercado externo sob os desígnios neoliberais. Esse contexto levou as empresas a buscarem novas formas de produção e organização do trabalho, orientadas pelos princípios e diretrizes da chamada “acumulação flexível”, inclusive oriundos do modelo japonês, “toyotismo”. Assim, justifica-se, nas empresas, a crescente utilização de novos equipamentos de base microeletrônica, os Controles Lógicos de Processos - CLPs, robôs, máquinas-ferramenta, Sistemas CAD-CAM, sistemas digitais de controle distribuídos, Controle Estatístico de Processo - CEP, células de produção, tecnologias de grupo, sistema de qualidade total, normas ISO, redução do tamanho da planta, redução de cargos hierárquicos, terceirização da mão-de-obra, trabalhador polivalente, com domínio de várias informações sobre as novas tecnologias e com capacidade para operar várias máquinas ao mesmo tempo, além dos Círculos de Qualidade Total – CCQ. Com isso, “o novo desenho empresarial se daria a partir do pressuposto da empresa enxuta e competitiva, com ampla integração nas fábricas, maior flexibilidade produtiva e inovadores processos produtivos - *just-in-time*, sistema de informação, célula de produção e minifábricas” (Pochmann, 2001a: 43).

Assim sendo, a reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 no país, teve na abertura comercial ao mercado externo uma das razões para se desenvolver. Essa abertura exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isso levou as empresas nacionais a promoverem profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, o que resultou, em última instância, na desarticulação da cadeia produtiva, na maior intensidade do uso da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor de salários e no aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho do país. Com isso, expandiu-se o já significativo exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Além do que, como diz Alves, “a política de abertura

comercial e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para um ciclo de falência, fusões e aquisições nas empresas brasileiras” (Alves, 2002:75), aprofundando a abertura ao capital estrangeiro, de forma que, “o capital estrangeiro, que correspondia a 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país em 1991, passou para 53,5% no final de 1999” (ibidem, p.75). Para evitar a falência, a fusão ou a sua própria venda, as empresas nacionais utilizaram estratégias que tiveram implicações espaciais. Percebeu-se um processo de descentralização produtiva caracterizada pelo movimento de muitas empresas tradicionais, dos ramos de calçados, têxteis e também do setor metal-mecânico, deslocando-se de uma para outra região do país com vista à redução dos custos da produção mediante utilização de mão-de-obra mais barata e incentivos fiscais (Gomes, 2005).

Com o Plano Real em 1994, houve um relativo estímulo ao uso da automação nos principais pólos industriais do país, mas a reestruturação produtiva ganha um grande impulso no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995. Essa reestruturação da produção se deu assentada em um conjunto de medidas adotadas por esse governo no que concerne à desregulamentação dos direitos sociais, principalmente por meio da chamada flexibilização das leis trabalhistas e da reforma regressiva na Previdência Social, em 1998; no que concerne às alterações na legislação pertinente ao servidor público, além do enxugamento da máquina estatal, por meio dos Programas de Demissão Voluntária – PDV e da privatização das empresas estatais em áreas estratégicas (telefonia, extração de minérios, etc.). Ou seja, a reestruturação produtiva no país desenvolve-se tendo como uma de suas âncoras a intensa produção normativa e outras ações do Estado, no curso da reorganização de suas funções e da conformação de seu aparelho às novas funções a desempenhar no processo de readequação do ciclo reprodutivo do capital.

Destarte, pode-se dizer que a reestruturação produtiva, apoiada na abertura comercial, na intervenção do Estado, num contexto de ajuste estrutural do capitalismo brasileiro com vistas à recomposição do ciclo reprodutivo do capital, repercutiu na dinâmica espacial, no processo produtivo e na organização do trabalho, bem como no mercado de trabalho e na representação e ação político-sindical dos trabalhadores.

No que se refere ao mercado de trabalho no Brasil, o seu ajuste estrutural aprofundou-se, sobretudo, a partir da segunda metade do decênio de 1990, como diz Alves:

Após 1994, o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar seu ajuste estrutural, crescendo, a partir daí, o índice de desemprego aberto, em virtude não apenas das políticas neoliberais, que propiciaram o desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira, mas do novo complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo “choque de competitividade” (Alves, 2002:76).

Para o autor, foi em um cenário de ajuste subordinado da economia brasileira ao novo padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista no país. Assim, o que ele denomina "choque de competitividade" constitui um conjunto de diretrizes voltadas para dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais, que transcorreu os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, marcando a década de 1990, denominada pelo autor, de "década neoliberal". Alves destaca dois instrumentos fundamentais utilizados pelos governos mencionados no decorrer dessa década: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), variantes do documento *Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior - PICE*, editado em 1990, que teve como principal âncora financeira o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esse órgão priorizou a alocação de recursos para "a racionalização organizacional de toda a empresa, segundo os dispositivos "toyotista", com programas de qualidade total, ênfase no envolvimento estimulado da força de trabalho, racionalização das linhas de produção, além de sistemas de automação e iniciativas voltadas ao aprimoramento tecnológico" (Alves, 2000:99). Os princípios e ideologia "toyotista" foram incorporados a vários programas oficiais do governo Fernando Henrique, como é o caso do Programa Nacional de Qualificação do Trabalho – PLANFOR, que contribui para a sua difusão.

O PLANFOR constitui uma estratégia de combate ao desemprego, impregnada do discurso da qualificação como mecanismo gerador de condições de empregabilidade, que obteve elevadas cifras em financiamento pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A estratégia de enfrentar o desemprego pela via da qualificação foi adotada por diversos países do capitalismo avançado, no curso da reestruturação produtiva sob a égide neoliberal, a exemplo da Inglaterra, no governo Thatcher. O objetivo é o mesmo, em todos os lugares: o arrefecimento das lutas dos trabalhadores em nome da colaboração de classes.

Afinal, o investimento intensivo em qualificação do trabalhador não deixa de ser uma tentativa de explicar o desemprego como a ausência de qualificação, inaptidão, incompetência e outros atributos individuais dos trabalhadores e não uma condição estrutural do capitalismo. Assim, além de ineficaz do ponto de vista de combate ao desemprego, programas de natureza igual ao PLANFOR provocam efeitos negativos em relação à consciência e à luta dos trabalhadores. Como diz Behring, apoiada em Amaral (2001):

Os trabalhadores passam a incorporar que a situação de desemprego é gerada pelas opções individuais ao longo da vida em torno de sua qualificação para

determinada especialidade, ou pelas novas requisições tecnológicas. Assim, diluem-se os processos sociais mais amplos que geram o desemprego e possibilidades de luta coletiva em torno de saídas para além da qualificação. Não é por acaso que a reação sindical às mudanças da CLT esteve aquém da radicalidade requerida pela situação. Por meio desta estratégia, muitos sindicatos tornaram-se partícipes do projeto do governo, abdicando da luta coletiva contra o capital e sua expressão contemporânea, o neoliberalismo (Behring, 2003:227).

Registra-se que tanto Antunes (2003, 2005b), quanto Alves (2000; 2003) destacam que o conjunto das políticas neoliberais associadas à reestruturação produtiva provocou uma deterioração das condições e relações de trabalho, alterando a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, degradando-a tanto no sentido objetivo, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, conforme já discutido, quanto no sentido subjetivo, particularmente no plano ideológico e da consciência de classe.

No que concerne ao plano subjetivo, os autores referem-se a uma crise no sindicalismo, na década de 1990, manifesta por meio da queda do número de sindicalizados, bem como pela redução do volume e eficácia da ação sindical. Em outros termos, isso significa que houve uma reorientação da atuação sindical comparativamente aos anos 1980, ao chamado *novo sindicalismo* representado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, que na década de 1990 tendeu “a perder sua dimensão política, de prática de classe de cariz antagonista do capital, assumindo um caráter pragmático-neocorporativista, mais circunscrito ao segmento ou empresa” (Alves, 2002:89), tornando-se dessa forma, mais defensivo, enquanto o sindicalismo representado pela Força Sindical “preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado” (Antunes, 2003:240). Dessa forma, enquanto na década de 1980 o movimento sindical dos trabalhadores (o *novo sindicalismo*) vivenciou um momento extremamente positivo e forte, manifesto por um intenso movimento de greves gerais desencadeadas por vários segmentos de trabalhadores, expansão do número de sindicalizados, avanço nas lutas e conquistas relativas à autonomia e liberdade sindical (Antunes, 2003), na década de 1990, o movimento sindical combativo (o *novo sindicalismo* dos anos 1980), sob a ameaça do desemprego e da precarização persistente, viveu um período de redução das lutas contra as exigências do capital, refletida na escassez de greves gerais e por categorias nacionalmente articuladas. Essa situação, além de evidenciar as dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas de um precário mundo do trabalho, significou, de certa forma, a fragilização relativa do instrumento político de generalização das lutas da classe trabalhadora, num cenário de política neoliberal e ofensiva do capital na produção e composição de um mundo do trabalho, com nova feição. O declínio do movimento

sindical na conjuntura também representa “uma debilidade política (e ideológica) das organizações sindicais e da sua capacidade de reagir à ofensiva do capital sob condições objetivas de um novo regime de acumulação capitalista” (Alves, 2002:89).

No curso do debate sobre a crise do movimento sindical, Alves (2000; 2002), ao constatar a dispersão dos coletivos organizados possuidores de uma experiência de luta de classes no decorrer da década de 1980, seja no setor privado ou no público, argumenta que houve uma certa “reestruturação” da subjetividade de classe, no âmbito das empresas e no setor público, mediante uma ampla difusão dos princípios e diretrizes ideológicas do “toyotismo” e, inclusive, por meio dos processos contínuos de demissões e de novas contratações, a exemplo dos Programas de Demissão Voluntária –PDV, tão utilizados na década de 1990. Em sua opinião:

Ao que se visa com tais processos de “enxugamento” da força de trabalho é não apenas reduzir custos salariais, mas, principalmente criar um campo de incorporação para nova força de trabalho mais disposta a apreender as novas habilidades cognitivas e comportamentais da produção capitalista. Nesse processo de “reestruturação” da subjetividade da força de trabalho torna-se necessário suprimir a memória do “trabalhador coletivo”, ou seja, sua experiência de classe (Alves, 2002:80).

Deste modo, as mutações no processo produtivo e a reestruturação das empresas associadas à desregulamentação dos direitos relativos ao trabalho, ao profundo incremento tecnológico na prestação dos serviços financeiros, ao arrefecimento do movimento sindical, a partir da década de 1990, e à redefinição do papel do Estado na reordenação do ciclo reprodutivo do capital, mediante intensa produção normativa restritiva de direitos, privatização de empresas estatais, incentivo às demissões de servidores públicos, enxugamento do aparelho do Estado, provocaram mudanças expressivas no mundo do trabalho, resultando numa profunda desestruturação do mercado de trabalho e expressivo crescimento da superpopulação relativa.

Foram reduzidos inúmeros postos de trabalho, em diversos ramos de atividades econômicas, dos quais a indústria automobilística e os serviços bancários são fortes exemplos, pois se encontram entre os mais duramente atacados: “enquanto no ABC Paulista existiam, em 1987, aproximadamente 200.000 metalúrgicos, em 1998 esse contingente diminuiu para menos de 120.000 (...) enquanto em 1989 existia mais de 800.000 bancários, em 1996 esse número havia sido reduzido para 570.000” (Antunes, 2003:239).

O setor bancário é um exemplo significativo do quanto a introdução de novas tecnologias de base microeletrônicas voltadas para o auto-atendimento e a prática da terceirização contribuiu para enxugar a força de trabalho. De acordo com Alves (2002), nos anos de 1990 a redução da força de trabalho da categoria dos bancários no Brasil atingiu cerca de 40% do

estoque de emprego do setor, de forma que, se em 1989 a categoria dos bancários era composta de 811.000 trabalhadores, em 2001 esse número caiu para 394.000 trabalhadores.

A degradação do mundo de trabalho atingiu também o setor público. Entre 1992 e 1995 o emprego no serviço público até cresceu, embora tenha crescido abaixo da expansão da ocupação no país. Sua participação na ocupação total alcançou 11,4% (Alves, 2002). Entretanto, entre 1995 e 1997, no governo Fernando Henrique, a queda foi significativa, como diz Pessoa: “Até 1995 foram privatizadas 41 empresas e os dados disponíveis até o ano de 1997 atestam a transferência de cerca de 148 mil empregados da esfera pública para o setor privado” (Pessoa,1999:12). A ampliação das privatizações até o final do governo Fernando Henrique, concluído em 2002, reduziu ainda mais o quantitativo de servidores públicos.

Na década de 1990, além da redução do número de empregos, percebeu-se a mudança no perfil dos servidores públicos, expresso por meio do regime de trabalho:

A percentagem de servidores públicos regidos pela CLT caiu de 35,5% em 1992, para 23,0% em 1998; a de estatutários teve pequeno aumento de 49, 4% para 53,5% enquanto outros tipos de vínculos empregatícios, ou seja, temporários, teve um aumento significativo, de 11,7% para 19,7%, o que demonstra um aspecto da precarização do trabalho no setor público (Alves, 2002:83).

Esse processo de terceirização no âmbito do setor público refletiu tanto na qualidade dos serviços prestados quanto no processo de organização e luta dos servidores públicos. Essa categoria acumulou crescentes perdas salariais e de direitos trabalhistas e previdenciários ao longo da década de 1990, enfrentou uma grande precarização das condições e relações de trabalho, perdas ainda não recuperadas neste primeiro quinquênio do século XXI.

Para fins deste trabalho merece atenção o fato da reestruturação produtiva ganhar corpo no país, imprimindo suas principais conseqüências ao mundo do trabalho, na década de 1990, particularmente, a partir de 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, num contexto em que as forças conservadoras nacionais conseguiram se reorganizar em torno de um programa direcionado para um novo padrão de acumulação, dando-lhe sustentação para que o Estado pudesse impulsionar os ajustes necessários à adequação desse novo ciclo de produção do capital, sob os desígnios neoliberais. Nesse período, as conjunturas internas da economia e da política apresentaram aspectos favorecedores a essa intervenção do Estado. Por um lado, essas conjunturas vinculavam-se, de alguma forma, à dinâmica da economia global, que particularmente até 1997 apresentou uma expressiva expansão do capital financeiro globalizado. Por outro lado, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, simbolizou, sobretudo, uma segunda derrota eleitoral consecutiva do candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT que, à época, representava os

interesses dos segmentos mais à esquerda, que se opunham à ideologia e fins neoliberais e à subserviência do Estado aos interesses do capital. Esses fatores, associados a outros elementos da conjuntura econômica e política interna e externa favoreceram a formação de uma coalizão política liberal-conservadora, em torno de um programa econômico voltado para a estabilização monetária e redefinição do papel do Estado, capaz de assegurar a inserção do Brasil à economia globalizada, por meio de um novo padrão de acumulação, que tinha como eixo a reestruturação produtiva.

Registra-se que, além das manifestações e efeitos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho no Brasil recuperados nesta seção, outras manifestações e efeitos assumem grande valor para este trabalho, como são as mudanças na composição ocupacional, as multifaces do desemprego, o crescimento da informalidade e os limites de proteção social aos desempregados e subempregados. Todos esses itens serão discutidos no capítulo IV, no contexto da análise acerca as relações entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005.

O próximo capítulo buscará fazer uma caracterização do fenômeno e da população em situação de rua, tendo como referência a realidade do Brasil.

CAPÍTULO II

2. Caracterização do fenômeno e da população em situação de rua

Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo. Marx.⁵⁷

O fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas.

Sua história remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa. A partir dessa época, passou a compor o cenário da vida urbana, em várias partes do mundo. Com o desenvolvimento do capitalismo, tem momentos de expansão e outros de retração. Esta pesquisa não pretendeu fazer uma retrospectiva história deste fenômeno, nem tampouco de tipologias e perfis de pessoas em situação de rua identificadas ao longo da história da humanidade ou mesmo do Brasil. Assim, não se estudou os “mendigos” ou os “vagabundos” da era pré-industrial e início da industrialização europeia, ou ainda os “andarilhos tradicionais” americanos do final dos anos 1800 e início dos anos 1900, ou mesmo os “hippies” de tempos mais recentes. A atenção voltou-se para o fenômeno população em situação de rua que emerge no Brasil, em anos recentes, vinculado às mudanças no mundo do trabalho, no contexto das transformações societárias promovidas pelo capitalismo contemporâneo.

Como o objeto da pesquisa são as relações entre o as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua, estabeleceu-se um intervalo de tempo para ser pesquisado. Assim, considerou-se dois aspectos para delimitar o recorte temporal em que se buscou dados e informações. O primeiro aspecto foi o surgimento das principais manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil, com contornos mais bem definidos, somente a partir de 1995, conforme analisado no primeiro capítulo. O segundo, foi a produção de dados e informações sobre a população em situação de rua no país, que permitisse análises consistentes sobre o fenômeno, comparativamente às manifestações das mudanças no mundo do trabalho no país. Uma revisão criteriosa das fontes documentais disponíveis mostrou a existência de pesquisas e estudos com essas características, realizadas por governos municipais em ação conjugada com universidades e outras instituições

⁵⁷ MARX, Karl. Op. Cit. 1988b p.882.

especializadas em pesquisas, no período entre 1995 e 2005, nas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife.⁵⁸ Deste modo, adotou-se esse recorte temporal para a pesquisa, ainda que se tenha recorrido eventualmente, a dados e informações do início da década de 1990 e ano de 2006, quando relevantes, subsidiariamente às reflexões.

Portanto, a caracterização do fenômeno e as características gerais da população em situação de rua, que serão tratados neste capítulo, referenciaram-se nos dados e informações obtidos no intervalo de tempo delimitado para a pesquisa. A despeito desta explicação, o capítulo inicia por uma rápida abordagem acerca das condições histórico-estruturais que deram origem a este fenômeno e asseguram a sua reprodução contínua nas sociedades capitalistas.

2.1 Condições histórico-estruturais de origem e reprodução do fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas

O sistema capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção. Deste modo, a produção capitalista só aparece quando as condições para transformar o dinheiro em capital estavam dadas, isto é, quando o possuidor dos meios de produção e subsistência pode encontrar o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho. Livre por dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como mercadoria, e livre porque dispunha apenas desta mercadoria para vender, estando inteiramente despojado dos meios necessários à sua concretização. Dessa forma, a libertação da servidão e da coerção corporativa foi um dos movimentos históricos que transformou produtores rurais e camponeses em assalariados. Mas eles só começaram a vender a sua força de trabalho no mercado depois que lhes foram roubados todos os meios de produção e foram privados das garantias e seguranças que as instituições feudais afiançavam à sua existência. Essa “história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (Marx, 1988b:830). O processo histórico que dissociou o trabalhador dos meios de produção foi denominado por Marx (ibidem) de acumulação primitiva exatamente por constituir, em sua visão, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Para o autor, embora os prenúncios da produção capitalista já tivessem aparecido nos séculos XIV e XV, em algumas

⁵⁸ Porto Alegre: 1994 -1995 e 1998-1999 (pesquisas quantitativas e qualitativas); São Paulo: 2000 e 2003 (censo e caracterização socioeconômica, em 2000, e estimativa do número de pessoas em situação de rua e estudo socioeconômico, em 2003); Belo Horizonte: 1998 e 2005 (censo e estudo socioeconômico em 1998, pesquisa censitária de análise qualitativa, em 2005); Recife: 2004 e 2005 (levantamento censitário em 2004 e pesquisas censitárias de análise qualitativa, em 2005).

idades mediterrâneas, a era capitalista propriamente dita só surge no século XVI.⁵⁹ A expropriação do produtor rural e dos camponeses que ficaram privados de suas terras constitui a base da história da acumulação primitiva que deu origem à produção capitalista. É uma história com características diversas de país para país, que percorre fases em seqüências e épocas históricas diferentes. Em suas reflexões sobre o assunto, Marx (1988b) referencia-se na Inglaterra, por considerá-la a forma clássica dessa expropriação.

Para compreender o processo de expropriação e suas conseqüências na formação da classe trabalhadora é importante considerar que “em todos os países da Europa, a produção feudal se caracterizava pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses” (Marx, 1988b:833). A visão marxiana sugere que, mesmo aqueles que eram assalariados da agricultura, por utilizar o seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, dispunham de habitação e uma área para cultivar. Além disso, usufruíam as terras comuns aos camponeses, nas quais pastavam seus gados e de onde retiravam combustíveis, como a lenha. Esses trabalhadores tiveram suas próprias terras roubadas e também as terras comuns foram confiscadas por meio de métodos violentos. O crescimento da manufatura e a elevação dos preços da lã impulsionaram essa expropriação violenta na Inglaterra. Há que se registrar também que a igreja católica era proprietária feudal de grande quantidade de terras e nelas trabalhavam moradores hereditários pobres, que por lei tinham direito a uma parte do dízimo da igreja. A reforma no século XVI provocou saques violentos aos bens da igreja. Nesse contexto, as terras da Coroa ou do Estado também foram privatizadas. Foram presenteadas, vendidas a preços insignificantes ou mesmo roubadas mediante anexação a propriedades de particulares. Esses e outros processos de expropriação por meio da violência e fraudes constituíram a chamada acumulação primitiva, que expulsou os trabalhadores rurais de suas terras, compelindo-os à venda da única mercadoria que lhes restou, a sua força de trabalho. Essa venda deu-se, sobretudo, nas cidades onde se localizava o núcleo industrial, que começa a nascer. Como diz Marx:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades, a oferta necessária de proletários sem direitos (Marx, 1988b:850).

⁵⁹ A determinação de quando o capitalismo surgiu depende da definição que se tenha dessa época histórica e modo de produção. Há divergência entre os autores sobre o assunto. Sobre as divergências ver: CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1994. p. 21

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, “muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (ibidem, p.851). Foi o início de um fenômeno que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental, no último quartel do século XVIII, o pauperismo. Essa situação, ainda no final do século XV e todo o século XVI, fez surgir nos países da Europa, uma legislação rígida contra a vadiagem.⁶⁰ Essas leis foram utilizadas com o fim de forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários e de inibir seu deslocamento em busca de melhores condições. Como dizem Snow e Anderson, “na essência, as leis funcionaram como um substituto da servidão” (Snow & Anderson, 1998: 30). Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi submetida à rígida disciplina do sistema de trabalho assalariado por meio de legislação selvagem, cuja implementação contou com os poderes e a estrutura material do Estado.⁶¹

⁶⁰ Em nota de rodapé, Snow e Anderson (1998) recorrem a Chambliss (1964) e Foote (1956) para explicar que o termo *vadiagem* denota a falta de um meio visível de sustento além da falta de residência. Ver SNOW, David & ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.p. 30. Já Robert Castel realizou denso estudo sobre a condição do trabalho ao longo da história, tendo como locus de pesquisa a Europa, mais especificamente a França. Seu propósito foi justificar a questão social. A despeito de considerar pouco apropriada a idéia defendida pelo autor, de “nova questão social”, para explicar as mutações recentes do capitalismo, a partir da relação capital/trabalho, por compreender que a questão social remonta ao surgimento do capital e, na contemporaneidade, apenas apresenta-se renovada, com feição atribuída pelas expressões das desigualdades sociais geradas no processo de conformação do capitalismo contemporâneo, como será tratado ainda neste capítulo, considero valiosa a pesquisa de Castel e concordo, em vários aspectos particulares com o autor, inclusive com suas reflexões sobre “vagabundagem”. Mas, essa concordância não anula outras restrições globais à sua obra. A primeira refere-se à conclusão acerca da social-democracia como alternativa de organização social, pois, acredito que somente a superação do modo de produção capitalista, pela via do socialismo, possibilitará liberdade ampla aos seres humanos. A segunda restrição diz respeito à base teórico-conceitual, que perpassa a sua obra, por meio dos conceitos de “solidariedade”, “integração” e “coesão social” de Durkheim, os quais, ao meu ver, se opõem à visão marxiana, que orienta esta pesquisa, particularmente, no que se refere à luta de classes como um processo permanente, na sociedade capitalista, em face do antagonismo de interesses entre as classes sociais fundamentais. No que se refere à “vagabundagem”, o autor sublinha processos históricos significativos da condição do trabalho na época pré-industrial, situando a posição do “vagabundo”, considerado por ele, como “estrangeiro”, como diz, “os vagabundos são de fato, nas sociedades pré-industriais, o equivalente aos imigrantes: estrangeiros porque procuram meios para sobreviver fora de sua “terra”” (Castel, 1998:130) e, ainda, utilizando-se de passagens da obra de Georges Duby, diz “o vagabundo, pertence à massa dos “pobres” que só podem viver do trabalho de seus braços. Seu destino também será específico: está submetido à dupla coerção de ter que trabalhar e de não o poder fazer” (Duby, 1987 apud Castel, 1998:56). Ver CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Tradução: Iraci D. Poleti. *Coleção Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998. A conjugação das idéias de Snow e Anderson, Castel e Duby, traduzem a vagabundagem como um processo a que foram submetidos os trabalhadores, que não conseguiram vender sua força de trabalho nas cidades pré-industriais e assim, despojados de tudo, até mesmo da moradia convencional regular, fizeram das ruas espaço de moradia e sustento. É a visão que orienta este trabalho.

⁶¹ Sobre a condição de trabalho forçado ver: CASTEL, Robert. Op.cit. 1998. Primeira parte, *da Tutela ao Contrato*, especialmente, o capítulo II, *a sociedade cadastrada*. P.47-280.

Dessa forma, pode-se dizer que essas são as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, no qual se insere, o que hoje se denomina população em situação de rua. Têm como base a expropriação dos produtores rurais e camponeses e a sua transformação em assalariados, no contexto da chamada acumulação primitiva e da indústria nascente. Portanto, o fenômeno população em situação de rua surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista. Essa população pode ser considerada, a parcela da classe trabalhadora caracterizada por Marx (1988b), ao falar sobre o pauperismo oficial na Inglaterra, no período entre 1846 e 1866, “aquela parcela da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho, e vegeta na base da caridade pública” (Marx, 1988b:759). A condição de trabalhadores, que só dispunham de sua força de trabalho para vender - e nem essa foi absorvida pela produção capitalista, compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana.

Quando a produção capitalista se tornou organizada e independente não mais se limitou a manter a dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passou a reproduzi-la em escala cada vez maior. A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital. Sua base de formação reside na chamada acumulação primitiva, mas com o desenvolvimento da produção capitalista a classe trabalhadora desenvolve-se e, “por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (Marx, 1988b: 854). Assim, o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Isso é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. Portanto, a reprodução do fenômeno população em situação de rua ocorre no processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo. Como diz Tiene, “a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida” (Tiene, 2004:19).

Mas, onde se localiza a população em situação de rua na composição da superpopulação relativa? Para Luiz Eduardo Wanderley⁶², a população em situação de rua, “conceitualmente, faz parte do chamado *lumpen-proletariado* e, no limite, do exército industrial de reserva”

⁶² Luiz Eduardo Wanderley é pesquisador social e participou, na condição de assessor, do “I Seminário Nacional sobre População de Rua”, realizado entre os dias 3 e 5 de junho de 1992, em São Paulo, cujo registro encontra-se in: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

(Wanderley,1995:180). As características e o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil⁶³ ajudarão a situar essa população na composição da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, evidenciando suas especificidades na cena contemporânea.

Porém, para que essa localização seja feita, é preciso que se compreenda as formas de existência da superpopulação relativa. Na visão marxiana, essa pode aparecer, conforme as fases do ciclo industrial, de forma aguda, nos períodos de crises ou de forma crônica, nos períodos de relativa estabilidade. Assim, “todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado” (Marx, 1988b: 743). Independente das formas que assume nessas fases cíclicas, a superpopulação relativa assume, continuamente, a forma de população *flutuante, latente e estagnada*, conforme já mencionado.

A forma *flutuante* reflete o movimento dos trabalhadores, nos grandes centros industriais, ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho. É constituída por pessoas de idade mediana. Pois, os jovens são bastante aproveitados e valiosos para o capital industrial, mas “o trabalhador de mediana idade já está em regra bastante alquebrado. Assim é conduzido para as fileiras dos supérfluos ou é rebaixado de categoria” (Marx, 1988b:744). Essa característica da população *flutuante* é típica do perfil contemporâneo da população em situação de rua no

⁶³ O terceiro capítulo traz o perfil contemporâneo da população em situação de rua delineado a partir dos dados das pesquisas consultadas, considerando 8 variáveis: sexo, idade, escolaridade, tempo na rua, origem, relações com a família, relações com o trabalho antes da situação de rua e relações com o trabalho na condição de rua. As oito pesquisas utilizadas como fontes privilegiadas de dados e informações, por razões que serão explicitadas neste capítulo, foram: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. *Relatório de Pesquisa: a realidade do morador de rua de Porto Alegre* (mimeo). Porto Alegre, janeiro de 1995. _____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Serviço de Psiquiatria. *Relatório de Resultados: Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Porto Alegre* (mimeo). Porto Alegre: Núcleo de Estudos e pesquisas sobre população de rua – NESPRua, 1999. e BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte. *Relatório*. Belo Horizonte: Prefeitura, 1998. e _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável-INSEA. 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte. *Relatório Final* (Mimeo). Belo Horizonte: MDS/SMAS/PUCMinas/INSEA, 2006b. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Levantamento Censitário e caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo*. Relatório. São Paulo: SAS/FIPE(mimeo).2000._____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. *Relatório da Pesquisa*. São Paulo:FIPE/SAS, 2003a._____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. Estimativa do Número de Moradores de Rua e Estudo dos Resultados Obtidos com o SIS RUA. *Relatório Final*. São Paulo: Prefeitura, outubro 2003b. E ainda, RECIFE. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. *Pesquisa sobre População em Situação de Rua no Recife em 2004. Relatório Unificado*. (mimeo). Recife: IASC - Prefeitura, 2004b. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. *Relatório Final do Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua da cidade do Recife*. Recife, MDS/UFPE/MNMM/IASC (mimeo), 2006c.

Brasil, pois grande parte dos que hoje se encontram nessa condição foi “liberada” da indústria e possui idade mediana, principalmente nos pólos industriais como São Paulo e Porto Alegre.⁶⁴

Já a forma *latente* se expressa nos fluxos migratórios dos trabalhadores rurais para as cidades, em face de sua expulsão do meio rural sem que haja um movimento de atração em contrapartida. Esse segmento populacional que a constitui está constantemente na iminência desses movimentos migratórios e por isso mesmo “está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (Marx, 1988b:746). Entre as pessoas em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005, há sempre a presença daqueles que, antes de vivenciarem esta condição, possuíam as características de população *latente*. O percentual varia de cidade para cidade e, de época para época, de acordo com as características socioeconômicas e os ciclos migratórios campo-cidade experimentados pelas cidades nas quais foram realizadas as pesquisas, cujos dados e informações serviram de base neste estudo. Destaca-se que no período entre 1930 e 1970, no processo de destruição de um padrão de acumulação fundado em atividades econômicas de base agrário-exportadoras para um padrão de acumulação, sustentado em uma estrutura produtiva de base urbano-industrial, a área rural contribuiu com um grande contingente populacional na constituição de um exército industrial de reserva nas cidades brasileiras, especialmente naquelas localizadas no eixo sul-sudeste do país, nas quais o processo de industrialização foi mais acelerado. Assim, no processo desencadeado a partir da década de 1980, intensificado na segunda metade da década de 1990, sustentado na reestruturação produtiva em que as ocupações no setor industrial foram reduzidas, grande parte da população de origem rural que estava ocupada nesse setor ficou ociosa. Isso se reflete nas pesquisas censitárias de população em situação de rua que constituem fontes privilegiadas de dados e informações neste estudo. Por exemplo, em Porto Alegre-RS, a pesquisa realizada nos anos 1994 -1995 indicou um percentual de 9,40% de pessoas de origem rural, já na pesquisa de 1998 -1999, esse percentual foi elevado para 31,60%. Em Belo Horizonte-MG, o censo realizado em 1998 apontou que 43,12% da população entrevistada é originária de outras cidades do interior de Minas Gerais, sem registrar se a mesma tinha origem urbana ou rural. Já no segundo censo, realizado em 2005, o percentual dos recenseados originários de cidades do interior de Minas Gerais caiu para 41,20% dos entrevistados e foi identificado que 84,90% do total de recenseados nasceram em área urbana e apenas 15,10% têm origem rural. No Recife, o censo de 2005 apontou que 82,46% das pessoas em situação de rua são procedentes de

⁶⁴ Ver: SÃO PAULO. Op.cit. 2000 e 2003a. Ver também: PORTO ALEGRE. Op.cit. 1995 e 1998.

zona urbana e 16,15% da rural.⁶⁵ Esses dados revelam que nos anos recentes há uma redução da participação da população procedente da área rural, na composição da população em situação de rua, mostrando relação com o declínio deste segmento rural na População Economicamente Ativa - PEA, ocupada no setor industrial e na formação do exército industrial de reserva nas cidades, a partir dos anos 1980.⁶⁶

A forma *estagnada*, que representa a parte da classe trabalhadora em atividade, mas em ocupações irregulares, possui condição de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora, considerada em sua totalidade. Geralmente cumpre uma extensa jornada de trabalho, recebe pequenos salários e não tem garantias de proteção social decorrente ou vinculada ao desenvolvimento de suas atividades laborais. Este segmento da superpopulação relativa constitui imensa fonte de reserva de força de trabalho e, “é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma parte relativamente maior que a dos demais componentes” (Marx, 1988b:746). No Brasil, no período analisado, a maior parte da população em situação de rua vivenciou esta condição antes dessa condição social e, na condição de rua, muitas pessoas assumem essa forma, principalmente àquelas que realizam atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras ocupações, principalmente do setor não-organizado.⁶⁷

O *pauperismo* é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (as pessoas com deficiências, que as incapacitam para o trabalho, pessoas idosas, enfermos, etc). É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições.

⁶⁵ Consultar: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. *Relatório de Pesquisa: a realidade do morador de rua de Porto Alegre* (mimeo). Porto Alegre, janeiro de 1995. _____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Serviço de Psiquiatria. *Relatório de Resultados: Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Porto Alegre* (mimeo). Porto Alegre: Núcleo de Estudos e pesquisas sobre população de rua – NESPRua, 1999. e BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte. *Relatório*. Belo Horizonte: Prefeitura, 1998. e _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável -INSEA. 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte. *Relatório Final* (Mimeo). Belo Horizonte: MDS/SMAS/PUCMinas/INSEA, 2006b. Ver também: RECIFE. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. *Relatório Final do Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua da cidade do Recife*. Recife, MDS/UFPE/MNMM/IASC (mimeo), 2006c.

⁶⁶ No capítulo quarto, no debate sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, esse tema é retomado.

⁶⁷ Sobre setor não-organizado considera-se a visão de Pochmann, que se servindo de estudo anteriormente realizado por Paulo Renato de Souza na década de 1970, distingue duas dimensões ocupacionais: Caracteriza o segmento organizado como os postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados e o segmento não-organizado como as formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista. Sobre o assunto consultar: POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.p.65.

Sua sustentação depende de gastos extras, geralmente arcados pelos demais trabalhadores mediante o pagamento de impostos ao Estado, que os transfere em forma de renda direta ou de outros serviços sociais prestados a esse segmento populacional. No dizer de Marx, “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Marx, 1988b:747). A julgar pelas características da população em situação de rua no Brasil, no período estudado, que constitui uma seção deste capítulo, a quase totalidade desse contingente se encontra nesse profundo sedimento da superpopulação relativa. Assim, a afirmação de Wanderley (1995), citada anteriormente, sobre a participação da população em situação de rua na composição do *lumpen-proletariado* e, no limite, do exército industrial de reserva, é certa em relação à população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005. Pois, esta população se origina da forma *flutuante*, *latente* ou *estagnada* da superpopulação relativa, sendo que as suas características e perfil possibilitam associá-la ao *lumpen-proletariado* (parte da classe trabalhadora que se encontra no *pauperismo*, é apta ao trabalho, mas não é absorvida pelo mercado) ou, no máximo, no exército industrial de reserva, na forma de superpopulação relativa *estagnada*, que sobrevive do trabalho precarizado.

Destarte, pode-se inferir que este fenômeno, que possui múltiplas determinações imediatas, tem origem no contexto do processo violento e sanguinário de expropriação dos produtores rurais e camponeses que ficaram privados de suas terras e foram compelidos a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho em formação, no início da industrialização européia, sem que todos tivessem sido absorvidos pela produção capitalista. Os que foram absorvidos transformaram-se em assalariados sem direitos e os que não o foram, transformaram-se em mendigos, vagabundos e ladrões (Marx, 1988b). Sua reprodução ocorre no processo de criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, cujo movimento de expansão e retração é condicionado pelas necessidades de expansão do capital. Deste modo, as condições histórico-estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram a sua acumulação⁶⁸, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais.

Snow & Anderson (1998) fazem uma ligeira retrospectiva da história dessa população nos Estados Unidos. Aqui vale retomar três aspectos que eles comentam. O primeiro é sobre a expansão do fenômeno naquele país em decorrência da depressão econômica na década de

⁶⁸ Sobre a expropriação da grande massa da população constituir-se a pré-história do capital e a forma de acumulação primitiva do capital ver: MARX, Karl. Op. cit. 1988b. pp.828-882, especialmente p. 879-882.

1930. Os autores registram que, por volta da metade do decênio de 1930, os andarilhos⁶⁹ haviam desaparecido dos Estados Unidos devido à mecanização da agricultura, “com o advento da grande depressão, entretanto, o número de pessoas moradoras de rua subiu de novo rapidamente” (Snow & Anderson, 1998:37). E, embora o Governo Federal tenha feito investimento para reverter o quadro, tendo assegurado a absorção de parte dessa população no mercado de trabalho até por volta de 1936, somente no esforço da guerra, ao final dos anos 1930, houve retração considerável do fenômeno, “já que os moradores de rua foram recrutados nos serviços armados e na indústria de guerra.” Dessa forma, continuam os autores, “durante a Segunda Guerra Mundial, a população da zona marginal quase desapareceu, chegando ao seu ponto mais baixo em 1944” (ibidem, p.38). Segundo os autores, após a Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal forneceu benefícios aos veteranos da guerra, a fim de assisti-los na etapa de transição de retorno à vida civil e ao emprego, o que inibiu mais ainda o fenômeno, de modo que “foi a primeira vez na história americana, que o final de uma guerra não aumentou substancialmente a população de moradores de rua” (Snow & Anderson, 1998:39). Essas duas situações demonstradas por Snow & Anderson expressam bem o movimento de expansão e retração do fenômeno. Mas, é o terceiro movimento apontado pelos autores que mais se aproxima do ocorrido no Brasil, período estudado nesta pesquisa. Para os autores, no início da década de 1960, a população pobre⁷⁰ nos Estados Unidos, por diversas razões, havia reduzido significativamente, e “esse declínio da zona marginal em todo o país levou alguns observadores a prever o desaparecimento final dos moradores de rua da zona marginal nos Estados Unidos” (ibidem, p.41). Mesmo essa previsão não tendo sido unívoca, o crescimento repentino do número de pessoas em situação de rua foi surpreendente, dizem eles:

Talvez tão surpreendente quanto o aumento súbito no número de moradores de rua na década de 1980 tenha sido o reconhecimento crescente de que as características da população também estavam alterando. Uma mudança se deu na composição etária dos moradores de rua. Num claro contraste com a média de idade acima de 50 dos homens da zona marginal, os moradores de rua da década de 80 tendiam mais freqüentemente a estar nos primeiros anos da maturidade, com uma idade média em algum ponto da metade dos trinta anos. Também eram mais etnicamente diversificados (...) a proporção de mulheres também aumentou, assim como ocorrera com as famílias (Snow & Anderson, 1998: 42).

⁶⁹ Tipo que surgiu nos Estados Unidos, no período entre o final dos anos 1800 e a primeira metade dos anos 1930, quando o país tinha uma situação industrial e agrícola, que exigia uma grande quantidade de trabalhadores em permanente movimentação. “Os andarilhos” obtinham ocupações basicamente nas grandes fazendas agrícolas. Ver: SNOW, David e ANDERSON Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis:Vozes, 1998.

⁷⁰ Snow e Anderson referem-se aos pobres como “população da zona marginal”. Ver : Snow & Anderson Op.cit.1998.p.41.

Ao estudar a população em situação de rua em Austin, no Texas, os autores constatarem que, entre os fatores estruturais que deflagraram o ressurgimento do fenômeno na década de 1980, encontram-se o desemprego⁷¹ e o deslocamento residencial decorrente da desinstitucionalização, do déficit de moradias populares e da inflação no custo da habitação.

Esse movimento de expansão e retração do fenômeno população em situação de rua nos Estados Unidos confirma que as condições histórico-estruturais de produção e reprodução do mesmo vinculam-se os processos inerentes à acumulação do capital, particularmente à formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, com especificidades de épocas históricas. Os dois momentos de expansão do fenômeno nos Estados Unidos acontecem no contexto das crises de superacumulação do capital, vividas pelo capitalismo em esfera mundial, a crise iniciada no decênio de 1930 e a crise iniciada no decênio de 1970.

No Brasil, não se tem conhecimento de estudos sobre a origem e o resgate histórico do fenômeno, o que não permite comparações entre os períodos anteriores à década de 1990. Entretanto, a realização dos primeiros estudos sobre o fenômeno no curso dos anos 1990 e a ampliação das iniciativas de enfrentamento da problemática em algumas cidades brasileiras⁷² são reveladores da dimensão alcançada pelo fenômeno, neste período recente da história do país, coincidente com as mudanças provocadas pelo capitalismo, em escala mundial, a partir da segunda metade do decênio de 1970, manifestas no Brasil, mais especificamente, na segunda metade da década de 1990. Nesse período, percebeu-se a enorme expansão da superpopulação relativa no mundo e no Brasil, particularmente em sua forma *flutuante*, devido à redução de postos de trabalho na indústria; *estagnada*, em decorrência do crescimento do trabalho precarizado, e do *pauperismo* (sobretudo a parte constituída dos indivíduos aptos ao trabalho, mas não absorvidos pelo mercado), o que ajuda a explicar a expansão do fenômeno população em situação de rua. O esforço em recuperar particularidades do processo de formação do mercado de trabalho no Brasil, no contexto da mudança do padrão de acumulação de agrário-exportador para o urbano-industrial e outros aspectos das mudanças recentes no mundo do trabalho, no quarto capítulo, visa favorecer a compreensão dos fatores de

⁷¹ O percentual do desemprego como razão dada pelas pessoas em situação de rua para a sua situação de desabrigo, na pesquisa dos autores, representou 21,9%, sendo, isoladamente, a principal razão (Ibidem.p.406).

⁷² O "I Seminário Nacional Sobre População de Rua" no Brasil, já citado neste trabalho, contou com representantes de 17 municípios do país, os quais apresentaram suas experiências: Angra dos Reis, Bauru, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Fortaleza, Londrina, Marília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, Santos, São José dos Campos, São Paulo e Uberlândia. Havia a previsão de participação do Recife, que teve problemas para comparecer ao evento. Sobre estas primeiras iniciativas de trabalhos e esforços de configuração de perfis da população em situação de rua no Brasil na década de 1990, discutidos no evento, consultar: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

expansão, as características e o perfil da população em situação de rua a partir da década de 1980, sobretudo de 1995 no país.

Feito esse registro, as reflexões nas duas próximas seções serão orientadas pelas seguintes indagações: A quem se denomina população em situação de rua? Qual a noção ou referência conceitual que orienta este trabalho sobre este fenômeno? Por que, nesta pesquisa, se optou pela terminologia “população em situação de rua”, em detrimento de outra?

As respostas a essas questões não são simples, pois, não há uma única caracterização ou definição do fenômeno nem da população em situação de rua. O caminho escolhido para respondê-las remete a uma breve caracterização do fenômeno e dessa população.

2.2 Caracterização do fenômeno população em situação de rua

O fenômeno população em situação de rua, como todo fenômeno abriga um conjunto de indagações. O esforço em caracterizá-lo propiciou a identificação de seis aspectos considerados, neste trabalho, como característicos do mesmo.

O primeiro aspecto **são suas múltiplas determinações**. A literatura corrente sobre o tema traz como um dos poucos consensos neste debate o reconhecimento da multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Fala-se em fatores *estruturais* (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores *biográficos*, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo freqüente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em *atos da natureza ou desastres de massas* - terremotos, inundações etc. Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso freqüente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo.⁷³ Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Mas, as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista, sua produção e reprodução vinculam-se aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo, conforme dito anteriormente.

⁷³ Ver referências bibliográficas nesta Dissertação sobre o assunto.

O segundo aspecto característico é a distinção do fenômeno como **uma expressão radical da questão social na contemporaneidade**. Para compreendê-lo como tal é necessário retomar o debate sobre a questão social na contemporaneidade, ainda que de modo sucinto.

O esforço em compreender e configurar o contexto contemporâneo propicia um debate profícuo sobre a questão social. Autores como Castel (1998) e Rosanvallon (1998) anunciam uma “nova questão social” na contemporaneidade.⁷⁴ O primeiro a relaciona com o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza no contexto do que denomina crise da sociedade salarial.⁷⁵ O segundo a vincula à não adaptação de antigos métodos utilizados para gerir o social, em face da crise do Estado Providência, a partir dos anos 1970.⁷⁶ Outros autores, como Netto (2004) e Yamamoto (2004; 2005) reconhecem que as condições sociais e históricas são diferentes daquelas em que o termo surgiu na Inglaterra, por volta de 1830, porém, sustentam que não existe uma “nova questão social”, o que se presencia na contemporaneidade é uma renovação da “velha questão social”, sob outras roupagens.

São muitas as indagações que se forjam nesse debate, entre elas destacam-se: Que conceitos ou noções explicam a questão social? Que características básicas marcaram o contexto histórico em que este termo foi utilizado pela primeira vez? Que fundamentos sustentam a defesa da existência de uma “nova questão social” na contemporaneidade? Que bases teóricas sustentam os argumentos dos que a negam? Quais as estratégias de enfrentamento da questão social nos tempos atuais, defendidas pelos autores que a reconhecem na atualidade? A esse leque de questões acrescenta-se outra mais específica: Por que o fenômeno população em situação de rua constitui uma expressão radical da questão social na contemporaneidade?

Para Rosanvallon, a expressão *questão social*, “criada no fim do século XIX, refere-se às disfunções da sociedade industrial emergente” (Rosanvallon, 1998:23). Em sua análise sobre o assunto, o autor ressalta que o crescimento econômico e as conquistas das lutas sociais permitiram mudanças expressivas na condição dos operários naquele período. Na França, o desenvolvimento do Estado Providência promoveu uma maior distribuição de renda e

⁷⁴ Ambos os autores têm a Europa, mas especificamente, a França como referência para as suas análises. Ver CASTEL, Robert. Op. cit. 1998 e ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

⁷⁵ Para Robert Castel a sociedade salarial caracteriza-se por ser uma situação social em que quase todos são assalariados e a identidade social é definida pela posição ocupada na condição de assalariado. Sobre o assunto ver CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Trad.: Iraci D. Poletti. *Coleção Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁷⁶ O assunto será retomado adiante. O Autor utiliza a expressão, “Estado Providência” para caracterizar o que neste trabalho denominamos Estado Social. Ao nos referimos ao seu pensamento neste trabalho de forma direta ou indireta, utilizaremos a expressão adotada por ele. Sobre as terminologias, Estado Providência, Estado Social e Welfare State ver nota específica no primeiro capítulo deste trabalho.

segurança social até meados dos anos 70 do século passado, quando o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza interromperam esse processo. Neste contexto, surge uma “nova questão social”, vez que os fenômenos que lhe deram origem “não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem” (ibidem. p.23). Para Rosanvallon, o surgimento desta “nova questão social” “traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social” (ibidem, p.23), em decorrência dos resultados da crise do Estado.

Em relação à crise do Estado Providência, Rosanvallon, entre outros aspectos, critica a gestão das políticas de saúde e seu caráter universalizante que resultou em gastos elevados, ao mesmo tempo em que elogia os modelos de gestão inglês e alemão: “os controles financeiros de um serviço de saúde centralizado e estatal, à moda inglesa ou de um sistema enquadrado rigorosamente, como na Alemanha, revelam-se mais eficientes do que a fórmula francesa, que busca a universalidade sem limites” (Rosanvallon, 1998: 24).

As pessoas em situação de vulnerabilidade, que surgiram na França, na crise do Estado Providência, não são consideradas por Rosanvallon, grupos, populações ou classes. Mas, pessoas que têm em comum, apenas as formas de suas histórias e constituem expressão da crise do Estado Providência. Por isso, o Estado deve redefinir suas políticas de enfrentamento da crise: “O Estado Providência estava aparelhado para tratar os problemas de populações relativamente homogêneas, grupos ou classes; deverá doravante assumir a responsabilidade por indivíduos que se encontram em situações particulares” (ibidem, p.151).

Percebe-se que o olhar de Rosanvallon (1998) sobre a questão social na contemporaneidade o conduziu à apresentação de estratégias específicas para o seu enfrentamento. Embutida na negação das políticas universais, há uma crença nas políticas residuais, centradas na atenção às situações particulares, como respostas à crise.

Robert Castel, para quem “a questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (Castel, 1998:41), considera que a questão social já se apresentava nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, antes de sua primeira formulação explícita no século XIX. Desde sua explicitação até o decênio de 1960, teve feição distinta da que assume na contemporaneidade.

Para o autor, a combinação entre o crescimento econômico, o quase pleno-emprego, o desenvolvimento dos direitos do trabalho e da proteção social, ocorridos no pós-segunda guerra mundial, possibilitaram à sociedade salarial promover maior repartição da riqueza socialmente produzida e a eliminação de parte expressiva das vulnerabilidades de massa, de modo que a questão social parecia ter desaparecido. Mas, o desemprego, a precarização do trabalho e a desestabilização dos estáveis, a partir do decênio de 1970, provocaram o ressurgimento dos

“supranumerários”⁷⁷, que se encontram no núcleo da questão social contemporânea, caracterizada por ele como uma “nova questão social”, diz Castel:

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (Castel, 1998: 530-531).

A principal explicação de Castel, para qualificar esta situação como “nova” é o fato do trabalhador explorado, em épocas anteriores, ser ligado à estrutura de trocas da sociedade capitalista, “mas “os supranumerários” nem sequer são explorados. Para o autor, nesse aspecto “há uma profunda metamorfose relativa à questão social anterior que era saber como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno. A questão, agora, sobretudo, é amenizar essa presença, torná-la discreta a ponto de apagá-la” (Castel, 1998:33).

Ao falar das estratégias de enfrentamento da crise, do que ele chama, “sociedade salarial”⁷⁸ e, da “nova questão social”, enfatiza que o Estado Social, em anos recentes na França, foi fiador da “coesão social” e continua sendo a sua perspectiva. Por isso, defende:

um Estado até mesmo protetor porque numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão sem proteção social. Mas esse Estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individualização” (ibidem p. 610).

Numa perspectiva de análise teórica e política distinta das análises de Rosanvallon⁷⁹ e Castel⁸⁰ encontram-se Netto (2004) e Iamamoto (2004;2005), cujas reflexões são baseadas nas análises de Marx sobre a sociedade capitalista tendo o socialismo como horizonte.

Netto (2004) não faz uma análise da questão social na contemporaneidade, mas procura delimitar o que entende como questão social,⁸¹ na tradição marxista.

Assim, fala sobre a utilização do termo pela primeira vez, por volta de 1830, para dar conta do pauperismo como fenômeno generalizado, no início do capitalismo industrial. Mas, ressalta que “a designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente com os seus desdobramentos sócio-políticos” (Netto, 2004:43), ou seja, os

⁷⁷ Terminologia usada pelo autor para designar o conjunto de pessoas que não se encontram vinculadas a qualquer estrutura significativa da sociedade: desempregados por períodos prolongados, jovens que não conseguem alcançar o primeiro emprego, pessoas que estão envelhecendo e não encontram lugar no mercado, etc.

⁷⁸ Para Castel (1998) a sociedade salarial caracteriza-se por ser uma situação social em que quase todos são assalariados e a identidade social é definida pela posição ocupada na condição de assalariado.

⁷⁹ Pierre Rosanvallon assume uma perspectiva teórica e política neoliberal.

⁸⁰ Robert Castel, embora utilize pontualmente algumas reflexões em sua obra, com base no pensamento de Marx, as principais referências teóricas utilizadas são de Durkheim e a sua perspectiva política é a socialdemocracia.

⁸¹ Netto utiliza o termo questão social entre aspas. Neste trabalho, só o faremos em citação direta do autor.

pauperizados não aceitaram a situação e sob várias formas, protestaram contra ela, da primeira década à metade do século XIX, ameaçando as instituições existentes, “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’ ” (ibidem, p. 43).

De acordo com o autor, a partir da segunda metade do século XIX, a expressão questão social deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais e passa a compor o vocabulário do pensamento conservador para designar fenômenos, como o desemprego e a desigualdade, como resultantes naturais da sociedade moderna, que deveriam ser amenizados, sem comprometer a ordem burguesa. Porém, o autor diz que o conjunto das análises de Marx n’O *Capital* revela que a questão social está determinada pela relação capital/trabalho. Assim, a questão social nada “tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (Netto, 2004:46). Esse aspecto da abordagem do autor é extremamente significativo por vincular a questão social à ordem social capitalista e não aos traços específicos da condição humana, como comumente é mencionada.

Sob essa ótica, a questão social é inerente ao capitalismo. Esse, a cada estágio de seu desenvolvimento gera expressões do fenômeno consoante à conformação assumida. Portanto,

inexiste qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.(...) a caracterização da “questão social” em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (Netto, 2004:48).

Aqui, dois aspectos relevantes são destacados pelo autor. O primeiro, é a caracterização da questão social como sendo imanente ao capitalismo, o que altera o conteúdo das análises e das estratégias de enfrentamento, possibilitando inferir que estratégias residuais são incapazes de alterar as relações sociais capitalistas e, conseqüentemente, de corroer as bases da questão social. O segundo, é o caráter histórico, sugerindo que, em cada país, a questão social manifesta-se de modo específico, suas expressões guardam relações com as condições sócio-históricas desse país.

Iamamoto (2004; 2005) faz uma análise ampla da questão social, com a qual tenho inteira concordância. Na essência, sua análise não diverge da análise de Netto (2004), apenas é mais abrangente. Entretanto, conflita com as de Rosanvallon (1998) e Castel (1998).

Para a autora, a análise da questão social é inseparável das conformações assumidas pelo trabalho e localiza-se no campo das disputas de projetos societários, apoiados em distintos interesses de classes, no que se refere às concepções e propostas de políticas econômicas e

sociais. Destarte, faz críticas às visões da questão social como “disfunção” e “ameaça” à ordem social, aos fundamentos utilizados pelos defensores da “nova questão social”, bem como às estratégias propostas de enfrentamento da questão social, no formato de programas centralizados no combate à pobreza. De forma consistente, a autora demarca sua perspectiva de análise, em campo inteiramente distinto das perspectivas que critica:

a questão social **enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas**, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, **a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas, aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia da política, da cultura na construção da esfera pública** (Iamamoto, 2004:10 -11, grifos da autora).

Com essa demarcação, Iamamoto oferece significativos elementos ao debate.

Em primeiro lugar, ao inserir a questão social como “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” e defini-la, nessa condição, como “expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”, a autora sugere que a sua feição, em cada época histórica, resulta de processos de lutas em torno de direitos relativos ao trabalho. Pois, se é expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho, expressa também luta e resistência, não sendo uma consequência natural da sociedade humana, antes uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. É o que a autora reafirma em outra passagem de sua obra: “questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (Iamamoto, 2005:28). Assim, as lutas por direitos relativos ao trabalho, contra a exploração capitalista são constitutivas da questão social.

Outro aspecto relevante da primeira parte da demarcação analítica da autora é a distinção das desigualdades sociais como desigualdades de classes sociais, vez que resultam da contradição basilar da sociedade capitalista. Essa distinção inibe as confusões conceituais entre desigualdades sociais e diferenças entre indivíduos. Este ângulo de abordagem e o comentado anteriormente são retomados pela autora nos seguintes fragmentos de sua análise:

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagem distinta em cada época (...) assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais - de classes - em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (Iamamoto, 2004:114).

Ao meu ver, este é o mais relevante distintivo na análise da questão social, pois, se vincula diretamente ao formato das estratégias para o seu enfrentamento. São recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões, de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e, geralmente, conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas, como diz lamamoto (2004:17):

a tendência de **naturalizar** a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações **em objeto de programas assistenciais focalizados no “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais** (grifos da autora).

É o que tem ocorrido, por exemplo, em relação à população em situação de rua no Brasil, que é freqüentemente responsabilizada pela situação em que se encontra, é vítima de massacres e perseguições policiais. E quando se busca conhecer as estratégias do Estado, nas três esferas de governo, para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse segmento, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues.⁸²

A análise da questão social como imanente ao capitalismo não elimina a exigência de se apreender suas múltiplas expressões e formas concretas, como é o caso da população em situação de rua. Essa apreensão subsidia a definição de políticas de enfrentamento.

Quanto às estratégias de enfrentamento da questão social, em sua demarcação analítica, lamamoto destaca dois itens de suma importância. O primeiro, trata-se do “*chamamento à responsabilidade do Estado*”, que, em verdade, é uma das marcas da análise da autora sobre o tema, como se pode conferir, em mais este trecho de sua obra (lamamoto, 2004: 17):

a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado (...) **Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.** Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciado em serviços e políticas sociais -, o que, nos países centrais, expressou-se no **Welfare State, Estado Providencia ou Estado Social** (todos os grifos são da autora).

⁸² O capítulo terceiro traz uma seção que trata sobre a relação da população em situação de rua com as políticas sociais.

O Estado aparece como instrumento político qualificado na mediação entre as classes sociais. Seu perfil reflete a correlação de forças na sociedade determinada pela luta de classes.

A visão sobre o papel central do Estado no enfrentamento da questão social é compartilhada por outros autores, como é o caso de Gomes (1979), ao fazer uma análise da questão social no Brasil, a partir do processo de elaboração da legislação social:

Num nível mais restrito, mas não menos fundamental, a constituição de uma legislação social está no cerne das relações capital/trabalho, tanto na órbita da sociedade civil, o que coloca o problema das relações diretas entre patronato/trabalhadores, quanto na órbita do próprio Estado, que vai assumindo papel cada vez mais destacado na questão, colocando-se como terceiro elemento decisivo, com o qual cada um dos outros terá que entrar em contato (Gomes, 1979:23).

O outro item de grande importância da demarcação analítica de lamamoto (2004), no que se refere ao enfrentamento da questão social, é “*a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores*” e a “*afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas, aos interesses das grandes maiorias.*” Coerente com a sua análise, a autora defende as políticas sociais de caráter universal como reforço à perspectiva da cidadania. Essa defesa conflita, explicitamente, com a visão de Rosanvallon já citada neste debate.

Destarte, pode-se inferir que lamamoto, igualmente a Netto (2004), não reconhece uma “nova questão social” na contemporaneidade. Para ela, “a indicação é que se presencia hoje uma renovação da velha questão social inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas” (lamamoto, 2004:18). É esta a visão sobre questão social que orienta este trabalho.

Esse resgate sucinto do debate contemporâneo sobre a questão social por si só evidencia as razões pelas quais o fenômeno população em situação de rua constitui uma expressão da questão social, desde sua gênese, por volta de 1830 e, na contemporaneidade. Mesmo assim, vale ressaltar que a origem do fenômeno e a sua reprodução contínua, vinculadas aos processos inerentes à acumulação do capital constituem argumentos centrais da caracterização do fenômeno população em situação de rua como uma expressão radical da questão social. Além disso, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que abrigam a população em situação de rua, nos termos já referidos, nada mais são do que mecanismos de controle do capital sobre o trabalho, produzidos com esse fim. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, são também elementos que impulsionam a reação do trabalho às exigências do capital. Essa reação é mais forte ou mais frágil conforme sejam as condições econômicas, sócio-históricas e a correlação de forças entre as classes sociais. Deste modo, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestável das desigualdades

sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo. Nesse contexto, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constituem fatores relevantes da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo.

Assim sendo, este fenômeno constitui expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida.

O terceiro aspecto característico do fenômeno é a sua **localização nos grandes centros urbanos**. Atualmente, é facilmente perceptível a concentração de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos. Mas essa não é uma característica nova do fenômeno. Ele já surge nas cidades pré-industriais, conforme se mencionou na primeira seção deste capítulo e, como diz Bursztyn (2000:19), “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo”. Mas, que fatores explicam esta característica deste fenômeno? Por que as grandes cidades são mais atrativas para se adotar as ruas como espaço de moradia e sustento?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a circulação do capital ocorre com maior intensidade nos grandes centros urbanos. Com isso, as alternativas de trabalho para garantir a subsistência diária são favorecidas, ainda que sejam alternativas precárias, como as acessíveis às pessoas que fazem da rua espaço de moradia e sustento. Além disso, nos grandes centros urbanos, as possibilidades de geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações ou outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas. É exemplo a quantidade de materiais recicláveis que diariamente é jogada fora, como lixo urbano, e que está sendo reaproveitada pelos catadores de materiais recicláveis, cuja organização nacional tem crescido bastante, inclusive com

adesão crescente de pessoas em situação de rua.⁸³ As pesquisas sobre população em situação de rua consultadas neste trabalho revelam que é crescente o número de pessoas nessa condição social que faz da coleta de materiais recicláveis a principal forma de subsistência. Em Belo Horizonte, por exemplo, o primeiro censo de população em situação de rua realizado na cidade, em 1998, identificou que das 916 pessoas em situação de rua entrevistadas, 15,61% desenvolvia a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda. Já o segundo censo, realizado em 2005, constatou que das 1.164 pessoas em situação de rua entrevistadas, um percentual de 42,8% subsiste da catação de materiais recicláveis.⁸⁴

Nos grandes centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas comerciais, bancárias ou atividades religiosas e de lazer (supermercados, lojas, bancos, igrejas, bares, praias, centros culturais, centros esportivos, etc.) atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de receber doações ou obter rendimentos por meio do desenvolvimento de atividades econômicas informais, como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carro, serviços de engraxates, revenda de ingressos para acesso a atividades culturais e/ou esportivas, etc. É ilustrativa a indicação da estimativa do número de pessoas em situação de rua realizada na cidade de São Paulo, em 2003, de que 49% das 6.186 pessoas entrevistadas em logradouros, localizavam-se em área comercial (São Paulo, 2003b: 10;12).

A esses fatores mais associados ao trabalho e à renda, que justificam este fenômeno como um fenômeno urbano, outros se vinculam tendo sempre como eixo central a maior facilidade para o atendimento das necessidades básicas. Pois, as pessoas que fazem da rua o seu espaço de moradia e sustento precisam assegurar o atendimento às suas necessidades naturais de alimentação, abrigo, higiene pessoal, saúde etc. E, as grandes cidades são dotadas de infra-estrutura mais adequada para esse atendimento. São nos grandes centros urbanos, que se estruturam e atuam as instituições públicas e de caráter filantrópico que fornecem alimentação, abrigo, lavanderias e outros serviços para esse público. Ao mesmo tempo, a arquitetura urbana é mais rica em possibilidades de abrigo do que a das pequenas cidades.

⁸³ Pesquisa Recente, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e realizada pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, sobre a análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, indicou que existiam no país, no momento de realização da pesquisa, no ano de 2005, 244 unidades básicas de cooperativas de catadores, localizadas em 199 municípios, em 22 estados, envolvendo cerca de 35.000 cooperados. Ver: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis. *Relatório Final*. Brasília: mimeo, 2006e. pp.9;120;131.

⁸⁴ Ver: BELO HORIZONTE.op.cit. 1998. p. 35 e BELO HORIZONTE. 2006b.p.51.

As pesquisas realizadas sobre as estratégias de subsistência, utilizadas pelas pessoas em situação de rua, revelam que essas pessoas, nos grandes centros, procuram lugares para permanecer que favoreçam a sua subsistência. Exemplos desses lugares são os abrigos, albergues, repúblicas e outros tipos de instituição de acolhida temporária oferecidos por organizações públicas ou privadas, sem fins lucrativos. Outro exemplo são os logradouros públicos (ruas, praças, avenidas, viadutos, canteiros, jardins, cemitérios, entre outros), nos quais possam utilizar pontos estratégicos que lhe sirvam de acomodação, abrigo e atendimento às necessidades de higiene, limpeza e alimentação (bancos de praças, marquises, banheiros públicos, chafarizes, bicas, represas, postos de gasolinas, refeitórios públicos, refeitórios de instituições privadas, sem fins lucrativos, etc.). Sobre o assunto, são ilustrativas duas passagens da obra de Vieira, Bezerra e Rosa (orgs.), que tratam da sobrevivência na rua e da rua, com base nos resultados do primeiro levantamento da população de rua⁸⁵ da cidade de São Paulo, realizado no centro da cidade:⁸⁶

A população que se encontra na rua (...) usa de estratégias próprias de subsistência, sendo que a principal delas é recorrer às chamadas bocas de rango, locais de distribuição gratuita de comida, feita predominantemente em espaços públicos: praças, viadutos e parques. Concentram-se no centro da cidade, na maioria das vezes nos finais de semana, e são feitas por instituições filantrópicas de caráter assistencial (Vieira, Bezerra & Rosa [orgs.], 2004:106).

Além das Casas de Convivência conveniadas com a Prefeitura, que oferecem serviços de banho, barba e lavagem de roupas, (...) muito procuradas pela população de rua, as demais alternativas são soluções improvisadas: bicas, chafarizes, represas ou postos de gasolina (ibidem, p.108).

Portanto, a conjugação da maior circulação do capital, da infra-estrutura, arquitetura e a geopolítica dos grandes centros ajuda a explicar porque este fenômeno é essencialmente **um fenômeno urbano**. Os municípios, pouco urbanizados, não oferecem as possibilidades alternativas de moradia na rua e sustento da rua que os grandes centros urbanos oferecem.

O quarto aspecto característico é **o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno**. Em todas as épocas e lugares sempre se presenciou discriminações negativas relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações, pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las, são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”,

⁸⁵ A expressão “população de rua” foi usada no levantamento de 1991, da cidade de São Paulo.

⁸⁶ O levantamento foi realizado, em 1991, pela Secretaria de Bem-Estar Social – SEBES, em parceria com organizações não governamentais e compreendeu a Região Administrativa da Sé, parte da Mooca e da Penha. Sobre o assunto ver VIEIRA, M. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos. ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

“flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros.⁸⁷

Ao fazer a sistematização das histórias de vida de quatorze pessoas com trajetória de rua e refletir sobre elas, Rosa (2005) registra uma série de depoimentos referentes ao assunto, revelando a dor e a indignação de seus entrevistados em decorrência dos preconceitos e discriminações que sofrem. Sobre o assunto, a autora afirma:

Um problema freqüentemente lembrado pelos entrevistados é a humilhação que sofrem quando confundidos com maloqueiro, mendigos, vagabundos, ou seja, com os que já se entregaram, desistiram de lutar e de trabalhar. Diante disso, a força dos preconceitos e estigmas, em relação à população de rua, atua como reforço dessa identidade negativa (Rosa, 2005:122).

É muito comum que as pessoas em situação de rua sejam responsabilizadas pela situação em que se encontram, por suas “imperfeições” ou “falhas” de caráter. Muitas vezes também são tratadas como uma ameaça à comunidade. Como diz Borin, “os moradores de rua são muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descaso” (Borin, 2003:122). As práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do país, inclusive conduzidas por órgãos do poder público. Essas práticas são impregnadas de preconceitos e estigmatizam as pessoas a quem são dirigidas. Um exemplo recente de práticas dessa natureza foi o massacre de pessoas em situação de rua realizado entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, no centro da cidade de São Paulo, que resultou na morte de sete pessoas e nove gravemente feridas (Fórum Centro Vivo, 2006:141). Este massacre, amplamente denunciado pela imprensa nacional e estrangeira, foi repudiado pela sociedade, porém, até a conclusão deste trabalho, não ocorreu a punição dos culpados.⁸⁸

O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua é um traço típico do fenômeno em todos os países em que o mesmo se manifesta. No Brasil não é diferente.

Embora esse fenômeno seja mundial e guarde características comuns, não importando as cidades em que está presente, um dos seus aspectos característicos são **as particularidades**

⁸⁷ Sobre as diversas denominações utilizadas para designar as pessoas em situações de rua, consultar: ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec, 2005. e _____. *Vidas de Rua, destino de muitos*. Pesquisa Documental: reportagens jornalísticas publicadas sobre população de rua na cidade de São Paulo de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1999. CD-ROM.

⁸⁸ Devido à ampla divulgação pela imprensa, as informações sobre este massacre são de fácil acesso, mediante revisão de acervo de jornais de grande circulação no país. Cleisa Rosa (2005), traz informação resumida sobre o assunto em nota de pós-fácio, acompanhada de uma cronologia de reportagens jornalísticas. Ver: ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 195- 168; 266-274.

vinculadas ao território em que se manifesta. São particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua.

No Brasil, um país com dimensão continental, os estudos existentes revelam que algumas particularidades regionais do fenômeno, vinculadas ao território em que o mesmo se manifesta, são bem definidas. Por exemplo, em períodos de inverno rigoroso no sul e sudeste do país há uma menor percepção do fenômeno porque as pessoas por ele atingidas utilizam estratégias para se protegerem do frio, recolhendo-se em albergues ou outros espaços e, algumas vezes, se deslocando, temporariamente, para outras cidades ou regiões. Outro bom exemplo no Brasil, destas particularidades vinculadas ao território é o perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua. No Recife,⁸⁹ o fenômeno é caracterizado por um número maior de pessoas jovens do que em São Paulo⁹⁰ e Belo Horizonte.⁹¹ Isso reflete uma característica demográfica daquela cidade, com a uma população relativamente jovem, embora em termos percentuais a população idosa seja um pouco maior do que São Paulo e Belo Horizonte.⁹² Além disso, as relações com o trabalho e com a família apresentam diferenças entre estas cidades.⁹³

Esta característica é comentada por Escorel (2000). Segundo a autora:

O espaço urbano interfere significativamente nos grupos que se formam na rua – nos tipos de agrupamento, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas,- e, em contrapartida os moradores de rua marcam o tecido urbano. Essas interferências recíprocas podem ser observadas nas diferenças entre os perfis das populações de rua, segundo a cidade em que moram. Em particular, as especificidades do espaço urbano de Brasília contrastam significativamente com as das demais cidades – Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – sobre cujos moradores de rua obtivemos dados (Escorel, 2000:147).

O sexto aspecto característico, bem acentuado na realidade brasileira, é **a tendência à naturalização do fenômeno.** É uma tendência que se faz acompanhada da inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na

⁸⁹ Sobre o assunto consultar: RECIFE. Op.cit. 2006c.

⁹⁰ Ver: SÃO PAULO.Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Levantamento Censitário e caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo*. Relatório. São Paulo: SAS/FIPE,2000. _____. Estimativa do N° de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de SP. *Relatório da Pesquisa*. São Paulo:FIPE/SAS, 2003a.E _____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. Estimativa do Número de Moradores de Rua e Estudo dos Resultados Obtidos com o SIS RUA. *Relatório Final*. São Paulo: Prefeitura, outubro 2003b.

⁹¹ Sobre o assunto consultar: BELO HORIZONTE. Op.cit.1998. e BELO HORIZONTE. Op.cit.2006b.

⁹² Ver IBGE Perfil do idoso. Censo 2000.

www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/perfilidoso/perfilidoso.pdf. Acesso em: 20 set.2006.

⁹³ Ver: RECIFE. Op.cit. 2006c. BELO HORIZONTE. Op.cit.1998. e BELO HORIZONTE. Op.cit.2006b. SÃO PAULO. Op.cit.2000; SÃO PAULO. Op.cit.2003a e SÃO PAULO. Op.cit.2003b.

perspectiva de alargar a cidadania, que assegure cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua. É acompanhada também da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o fenômeno⁹⁴, bem como da convivência incontestada com ele, nos grandes centros urbanos. Essa tendência conduz ao enfrentamento do fenômeno como um processo natural da sociedade moderna, que deve ser amenizado, controlado, para não comprometer a ordem burguesa, ou ainda como resultante dos traços invariáveis da sociedade humana e não como um produto das sociedades capitalistas. É, portanto, uma tendência que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela situação em que os mesmos se encontram, isentando a sociedade capitalista de sua reprodução e o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo.

Em face do exposto, pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo.

Essa breve caracterização do fenômeno vincula-se às características gerais da população atingida por ele. É disso que trata a próxima seção.

2.3 Características gerais da população em situação de rua

A caracterização do fenômeno assume diferenças em relação às características gerais das pessoas que o vivenciam, embora estejam intrinsecamente interligadas e ambas constituam a substância das propriedades que dão significado ao fenômeno.

A heterogeneidade dessa população é a característica que mais se destaca nos estudos e pesquisas sobre o tema. A maioria dos autores descreve as pessoas em situação de rua como pessoas de origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional. Como diz

⁹⁴ Sobre a reduzida produção de dados e informações sobre o fenômeno no país consultar: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *População de Rua no Brasil: um levantamento bibliográfico* (mimeo). Brasília: SAGI/MDS, set. 2004. e _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência. *Plano de Ação de Atendimento à População em Situação de Rua* (mimeo). Brasília: DPSE/SNAS/MDS, set. 2005c.

Escorel, “o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações” (Escorel, 2000:155).

Posição semelhante tem Burzstyn (2000), que ao estudar o fenômeno em Brasília termina por criar uma tipologia, na qual são localizados 12 grupos:

A população de rua de Brasília pode ser tipificada segundo diferentes categorias. São grupos característicos, que podem ser encontrados em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas. Cada uma das categorias analisadas tem traços bem particulares, diferenciando-se pela sua relação com o trabalho, estratégias de subsistência, vinculações sociais, expectativas e visões de mundo. As pesquisas realizadas junto à população de rua da cidade permitem a diferenciação de 12 grupos: catadores de lixo seco (...) trabalhadores de rua (...) albergados (...) catadores nômades (...) sem-lixo e sem-teto, mais ou menos sedentários (...) sem lixo e sem teto errantes (...) catadores complementares (...) andarilhos (...) pivetes (...) foras-da-lei (...) hippies (...) pedintes de natal (Burzstyn, 2000: 239 – 245).

Numa perspectiva afinada com a dos autores mencionados, Borin (2003) também destaca a **heterogeneidade** como característica das pessoas em situação de rua. Para a autora:

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à subsistência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (...) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares, os tipos de socialização que se consolidaram na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool/ e/ou droga) e o seu grau de comprometimento, as condições de auto-estima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à idéia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (Borin, 2003:44).

Vieira, Bezerra & Rosa [orgs.] também se referem à heterogeneidade do segmento. Não criam uma tipologia, mas identificam três situações diferentes em relação à permanência dessas pessoas na rua. Porém, ressaltam situações comuns que possibilitam designar os grupos que as vivenciam como população de rua:⁹⁵

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardins ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações. Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua: ficar na rua – circunstancialmente; estar na rua – recentemente; ser da rua – permanentemente. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O

⁹⁵ Terminologia usada pelas organizadoras.

que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua (Vieira, Bezerra & Rosa [orgs.], 2004: 93-94).

As classificações ou tipologias mais comumente encontradas na literatura sobre população em situação de rua são feitas em função do tempo de permanência na rua.

Ao meu ver, as pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento possuem características diversas em relação ao tempo de permanência na rua, às causas imediatas que as conduziram à situação de rua, às relações que estabelecem com o trabalho antes e após a situação de rua e ao perfil socioeconômico. Entretanto, existem condições ou características comuns que permitem identificá-las como um grupo populacional diferenciado. Nessa perspectiva, destaco três condições que precisam ser consideradas, articuladas entre si.

A primeira é a **pobreza extrema**. Uma condição que é reconhecida por vários estudiosos e pesquisadores. Reconhecê-la como condição que ajuda a definir um grupo populacional impõe, inicialmente, uma reflexão sobre a categoria teórica pobreza. Muitas indagações permeiam este debate: o que se denomina pobreza? Que relações existem entre pobreza e desigualdades sociais? Qual a gênese das desigualdades sociais e da pobreza?

Esta é uma discussão complexa. Para muitos autores, desigualdade e pobreza são conceitos diferentes. Para outros, a associação entre os dois conceitos é admissível. Não se pretende aprofundar este debate, apenas fazer alguns recortes que ajudem a compreender a pobreza como uma das condições definidoras da população em situação de rua.

Para Nascimento (2000), os conceitos de desigualdade e pobreza são próximos, porém distintos. Um não implicando necessariamente o outro. Desigualdade social tem como eixo caracterizador a distribuição diferenciada da riqueza produzida numa sociedade, enquanto a pobreza se define pela incapacidade de suprir necessidades básicas. Afirma o autor:

O conceito de desigualdade social refere-se,(...), à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas (Nascimento, 2000:58).

Essa visão de Nascimento localiza a pobreza no campo do não-acesso aos “recursos” ou condições materiais, sendo muito freqüente nos debates sobre o tema.

Alguns autores procuram definir pobreza, apoiados nas formas como ela se manifesta no contexto das mudanças societárias ocorridas nas duas últimas décadas do século passado. Bursztyn é um destes autores. Para ele, a década de 1980 é o marco do surgimento de um novo ator social, o “novo-pobre”. Segundo o autor, nos países ricos, esse novo ator:

Não é um indivíduo que está à margem, mas sim fora do sistema econômico e social prevalecente. Não tem acesso ao mercado de trabalho (nem mesmo informal), não tem perspectiva de engajamento (independente de seu grau de qualificação profissional) e, cada vez mais, vai ficando de fora dos mecanismos de proteção social do moribundo Welfare State (Bursztyn, 2000:34).

Nos países pobres, o autor destaca que esse “novo-pobre” se soma aos “velhos-pobres”, que “caem dos patamares da pobreza para os da miséria” (ibidem, p.36).

Bursztyn, ao trazer para o debate a categoria teórica miséria, trata de significá-la:

É importante diferenciar pobreza de miséria: no primeiro caso, trata-se de um nível médio de vida nos patamares inferiores da sociedade; no segundo caso, trata-se de condições de vida abaixo dos padrões mínimos de subsistência. Nesse sentido, é possível que em países ricos, um “pobre” tenha um nível de vida superior a grupos não considerados pobres, em países mais pobres (Bursztyn, 2000: 55).

Além da definição de miséria, o autor introduz a abordagem de pobreza relativa, que enfatiza a idéia de comparação situacional do indivíduo em termos de posição que ocupa na sociedade em relação a seus semelhantes, conforme os recursos materiais que dispõe.

A concepção de pobreza relativa é polêmica. Para Barros, Henriques e Mendonça (2000), a pobreza não pode ser definida de forma única e universal. Ela deve se referir a situações de privações em que os indivíduos não conseguem manter um padrão de vida correspondente ao estabelecido e socialmente aceito em cada contexto histórico.

O conceito de pobreza absoluta pressupõe a construção de uma medida das condições de vida dos indivíduos na sociedade, invariante no tempo. A linha de pobreza equivale a essa medida, a partir da qual são considerados pobres, os que estão abaixo desse valor.

A linha da pobreza retrata uma situação em determinado momento do tempo. Para muitos autores é um bom indicador social, para outros é um indicador insuficiente. Outros o contestam totalmente. Sobre o assunto, Sposati (2002) diz que é improcedente se estabelecer linhas de pobreza, o que se precisa é de padrões básicos de inclusão social.

Fazendo uma relação entre pobreza e desigualdade social, Borin compreende que:

A noção de pobreza,(...), reflete situações mais estáveis de acúmulo de privações absoluta ou relativa e traduz, em um plano estrutural, as distâncias sociais e econômicas entre os grupos de uma sociedade. Dessa forma, a associação entre pobreza e desigualdade não é totalmente desprovida de sentido: tanto a conceituação de privação absoluta como a relativa refletem comparações entre situações desiguais: de um lado populações mais carentes e, de outro, segmentos de maior renda (Borin, 2003: 63).

Os conceitos e noções arrolados atribuíram propriedades às categorias pobreza e desigualdades sociais, porém colocaram a distribuição desigual da riqueza socialmente

produzida no centro de suas determinações. Mas, seria apenas isso? Uma distribuição equânime da riqueza social eliminaria a pobreza e as desigualdades sociais?

Para Marx (1988b), na produção capitalista, em que o trabalhador encontra-se separado dos meios de produção e aliena sua força de trabalho ao capitalista, por um intervalo de tempo, este entra e sai do processo de produção na mesma condição: “o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito”(Marx, 1988b:664). Essa condição é continuamente reproduzida, pois da mesma forma que o trabalhador produz constantemente a riqueza, sob a forma de capital, o capitalista produz a força de trabalho, sob a forma de fonte subjetiva de valor, separada dos meios sem os quais não se pode realizar, ou seja, “o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista” (ibidem, p. 664-665). Assim sendo, pode-se inferir que, na sociedade capitalista, a pobreza resulta não só da não distribuição equânime da riqueza social, mas também da própria estrutura social, como diz Marx, utilizando-se de redação encontrada em fonte específica de consulta, “é incontestável que muitos pobres obtêm emprego quando se estabelece pela primeira vez uma manufatura, mas eles permanecem pobres, e a continuação dela faz muitos pobres” (Reasons for a limited Exportation of Wool”, Londres, 1677, p. 19 apud Marx, 1988b: 665. Nota de rodapé nº 6). Ou seja, a pobreza decorre da não distribuição equânime da riqueza social, da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores.

Boschetti, referenciada nas obras de Marx, fala sobre o assunto:

a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais estão determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida (Marx,1987), e não apenas pela não-distribuição equânime de seus produtos e serviços (Boschetti, 2004: 111).

Na mesma direção, lamamoto conduz a sua reflexão:

A pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda – mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à distribuição dos meios de produção, - e portanto às relações entre as classes -, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual - intelectual, cultural e moralmente (lamamoto, 2004:16).

Portanto, a eliminação das desigualdades sociais e da pobreza pressupõe a superação do modo de produção capitalista. Somente um modo de produção em que tanto os meios de produção, quanto a riqueza produzida socialmente, sejam socializados, é capaz de extirpá-las.

Este é o referencial de pobreza que norteia esta pesquisa, a pobreza compreendida como resultante da não distribuição equânime da riqueza socialmente produzida, mas também da condição de classe desprovida dos meios de produção. Assim, considera-se pobreza extrema para fins deste trabalho, a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas.⁹⁶

Há uma vertente teórica que tende a buscar a identidade entre parcelas da classe trabalhadora em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social pelas “formas” de sua história e não pela condição de classe social. Um exemplo é Rosanvallon, para quem:

Os desempregados de longa duração e as famílias oneradas por dívidas excessivas não constituem propriamente “populações”, no sentido tradicional da ação. Por outro lado, esses indivíduos também não constituem um grupo, no sentido sociológico. Eles apenas compartilham um certo perfil biográfico: suas vidas têm trajetórias que apresentam uma certa semelhança, com sucessão idêntica de rupturas sociais ou familiares, o mesmo tipo de dificuldades profissionais. São as “formas” de sua história, e não suas características sócio-profissionais, que os aproximam. Por isso não representam nem uma comunidade, nem um grupo estatístico (Rosanvallon, 1998:154).

Essa forma de analisar esses segmentos sociais tende a escamotear a divisão da sociedade capitalista em classes sociais e a origem e reprodução das desigualdades sociais e da pobreza como produtos dessa estrutura social. É verdade que os desempregados de longa duração e a população em situação de rua não constituem uma classe isoladamente. Mas, é certo também que têm uma vinculação de classe. A não propriedade de meios de produção e subsistência pela venda de sua força de trabalho são condições que os caracterizam como parcelas da classe trabalhadora. Embora, na situação em que se encontram, nem a venda da força de trabalho estejam conseguindo realizar. Assim, mais do que as “formas” de suas histórias individuais, o que os aproxima é a sua condição de classe trabalhadora.

A condição de **pobreza extrema** – nos termos definidos, alcança todas as categorias das diferentes tipologias de população em situação de rua citadas, assim, mesmo sendo uma condição essencial, por si só não delimita o que se denomina população em situação de rua, neste trabalho. É, entretanto uma categoria central que vincula esse fenômeno à estrutura da sociedade capitalista como um fenômeno produzido socialmente, no contexto da produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva para atender às necessidades de expansão do capital. É, assim, uma condição vinculada às causas estruturais do fenômeno.

⁹⁶ Essa noção de **pobreza extrema** abarca outras condições vivenciadas pela população em situação de rua, como a inexistência de trabalho e renda regulares e o reduzido ou inexistente acesso às políticas sociais, o que dispensa o destaque dessas condições como característica específica da população em situação de rua.

A segunda condição **são os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados**. Nesta reflexão parte-se da noção de família como um encadeamento de relações mutuamente afetivas e protetoras (Snow & Anderson, 1998). Deste modo, as pesquisas sobre população em situação de rua, que se teve acesso até o momento, para além das fontes prioritárias de dados e informações utilizadas neste trabalho, mostram que a quase totalidade das pessoas que se encontram nessa situação possui referência familiar. Porém, os vínculos afetivos e de solidariedade que os unem se encontram fragilizados ou completamente interrompidos. É muito reduzido o número de pessoas que vivem nas ruas com familiares.⁹⁷ Ao analisarem os resultados do primeiro levantamento sobre “população de rua”⁹⁸ em São Paulo, Vieira, Bezerra e Rosa (orgs.) fazem uma afirmação reveladora sobre o assunto:

Nem sempre se dá importância suficiente ao fato de que a população de rua é basicamente masculina, composta principalmente de homens sós. Trata-se, portanto, de pessoas que não possuem uma convivência permanente com o grupo familiar. Essa situação não se explica pelo fato de que essas pessoas não tenham família. Cerca de 50% declaram ter parentes em São Paulo (...) e apenas metade mantém contato com eles (...) Do total, 20% têm parentes próximos(...). No entanto, apenas 5% destes vivem na rua com a família. Para estes as relações familiares não estão oferecendo alternativa de acolhimento e abrigo. Tendo em vista que a família se constitui, especialmente para as classes trabalhadoras, num recurso básico de apoio e solidariedade ante as dificuldades de subsistência, é possível afirmar que a vida solitária dessas pessoas, em condições tão precárias e sem abrigo, indica a existência de algum rompimento no nível familiar (Vieira, Bezerra e Rosa [orgs.] 2004:87-88).

Esse indicador repete-se em outras pesquisas, inclusive naquelas que foram consideradas fontes privilegiadas de dados e informações neste estudo. É sempre referido em estudos sobre o tema. Nessa perspectiva, Prates, Reis e Abreu (2000), ao falarem das razões que conduzem as pessoas às ruas, também mencionam a fragilização dos vínculos familiares:

São de diversas ordens os motivos que os levam a buscar a rua como estratégia de sobrevivência, mas a quase totalidade está associada a problemas de ordem econômica, que se materializam não só no desemprego e impossibilidade de custear alimentação e moradia, mas na fragilização dos vínculos familiares (Prates, Reis e Abreu, 2000:153).

Chama a atenção o fato dos autores acima se referirem à fragilização dos vínculos familiares como uma das formas de materialização dos problemas de ordem econômica. Embora não seja a visão predominante, tendo a compartilhar parcialmente com os autores, ressaltando apenas que existem outros fatores estruturais ou fatores ligados às histórias de vida dos indivíduos, que conduzem à fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às

⁹⁷ O perfil contemporâneo desta população mostrado no capítulo três oferece dados sobre o assunto.

⁹⁸ Terminologia utilizada pelas autoras.

situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas. Entretanto, no contexto contemporâneo, o fator econômico expresso, principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares, é preponderante. É o que revelam as pesquisas mais recentes sobre o assunto.⁹⁹

Essa condição exclui algumas categorias que compõem a tipologia de Bursztyn. Por exemplo, Catadores de Materiais Recicláveis, que vivem com suas famílias. Exclui também as vítimas de enchentes e outras catástrofes de massa, consideradas população em situação de rua por alguns autores. Este recorte é essencial à noção que orienta este projeto. Porém, ele não alcança todas as pessoas em situação de rua, uma vez que um pequeno grupo encontra-se na rua com os seus familiares ou mantém freqüentes contatos com eles.

A terceira e mais significativa condição para compor essa noção é a **inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente**. A inexistência de moradia convencional regular associada às demais condições conduzem à utilização dos logradouros públicos como ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos ou áreas degradadas, ou seja, galpões e prédios abandonados, ruínas, carcaça de caminhão ou ainda, redes de acolhida temporária mantidas por intuições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. Essa condição é mencionada por alguns estudiosos:

Ocupando os postos inferiores da escala social os trabalhadores sem residência fixa, sem família e sem trabalho regular encontram-se numa situação-limite do que é considerado socialmente uma ordem legítima de vida. Cair na rua ou adentrar no mundo da marginalidade são formas de passar para o outro lado (Vieira, Bezerra e Rosa [orgs.], 2004:97).

Essa condição às vezes é incluída em noções sobre população em situação de rua, pela expressão “dormir na rua” por um intervalo de tempo. A definição utilizada pela Prefeitura do Recife, no programa *Travessia* é um exemplo: “para fins deste programa, considera-se população em situação de rua aquela que dorme nas ruas pelo menos uma noite por semana e se encontra com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados” (Recife, 2004a:14).

Registra-se que alguns autores destacam outras características como sendo centrais. A inexistência de trabalho regular e o consumo freqüente de álcool e outras drogas são as mais citadas. Porém, considera-se as condições enumeradas anteriormente como as mais relevantes na função delimitadora da noção de população em situação de rua que orienta este trabalho. Compreende-se que a ausência de trabalho e renda regulares já está contemplada na noção de pobreza extrema, e o uso freqüente de álcool e outras drogas se impõe muito mais como

⁹⁹ Ver pesquisas realizadas nas cidades de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, no período entre 1995 e 2005, cujos relatórios estão incluídos nas referências bibliográficas desta Dissertação.

uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua do que uma condição ou característica que ajuda a definir este contingente populacional. Entretanto, é importante observar que esta ainda é uma noção em construção. Assim, possivelmente haja aspectos característicos da população em situação de rua não contemplados.

Mesmo assim, a noção de população em situação de rua, que orienta esta pesquisa, se apóia nas três condições referidas e na conjugação das definições utilizadas nas pesquisas censitárias e estudos que se constituíram fontes privilegiadas de dados e informações.

Destarte, é fundamental que se faça uma rápida alusão às definições utilizadas para fins das pesquisas, cujos Relatórios constituíram fontes de dados e informações para este trabalho.

A definição adotada em 1994 -1995, na pesquisa sobre “a realidade do morador de rua de Porto Alegre”, foi a mesma utilizada na “pesquisa condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre”, realizada em 1998-1999, que considera morador de rua:¹⁰⁰

Àquele segmento da população que vive em situação de extrema pobreza e que, por contingência temporária ou de forma permanente, está habitando logradouros públicos tais como praças, prédios abandonados, sob marquises, pontes ou viadutos, entre outros locais (Porto Alegre, 1995:05; Porto Alegre, 1999: 09).

Nas pesquisas censitárias da população de rua¹⁰¹, realizadas em São Paulo, nos anos de 2000 e 2003, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, por encomenda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS/SP, foram utilizadas definições similares.

O primeiro censo, realizado em 2000, utilizou a seguinte definição:

O segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto – em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou entidades sociais (São Paulo, 2000:2).

Já a estimativa realizada em 2003, utilizou a definição a seguir:

Considerou-se população de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixo de viadutos - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais. Denominamos os membros dessa população como pessoas de rua ou morador de rua (São Paulo, 2003a:7).

A diferença se encontra na introdução das terminologias “população em situação de rua” e “pessoas de rua”, na definição de 2003, vez que as expressões “população de rua” e “morador de rua” já haviam sido utilizadas em 2000. É o que mostra a comparação entre elas.

¹⁰⁰ Morador de Rua foi a terminologia utilizada nas duas pesquisas realizada em Porto Alegre - RS.

¹⁰¹ Uma das terminologias utilizadas pelos censos de São Paulo, dos anos de 2000 e 2003.

O conceito que orientou a pesquisa realizada no Recife, em 2005, foi: “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (Recife, 2006b:10). A noção utilizada no censo de 2004 foi a mesma do programa *Travessia* (Recife, 2006b:20, rodapé nota 17).

O primeiro censo de população em situação de rua de Belo Horizonte, usou o conceito:

Considerou-se para este estudo a definição de população de rua como, o segmento da população de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouro público, tais como praças, calçadas, marquises, baixos de viaduto, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos. O conceito abrange ainda crianças e adolescentes, desde que em companhia das respectivas famílias (Belo Horizonte, 1998: 6).

O conceito que orientou o segundo censo de Belo Horizonte, realizado em 2005, é igual ao adotado no censo realizado em Recife, em 2005 ou seja: “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (Belo Horizonte, 2006b:14). Entretanto, foram preservadas as características identificadoras da população em situação de rua utilizadas em 1998, com vistas a assegurar comparabilidade entre os dois censos (ibidem, p.28).

Nas definições utilizadas nas diferentes pesquisas, chama atenção a presença “da pobreza extrema” ou “baixíssima renda” como um dos elementos caracterizadores da situação de rua, exceção apenas para a pesquisa realizada no Recife, no ano de 2004. O outro aspecto interessante é a “utilização da rua como espaço de moradia”, como outro elemento caracterizador da situação de rua. Esse aspecto aparece com redação diferente, mas com o sentido similar, ou seja, como “pernoitar na rua” (São Paulo, 2000 e 2003 e Belo Horizonte, 1998), “dormir na rua” (Recife, 2004), “habitar a rua” (Porto Alegre, 1995 e 1999) e ainda, “a não referência de moradia regular” (Belo Horizonte e Recife, ano de 2005). Já a condição, “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados”, aparece apenas nas pesquisas realizadas em Recife (anos de 2004 e 2005) e em Belo Horizonte (2005). Isso não impede que sejam feitas comparações, pois, essa condição, vínculos fragilizados ou interrompidos, aparece nos resultados de todas as pesquisas.

A definição usada nos censos do Recife e Belo Horizonte, em 2005, resultou de um esforço coletivo das instituições realizadoras daqueles censos, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS¹⁰², na perspectiva de avançar

¹⁰² Ver: RECIFE. Op. cit. 2006c. e BELO HORIZONTE. Op. cit. 2006b.

na construção de uma noção mais clara e precisa, capaz de atribuir significado às propriedades e características deste fenômeno, a fim de subsidiar a formulação de políticas sociais mais próximas da realidade em que se inserem as pessoas em situação de rua e mais dotadas de capacidade de transformar essa realidade.

A noção que orienta este trabalho abrange as condições tratadas nesta seção, associadas a recortes relevantes dos conceitos referidos na análise que se fez anteriormente.

Deste modo, é a noção que concebe a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas.

Nesta seção é importante tecer comentários sobre a terminologia “população em situação de rua” utilizada neste trabalho, pois, como já foi dito, são muitas as expressões usadas para designar o público que faz da rua um espaço de moradia e sustento.

Na atualidade, as expressões mais freqüentemente utilizadas por estudiosos são, “população de rua”, “morador de rua” e população em situação de rua, como se pôde perceber pelas citações usadas neste texto. Nesta dissertação optou-se pela terminologia “população em situação de rua”, não para significar um tempo passageiro de permanência na rua, como às vezes é mencionada por alguns autores ou comentada por outros, como o fez Cleisa Rosa, “no período mais recente, em São Paulo, é corrente o uso da expressão “população em situação de rua”, mais apropriado para designar uma situação de passagem” (Rosa, 2005:66, nota de rodapé nº 23). Mas, por considerá-la mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista. Para designar uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar da sociedade capitalista e não apenas das perdas e infortúnios de indivíduos, considerados fora deste contexto social. Para significar uma condição social gerada pela produção capitalista no processo de acumulação do capital, mediante a produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à

necessidade média de expansão do capital, uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados.

A concepção de vulnerabilidade aqui referida não se limita à visão econômica pautada na conceituação de privações materiais e indigência, usualmente utilizada nos estudos econômicos, que estabelece como os grupos mais vulneráveis da sociedade aqueles que se situam na linha da pobreza. Como diz Oliveira, “a definição econômica da vulnerabilidade, ainda que deva ser a base material para seu mais amplo enquadramento, é insuficiente e incompleta, porque não especifica as condições pelas quais se ingressa no campo dos vulneráveis” (Oliveira, 1995:9). Desse modo, as etnias raciais, o gênero, o desemprego, a representação política, as situações de doenças, o abandono, a inexistência de moradia, dentre outros, são atributos que podem colocar os grupos sociais que os portam, em situações de vulnerabilidades sociais, em decorrência de um processo discriminatório desenvolvido por outros sujeitos sociais. Pois, “os grupos sociais vulneráveis não o são como portadores de atributos que, no conjunto da sociedade os distinguem. Eles se tornam vulneráveis, ou seja, discriminados, pela ação de outros agentes sociais” (ibidem, p.9). As discriminações repercutem no acesso desses grupos às políticas sociais.

Assim, a superação das vulnerabilidades passa pela identificação dos processos de produção das discriminações para que se possa apontar para a sua anulação, bem como pelo reconhecimento de que a vulnerabilidade é uma situação produzida, fundamentalmente, porém não exclusivamente, pelo econômico. Existem outros recortes, como o cultural, que também produzem discriminações que levam a vulnerabilidades. E, embora existam vulnerabilidades próprias do gênero humano ou decorrentes das formas como as pessoas subjetivamente lidam com as perdas, os conflitos, as rupturas, os grupos sociais em situação de vulnerabilidade não podem ser vistos na condição passiva de vulneráveis, mas se encontram nessa condição, em função de discriminações que lhes são dirigidas. É o que ocorre com as pessoas em situação de rua. Essa noção de vulnerabilidades supõe políticas sociais para enfrentá-las.

Essa noção de vulnerabilidade social orienta este trabalho e corrobora na fundamentação da opção pelo uso da terminologia “população em situação de rua”, em detrimento de outras, como “moradores de rua”, “população de rua” ou “pessoas de rua”. Ao meu ver, as outras expressões tendem a reforçar a perspectiva de análise desse fenômeno como um “estilo de vida” ou como uma situação decorrente de fatores vinculados à condição e à sociedade humana, escamoteando sua vinculação imanente à sociedade capitalista.

CAPÍTULO III

3. A população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005: perfil e relação com as políticas sociais

A classe trabalhadora moderna desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital. Marx e Engels.¹⁰³

Este capítulo destina-se a mostrar o perfil contemporâneo da população em situação de rua, com base em oito variáveis: sexo, idade, escolaridade, origem, tempo na rua, relações com a família, relações com o trabalho antes da situação de rua e, relações com o trabalho nessa condição. Os dados e informações utilizados foram obtidos, prioritariamente nos Relatórios de Pesquisas sobre população em situação de rua, realizadas nas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife.¹⁰⁴ Alguns dados e informações utilizados, em caráter complementar, foram obtidos em outras fontes, citadas diretamente na oportunidade de sua utilização. O capítulo destina-se ainda, a tecer comentários acerca da relação desse segmento populacional com as políticas sociais, tendo como base as funções, possibilidades e limites das políticas sociais no capitalismo. Assim, traz breve análise da situação das políticas sociais no Brasil, cuja diretriz central segue a perspectiva seletiva e residual. Além disso, recupera medidas do governo federal em relação à população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, a partir de 2004. Com essa lógica interna, o capítulo subdivide-se em duas seções, a primeira mostra o perfil da população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005. A segunda aponta relações desse grupo populacional com as políticas sociais.

3.1 Perfil da população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005

Para mostrar o perfil da população em situação de rua no Brasil entre 1995 e 2005, com base nas variáveis, sexo, idade, escolaridade, origem, tempo na rua, relações com a família, relações com o trabalho antes da situação de rua e relações com o trabalho na condição de rua utilizou-se dados e informações das pesquisas realizadas em Porto Alegre (1995;1999), Belo Horizonte (1998; 2005), São Paulo (2000; 2003) e Recife (2004; 2005).

¹⁰³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.Op.cit.2004.p.20.

¹⁰⁴ Informações complementares podem ser encontradas em nota de rodapé na abertura do segundo capítulo.

Essas pesquisas resguardam diferenças entre si no que se refere às definições do público alvo¹⁰⁵ e possuem especificidades acerca da natureza e metodologias utilizadas. Mesmo assim, os pontos comuns relativos aos fundamentos teórico-metodológicos, com os devidos cuidados, possibilitam estabelecer comparações entre elas. É possível também, a partir delas, fazer algumas generalizações acerca do perfil contemporâneo da população em situação de rua no país, bem como algumas análises em torno da evolução temporal do fenômeno, no contexto das mudanças no mundo do trabalho no Brasil, no período entre 1995 e 2005.

As especificidades de cada pesquisa podem ser resumidas da seguinte forma:

As pesquisas realizadas em **Porto Alegre** constituem estudo de natureza quantitativa e qualitativa. A primeira, intitulada “A Realidade do Morador de Rua de Porto Alegre”, foi desenvolvida, tendo como universo de pesquisa todas as pessoas que pernoitam nas ruas, com idade superior a 14 anos, possuindo ou não domicílio, observadas as características expressas na definição que a orientou. Foram mapeados 18 setores¹⁰⁶, percorridos no curso de 20 dias, para aferir se seriam pontos de concentração de pessoas em situação de rua. Os trabalhos foram feitos nos períodos diurnos e noturnos. O mapeamento geral durou 30 dias. A pesquisa de campo ocorreu em 16 setores, nos quais se detectou a presença de pessoas em situação de rua. Esses setores foram agrupados em 3 grandes áreas denominadas pelas cores azul, vermelha e verde, correspondentes às cores das fitas, que foram utilizadas para identificar a população entrevistada, imediatamente após a entrevista, para evitar a dupla contagem. A pesquisa de campo durou 45 dias. Esse processo transcorreu no curso do segundo semestre de 1994 e o Relatório que está sendo utilizado neste trabalho foi elaborado em janeiro de 1995. Foi uma pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por meio da Faculdade de Serviço Social.

A segunda pesquisa, denominada “Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua em Porto Alegre”, constitui estudo quantitativo, interinstitucional e interdisciplinar, de recorte histórico, realizado a partir de observação intensiva, por meio de técnicas de entrevista montadas com perguntas abertas e fechadas e observação estruturada. Foi orientada pelo mesmo conceito da pesquisa anterior e teve como universo de pesquisa

¹⁰⁵ Ver capítulo segundo sobre o assunto.

¹⁰⁶ Os Relatórios de pesquisa não trazem explicações sobre a divisão da cidade por setores, mas uma explicação encontra-se em PRATES, Jane cruz; REIS, Carlos Nelson e ABREU, Paulo Belmonte. Metodologia de Pesquisa para População em situação de rua: alternativas de enfrentamento pelo Poder local. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 64. p. 135-164. São Paulo: Cortez, nov. 2000. p.147. “utilizou-se uma setorialização que tomou por base a subdivisão do orçamento participativo de Porto Alegre”. Ou seja, “um sistema de subdivisão geográfica realizado pela Prefeitura de Porto Alegre, com vistas a possibilitar que entidades e comunidades possam discutir e deliberar sobre o mérito de projetos e a aplicação do orçamento público municipal, a partir de sua região de moradia” (ibidem, nota 3).

todas as pessoas adultas, em situação de rua. Desta vez, o mapeamento dos pontos de concentração durou 80 dias e ocorreu a partir de março de 1998. A metodologia de contagem foi a mesma da primeira pesquisa, tendo a pesquisa de campo ocorrido entre agosto de 1998 e janeiro de 1999. O Relatório usado neste estudo é de novembro de 1999. Foi realizada pelos mesmos parceiros da primeira pesquisa, acrescida a participação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (Serviço de Psiquiatria) e da Faculdade de Medicina, por meio do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal. O intervalo de tempo entre as duas é de 4 anos.¹⁰⁷

Já em **Belo Horizonte**, a pesquisa realizada em 1998, de natureza censitária e abrangência municipal, foi coordenada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal e contou com participação de outras Secretarias e Órgãos da Administração Municipal que atuavam junto a este segmento populacional, além do Fórum de População de Rua e de pesquisadores contratados, mediante seleção efetuada por universidades. Optou-se pela realização dos trabalhos em três etapas: perfil censitário, perfil de atendimento, estratégias de sobrevivência e relação com a rua. Assim, foram arrolados e definidos os pontos de concentração das pessoas em situação de rua com a participação de técnicos e organizações que atuavam com esse segmento. A partir da definição dos pontos de concentração, o trabalho se desenvolveu. A pesquisa de campo foi realizada durante 10 noites, no horário de 20:00 às 22:00h, no período entre 02 e 13 de fevereiro.

A pesquisa de 2005 seguiu os mesmos passos metodológicos e orientou-se pelas características do público alvo, atribuídas pela definição utilizada em 1998, corroborada pela definição construída, conjuntamente, pelos parceiros de pesquisa, em 2005: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Fórum de População de Rua; Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa de campo ocorreu entre 19 e 28 de outubro, no horário de 19:00 às 23:00 horas. O intervalo de tempo entre as duas pesquisas é de 7 anos.¹⁰⁸

As pesquisas de **São Paulo** foram realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas – FIPE, por encomenda da Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS. As diretrizes metodológicas ocuparam-se em apresentar soluções para as dificuldades que se revelam na contagem de pessoas sem domicílio, em uma metrópole da dimensão de São Paulo. As definições sobre o público alvo foram claras e objetivas. O tempo da pesquisa de campo foi breve, para evitar a dupla contagem, em função da mobilidade das pessoas, sendo realizada unicamente no período

¹⁰⁷ Mais informações podem ser obtidas em: PORTO ALEGRE. Op. Cit. 1995 e PORTO ALEGRE. Op.cit.1999.

¹⁰⁸ Para maiores informações consultar: BELO HORIZONTE. Op. Cit. 1998. e _____. Op. Cit. 2006b

noturno, como decorrência da definição do público alvo. Deste modo, a pesquisa de 2000, de natureza censitária, foi realizada nos 96 distritos municipais da cidade, os quais foram agrupados em 9 distritos censitários, subdivididos em 81 setores censitários, que por definição, correspondiam à área a ser percorrida por uma equipe, em uma única noite. O trabalho de campo iniciava às 22 horas e terminava ao final do último roteiro, inclusive nos feriados e finais de semana. Durou nove noites, entre os dias 09 e 28 de fevereiro de 2000. As pessoas em albergues foram recenseadas na mesma noite em que a área de localização da instituição estava sendo pesquisada. As equipes permaneciam no albergue durante todo o período de admissão de público nessas unidades de acolhida.

A pesquisa de 2003 constituiu uma estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, tendo replicado a metodologia do censo de 2000 para 11 distritos e trabalhado com metodologia amostral para 18 distritos. Assim, compreendeu 29, dos 96 distritos da cidade. Ressalta-se que os resultados do censo de 2000 indicaram que os distritos selecionados em 2003 concentravam mais de 90% da população recenseada naquele ano. Foram recenseadas pessoas dos 34 albergues e abrigos especiais da área da pesquisa, durante cinco noites, utilizando-se a mesma metodologia da pesquisa anterior, constituindo, assim, pesquisa de natureza censitária. Os resultados quantitativos dos distritos recenseados e dos albergues podem ser comparados integralmente com os do censo de 2000, pois as especificidades do estudo de 2003 estão relacionadas à área de cobertura da pesquisa amostral. A amostra teve como ponto de partida a elaboração de um quadro de referência, que consistiu na atualização das informações sobre os pontos e níveis de concentração das pessoas em situação de rua em cada um deles, por meio dos técnicos e organizações que trabalham com este segmento na cidade. Esse sistema balizou o plano amostral, que foi definido por sorteio de áreas a serem percorridas. O ponto de partida do sorteio das áreas para a contagem de pessoas que pernoitavam nas ruas foi o Mapa Oficial da Cidade, que traz os setores fiscais, utilizados pela Secretaria de Finanças do município, que agrupam os quarteirões da cidade. Dessa forma, foram constituídas as Unidades Amostrais Primárias (UAP) da amostragem, tendo como referência os setores fiscais, as quais foram agrupadas segundo a regional da Secretaria Municipal de Assistência Social. Como o censo de 2000 forneceu o número de pessoas em situação de rua encontrado em cada UAP, assumiu-se a hipótese de que a distribuição espacial das pessoas continuava a mesma, de forma que a estratificação dessas unidades em áreas de alta, média e baixa concentração, considerou o número de pessoas em situação de rua encontradas em 2000. O número de estratos variou por regional e a cada um foi associado um grau esperado de incidência de pessoas em situação de rua. Na

maior parte das regionais, os estratos com maior incidência foram selecionados com probabilidade um. Esses procedimentos permitiram que se diminuísse o número de regiões com uma margem de erro amostral máximo em 5% na estimativa do número de pessoas para a totalidade da área. A pesquisa de campo foi realizada durante cinco noites, entre os dias 13 e 22 de outubro. Tanto o censo de 2000, quanto a estimativa de 2003, foram acompanhados de coleta de informações, por amostragem, para caracterização socioeconômica da população. Embora o intervalo de tempo de dois anos entre as pesquisas seja curto, é possível comparar algumas variáveis, em recortes específicos (São Paulo, 2003a; 2003b).

As pesquisas realizadas na cidade do **Recife**, nos anos de 2004 e 2005, embora tenham utilizado conceitos com diferenças entre si, a metodologia utilizada foi a mesma, cujos passos de mapeamento dos pontos de concentração e realização das pesquisas de campo foram bem próximos dos adotados no primeiro censo de São Paulo e nos dois de Belo Horizonte, diferindo apenas quanto ao horário de aplicação dos questionários, que se deu das 9:00 às 21 horas. As pesquisas alcançaram a abrangência total do município, mediante mapeamento de pontos de concentração. A pesquisa de 2004 foi realizada pela Prefeitura do Recife, por meio do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, com apoio da Universidade Federal de Pernambuco, representada pela Coordenação do Curso de Serviço Social. Teve trabalho de campo executado na última semana de outubro e considerou na contagem, além das pessoas adultas e idosas, crianças de qualquer idade acompanhadas por adolescentes e pessoas adultas. Porém, não recenseou as pessoas com trajetória de rua que se encontravam na rede de acolhida local (abrigos, albergues, casas de acolhida temporária, etc.). A pesquisa realizada em 2005 resultou de uma ação conjugada entre o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS, a Prefeitura do Recife, representada pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Departamento de Psicologia, com a participação em algumas etapas, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/PE. A pesquisa de campo do censo de 2005 foi realizada no período entre 16 e 22 de novembro. Foram recenseadas também pessoas dos abrigos e Casas de Acolhida Temporária da cidade. O intervalo de tempo entre as duas é de um ano (Recife, 2004b; 2006c).

As pesquisas de Belo Horizonte, São Paulo e Recife possuem muitas similaridades, resguardando maiores diferenças com as pesquisas realizadas em Porto Alegre, sobretudo no que concerne à metodologia. Entretanto, análises comparativas e generalizações podem ser feitas porque os pontos de convergência entre elas são mais relevantes que as divergências.

Os pontos comuns (ou de aproximação) entre as pesquisas podem ser resumidos assim:

a) são pesquisas interinstitucionais, que envolvem, no mínimo, dois sujeitos: o Poder Executivo Municipal e uma universidade ou outra instituição especializada em pesquisas;

b) possuem recorte histórico, foram realizadas em anos diferentes, mas com objetivos, metodologias e referencial teórico-metodológico comum ou com bastante aproximação, no âmbito do município e, comparativamente aos demais municípios em discussão.

Desdobramento dos aspectos teórico-metodológico, similaridades entre as pesquisas:

a) a noção do sujeito, que constitui o público alvo, independentemente das terminologias usadas nas pesquisas (população em situação de rua, população de rua, moradores de rua, pessoas de rua ou outra), tem como núcleo central a idéia de indivíduos ou famílias, em situação de pobreza extrema, sem moradia convencional regular, que utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, marquises, baixos de viadutos, jardins, cemitérios), áreas degradadas (de prédios desocupados, ruínas, carcaça de carros), como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, usando, ocasionalmente, albergues e abrigos para pernoitar.

b) comportam estudos de natureza quantitativa e qualitativa, caracterizando-se como contagem e estudos socioeconômicos, à exceção da realizada em São Paulo em 2003, que se trata de uma estimativa, elaborada a partir de uma combinação amostral e outra censitária.

c) dão conta, mesmo que parcialmente, de variáveis e recortes essenciais à análise que esta investigação requer, ou seja, as variáveis: identificação, origem, escolaridade, trabalho, família, tempo na rua e estratégias de subsistência, com os recortes de idade e sexo;

d) as áreas de abrangência territorial são a dos municípios nos quais foram realizadas, ressalvada a situação de São Paulo, na pesquisa de 2003, conforme já mencionado.

e) o público alvo é constituído de pessoas adultas, à exceção das pesquisas realizadas em Porto Alegre, em 1994 - 1995, e no Recife, em 2004, mesmo assim, as crianças que aparecem nos relatórios são apenas aquelas acompanhadas de adultos;

f) as pesquisas de campo foram realizadas no turno noturno ou noturno e diurno, como decorrência da noção de público alvo anteriormente citada.

Assim, com base nos dados e informações disponíveis nos Relatórios das pesquisas supramencionadas, pode-se conformar um perfil da população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005, com destaque para os aspectos que se seguem.

Predominância de pessoas do sexo masculino

Em relação ao sexo, em média, 77,87% da população em situação de rua, no período estudado, é do sexo masculino. A cidade de Porto Alegre demonstrou menor variação do percentual referente ao sexo, no intervalo de uma para a outra pesquisa, identificando 77,00 %,

em 1995 e 76,80 %, em 1999. Enquanto em Belo Horizonte e São Paulo percebeu-se uma elevação do percentual de pessoas do sexo masculino, de 77,95%, em 1998, para 85,65% em 2005, na cidade de Belo Horizonte e de 83,59%, em 2000, para 84,31%, em 2003, na cidade de São Paulo. Essa variação em São Paulo e em Belo Horizonte indicou um movimento contrário ao que ocorreu no Recife, onde houve uma pequena redução do percentual de pessoas do sexo masculino nas ruas, no intervalo da primeira para a segunda pesquisa, de forma que, em 2004, a pesquisa apontou 70,00% contra 67,63% no ano de 2005. No Recife isso significou crescimento do percentual feminino de 30,00%, em 2004, para 32,37%, em 2005. Em São Paulo, ao contrário, apontou a redução do percentual feminino de 14,69% em 2000, para 13,65%, em 2003, observando-se a elevação da quantidade de pessoas não identificadas pelo sexo. O mesmo ocorreu em Belo Horizonte, onde a população em situação de rua do sexo feminino reduziu, de 22,05%, em 1998, para 14,35% em 2005, e, um percentual de 0,60% não identificado pelo sexo na última pesquisa. Os dados podem ser conferidos na tabela 1.

TABELA 1 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR SEXO: PORTO ALEGRE - 1995/1999 BELO HORIZONTE – 1998/2005, SÃO PAULO – 2000/2003, RECIFE - 2004/2005

	Ano	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Total</i>	
		F	%	F	%	F	%
Porto Alegre	1995	171	77,00	51	23,00	302 ^(*)	100
	1999	159	76,80	48	23,20	427 ^(**)	100
Belo Horizonte	1998	714	77,95 ⁽¹⁾	202	22,05 ⁽¹⁾	916	100
	2005	991	85,65 ⁽²⁾	166	14,35 ⁽²⁾	1.164 ⁽³⁾	100
São Paulo	2000	6.761 ⁽⁴⁾	83,59 ⁽⁴⁾	1.188 ⁽⁴⁾	14,69 ⁽⁴⁾	8.706 ⁽⁵⁾	100
	2003	8.767	84,31	1420	13,65	10.399 ⁽⁶⁾	100
Recife	2004	456	70,00	197	30,00	653	100
	2005	940	67,63	450	32,37	1.390	100

FONTE: Pesquisa, A realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo em 2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 200. MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

(*) Esta freqüência corresponde a 222 pessoas encontradas nas ruas, acrescida do número de 80 vagas usadas nos abrigos. As demais freqüências e percentuais da linha equivalem ao total de pessoas encontradas nas ruas.

(**) Freqüência que corresponde ao somatório de 207 pessoas encontradas nas ruas de Porto Alegre, em 1999, com o número de 220 vagas utilizadas em abrigos na ocasião da pesquisa. As demais freqüências e percentuais da linha correspondem ao total de pessoas encontradas nas ruas.

- (1) Percentual relativo ao total da população em situação de rua com 18 anos e mais (916). No censo de Belo Horizonte, de 1998, foram recenseadas 1.120 pessoas, sendo que 204 (18,21%) são menores de 18 anos.
- (2) Percentual em relação à frequência de 1.157 pessoas em situação de rua com 18 anos e mais, identificada pelo sexo. Segundo o relatório do 2º censo de Belo Horizonte 7 (0,60%) não foram identificadas pelo sexo.
- (3) Frequência (1.164) correspondente ao total de pessoas em situação de rua recenseadas, com 18 anos e mais.
- (4) Frequências e percentuais relativos ao total de dados válidos (8.088). Neste universo de dados válidos, 139 (1,72%) não tiveram identificação pelo sexo.
- (5) Esta frequência (8.706) corresponde à frequência total de pessoas em situação de rua identificadas pelo primeiro censo de população em situação de rua da cidade de São Paulo.
- (6) A frequência total de pessoas adultas em situação de rua correspondeu a 10.399, porém, 212 (2,04%) não tiveram identificação pelo sexo, segundo o Relatório da estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, em 2003. FIPE/SAS.

Ressalta-se que, tanto em São Paulo, como em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, o censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revelou um percentual de mulheres superior ao percentual de homens sendo a maior diferença no Recife.¹⁰⁹ Dessa forma, a variação das pessoas em situação de rua, por sexo, não segue a tendência do censo populacional, relacionando-se muito mais com a situação do mercado de trabalho e a composição do desemprego do que com a divisão da população total das cidades por sexo. Ressalta-se que, nos estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro, com ênfase na evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil, efetuado pela FIPE, por solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2002), concluiu-se que a parcela estrutural do desemprego está associada à taxa de desemprego dos homens, chefes de família.

É sabido que fatores culturais também influenciam essa tendência de predominância do sexo masculino na composição da população em situação de rua. Por um lado, histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. Da mesma forma, aos jovens do sexo masculino, a partir dos 18 anos, é atribuída a tarefa de auto-sustento. Em um contexto de elevadas taxas de desemprego, essas pessoas, pressionadas a cumprirem essas responsabilidades, utilizam diversas estratégias para encontrarem uma colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre encontram. Assim, alguns mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência

¹⁰⁹ Em Porto Alegre a população total correspondeu a 1.360.590, sendo 635.820 (46,73%) do sexo masculino e 724.770 (53,27%) do sexo feminino. Em Belo Horizonte a população total era 2.238.526, dividida em 1.057.263 (47,23%) do sexo masculino e 1.181.263 (52,77%) do sexo feminino. No Recife a população total correspondeu a 1.422.905, sendo 661.690 (46,50%) do sexo masculino e 761.215 (53,50%) do sexo feminino. Em São Paulo, a população total da cidade correspondeu a 10.434.252, tendo uma divisão por sexo em que 4.972.678 (47,66%) eram do sexo masculino e 5.461.574 (52,34%) do sexo feminino. IBGE. *Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios, Resultados do universo*. Brasília: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm. Acesso em: 12 fev.2006.

das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprirem as tarefas que lhe são atribuídas. Esse caminho, muitas vezes, conduz à situação de rua. Por outro lado, à mulher foi reservado o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, o que implica relações de trabalho desiguais e muitas vezes opressão sexual, reproduzido na situação de rua, de forma acentuada, como revelaram os estudos de Tiene:

A mulher moradora de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (Tiene, 2004:19).

Além do que, como diz a autora:

A opressão masculina aparece na rua de forma diferente da que surge no ambiente doméstico. Muitas mulheres adotam comportamentos machistas nas discussões, partilhando, no mesmo padrão dos homens, das bebedeiras e do uso de droga. Entretanto, a violência sexual praticada contra elas marca-as profunda, física e psicologicamente (...). As mulheres mantêm submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos revelam os traços de “utilidade-obediência” constados nas instituições repressivas (ibidem, p. 156).

Assim, o papel reservado às mulheres como reprodutoras e responsáveis pelos cuidados com a prole, bem como a violência contra elas, inibe-as de recorrer a essa estratégia de sobrevivência, de fazer das ruas espaço de moradia e sustento.

A população em situação de rua está envelhecendo

No que se refere à faixa etária, como se pode observar na tabela 2, ocorreu a elevação da faixa etária predominante em todas as pesquisas realizadas no decorrer destes dez anos, seguindo a mesma tendência observada na composição do desemprego, que se revelou crescente nas faixas etárias mais elevadas.¹¹⁰ As pesquisas consultadas, embora trabalhem com faixas etárias diferentes, permitem afirmar que, em termos percentuais, na atualidade, a população em situação de rua se encontra, sobretudo, na faixa etária entre 25 e 55 anos.

Assim, em Porto Alegre, no ano de 1995, a população em situação de rua localizava-se, majoritariamente, na faixa etária entre 29 e 45 anos (52,25%), enquanto em 1999, a faixa etária predominante era de 38 a 50 anos.¹¹¹ Da mesma forma, em Belo Horizonte, a faixa etária de 18 a 35 anos correspondia a 52,82% da população em situação de rua, no ano de 1998, enquanto em 2005, a maior concentração desse público foi registrada na faixa etária de 25 a 40 anos. São Paulo apresentou uma concentração em faixas de idade semelhantes às de Porto Alegre,

¹¹⁰ Observar no quarto capítulo a composição do desemprego no que se refere à faixa etária.

¹¹¹ O relatório da pesquisa de 1999 não indica o percentual.

de maneira que 30,81% das pessoas em situação de rua identificadas, em 2000, encontravam-se na faixa de idade entre 26 e 40 anos e 33,57%, em 2003, foi localizada na faixa etária de 41 a 55 anos. Quanto a esta variável, o Recife encontra-se em situação parecida com a de Belo Horizonte, pois em 2004 predominou a faixa de idade de 19 a 35 anos, enquanto em 2005, a maior concentração ocorreu na faixa de 22 a 45 anos, correspondendo a 35,61%.

Esses dados, embora sigam as tendências demográficas de envelhecimento populacional, na comparação entre as cidades, considerando-se a análise do perfil do idoso desenvolvida pelo IBGE, com base nos dados do censo de 1991, comparativamente aos dados de 2000, percebe-se que não se justificam por esses indicadores as diferenças de faixa etária entre a população em situação de rua dessas cidades, à exceção de Porto Alegre, onde o percentual da população total, com 60 anos e mais é elevado, comparativamente às demais cidades.¹¹² Isso sugere que a explicação pode estar na composição do desemprego quanto à faixa etária.

TABELA 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE: PORTO ALEGRE - 1995/1999 BELO HORIZONTE - 1998/2005, SÃO PAULO - 2000/2003, RECIFE - 2004/2005

	Ano	Faixa Etária Predominante	Freqüência	%
Porto Alegre	1995	29 a 45 anos	116	52,25 ⁽¹⁾
	1999	38 a 50 anos	*	*
Belo Horizonte	1998	18 a 35 anos	484	52,82
	2005	25 a 40 anos	434	37,28
São Paulo	2000	26 a 40 anos	2.683	30,81
	2003	41 a 55 anos	3.491	33,57
Recife	2004	19 a 35 anos	208	31,85 ⁽²⁾
	2005	22 a 45 anos	509	35,61 ⁽³⁾

FONTE: Pesquisa, A realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo/2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 2005. MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

* Dado e Informação não disponível.

¹¹² De acordo com o IBGE, em 1991 as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belo Horizonte possuíam, respectivamente, 10,2% (127.507), 8,1% (776.328), 8% (104.011) e 7,3%(146.533) de sua população total com 60 anos e mais. Em 2000, esses percentuais elevaram-se para 11,79% (160.541),9,31% (972.199),9,38% (133.532) e 9,13% (204.573) nessas cidades, na mesma ordem comparativa. IBGE Perfil do idoso. Censo 2000.Ver: www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/perfilidoso/perfilidoso.pdf. Acesso em: 20 set.2006.

- (1) Em 1995, em Porto Alegre, a faixa etária de 36 a 45 anos, isoladamente correspondeu a 31,98.
- (2) Em 2004, a faixa etária de 22 a 35, isoladamente correspondeu à frequência de 154 (23,58%) pessoas.
- (3) Em 2005, a faixa 22 a 35, isoladamente, correspondeu a 341 (24,53%) do conjunto dos entrevistados.

A população em situação de rua sabe ler e eleva a escolaridade nos últimos anos.

Outro aspecto observado na configuração do perfil contemporâneo é a escolaridade. Nesse item, todas as pesquisas que possuem dados referentes ao público de população em situação que sabe ler, com ou sem grau de escolaridade, indicam que, em média, 70,04% sabem ler. Nota-se, porém, que em Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo os percentuais dos que não sabem ler ou dos que são analfabetos¹¹³ são mais baixos do que o percentual do Recife, que em 2005, correspondeu a 31,94% do total da população em situação de rua. Esse percentual, isoladamente, é superior a média geral das quatro cidades (incluindo Recife), cujas pesquisas servem de fontes neste estudo, que equivale a 13,47%. É, porém, comum a todas as cidades, em todas as pesquisas, que a maioria dos recenseados encontra-se em algum grau de escolaridade entre a 1ª e a 8ª série. Isso corresponde à média de 68,70%.

Uma comparação importante em relação à escolaridade, só possível de ser feita com os dados disponíveis em Belo Horizonte, é que da primeira pesquisa (1998), para a segunda, (2005), o percentual de pessoas que não sabem ler permaneceu basicamente estável, (de 8,73% para 8,76%), o percentual das que possuem escolaridade entre a 1ª e 8ª série reduziu, enquanto ocorreu uma pequena elevação das pessoas com escolaridade no segundo grau (de 6,66% para 7,73%), e em curso superior, (de 1,31% para 1,98%), o que revela que este fenômeno está se alastrando para as camadas com maior escolaridade.

Confirmando essa tendência, o estudo dos usuários dos Albergues conveniados da Prefeitura de São Paulo, realizado pela FIPE, em 2005, em que 631 pessoas foram entrevistadas, demonstrou que a escolaridade é mais alta entre os mais jovens (até 30 anos). Destes, 33% ingressaram no segundo grau. Esse estudo mostrou ainda que 5% dos entrevistados ingressaram no curso superior, sendo que 2% o completaram.¹¹⁴ Um movimento similar pode ser observado em relação ao desemprego, ou seja, no período estudado, o desemprego se expandiu para o segmento de pessoas com graus de escolaridade mais elevados.¹¹⁵

¹¹³ Observar nota explicativa na tabela 3, sobre não saber ler e ser analfabeto.

¹¹⁴ Ver: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estudo dos Usuários dos Albergues Conveniados com a Prefeitura. Apresentação em slide São Paulo: SMADS/FIPE .2006. Slide nº 7.

¹¹⁵ Conferir em: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao

Na tabela 3, conferimos os dados analisados neste subitem referentes à escolaridade, exceto aqueles cujas fontes foram citadas na ocasião em que foram utilizados.

TABELA 3 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR ESCOLARIDADE: PORTO ALEGRE - 1995/1999, BELO HORIZONTE - 1998/2005, SÃO PAULO - 2000/2003, RECIFE - 2004/2005

	Ano	Não sabe ler**		Sabe Ler e Escrever***		1ª a 8ª série completa e incompleta		2ª grau Completo e incompleto		superior completo e incompleto	
		F	%	F ⁽¹⁾	% ⁽¹⁾	F ⁽¹⁾	% ⁽¹⁾	F ⁽¹⁾	% ⁽¹⁾	F ⁽¹⁾	% ⁽¹⁾
Porto Alegre	1995	30 ⁽²⁾	13,51	178 ⁽³⁾	80,18	155	69,82	19	8,56	04	1,80
	1999	23 ⁽⁴⁾	11,00	184 ⁽⁴⁾	89,00	145 ⁽⁴⁾	70,00	*	*	*	*
Belo Horizonte	1998	80	8,73 ⁽⁵⁾	656	71,62	650	70,96	61	6,66	12	1,31
	2005	102	8,76	744 ⁽⁶⁾	63,92	746	64,08	90	7,73	23	1,98
São Paulo	2000	599 ⁽⁷⁾	6,88 ⁽⁷⁾	469 ⁽⁷⁾	5,39 ⁽⁷⁾	6.411 ⁽⁷⁾	73,64 ⁽⁷⁾	1.031 ⁽⁷⁾	11,84 ⁽⁷⁾	196 ⁽⁷⁾	2,25 ⁽⁷⁾
	2003	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Recife	2004	(**)	(**)	(**)	(**)	421	64,47	23 ⁽⁸⁾	3,52	08	1,22
	2005	444 ⁽⁹⁾	31,94	631	45,40	963	69,28	47	3,38	08	0,57

FONTE: Pesquisa, a realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo/2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 2005. MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

* Dado não disponível

** As pesquisas não conceituaram o que consideram analfabetos e pessoas que não sabem ler. Como a maioria fez suas análises utilizando a expressão “não sabem ler”, adotamos esta expressão. Entretanto, consideramos nesta coluna também os indicados pelas pesquisas de Porto Alegre como “analfabetos”.

*** Nesta coluna, estão incluídas respostas de quem sabe ler e escrever, possuindo ou não alguma escolaridade, à exceção dos dados de São Paulo, em 2000, que se referem a quem apenas sabe ler e escrever.

(**) os dados do Relatório que está sendo utilizado como fonte, neste item, apresenta inconsistência, as frequências parciais não coincidem com a total, por isso não foram aproveitados.

(*) Um dos Relatórios da estimativa realizada em São Paulo, no ano de 2003, que está sendo utilizado nesta pesquisa oferece a seguinte distribuição por escolaridade: 516 (92%) básico, 24 (4%) técnico e 23(4%) universitário. Não fica claro a que se refere esta frequência, se ao total estimado (10.399), se aos encontrados em logradouros (4.208) ou se aos albergados (6.186). O outro Relatório não faz menção à escolaridade.

(1) Frequências correspondentes aos que têm escolaridade e a informaram. Percentuais relativos ao total de pessoas em situação de rua identificadas pelas pesquisas.

(2) Considerados analfabetos. Não inclui os 04 que são considerados como semi-analfabetos (1,80%).

- (3) Não inclui os 30 analfabetos (13,51%), os 04 que são considerados semi-analfabetos (1,80%), nem os 10 que não sabem ou não responderam (4,51%) do total de 222 pessoas recenseadas em 1995. Lembre-se que o total de 302, corresponde aos 22 mais as 80 vagas usadas em abrigos.
- (4) Freqüência obtida pela conversão do percentual oferecido no Relatório da pesquisa de Porto Alegre/1999, com base no total de 207 pessoas em situação de rua identificadas. Lembre-se, que o total de 427 corresponde a 207, acrescido de 220 vagas usadas em abrigos.
- (5) Não inclui os 132 (14,41%) que só assinam o nome nem os 48 (5,24%) sem informação.
- (6) Sabem ler e escrever. Não inclui os 100 (8,60%) que só sabem escrever o nome, nem os 218 (18,73), dados inválidos.
- (7) O Relatório do censo de população de Rua de 2000, cujos dados foram utilizados, no que se concerne à escolaridade das pessoas recenseadas, só oferece os dados em percentuais, separados por logradouros e albergues. A obtenção das freqüências e percentuais constantes neste quadro implicou a conversão de cada percentual em freqüência a partir das freqüências globais correspondentes a logradouros (5.013) e a albergues (3.693) oferecidas pelo Relatório. Posteriormente, a soma das freqüências de logradouros e albergues de cada item, cujos totais foram convertidos em percentuais. Analisando esta linha, em suas colunas da esquerda para a direita, as colunas referentes às primeira, segunda, quarta e quinta freqüências apresentam margem de erro em até 1 pessoa, devido às frações decorrentes das conversões de percentuais em freqüências.
- (8) Inclui 14 do ensino médio e 09 do ensino técnico, assim indicado pela pesquisa Recife/2004.
- (9) Não inclui 235 (16,91%) que só sabem escrever o nome, 57 (4,10%) que não responderam, nem 23 (1,65%) que tem idade entre 0 e 2 anos.

É crescente o número de pessoas em situação de Rua que se originam das capitais onde o fenômeno foi pesquisado.

No que se refere à origem das pessoas em situação de rua, é cada vez menor o número de pessoas que se originam de outros estados e também da área rural.¹¹⁶ Nas cidades, cujos dados tivemos acesso, à exceção de São Paulo, a maioria absoluta das pessoas em situação de rua é do próprio estado, sendo crescente a participação das capitais.

A pesquisa realizada em Porto Alegre, em 1995, indica que 85,13% das 222 pessoas encontradas nas ruas são procedentes do estado do Rio Grande do Sul, sendo 62,16% de cidades do interior do estado e 22,97% da própria capital, enquanto apenas 25,21% são originários de outros estados do país. Em Belo Horizonte, a situação é bastante parecida, conforme indicam os dados das duas pesquisas. Em 1998, do total de 916 pessoas em situação de rua, 60,48% são mineiros, sendo que 43,12% são procedentes de cidades do interior do estado e 17,36% são de Belo Horizonte. Naquele ano, das pessoas recenseadas, 33,62% vieram de outros estados do país. Já em 2005, do total de 1.164 pessoas em situação de rua na

¹¹⁶ O capítulo segundo, na seção, “condições histórico-estruturais de origem e reprodução do fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas” traz os dados e informações sobre a procedência rural da população em situação de rua no país, no período estudado, mostrando a redução de pessoas com essa origem.

cidade de Belo Horizonte, 77,90% são procedentes do próprio estado de Minas Gerais, sendo que 32,64% são de Belo Horizonte e 45,26% são de outras cidades do interior do estado. Observe-se que a participação da capital mineira na produção do fenômeno cresceu significativamente, quase duplicando o percentual de pessoas oriundas da própria capital. Houve também elevação da participação de outras cidades do interior do estado, enquanto reduziu para 21,87% a procedência de outros estados.

As pesquisas do Recife são as que indicam maior participação do próprio estado e, especialmente, da capital. Em 2004, os dados disponíveis revelam que 59,11% são procedentes da capital e 40,89% são originários de outras cidades do interior do estado. Não há informação sobre a participação de outros estados. A pesquisa de 2005 indica 65,06% do Recife e 24,90% de outras cidades do estado, enquanto 8,55% são de outros estados.

No que se refere à origem, exceção é feita para a realidade de São Paulo, como indicam os dados disponíveis, referentes ao censo realizado em 2000. Das 8.706 pessoas recenseadas, a maioria absoluta é procedente de outros estados do Brasil (65,71%), enquanto 33,31% são paulistas, sendo que a capital participa com um maior percentual. Foram identificadas 1.491 (17,12%) pessoas originárias da própria capital e 1.409 (16,19%) procedentes do interior do estado. O Estudo sobre os usuários dos Albergues da cidade de São Paulo, realizado pela FIPE, em 2005, aponta a crescente participação da capital na composição da população em situação de rua naquela cidade. Diz o estudo que “entre os mais jovens, a presença dos paulistas é ainda mais significativa. No grupo dos que têm menos de 30 anos, 46% são procedentes do Estado de SP, sendo que 26% nasceram na capital” (São Paulo, 2006: slide 9).

Os dados referentes à cidade de São Paulo são expressivos da condição de maior metrópole e pólo de atração em relação aos demais estados do Brasil. O fato de a capital paulista produzir um número maior de pessoas em situação de rua do que o interior do estado reflete a elevação da superpopulação relativa, em sua forma *flutuante*, nos últimos anos, de onde se origina grande parte da população em situação de rua no país. Destaca-se que, em termos quantitativos, os recenseados em 2000 que se originam da capital paulista é superior ao total de pessoas em situação de rua tanto de Belo Horizonte, quanto do Recife e Porto Alegre.

Os dados de todas as cidades sobre a origem da população em situação de rua revelam que os problemas inerentes às metrópoles no capitalismo contemporâneo, como o aprofundamento do desemprego, das desigualdades sociais e da pobreza, são determinantes na produção do fenômeno na atualidade. Revelam também que houve redução do peso do chamado êxodo rural na produção do fenômeno no último quinquênio do período estudado.

Segundo Oliveira (2003) houve um declínio da participação da PEA rural na força de trabalho industrial desde 1970 – ano em que essa participação teve o seu ápice (Oliveira, 2003).

Os dados analisados neste subitem, cujas fontes não foram citadas na ocasião de sua utilização, podem ser conferidos na tabela 4, a seguir.

**TABELA 4 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR ORIGEM: PORTO ALEGRE - 1995/1999
BELO HORIZONTE – 1998/2005, SÃO PAULO – 2000/2003, RECIFE - 2004/2005**

	Ano	<i>Cidade onde a pesquisa foi realizada</i>		<i>Outras cidades do interior do estado</i>		<i>Outros estados</i>		<i>Outros países</i>	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Porto Alegre	1995	51	22,97	138	62,16	29	25,21	4	1,80
	1999	*	*	*	*	*	*	*	*
Belo Horizonte	1998	159	17,36	395	43,12	308	33,62	4	0,44
	2005	300	32,64	416	45,26	201	21,87	2	0,21
São Paulo	2000	1.491 ⁽¹⁾	17,12 ⁽¹⁾	1.409 ⁽¹⁾	16,19 ⁽¹⁾	5.721 ⁽¹⁾	65,71 ⁽¹⁾	85 ⁽¹⁾	0,98
	2003	*	*	*	*	*	*	*	*
Recife	2004	386	59,11	267	40,89	*	*	*	*
	2005	784 ⁽²⁾	65,06 ⁽²⁾	300 ⁽²⁾	24,90 ⁽²⁾	103 ⁽²⁾	8,55 ⁽²⁾	02 ⁽²⁾	0,16 ⁽²⁾

FONTE: Pesquisa, A realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo/2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 2005. MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

* Dado não disponível. O Relatório da pesquisa de Porto Alegre do ano de 1999 no que se refere à origem das pessoas em situação de rua identificadas, só destaca procedência da zona urbana (68,40%) e rural (31,60). Já os Relatórios da estimativa do número de moradores de rua da cidade de São Paulo, em 2003, não fazem referência à origem.

(1) O Relatório do censo de população de Rua de 2000, a que tivemos acesso, no que se refere à origem das pessoas recenseadas, só oferece os dados em percentuais, separados por logradouros e albergues. A obtenção das freqüências e percentuais constantes neste quadro implicou a conversão de cada percentual em freqüência, a partir da freqüência global correspondente a logradouros (5.013) e albergues (3.693) oferecidas pelo relatório, posteriormente, a soma das freqüências de logradouros e albergues de cada item, cujos totais foram convertidos em percentuais. Analisando esta linha, em suas colunas da esquerda para a direita, as colunas referentes às primeira, segunda, terceira e quarta freqüências apresentam, respectivamente, margem de erro em até 1, 2, 6 e 1 pessoa, devido as frações decorrentes das conversões de percentuais em freqüências.

(2) Dados referentes apenas às pessoas em situação de rua encontradas nas ruas e logradouros (1205). Ressalta-se que dessas pessoas, 16 (1,33) não sabem ou não responderam.

O tempo de permanência nas ruas está aumentando.

Na conformação de um perfil contemporâneo das pessoas em situação de rua é também importante conhecer o tempo de permanência dessas pessoas nas ruas, embora não seja uma variável fácil de ser mensurada, pois nenhuma das pesquisas deixou claro em seus relatórios, os parâmetros utilizados para dimensionar o tempo de permanência na rua. Mesmo assim, utilizamos os dados disponíveis por compreender que eles podem contribuir tanto nas análises acerca do crescimento do fenômeno no intervalo de tempo entre as pesquisas em cada cidade, como também das políticas que foram (ou não) formuladas e implementadas para enfrentá-lo. A tabela 5 oferece alguns dados sobre esta variável, embora as pesquisas de Porto Alegre, em 1999, e a de São Paulo, em 2003, não ofereçam dados para comparações.

Um aspecto que chama a atenção é que em todas as cidades, cujas pesquisas foram realizadas no período entre 1995 e 2000, o tempo de permanência nas ruas concentra-se fundamentalmente no primeiro ano, até a escala de cinco anos. Já as pesquisas realizadas no período entre 2000 e 2005 indicam que houve uma elevação dos percentuais referentes às pessoas que estão nas ruas há mais de cinco anos.

Assim, os percentuais que revelam esse tempo nas ruas, em Porto Alegre, no ano de 1995, correspondem a 27,47% até um ano e a 27,92% entre um e seis anos, totalizando 55,39% das pessoas em situação de rua, nessa condição, no máximo, há seis anos. Em Belo Horizonte, em 1998, a predominância desse intervalo de tempo é ainda mais acentuada, pois, das 916 pessoas recenseadas, 65,17% estavam nas ruas até cinco anos, sendo que 423 (46,17%) estavam com até um ano nessa situação. A situação de São Paulo era mais gritante, pois, em 2000, dos 8.706 recenseados, 5.833 (67,00%) tinham até 5 anos de permanência nas ruas, sendo que 3.744 (43,25%) estavam nessa condição entre alguns dias e um ano.

Já as pesquisas realizadas na segunda metade do intervalo entre 1995 e 2005 mostram que há uma diminuição do percentual de pessoas em situação de rua, com tempo de permanência nas ruas até cinco anos e uma ligeira elevação dos percentuais dos que estão há mais de cinco anos. É o caso da primeira e segunda pesquisa realizadas no Recife, em 2004 e 2005, e da realizada em Belo Horizonte em 2005. A pesquisa realizada em São Paulo, em 2003, não oferece este dado.

A primeira pesquisa realizada no Recife indicou que 47,32% dos 653 recenseados estavam com até cinco anos de permanência nas ruas, sendo que apenas 111 pessoas, ou seja, 17,00% estavam com até um ano nas ruas. A segunda pesquisa, realizada em 2005, indicou que 45,56% das 1.205 pessoas em situação de rua, localizadas em ruas e logradouros, estão nessa condição no intervalo de tempo de até cinco anos, sendo que 19,67% possuía até

um ano de permanência nas ruas e 25,89% entre um e cinco anos. Em 2004, o percentual das pessoas com mais de cinco anos em situação de rua no Recife era de 51,00%. Em 2005, esse percentual foi reduzido para 44,48%, observando-se o crescimento de 1,68% (2004) para 9,96% (2005) os que não sabem ou não quiseram informar o tempo na rua.

No caso de Belo Horizonte, a pesquisa de 2005 apontou acentuada queda no percentual de pessoas que estão na rua até cinco anos, comparativamente à pesquisa de 1998. O segundo censo (2005) demonstrou que das 1.164 pessoas recenseadas, 48,03% estavam nas ruas até 5 anos, sendo que apenas 24,66% tinham trajetória de até um ano nas ruas. O censo de 1998 indicou que 65,17% dos recenseados estavam com até cinco anos de tempo de rua. Enquanto isso, elevou-se o percentual de pessoas que estão nas ruas há mais de 5 anos. Em 1998, esse percentual era de 27,29%, em 2005, nessa cidade, esse percentual foi para 30,75%.

Esses dados sugerem pelo menos três inferências. A primeira é que o fenômeno população em situação de rua ganha ampla dimensão no Brasil na década de 1990, em sua segunda metade, coincidindo com o ápice das manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho no país, inclusive com período das mais elevadas taxas de desemprego do decênio, segundo estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE sobre a evolução da taxa de desemprego estrutural no país (Brasil, 2002).

A segunda, é que a população em situação de rua no Brasil está aumentando o tempo de permanência nas ruas, sem que, em âmbito federal, políticas públicas dirigidas para o enfrentamento do problema, sejam formuladas e implementadas.¹¹⁷

A terceira inferência é que as manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho, como o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado e a conseqüente expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; a queda na renda real média dos trabalhadores; a regressividade dos direitos sociais; os limites de abrangência e cobertura das políticas sociais; a elevação dos índices de pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais refletidos no perfil da população em situação de rua explicam a centralidade das relações com o trabalho, desenvolvidas pela população em situação de rua, no conjunto das determinações do fenômeno, no período estudado.¹¹⁸

Os dados comentados sobre o tempo na rua podem ser conferidos na tabela 5.

¹¹⁷ A segunda seção deste capítulo trata da relação da população em situação de rua com as políticas sociais no Brasil, no período delimitado para a pesquisa.

¹¹⁸ O quarto capítulo trará maiores informações referentes ao mercado de trabalho e outras mudanças no mundo do trabalho no país, inclusive estabelecendo comparações com aspectos do perfil da população em situação de rua no Brasil, nesse período.

TABELA 5 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, TEMPO NA RUA: PORTO ALEGRE - 1995/1999, BELO HORIZONTE – 1998/2005, SÃO PAULO – 2000/2003, RECIFE - 2004/2005

	Ano	Até um ano		Mais de 1 a 5 anos		Mais de 5 a 10 anos		Mais de 10 anos		Não sabe ou não respondeu		Total
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Porto Alegre	1995	61	27,47	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	52 ⁽²⁾	23,42	222
	1999	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Belo Horizonte	1998	423	46,17	174	19,00	250 ⁽³⁾	27,29	**	**	69	7,53	916
	2005	287	24,66	272	23,37	153	13,14	205	17,61	247	21,22	1.164
São Paulo	2000	3.766	43,25	2.067	23,74	792	9,09	552	6,34	1.529	17,56	8705
	2003	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Recife	2004	111	17,00	198	30,32	152	23,28	181	27,72	11	1,68	653
	2005	237	19,67	312	25,89	226	18,75	310	25,73	120	9,96	1205 ⁽⁴⁾

FONTE: Pesquisa, A realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo/2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 2005. MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

* Informação não disponível.

** Informação agregada à frequência correspondente a “mais de 5 a 10 anos”.

(1) As divisões dos intervalos de tempo nas ruas efetuadas pela pesquisa de Porto Alegre, no de 1995 são diferentes dos intervalos da maioria das pesquisas que estão sendo utilizadas como fontes de dados e informações. Assim, os intervalos mais próximos, com as devidas frequências e percentuais são os seguintes: entre um e 6 anos nas ruas, 62 (27,92%) pessoas; de 6 a 10 anos nas ruas, 20 (9,00%) pessoas, e acima de 10 anos nas ruas, 27 (12,16%) pessoas. Essas frequências e percentuais relacionam-se ao total de 222 pessoas encontradas nas ruas.

(2) Nesta frequência estão incluídos 03 (1,35) que responderam que estão na rua desde muito pequeno e, 02 (0,90) que nasceram nas ruas.

(3) Este dado de Belo Horizonte - 1998 corresponde a “acima de 5 anos”.

(4) Total dos dados válidos. Em relação ao Recife 2005 esta linha e a sua totalização dizem respeito apenas às pessoas encontradas nas Ruas e logradouros. Não estão incluídos os recenseados na rede de acolhida local.

As pessoas em situação de rua encontram-se desacompanhadas de familiares

Um aspecto importante do perfil é a relação que as pessoas em situação de rua estabelecem com a família. As pesquisas que estão subsidiando este trabalho indicam que apenas cerca de 10% das pessoas em situação de rua encontram-se acompanhadas de alguma pessoa da família.

Em Belo Horizonte, em 1998, foram identificadas cerca de 8,95% dos recenseados nessa condição. Em 2005, esse percentual elevou-se um pouco, alcançando 13,60% dos recenseados.

Em São Paulo, em 2000, cerca de 781 pessoas, o equivalente a 8,95% das pessoas recenseadas, estavam acompanhadas de alguma pessoa da família. Em 2003, a estimativa do número de pessoas em situação de rua destaca que aproximadamente 1.230 pessoas, cerca de 11,83%, estavam acompanhadas de alguma pessoa da família.

Esse pequeno percentual de pessoas acompanhadas por algum membro da família não significa que estas pessoas não possuam família, mas que seus vínculos familiares e afetivos encontram-se fragilizados ou interrompidos. O relatório da pesquisa realizada em Porto Alegre, em 1995, traz uma tabela que classifica os 222 entrevistados pela forma de convívio, nessa, somente 10 (4,5%) mantêm relações de convívio com a família (Porto Alegre, 1995).

Já no Recife, as pesquisas de 2004 e 2005 indicaram que cerca de 86,00% das pessoas recenseadas afirmam possuir família, sendo que em 2004, em torno de 58% das pessoas em situação de rua mantinham algum tipo de contato com a família, e, em 2005, 70,86% afirmam possuir o endereço da família, embora nem sempre mantenham contato com ela. Lembre-se que o Recife é a cidade, entre as quatro, cujos dados sobre população em situação de rua estão sendo utilizados neste estudo, que apresenta o mais elevado índice de origem das pessoas nessa condição social da própria cidade. Isso explica o alto percentual de pessoas com informações sobre a família, embora não tenham convivência ou relações com ela.

Já em Belo Horizonte, em 2005, 334 (28,70%) recenseados afirmaram ter algum parente na cidade. Dessas pessoas, 61,10% mantêm algum contato com esses parentes, mesmo que ocasionalmente. Isso representa apenas 17,52% do total dos recenseados. Os demais (84,48%) não estabelecem qualquer relação com os familiares ou não informaram se o fazem.

A pesquisa realizada em Porto Alegre no ano de 1999, utilizou amostra aleatória de 82 pessoas, entre as 207 encontradas em logradouros, para serem acompanhadas e entrevistadas a fim de fazer uma análise qualitativa dos conteúdos das respostas e observações. No que se refere à família, 65,8% destacaram brigas freqüentes e desentendimentos com a família, como os momentos que mais marcaram sua vida, sendo que para 34% do universo total o principal motivo de estarem em situação de rua foram os desentendimentos com a família.

É certo que as relações com a família anteriormente à condição de rua influenciam as relações que as pessoas em situação de rua estabelecem com ela nessa condição. Na maioria dos casos, os laços familiares não são restabelecidos, entretanto é possível que uma nova

família seja construída a partir das relações que são desenvolvidas com outras pessoas que também se encontram em situação de rua, embora não seja um processo muito freqüente.

A literatura sobre o tema e as experiências de atuação junto a este segmento populacional mostram que quanto maior for o tempo de permanência nas ruas, mais frágeis se tornam os laços familiares e afetivos com as pessoas desse universo familiar com as quais a população em situação de rua se relacionava antes dessa condição social. Embora muitos manifestem o desejo de retomar estes laços familiares e afetivos. O segundo censo de Belo Horizonte traz uma amostra disso, quando revela que assuntos ligados ao tema família (retomar laços familiares, constituir nova família, ter familiares que já morreram de volta, etc.) aparecem como o maior desejo de 14,90% das pessoas recenseadas, ou seja, de 193 pessoas (Belo Horizonte, 2006b: 65; 255-256). Em Porto Alegre, a pesquisa de 1999 indica um percentual de “23,4% dos entrevistados que associa seu desejo de sair das ruas a vontade de ter um lar, uma família, reencontrar filhos, ter um pouco de descanso e poder retomar o convívio social sem ser discriminado” (Porto Alegre, 1999:26).

É importante registrar que o processo de fragilização e rompimento de vínculos familiares que provoca a desestruturação familiar não pode ser visto de forma isolada das relações sociais que se processam na sociedade, na qual à família é atribuída parte da responsabilidade pela sua reprodução. Assim, a ausência ou insuficiência de renda para manter os seus componentes é sempre um elemento de alta relevância nesse processo. O relatório da pesquisa realizada em Porto Alegre, em 1999, traz depoimentos de entrevistados que expressam essa situação, como o seguinte, “meu pai diz que sou ruim porque estou desempregado, ele briga muito comigo, por isso prefiro ficar na rua” (Porto Alegre, 1999:23). Da mesma forma, a reconstrução das relações familiares exige condições que na maioria das vezes são perdidas ou fortemente comprometidas pela situação de rua, inclusive a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho. Essa situação agrava-se em contextos de desemprego como o do período estudado.

A grande maioria da população em situação de rua já teve experiência de trabalho anterior a essa condição, mesmo em ocupações precárias.

As relações com o trabalho anteriores à situação de rua são manifestas de diversas formas nas pesquisas. Porém, nem todos os Relatórios a que se teve acesso trouxeram dados e informações possíveis de serem comparados, como é o caso do Relatório referente à estimativa do número de pessoas em situação de rua realizada em São Paulo, em 2003. Os Relatórios das pesquisas de Porto Alegre também não ofereceram muitos dados. Mas, é possível fazer comparações e algumas generalizações, a partir dos dados que compõem o

quadro 01 e de outros não inclusos no referido quadro, mas que serão citados no curso da análise, acompanhados de suas respectivas fontes.

Assim, pode-se dizer que as pessoas em situação de rua, em sua maioria, tiveram alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua, pois, em média, 72,00% disseram ter uma profissão ou que trabalhavam antes dessa condição. No caso de Belo Horizonte, em 2005, 72,69% tiveram experiência de trabalho assalariado, com carteira assinada.¹¹⁹ Os percentuais mais elevados sobre experiências de trabalho anteriores à situação de rua são das cidades de São Paulo (cerca de 97,00%) e Belo Horizonte (em torno de 80,00%). Já no Recife, esses percentuais caem para 40,73%, em 2004 e 35,90%, em 2005. Essa situação reflete a condição do trabalho no Recife, inclusive a redução da taxa de ocupação média mensal. O IBGE registra que apenas a RM do Recife, entre as seis Regiões Metropolitanas – RM que são pesquisadas pela PME, teve uma redução na taxa de ocupação média mensal, entre 2004 e 2005. Em 2004, a taxa de ocupação média mensal era de 87,3%, em 2005, era 86,8% (IBGE, 2006a).

As experiências de trabalho anteriores à condição de rua deram-se, sobretudo, nas áreas da indústria, serviços, construção civil e na ocupação doméstica. Em Porto Alegre, 27,00% dos entrevistados, em 1995, trabalharam na área industrial e mais 27,00% na área de serviços. A pesquisa de 1999 trouxe as mesmas áreas de concentração, percebendo-se apenas uma elevação do percentual na área da indústria (27,90%) e redução na área de serviços (25,20%).

Já em Belo Horizonte o predomínio das ocupações ou área de intervenção profissional foi doméstica (69,60%, em 1998 e 10,90% em 2005) e a construção civil (26,60%, em 1998), sendo que as ocupações de pedreiro e a de pintor também tiveram destaque isoladamente em 2005, tendo o pedreiro alcançado o percentual de 21,00% e o pintor 10,90%.

Em São Paulo, em 2000, a área serviços especializados (as ocupações de sapateiro, motorista, manobrista, eletricista, etc) destacou-se, alcançando 29,72% das pessoas em situação de rua recenseadas. No mesmo ano, a área de construção civil, em São Paulo, também mereceu destaque, pois alcançou um percentual de cerca de 20,07% dos que se encontravam em situação de rua. E ainda, se efetuarmos um somatório dos percentuais indicados por Borin (2003) sobre as atividades desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua encontradas em logradouros e nos albergues, anteriores à ida para a rua, na cidade de São Paulo, em 2000, nota-se que, além dessas duas áreas mencionadas, destacam-se também as ocupações de doméstico (13,8%) e operários da indústria tradicional (10,5%).¹²⁰ No Recife, o

¹¹⁹ No Relatório de pesquisa o termo “fichado” expressa essa condição. Belo Horizonte. Op. Cit. 2005b, p. 209.

¹²⁰ Ver BORIN, Marisa do Espírito Santo. *Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. p.143-144.

censo de 2005 indicou que a área de serviços não especializados¹²¹ ofereceu ocupação a 35,90% das 1.205 pessoas em situação de rua, encontradas em logradouros, antes das mesmas serem conduzidas à situação de rua.

Os dados e informações cujas fontes não foram citadas no momento em que foram mencionados podem ser encontrados no quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA , RELAÇÕES COM O TRABALHO ANTERIOR E NA SITUAÇÃO DE RUA: PORTO ALEGRE - 1995/1999, BELO HORIZONTE - 1998/2005, SÃO PAULO - 2000/2003, RECIFE - 2004/2005

	Ano	Trabalho anterior à situação de Rua		Principais ocupações ou áreas de concentração anterior à situação de Rua		Principais Atividades que desenvolve para obter rendimentos na condição de Rua	
		SIM	%	Ocupação/concentração	%	Atividades	%
Porto Alegre	1995	*	*	- Serviços - Indústria	27,00 27,00	-Mendicância -Cata Materiais Recicláveis	18,00 9,00
	1999	*	*	- Indústria - Serviços	27,90 25,20	-Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	46,50 38,20
Belo Horizonte	1998	730 (1)	79,69(1)	-Doméstica (2) -Construção civil (2)	69,60 26,60	- Cata Materiais Recicláveis - Lava, vigia carro	15,61 13,76
	2005	660 (3)	72,70(3)	-Pedreiro (2) -Pintor (2) -Doméstico (2)	21,00 10,90 10,90	- Cata Materiais Recicláveis -Lava, manobra carro - Mendicância	42,80 13,00 9,00
São Paulo	2000 (*)	8.483	97,43	-Serviços especializados (**) -Construção civil	29,72 20,07	-“Bico” -Trabalho fixo sem carteira assinada	81,09 5,21
	2003	*	*	*	*	*	*
Recife	2004	266 (1)	40,73 (1)	*	*	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	47,77 21,74
	2005	433 (L) (4)	35,90 (L) (4)	- Área de Serviços não Especializados(***) (L)	35,90 (L)	-Lava, guarda carro -Mendicância -Cata Materiais Recicláveis	36,76 31,72 16,04

FONTE: Pesquisa, a realidade do morador de rua de Porto Alegre, 1995; Pesquisa, condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre, 1999; 1º Censo de população de rua de Belo Horizonte, 1998; 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte, 2005. MDS/PBH/Fórum de População de Rua/PUCMinas e INSEA; 1º Censo da população de rua da cidade de São Paulo/2000. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. FIPE/SAS; Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua/2003. FIPE/SAS; Levantamento Censitário da população em situação de rua na cidade do Recife em 2004. IASC/PCR; Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua no Recife em 2005.MDS/IASC-Prefeitura do Recife /UFPE/ MNMM/PE.

* Dado e informação não disponíveis.

(*) Os dados e informações referentes a esta linha têm como fonte primária o primeiro censo de São Paulo (FIPE/SAS), porém, foram encontrados em BORIN, Marisa do espírito Santo. *Desigualdades e Rupturas Sociais na*

¹²¹ Inclui: catador de materiais recicláveis, auxiliares de pedreiros, auxiliares de serviços gerais, entre outros.

Metrópole: os moradores de rua em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.p. 143-145. As freqüências e percentuais expressos nesta linha, em todas as colunas, que a compõe foram obtidos, tendo como ponto de partida, dois grupos de informações. Por um lado, as freqüências correspondentes a 5.013 e 3.693 referentes ao número de pessoas em situação de rua encontradas em logradouros e albergues, respectivamente. Por outro lado, os percentuais oferecidos por BORIN, referentes aos itens das colunas que compõem a linha, também dividido por logradouros e albergues. Assim, efetuou-se a conversão dos percentuais em freqüências referentes a cada item, as quais foram totalizadas por itens das colunas, unificando logradouros e albergues. Posteriormente, obtiveram-se os percentuais unificados, referentes ao total de pessoas em situação de rua, segundo o primeiro censo. Por isso as referências a eles estão sendo feitas como aproximações.

(**) A pesquisa considerou “serviços especializados” as ocupações de eletricitas, motoristas, manobristas, sapateiros, pintores, entre outros.

(***) Na pesquisa “Serviços não especializados” foram compreendidos como auxiliar de pedreiros, catadores de materiais recicláveis, auxiliares de serviços gerais, etc.

(1) Declararam ter profissão. No Recife, em 2004, 15 pessoas não quiseram responder à pergunta sobre profissão e no caso de 135 pessoas a pergunta não se aplica devido a idade inferior a 16 anos.

(2) Profissão declarada, não corresponde necessariamente à última atividade exercida. No caso de Belo Horizonte, no ano de 1998, o total dos percentuais não corresponde a 100% porque alguns entrevistados declararam ter mais de uma profissão. Esta freqüência e percentual destacados correspondem à experiência de trabalho fichado. O percentual é referente aos dados válidos.

(3) Segundo o Relatório do censo de 2005, aproximadamente 82% declararam ter uma profissão. Esta freqüência e percentual correspondem a experiência com trabalho fichado. O percentual corresponde aos dados válidos.

(4) Declararam ter uma profissão. A pergunta foi feita para quem tinha mais de 16 anos. 276 (22,90%) pessoas não foram questionadas sobre o tema e 6 não responderam. O percentual é relativo ao total de 1205 pessoas.

(L) Pessoas em situação de Rua encontradas em Logradouros.

(A) Pessoas em situação de Rua encontradas em Albergues.

Na condição de rua, as atividades vinculadas a ocupações precárias garantem a sobrevivência

Na condição de rua, as relações com o trabalho tornam-se ainda mais precarizadas. As pesquisas tomadas como referência neste trabalho revelam que a maioria das pessoas em situação de rua sobrevive de alguma atividade que realiza para obter rendimentos. Como se pode observar no quadro 1, embora a prática da mendicância esteja presente, com destaque no Recife e em Porto Alegre, não é a única forma de subsistência encontrada. No Recife, os percentuais em 2004 e 2005 corresponderam a 47,77% e 31,72%, respectivamente, das pessoas em situação de rua recenseadas. Em Porto Alegre, em 1995, a mendicância aparece como a segunda atividade realizada para ganhar dinheiro, com o percentual de 18,00% e em 1999, como a primeira atividade, alcançando um percentual de 46,50%. Em geral as atividades realizadas para ganhar dinheiro pelas pessoas em situação de rua são atividades informais, os chamados “bicos”, ou atividades que não tem uma continuidade. Em São Paulo, em 2000, os “bicos” aparecem como a forma mais importante para obter rendimentos, para 81,09% das 8.706 pessoas recenseadas, apesar de haver pessoas em situação de rua que desenvolvem atividades laborais de forma fixa, mesmo sem carteira assinada. Entretanto, as atividades que

mais se destacam são a catação de materiais recicláveis, que vem ganhando cada vez mais expressão e também as atividades vinculadas a carros, ou seja, limpar pára-brisa, lavar, guardar, manobrar, entre outras.

Em São Paulo, no ano de 2000, das 4.208 pessoas em situação de rua, encontradas em albergues, 18,00% tinha na catação de materiais recicláveis a principal atividade desenvolvida para ganhar dinheiro. Já em 2003, dos 6.186 recenseados em albergues, 31,50% desenvolviam essa atividade para garantir a sua subsistência.¹²² A coleta de materiais recicláveis aparece como a segunda mais importante atividade em Porto Alegre, nas duas pesquisas, alcançando os percentuais de 18,00% dos recenseados em 1995 e 38,29% em 1999. Mas, foi em Belo Horizonte, que a catação de materiais recicláveis ganhou mais evidência no intervalo entre a primeira (1998) e a segunda (2005) pesquisa censitária. A primeira pesquisa trouxe esta atividade como a mais significativa entre as pessoas em situação de rua, mas o percentual era de apenas 15,61%, enquanto em 2005, o censo indicou não apenas essa atividade como a mais importante, mas também como àquela atividade capaz de congrega 42,80% das 1.164 pessoas em situação de rua recenseadas. No Recife, ao contrário, houve uma redução do percentual desta atividade no intervalo entre as pesquisas. Em 2004, das 653 pessoas em situação de rua, 21,74% realizavam a coleta de materiais recicláveis para obter rendimentos, enquanto em 2005, a pesquisa revelou que dos 1.390 recenseados, apenas 17,90% ganham dinheiro para garantir a subsistência catando materiais recicláveis. As atividades ligadas a carro aparecem, nas duas pesquisas em Belo Horizonte, como a segunda mais importante atividade, com o percentual de 13,76% dos recenseados, em 1998 e 13,00%, em 2005. No Recife, em 2005, essas atividades se destacam como as principais fontes de renda para a população em situação de rua, representando 36,76 % dos 1.390 recenseados. Estes dados e informações podem ser conferidos no quadro 1.

A centralidade do trabalho na vida das pessoas em situação de rua: o trabalho regular como referência material, psicológica e cultural.

Ainda sobre as relações que a população em situação de rua estabelece com o trabalho, é importante ressaltar que a pesquisa do Recife, em 2005, indicou o desemprego como o principal motivo da situação de rua, segundo a opinião de 27,26% dos recenseados. Esse motivo apareceu seguido de um outro, na pesquisa especificado como problemas com a família,

¹²² Sobre o assunto consultar: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Levantamento Censitário e caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo*. Relatório. São Paulo: SAS/FIPE, 2000. p.37 _____. Estimativa do N° de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de SP. *Relatório da Pesquisa*. São Paulo: FIPE/SAS, 2003a. p.38. E _____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. Estimativa do Número de Moradores de Rua e Estudo dos Resultados Obtidos com o SIS RUA. *Relatório Final*. São Paulo: Prefeitura, outubro 2003b.

na opinião de 17,98% dos entrevistados (Recife, 2006c:57). Na mesma pesquisa, o emprego apareceu em primeiro lugar como resposta à pergunta feita ao entrevistado sobre o que poderia ser feito para que a sua situação mudasse. Essa resposta foi dada por 37,09% dos recenseados encontrados em logradouros. A moradia aparece em segundo lugar, como resposta de 22,20% dos recenseados encontrados em logradouros (ibidem, p. 66).

Em Belo Horizonte, na pesquisa realizada em 2005, a menção a trabalho/emprego aparece como o maior desejo de 312 recenseados, o que corresponde a 24,10% do total de recenseados (Belo Horizonte, 2006a: 65). Mas, 396 (30,6%) pessoas, entre as recenseadas relacionam o seu maior desejo a algum aspecto referente à moradia: ter casa, barraco, lugar para morar, casa para familiares, entre outros (Belo Horizonte, 2006b: 65; 255).

Em Porto Alegre, na pesquisa realizada em 1999, do grupo de 82 pessoas escolhidas para compor a amostra para a pesquisa qualitativa, a grande maioria, 75,7%, afirmou que desejava sair das ruas, sendo que 24,1%, a maior parte isoladamente, demonstrou que quer sair das ruas mediante inserção no mercado de trabalho (Porto Alegre, 1999: 26).

Os dados referentes às relações que a população em situação de rua no Brasil estabelecia com o trabalho, antes da situação de rua, deslocam as relações com o trabalho para o centro das determinações desse fenômeno no Brasil, no período entre 1995 e 2005. Da mesma forma, as relações com o trabalho que passam a desenvolver nessa condição social são cada vez mais precárias e sub-humanas. Assim, pode-se dizer que grande parte da população em situação de rua perdeu o emprego ou deixou a ocupação que antes exercia e com isso sofreu um aviltamento de suas condições de trabalho e de vida.¹²³ E, mesmo nessa condição, o trabalho possui relevância em seu imaginário, estando associado à idéia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder, possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência, como aponta o Relatório da pesquisa realizada em Porto Alegre, no ano de 1999:

o presente estudo mostra, com base em análises freqüenciais realizadas a partir da fala de 82 sujeitos entrevistados que, para um universo significativo (41,46%) o trabalho está associado a desenvolvimento, crescimento pessoal, possibilidade de inserção e felicidade. São várias as referências de que o trabalho é essencial para a vida, faz com a pessoa se sinta bem, possibilita crescimento na vida, possibilidade de “levantar-se”, de “realizar sonhos”. O trabalho é associado a idéia de saúde, de acesso ao lazer, de qualidade de vida, de segurança, a possibilidade de trabalhar é associada a possibilidade de novas perspectivas de vida, melhora da auto-imagem, possibilidade de “estar bonito e ser admirado”. “Trabalho é coisa linda, é tudo na vida”. “Trabalho é essencial ao homem, para sentir-se bem em qualquer lugar”. “Trabalho é independência, é ter direitos é andar arrumado”. “Trabalho é entrar na sociedade, é não ser marginal”. Por outro lado, a idéia de perda do trabalho é relacionada a perda de identidade, perda de condições de vida e de auto-

¹²³ As relações efetuadas no quarto capítulo deste trabalho permitirão uma melhor visão do assunto.

estima “não trabalho é estar pesado, morto” (...) para 12,2% o trabalho é apenas associado a meio de subsistência, possibilidade de sobrevivência e consumo (...) um contingente de 9,7% reduzem a idéia de trabalho a possibilidades precárias ou ao âmbito doméstico (...) para 8,5% das respostas verifica-se a predominância, em termos de significado da dificuldade de acesso, “não pergunte, está me ofendendo”, “nem me lembro mais”, “está ruim”, “difícil de conseguir”(…) para 4,8% dos entrevistados o trabalho representa uma alternativa para a solução de outros trabalho ou assume um caráter metafísico, “é bom para estar ocupado”, “para não beber”, “para não roubar” (Porto Alegre, 1999:18).

O trabalho como referência material, psicológica e cultural para as pessoas em situação de rua, conforme expresso anteriormente, reafirma a centralidade do trabalho na vida das pessoas e na história da humanidade em qualquer forma social e, particularmente, o trabalho como a reprodução da vida material, das relações sociais, que sustenta a sociedade capitalista.

É freqüente o uso de álcool e outras drogas pelas pessoas em situação de rua.

Embora não haja informação em todas as pesquisas consultadas, há que se referir a um outro aspecto presente no perfil contemporâneo da população em situação de rua: o uso freqüente de álcool e outras drogas.

A primeira pesquisa realizada em Porto Alegre (1995) registra que das pessoas entrevistadas, 66,20% responderam fazer uso freqüente de álcool e 17,90% disseram usar outras drogas. A segunda pesquisa (1999) indicou percentuais mais elevados para as duas situações. Os que disseram consumir álcool de forma freqüente representam 67,30% do total das pessoas em situação de rua e 24,70% são os que informaram que utilizam outras drogas.¹²⁴ A pesquisa realizada no Recife, em 2004, revelou que das 653 pessoas em situação de rua, 237 (36,29%) responderam que entre as atividades que desenvolvem nas ruas está o consumo de drogas¹²⁵. O estudo realizado pela FIPE, em 2005, sobre os usuários dos albergues conveniados com a Prefeitura de São Paulo indicou que cerca da metade declarou ter feito uso de álcool durante a vida e 24% afirma ter usado drogas.¹²⁶

Em suma, os dados e informações colhidos das pesquisas que serviram como fontes documentais privilegiadas indicam um perfil contemporâneo da população em situação de rua, em que a maioria das pessoas nessa condição é do sexo masculino (cerca de 77,87%), encontra-se em idade economicamente ativa, sendo crescente a concentração em faixas etárias mais elevadas, principalmente na faixa etária entre 25 e 55 anos. Em relação à escolaridade, cerca de 70,00% sabe ler e escrever, possuindo escolaridade entre a 1ª e a 8ª série, embora seja crescente o quantitativo de pessoas com graus de escolaridade mais

¹²⁴ Dados comparativos das duas pesquisas podem ser encontrados em: PORTO ALEGRE. Op. cit. 1999.p.15.

¹²⁵ A pesquisa não especifica quais são as drogas. Sobre o assunto ver: RECIFE, op.cit. 2004b. p.2

¹²⁶ Ver SÃO PAULO. Op.cit. 2006.slide nº 17.

elevados. Quanto à origem, é crescente a participação do próprio estado e nesse, a sua respectiva capital, na produção do fenômeno, evidenciando que os problemas inerentes às grandes metrópoles no capitalismo contemporâneo, como a elevação dos índices de pobreza, o crescimento da informalidade, do desemprego e do trabalho precário, assumem importância fundamental nas determinações do fenômeno população em situação de rua. É crescente também o tempo de permanência nas ruas. No período entre 1995 e 2000, prevalecia um tempo médio de permanência nas ruas inferior a um ano, indicando estreita relação com os principais efeitos das mudanças no mundo do trabalho nesse período. A partir de então, percebe-se a elevação dos números absolutos e percentuais dos que permanecem nas ruas além de cinco anos, sugerindo que as pessoas estão envelhecendo nas ruas sem que sejam formuladas e implementadas políticas sociais para enfrentar esse fenômeno social. Em relação à família, apenas cerca de 10,00% das pessoas em situação de rua encontra-se acompanhada de algum parente. A maioria absoluta tem conhecimento da existência de sua família, mas estabelece pouco ou nenhum contato com ela. Os vínculos familiares são interrompidos ou fragilizados. Em relação ao trabalho, cerca de 72,00% afirma ter uma profissão ou ter desenvolvido alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua. Tais experiências concentram-se nas áreas da indústria, serviços (especializados ou não), construção civil e ocupação doméstica. As relações com o trabalho antes da situação de rua indicam preponderância no conjunto das determinações do fenômeno. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar pára-brisa, entre outras) e, particularmente, a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades. Para esse grupo populacional, o trabalho continua como a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando as possibilidades de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal. A este perfil, acrescenta-se o fato de grande parte fazer uso freqüente de álcool e outras drogas e não ser alcançável pelas políticas sociais, o que aumenta o grau de vulnerabilidade a que está submetida.

3.2 Relação com as políticas sociais

A sociedade capitalista é marcada por desigualdades econômicas e sociais que decorrem da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos. A classe dos detentores dos meios de produção, que controla o trabalho e se

apropriada da riqueza socialmente produzida e a classe dos detentores da força de trabalho, que sobrevive e se reproduz pela venda dessa força. Assim, a pobreza e a desigualdade social, conforme se discutiu anteriormente, têm suas raízes fincadas nesta estrutura social capitalista.

Deste modo, sendo a estrutura capitalista determinante da pobreza e das desigualdades sociais, pergunta-se: quais as funções das políticas sociais no capitalismo? Teriam elas possibilidades de eliminar as desigualdades sociais e a pobreza?

É polêmico o debate sobre as funções e possibilidades das políticas sociais no capitalismo. Por um lado, as teorias econômicas liberais apregoam que o indivíduo só adquire seu bem-estar no mercado, atuando livremente em busca da satisfação de suas exigências de bens e serviços. Agindo livremente e alcançando o seu bem-estar econômico, esse indivíduo estará maximizando o bem-estar da coletividade. Assim, o Estado liberal justifica suas políticas com base na igualdade de oportunidade, livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis, com o alargamento de suas capacidades e obrigação no mercado. Sob esta ótica, negam-se as políticas universais, apostando-se nas políticas seletivas, residuais. Esta tem sido a lógica prevalecente no Brasil. Por outro lado, existe uma posição, de cunho marxista, com a qual tenho concordância, que analisa as políticas sociais pelo seu caráter contraditório capaz de atender às demandas do capital e do trabalho por serem determinadas pela luta de classes (Faleiros, 2000; Coutinho, 1997). Assim, podem atender aos interesses de legitimação da dominação burguesa e aos interesses de alargamento da cidadania, aqui compreendida, conforme definição de Coutinho, “a capacidade conquistada por um (e no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriar de bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana aberta pela vida social em cada contexto histórico” (Coutinho, 1997:146). As políticas sociais teriam pois, a função de materializar os direitos sociais, possibilitando uma redistribuição maior da riqueza socialmente produzida. Porém, não são capazes de acabar com as desigualdades sociais nem tampouco de eliminar a estrutura de classes sociais.

Como instrumento de realização dos direitos sociais, as políticas sociais podem implicar na *desmercadorização do status* do indivíduo em face ao mercado, o que, segundo Esping-Andersen, “ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (Esping-Andersen 1991:102). E, mesmo não sendo capazes de eliminar as desigualdades sociais e assegurar a realização da cidadania plena – o que só será possível numa sociedade socialista, quando reconhecidas legalmente e implementadas como direitos, numa perspectiva universalizante, possibilitam avançar na direção da igualdade de condições. É nessa perspectiva que se posiciona Boschetti:

Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema (Boschetti 2004:113).

Assim, o horizonte das políticas sociais deve ser a redução das desigualdades sociais, em busca da igualdade de condições, o seu alcance é condicionado pela luta de classes.

Vale ressaltar que, neste trabalho, política social é compreendida como política pública:

O seu caráter público é dado não pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas principalmente porque são decisões e ações que apresentam as seguintes características: a) revestem-se de autoridades, por terem amparo legal; b) visam concretizar direitos conquistados por parcelas da sociedade e declarados nas leis; c) guiam-se pelo princípio do interesse comum e da soberania popular e não pela soberania dos governantes; c) devem estar a serviço da satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada; d) têm a conotação de *res publica*, isto é, coisa (*res*) de todos (*publica*) (Pereira, 2001:81).

O esforço em situar as políticas sociais no capitalismo, demarcando de forma breve e genérica suas funções, possibilidades e limites, constitui o ponto de partida para que se possa identificar a relação que a população em situação de rua tem estabelecido com as políticas sociais no Brasil, no período entre 1995 e 2005, sob a ótica das possibilidades de acesso aos direitos sociais concretizados por elas. Dessa forma, não se pretende fazer uma análise criteriosa das políticas sociais no país, apenas localizá-las nessa relação de (não) proteção.

Nessa direção, como referencial para o debate, parte-se do reconhecimento que as políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal em detrimento da perspectiva universalizante, ainda que as lutas desencadeadas no curso do processo constituinte, em 1988, tenham propiciado a garantia de vários direitos sociais e apontado uma direção universalizante para as políticas sociais na Constituição Federal, promulgada naquele ano. Entretanto, o avanço do projeto neoliberal no país, nos anos posteriores à promulgação da Carta Constitucional, imprimiu às políticas sociais uma conformação com profundos limites de cobertura e abrangência. Até mesmo as políticas sociais que têm como base princípios e diretrizes universalizantes, como a saúde e a educação, têm sido implementadas de forma residual e restritiva. Essas restrições aparecem sob diversas formas. Em relação à população em situação de rua, manifestam-se em confronto com as suas características e perfil. As chamadas “exigências formais” de acesso aos programas que dão corpo às políticas sociais, geralmente constituem-se limites de acesso aos mesmos pelas pessoas em situação de rua. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos de identificação pessoal.

Porém, são poucas as pessoas em situação de rua, que os têm.¹²⁷ Outra “exigência formal” é o endereço domiciliar. Mas, a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento é a característica central dessa população. A esses entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua, somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse segmento populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos” e, por isso não são considerados merecedores do acesso aos direitos sociais.

O Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo governo federal, nos dias 01 e 02 de setembro de 2005, com o objetivo de discutir os desafios e traçar estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua¹²⁸, traz algumas falas de pessoas em situação de rua presentes ao evento, que confirmam essa análise, como mostram os exemplos que se seguem.

Em relação ao preconceito, à falta de capacitação, ao compromisso e à habilidade dos servidores públicos de lidarem com esse segmento populacional:

Vagabundos, drogados, bêbados e loucos, essa é a visão da sociedade e até de muitos técnicos em relação à população em situação de rua (Brasil, 2006f : 61).

(...), fui levar um colega no médico. Chegando lá, o médico disse: ‘aqui não é lugar pra morador de rua, morador de rua tem que ir pra pronto-socorro!’ Só o fato de você ser morador de rua, o cara já te olha diferente, mas na área de saúde é que somos discriminados. Inclusive até um amigo nosso faleceu e eu acho que foi por incompetência médica. Um morador de rua caiu e bateu a frente, teve um traumatismo craniano, e aí foi para o hospital. Eu estava na praça quando aconteceu o acidente, quando ele caiu, e até fui eu que chamei o resgate... porque a gente chama o SAMU e não vem, as ambulâncias do SAMU não vêm, sabendo que é morador de rua eles não vêm. Isso é discriminação! Aí veio o resgate, o bombeiro colocou até àquele colar cervical e levou ele para o pronto – socorro (...) ele teve alta, mas a mãe dele nos falou que estava

¹²⁷ As pesquisas realizadas em Porto Alegre, nos anos de 1994 -1995 e 1998-1999, apontam respectivamente, que 58,6% e 60% dos entrevistados não possuíam documentos. Em São Paulo, em 2000, o percentual foi de 46,8%, enquanto no Recife, em 2005, esse percentual era de 11,30%, já em Belo Horizonte, em 1998, o percentual dos que não possuíam documentos era de 31,77% o qual foi reduzido para 25%, em 2005. Ver PORTO ALEGRE. Op.cit.1999.p. 15. SÃO PAULO. Op.cit. 2000 p.12. BELO HORIZONTE. Op.cit.1998. p. 36-37 e BELO HORIZONTE. Op.cit. 2006b. p.56. RECIFE. Op.cit.2006c. p. 43.

¹²⁸ Este evento ocorreu em Brasília e contou com a participação de 55 pessoas, sendo: 05 especialistas no tema; 17 representantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 34 representantes de capitais ou municípios com mais de 300 mil habitantes, que atenderam aos critérios estabelecidos (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Londrina, Vitória, Fortaleza, São Luis e Brasília) e, assim identificados: 12 representantes de governos municipais, 12 representantes de organizações não-governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua. Sobre o assunto consultar: BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: *Relatório*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Controle da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006f. 96p. 22cm.

colocando sangue pelo nariz, pela boca. Quando o paciente tem alta do leito, ele pára de receber a medicação, e aí ele faleceu (Brasil, 2006f.65).

No que se refere à inadequação dos programas sociais ofertados tanto pelo governo federal, quanto pelos governos municipais:

Têm alguns programas que nem sempre a população adolescente de rua, tem acesso, por causa dos critérios. Um Agente Jovem, por exemplo. Se eu tenho um menino na rua que deixou de estudar não sei lá há quanto tempo, e o Agente Jovem pede que o menino esteja matriculado, que esteja em tal série, tenha todos os documentos. Você já exclui o menino que veio lá da rua, porque ele não está na escola, ou então, se ele esteve, ele já deixou há muito tempo, não é? Mesmo que você o coloque na escola, ele ainda não vai seguir àquele critério. Então eu ainda vejo que alguns programas do governo federal fecham muito para a situação de rua (Brasil, 2006f.66).

As pessoas que vão para os albergues, à procura de moradia, elas têm 6 meses pra ficar, ou ela renova ou ela vai para outro albergue. Então, ela fica correndo de albergue para albergue porque ela não encontrou saída....E uma vez tirada da rede ela volta a ser moradora de rua...então, a maior dificuldade é essa.... (Brasil, 2006f.67).

Quanto à falta de articulação entre as políticas sociais, ao limites de cobertura, à discriminação e não reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos:

Uma coisa que eu bato muito hoje, e acho que daqui para frente pode ser construído, é a questão intersetorial, que é pensar em criar alternativas de saída. Não é mais de saída das ruas. Essa etapa dura de convencimento da pessoa aceitar o albergue ou aceitar moradia, ou aceitar bolsa aluguel. Essa etapa está muito trabalhada (...) a gente persiste nas alternativas de saída pós-albergue. Não é mais um problema de assistência social única e exclusivamente à população de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. Porque vai levar a culpa de todos as falhas ao mesmo tempo em que nós ficamos improdutivos e inutilizados, porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. Secretaria de habitação, secretaria do trabalho e da saúde, ministérios, tem que assumir esse compromisso. Hoje aqui em Brasília o morador de rua, cadê o ministro do Trabalho, cadê o ministro de saúde? Cadê o ministro da habitação? Então são essas coisas, desculpe-me emocionar, é que eu tenho muitas marcas da rua e eu luto para vencer, mas isso é muito difícil (...) a polícia pode chegar batendo, as pessoas podem matar que não são punidas. Essas coisas precisam mudar. E é isso que a população de rua precisa. Ser tratada com seriedade, não como um problema, mas como cidadãos (Brasil, 2006f.22).

Como é possível perceber, as restrições de acesso são muitas e não se limitam às políticas sociais de saúde e educação, são extensivas às demais políticas sociais, como assistência social, habitação, trabalho e renda. Na realidade, o que aparece nas políticas sociais como “exigências ou critérios formais” materializam a seletividade que caracteriza as políticas sociais no Brasil, a seletividade, cujos objetivos “não são estabelecer estratégias para

ampliar acesso aos direitos sociais, mas definir regras e critérios para escolher, para averiguar minuciosamente, quem vai ser selecionado, quem vai ser eleito para ser incluído” (Boschetti, 2003: 86), conformando-se com os atendimentos residuais. E nessas barreiras de seletividade, a população em situação de rua tem sido permanentemente excluída do acesso aos serviços oferecidos pelas políticas sociais. Sua relação com essas políticas é de completa exclusão. Essa condição tem sido o único ponto de unificação e mobilização desse segmento numa perspectiva de organização política, a despeito dos limites que a sua condição lhe impõe ao processo organizativo.¹²⁹ É evidente que a frágil organização desse grupo populacional, profundamente heterogêneo, com histórias de vida e trajetórias profissionais diferenciadas, com interesses imediatos, aparentemente diversos e, com limitada consciência da condição social de classe trabalhadora que os caracteriza e poderia unificá-los em torno de interesses imediatos por proteção social, vinculados a um projeto social mais amplo, ressoa na incapacidade do Estado de garantir o acesso desse grupo populacional aos serviços oferecidos pelas políticas sociais. Entretanto, são muitos os condicionantes que provocam essa omissão do Estado brasileiro. Não é pretensão abordá-los de forma mais ampla ou aprofundá-los, mas sem dúvida, essa situação remete a indagações cruciais que precisam, no mínimo, serem explicitadas e brevemente tangenciadas:

Por que as políticas sociais são restritivas ao acesso da população em situação de rua? Por que não existe no país, em âmbito federal, nenhum programa consistente, direcionado a esse grupo populacional? Por que, somente em 2005, o governo federal cria um dispositivo legal¹³⁰, que responsabiliza o Estado pela criação de programas direcionados a essa população, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social? E, por que as poucas iniciativas de proteção social existentes, restritas à política de assistência social, possuem abrangência tão limitadas e reproduzem as práticas conservadoras de apartação social?

As respostas a essas indagações não são fáceis. Em primeiro lugar, sabe-se que no Brasil não é apenas esse grupo populacional que fica à margem do atendimento das políticas sociais. A seletividade que impregna essas políticas no país atinge outros segmentos e grupos sociais, como as comunidades quilombolas, os indígenas, a população rural, as mulheres, a população da raça negra, entre outros, em grau maior ou menor, apesar das políticas afirmativas de

¹²⁹ Sobre o assunto consultar: FORUM CENTRO VIVO (org.). Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. *Dossiê de Denúncia* (mimeo). São Paulo, 2006. p.360. Disponível em: www.polis.org.br. acessado em 18 de jul.2006.

¹³⁰ A Lei 11.258, de 30/12/ 2005, altera o art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8742/93), tornando obrigatória a criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços da política nacional de assistência social, I. O Decreto, sem número, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2006, cria grupo de trabalho interministerial para, no prazo de 60 dias, elaborar estudos e propor políticas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na lei 8742/1993.

gênero e raça, que começam a ganhar corpo no país. Isso reflete o lento processo de construção da cidadania no país. O viés conservador comprometido com os interesses do capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e dos segmentos que a compõem, marcaram os governos que se instalaram no país, nos anos recentes de reconstrução da democracia no Brasil. Apesar de recortes diferenciados que possam ser feitos entre um e outro governo, particularmente do primeiro governo do Presidente Lula, comparativamente aos governos anteriores, no que se refere às políticas sociais, prevaleceu a lógica seletiva e residual. O governo Lula não rompeu com a perspectiva neoliberal que marcou os governos anteriores e estabeleceu como prioridades para a reorganização das políticas sociais no país, com vista à ampliação de seu alcance social, programas como o Programa Bolsa Família - PBF, focalizados na pobreza extrema. São programas de natureza compensatória, que apenas minoram os efeitos mais gritantes da pobreza e das desigualdades sociais, sem comprometer a estrutura social. Em segundo lugar, não é de todo estranho que uma sociedade fundada sob o primado do trabalho, como é o Brasil¹³¹, com forte tradição católica, que se assenta no dogma bíblico de que “cada um deve viver do suor de seu rosto”, seja resistente à implementação de políticas sociais dirigidas aos pobres aptos para o trabalho que não conseguem exercê-lo. É forte o estigma social em relação a esse segmento, no qual se insere a maior parte da população em situação de rua.

Castel (1998), ao fazer uma análise sobre as características históricas da assistência social¹³² traz contribuições que ajudam a compreender essa resistência. Da mesma forma o faz Boschetti (2003), ao conduzir suas reflexões sobre as relações entre assistência social e trabalho, orientada pela indagação, “assistência social e trabalho: direitos (in) compatíveis?”.

Segundo Castel, “sob as configurações históricas concretas, através das quais se desenvolveu, o sócio-assistencial apresenta um certo número de características formais” (Castel, 1998:57). Assim, arrola cinco dessas características consideradas as mais expressivas.

A primeira, afirma que o sócio-assistencial resulta da intervenção da sociedade sobre si mesma e caracteriza-se por ser uma construção de um conjunto de práticas com função protetora, integrada e preventiva. A segunda característica destaca que essas práticas constituem o arcabouço da profissionalização da área social, vez que sempre apresenta algum nível de especialização. A terceira, é correlata à segunda, ou seja, mesmo que não haja uma profissionalização, as práticas exigem um mínimo de conhecimento, perícia e técnica

¹³¹ Diz o artigo 193, da Constituição da República Federativa do Brasil “a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.” Ver. BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ª ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005a.

¹³² Castel refere-se à assistência social também como campo sócio-assistencial.

própria para serem desenvolvidas. A quarta característica refere-se ao surgimento de uma clivagem entre as práticas “intra-institucionais” e práticas “extra-institucionais”, em decorrência da necessidade de localização das práticas. A quinta e mais importante característica, tanto para as reflexões de Castel sobre as “metamorfoses da questão social”, quanto para esta reflexão, é a que diz respeito aos critérios de atendimento aos pobres. Segundo o autor, dois critérios se estabeleceram: o do *pertencimento comunitário*, por meio do qual a assistência social se vincula aos membros da comunidade e o da *inaptidão para o trabalho*, que leva a assistência social a assistir preferencialmente aos órfãos, aos idosos e aos incapazes de suprir suas necessidades por meio do próprio trabalho (Castel, 1998:57-59).

Dessa forma, segundo o autor, a intervenção da assistência social é delimitada a partir de dois eixos: o primeiro eixo é *a relação de proximidade que deve existir entre os beneficiários dos auxílios e a instância que os distribui* – o que implica o exercício da assistência ser de fato e, na medida do possível, uma analogia da *sociabilidade primária*, a qual é definida pelo autor como “os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (ibidem, p. 48). Esse eixo é também referido pelo autor como *domiciliação*. O segundo eixo é o critério da *inaptidão para o trabalho* – o que implica o atendimento, sobretudo, daqueles que não podem suprir suas necessidades por si próprios porque são incapazes para trabalhar (enfermos, idosos, crianças abandonadas, viúvas (os) com pesadas cargas familiares, entre outros). Para Castel, este duplo critério continua sendo exigido para o acesso à assistência social, ainda que possa ser contornado.

Dessa forma, em relação aos pobres aptos para o trabalho, que não o exercem por limites do próprio sistema capitalista, como a população em situação de rua (que por analogia pode ser comparada aos “vagabundos” da era pré-industrial, consideradas as especificidades de cada época), a situação é similar à era pré-industrial, respeitadas as diferenças históricas.

Os pobres aptos para o trabalho nas sociedades pré-industriais, os chamados “vagabundos”, foram reprimidos e conduzidos ao trabalho forçado por meio de uma legislação sanguinária. É o que diz Castel, nesse aspecto, apoiado em Marx:

compreende-se desde então que a repressão da vagabundagem tenha sido, quanto ao essencial, uma “legislação sanguinária”, conforme a qualificação com que Marx estigmatizou as leis inglesas sobre a matéria: se estiver fora da lei das trocas sociais, o vagabundo não pode esperar compaixão e deve ser combatido como um malfeitor (ibidem, p. 122).

Na contemporaneidade, no Brasil, além das práticas higienistas, dos banimentos e linchamentos, a população em situação de rua tem sido abandonada à própria sorte. Na

essência, o estigma social é o mesmo da era pré-industrial, que se reproduziu ao longo da história das sociedades capitalistas. A violência contra esse grupo populacional manifesta-se por meio da repressão policial, da discriminação social e também do descaso e do desrespeito. Afinal, o que dizer das práticas de “recolhimento” e “institucionalização” dessa população? Ou dos benefícios que lhes são concedidos para retornarem aos seus locais de origem? E da violência a que são submetidos, a exemplo do massacre na cidade de São Paulo, ocorrido em agosto de 2004, mencionado no segundo capítulo? E dos limites de abrangência e cobertura das políticas públicas, em âmbito federal, estadual ou municipais, a essa população?

Sobre a violência nas ruas, mais uma vez o Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo governo federal, em 2005, é um recurso valioso. As pessoas em situação de rua presentes ao evento, entrevistadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, aportaram vários relatos sobre a violência nas ruas. Essa violência materializa o preconceito e a intolerância da sociedade em geral, mas também se concretiza pela ação do Estado, por meio da ação da polícia nas ruas, como revelam os depoimentos a seguir:

As pessoas estão ali sentadas, às vezes esperando o horário de um abrigo, alguma coisa, ou então uma loja fechar, para pôr seu papelão e deitar, chegam policiais e mandar sair circulando: circula aí, porque se a gente voltar vai quebrar o pau. Então, o que dizer, isso já é uma violência muito grande, porque a pessoa já está fragilizada, e ainda encontra uma palavra assim (Brasil,2006f:64).

(...) nós estamos com a preocupação de exterminadores que está tendo. É exterminadores. Eles levam, eles pegam na rua, dizem que é a polícia, dizem que é autoridade, levam, tem uns que matam. Essa semana, esse mês que passou morreram 3 jovens, lá na comunidade dos profetas. Claro, evidente, estavam fazendo coisa errada, mas eu acho que tem a Justiça para resolver e tomar providências, não é chegar e matar (ibidem, p. 64).

Tem um amigo meu que tomou um chute na cara, ficou sem dente nenhum na boca (ibidem, p.64).

Boschetti (2003), referenciada nas características históricas da assistência social arroladas por Castel, faz uma análise da trajetória da assistência social no Brasil e conclui que todas as características mencionadas pelo autor são visíveis nessa trajetória, ou seja:

estão presentes na assistência social realizada pelos órgãos públicos desde a década de 1940 em âmbito nacional com a LBA, desde a década de 1970 com a criação de Secretarias específicas para a assistência social em âmbito estadual e, mais recentemente, nas Prefeituras Municipais que organizaram corpo técnico e definiram regras de funcionamento. Mas, é, sobretudo após a LOAS que estas características se intensificaram (Boschetti, 2003:49).

Continuando sua comparação, a autora afirma que no Brasil “a assistência como direito incorporou com toda a força o critério da inaptidão ao trabalho” (ibidem, p. 52). Afirmação com a qual compartilho. Um rápido olhar sobre o dispositivo constitucional que elevou a assistência social ao patamar de direito social no Brasil, mostra o quanto essa afirmação é certa:

Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
 I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 2005a, art. 2003).

Esse conteúdo é elucidativo em relação a dois aspectos. Por um lado, explicitamente ele exalta os dois eixos, que, segundo Castel (1998), caracterizam a intervenção da assistência social, ou seja, a intervenção é dirigida às crianças e adolescentes pobres, aos idosos e às pessoas com deficiência, incapazes de suprir as suas necessidades por sua própria ação ou tê-las supridas pela sua própria família, sendo que em relação às pessoas com deficiência, a intervenção deve estar direcionada também para a volta ao convívio comunitário, isto é, os critérios de *inaptidão ao trabalho* e *domiciliação* estão bem definidos e conjugados. Por outro lado, a intervenção junto aos demais cidadãos, que necessitem da assistência social reserva-se à “promoção da integração ao mercado de trabalho”, como diz o inciso terceiro.

Dessa forma, os pobres aptos ao trabalho, continuam com óbices para acessar a política de assistência social. Esses óbices advêm da aptidão ao trabalho, ou seja:

trabalho e assistência assim, mesmo quando reconhecidos como direitos sociais, vivem uma contraditória relação de tensão e atração. Tensão porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência social, mas não têm direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social. E atração porque a ausência de um deles impele o indivíduo para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. Em uma sociedade em que o direito à assistência é limitado e restritivo (...) e o trabalho, embora reconhecido como direito, não é assegurado a todos, esta relação se torna excludente e provocadora de iniquidades sociais (Boschetti, 2003: 47).

Tem sido assim no Brasil. Inúmeras iniquidades sociais decorrem dessa situação. A população em situação de rua é expressão concreta disso. Por um lado, esse grupo populacional não tem acesso ao trabalho assalariado ou outra forma de trabalho que, no Brasil, assegura o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores. Por outro lado, não tem

acesso às políticas sociais dirigidas aos incapazes para o trabalho (assistência social) porque são aptos para o trabalho, embora não estejam usufruindo esse direito. Assim, enfrentam uma degradação crescente da vida, em face da pobreza extrema e da ausência de proteção social.

Um exemplo típico da relação da população em situação de rua com as políticas sociais é o percentual dessas pessoas que acessaram aos programas de transferência de renda, condicionados ou não à inaptidão ao trabalho, no período estudado, conforme revelado pelas pesquisas consultadas neste estudo.¹³³ Assim, em Porto Alegre, no ano de 1995, das 222 pessoas recenseadas, 9 (4,05% do total de recenseados) recebiam aposentadorias, 8 (3,60% dos recenseados) tinham acesso a outros benefícios e 3 (1,35 dos recenseados) recebiam seguro desemprego.¹³⁴ Em Belo Horizonte, o primeiro censo, realizado no ano de 1998, apontou que 209 das 916 pessoas em situação de rua recenseadas tinham acesso a alguma espécie de benefício de transferência de renda, sendo que 23 (11,00% das pessoas com benefício) tinham acesso a aposentadorias ou pensões, 18 (8,61% das pessoas com benefício) tiveram acesso ao PIS e 13 (6,22% das pessoas com benefício) obtiveram seguro desemprego.¹³⁵ Já os dados do censo de 2005, apontaram que das 1.164 pessoas em situação de rua recenseadas em Belo Horizonte, apenas 87 (7,47%) recebiam alguma espécie de benefício de transferência de renda, sendo que dessas pessoas, 39 (3,35% do total de recenseados) declararam receber aposentaria ou pensão e 10 pessoas (0,86% do total dos recenseados) disseram ter acesso ao Programa Bolsa Família e uma (0,9% do total de recenseados) estava inserida no Programa Bolsa-moradia.¹³⁶ A pesquisa realizada no Recife, em 2005, mostrou que, das 1.380 pessoas em situação de rua, apenas 182 (13,18%) acessa benefícios de transferência de renda, sendo que 46 (3,30% dos recenseados) têm acesso ao programa Bolsa Escola Municipal e 39 (2,80% dos recenseados) têm acesso ao Programa Bolsa Família - PBF, 21 (1,51% dos recenseados) possuem o Benefício de Prestação Continuada da LOAS, 15 (1,07% dos recenseados) têm acesso a benefícios previdenciários e, apenas 02 (0,14% dos recenseados) possuem auxílio moradia.¹³⁷

¹³³ Os relatórios de pesquisas de São Paulo (2000 e 2003) e de Porto Alegre (1999) não contêm esses dados.

¹³⁴ Informações complementares podem ser vista em: Porto Alegre. Op.cit.1995.p.36.

¹³⁵ Informação encontrada em: Belo Horizonte. Op.cit. 1998. p. 60

¹³⁶ Sobre a informação de recenseados que acessam a benefícios ver BELO HORIZONTE. Op. Cit. 2006a.p. slide nº 32. Questão 20 – Recebe algum benefício. Sobre o Programa Bolsa-Moradia, o Relatório do 2º censo de Belo Horizonte trouxe como parte integrante um “relatório sobre famílias acompanhadas pelo serviço de acompanhamento sócio-familiar/ bolsa-moradia e famílias que residem em área de ocupações”, o qual indica que entre o período de novembro de 1998 e fevereiro de 2006, 262 pessoas foram acompanhadas pelo programa Bolsa-moradia da Prefeitura de Belo Horizonte. Ver: Belo Horizonte 2006b.p.138.

¹³⁷ Ver RECIFE. Op. Cit. 2006c. p.52.

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Não existem políticas sociais no país, na esfera federal, capazes de alcançá-la como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua de seus atendimentos. As marcas históricas impregnadas na política de assistência social também corroboram para isso, vez que é a política que possui mais programas dirigidos a esse segmento, sobretudo programas de acolhida temporária (abrigos, albergues, moradias provisórias, repúblicas, etc.). O preconceito e o estigma social que atingem a população em situação de rua constituem outro ângulo de explicação para essa completa vulnerabilidade e falta de proteção social. Não se deve esquecer, entretanto, que a condição de parcela componente da superpopulação relativa, nos termos referidos no capítulo segundo, ajuda a compreender que a produção e reprodução desse fenômeno alimentam a acumulação do capital. Dessa forma, a omissão do Estado capitalista no enfrentamento do fenômeno tem relação com a própria natureza da sociedade capitalista e com as condições de sua reprodução. Tem haver, pois, com a manutenção da superpopulação relativa ou exército industrial de reservas nos limites que interessam à acumulação do capital. O Estado atende fundamentalmente aos interesses do capital, assim, manter a classe trabalhadora com um padrão de vida mínimo, que assegure apenas a sua reprodução para continuar submissa aos interesses do capital, é uma consequência dessa diretiva de classe, que se reflete no Estado. Na realidade, há uma conjugação de interesses refletidos na resistência à implementação de políticas sociais dirigidas aos pobres aptos ao trabalho, mas que não trabalham por limites do próprio sistema, para que os níveis de salários e acesso aos postos de trabalho e usufruto da riqueza produzida socialmente sejam mantidos dentro dos limites que interessam ao capital. É por isso também que, em nome da “ordem”, da “segurança” e do “direito ao usufruto do espaço público por todos e não por alguns”, há uma profunda repressão a esse segmento populacional. Parte das críticas dirigidas ao Programa Bolsa Família do governo Lula, como transferência de renda não condicionada à inaptidão ao trabalho, justificam-se pelos mesmos argumentos.¹³⁸ A recente e ainda frágil organização autônoma e independente da população em situação de rua¹³⁹, em nível nacional, e as condições gerais adversas para que essa organização se viabilize contribuem para a manutenção dessa situação, em que se prevalece a tendência de naturalização do fenômeno. Entretanto, a ação política de organizações da sociedade civil,

¹³⁸ O quarto capítulo traz uma pequena discussão sobre esse programa.

¹³⁹ O início da organização da população em situação de rua no Brasil remonta ao final da década de 1970, no contexto das lutas contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas (Sposati, 1998 apud BELO HORIZONTE, 2006b: 21), mas, somente de 2005, por ocasião do IV Festival “Lixo e Cidadania” realizado em Belo Horizonte foi lançado o Movimento Nacional de Lutas em Defesa dos Direitos da População de Rua.

personalidades políticas, técnicos, assessores, gestores governamentais, que atuam nessa área, além da intervenção do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que assumiu uma pauta de lutas contemplando reivindicações da população em situação de rua tem provocado uma reação do Estado, por meio do governo federal, que procura responder demandas apresentadas por esse grupo populacional. Nessa perspectiva é que se situam as diversas iniciativas do governo federal no que se refere à população em situação de rua, que serão comentadas a seguir.

A relação da população em situação de rua com as políticas sociais é basicamente a mesma em todo o país, conforme comentada anteriormente, ainda que, em algumas cidades existam experiências pontuais de políticas dirigidas a esse público, por iniciativa de governos municipais. Entretanto, até 2004, no âmbito do governo federal, inexistia qualquer informação ou iniciativa de políticas dirigidas a esse grupo populacional. Nesse sentido, vale ressaltar algumas iniciativas inéditas do governo federal, a partir desse ano.

A primeira iniciativa do governo Lula, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, ao final do ano de 2004 e início de 2005, foi a realização de um levantamento de dados e informações sobre o fenômeno no Brasil, junto às Secretarias Municipais de Assistência Social, das capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, o qual tem servido de base para a intervenção do governo nessa área (Brasil, 2005c). Segue-se a isso, a realização do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2005, já referido neste trabalho, que contou com a participação de 12 cidades, com rede de serviços e algum nível de organização desse grupo populacional, conforme apontou o levantamento da SNAS/MDS. O encontro visou fazer uma análise da realidade da população em situação de rua no Brasil, com a participação de sujeitos qualificados, além de traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladas dirigidas a esse público. Esse objetivo foi alcançado, conforme registros sobre o assunto (Brasil, 2005d; Brasil 2006a; 2006f). Outra iniciativa foi a realização do segundo censo de população em situação de rua, em Belo Horizonte e no Recife, uma ação conjugada com o poder executivo local e com universidades, organizações não governamentais, que atuam junto a esse segmento e com fóruns ou pessoas com trajetória de rua. Até a conclusão deste trabalho apenas o Relatório da pesquisa de Belo Horizonte havia sido publicado, embora se tenha usado a versão “mimeo”. O Relatório da pesquisa do Recife ainda se encontrava em fase de revisão, mas já foi usado neste estudo, em versão “mimeo”, conforme citado em várias ocasiões (Belo Horizonte, 2006b; Recife 2006c). Ao final de 2005, destaca-se a promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro, que institui a obrigatoriedade de

criação de programas dirigidos à população em situação de rua na organização da assistência social, a partir de projeto de Lei de iniciativa do deputado federal Henrique Afonso, da bancada do Partido dos Trabalhadores, do estado Acre (Brasil, 2006h). Com base no levantamento já mencionado, no ano de 2005, foram realizadas seleções públicas de projetos de inclusão produtiva, na perspectiva da geração de trabalho e renda, para esse público e a celebração de convênios com estados, municípios e organizações não governamentais para executá-los. Somam-se ao todo, cerca de 40 projetos (Brasil, 2005e; Brasil, 2006c, Brasil, 2006d). Até o momento de conclusão deste trabalho, encontrava-se em curso, um processo de licitação para contratação de empresa para realizar pesquisa censitária da população em situação de rua, em 60 municípios brasileiros, que ainda não dispõem desse tipo de pesquisas – estão incluídas as capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes. Nessas localidades, o fenômeno tende a ser mais expressivo pelas características que possui. Esse censo destina-se a mostrar um perfil dessa população no país e subsidiar a formulação de novas políticas para essa população e o aperfeiçoamento das políticas sociais existentes (Brasil, 2006b; Unesco, 2006).

Além dessas, ressaltam-se quatro outras importantes iniciativas, também inéditas. A primeira, foi o financiamento pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, para que o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis realizasse uma pesquisa sobre o custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, em 2005. Essa pesquisa, entre outras coisas, indicou que das 244 cooperativas de catadores de materiais recicláveis, 69 (28,27%) encontram-se em condições elementares de organização e seus 25.783 cooperados, que representam 72,35%, dos 35.637 catadores de materiais recicláveis (cooperados) identificados pela pesquisa, trabalham em lixões ou nas ruas sem qualquer tipo de proteção social, sujeitos à ação dos atravessadores (Brasil, 2006e). Esse percentual sugere intrínseca relação entre a população em situação de rua e a categoria de catadores de materiais recicláveis, uma vez que, grande número de cooperados é originário da população em situação de rua, confirmando a grande quantidade de pessoas em situação de rua que encontra na catação de materiais recicláveis a principal fonte de renda, conforme já mencionado, com base nas pesquisas consultadas.

A segunda iniciativa foi a instituição da separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006 (Brasil, 2006j). Essa medida contribuirá para o fortalecimento e organização dos catadores de materiais recicláveis em todo o país e envolverá mais de 500 mil

servidores públicos federais, em atividade, na viabilização de uma ação de cunho social, mediante a separação na fonte geradora, dos materiais recicláveis descartadas pelos órgãos e entidades da administração pública. Contribuirá também para a formação de uma consciência de preservação do meio ambiente e utilização adequada e racional dos materiais de consumo nos serviços públicos, bem como de uma destinação justa e pertinente dos resíduos em que se transformarão esses materiais, que serão descartados pela administração pública.

A terceira iniciativa que merece destaque é a edição do Decreto sem número, de 25 de outubro de 2006, que constitui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas dirigidas à população em situação de rua, que primem pela “ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e garantia de direitos humanos”, conforme disposto no parágrafo único do art.1º do referido Decreto (Brasil, 2006l). Há grande expectativa das organizações não-governamentais que atuam nessa área, dos municípios que já possuem alguma política dirigida ao segmento e da coordenação nacional do Movimento da População em Situação de Rua sobre o alcance das propostas a serem apresentadas pelo grupo de trabalho, no prazo de 60 dias, a contar da data de publicação do Decreto. O GTI poderá cumprir papel relevante para assegurar este tema na agenda governamental, de forma transversal, e não apenas na área de assistência social, como está no momento.

A quarta iniciativa diz respeito à extensão de recursos do piso da alta complexidade II, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, criando um piso no valor de R\$ 60,00 por atendimento, para população em situação de rua, com vistas à “contemplar com recursos de co-financiamento federal a rede de acolhida temporária (abrigos, albergues, moradias provisórias, etc.) destinada à população em situação de rua (...), bem como atender ao disposto na Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera o art. 23 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que inclui a criação de programas para a população em situação de rua, na organização dos serviços de assistência social” (Brasil, 2006g). Essa medida foi aprovada pela Comissão Intergestora Tripartite - CIT, em novembro de 2006, e beneficiará com financiamento regular, de imediato, 51 municípios que atenderam aos critérios estabelecidos.¹⁴⁰ A diferença de valores por município se dará conforme o porte do mesmo. As metrópoles, com mais de 900

¹⁴⁰ Os critérios são: possuir mais de 300 mil habitantes, ter respondido às informações solicitadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social, nos anos de 2004/2005, sobre população em situação de rua; ter identificado pessoas em situação de rua em seu município, além de ter alguma ação direcionada a esse grupo populacional. O levantamento foi dirigido a 76 cidades entre capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes. 53 responderam ao solicitado. Dois disseram não ter população em situação de rua em seu município. Outras informações podem ser encontradas em: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Plano de Ação de Atendimento à População em Situação de Rua (mimeo)*. Brasília: DPSE/SNAS/MDS, set. 2005c.

mil habitantes, poderão realizar até 200 atendimentos por mês, as capitais com população inferior a 900 mil habitantes, poderão realizar até 150 atendimentos e os municípios com mais de 300 mil habitantes, poderão realizar até 100 atendimentos (Brasil, 2006g).

As iniciativas relacionadas anteriormente são inéditas, como ação do governo federal, e importantes na direção do enfrentamento do fenômeno população em situação de rua. Porém, ainda são incipientes e insuficientes. Por um lado, procuram combinar a produção de dados e informações sobre este público, com a proposição de políticas públicas, o que é relevante. Além disso, é significativo que essas iniciativas tenham ocorrido, assegurando-se a participação de sujeitos sociais que atuam nessa área e de representantes do segmento organizado de população em situação de rua. Por outro lado, ainda são iniciativas tímidas na perspectiva de tornar as políticas públicas alcançáveis por este grupo populacional. Isso se deve a vários fatores, um deles é a inexistência de financiamento regular para que isso aconteça. O piso básico da alta complexidade II, mencionado anteriormente, é o único recurso com destinação regular para ações nessa área, e se localiza no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social, coordenadora da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que, em sua versão de 2004, destaca compromisso de cobertura deste público, por meio de sua rede de serviços, o que se tornou obrigatório após a Lei 11.258/2005, já citada. Não se tem conhecimento de recursos com essa destinação em outras áreas.¹⁴¹ Outra limitação é a falta de envolvimento e compromisso de dirigentes e gestores de outros Ministérios, para além do MDS e órgãos do governo federal, com a perspectiva da transversalidade de políticas públicas para a população em situação de rua. Essa perspectiva foi apontada mediante a instituição do Decreto sem número, de 25 de outubro de 2005, que cria um GTI com objetivo nessa direção, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, até a conclusão deste trabalho nenhuma ação para implementá-lo havia se tornada pública, nem mesmo a nomeação dos componentes do Grupo de Trabalho Interministerial. É, pois, inédita, porém ainda muito lenta e limitada ação do governo federal nesse campo. Espera-se, todavia, que o Decreto sem número que institui o GTI para propor políticas para esse grupo populacional seja cumprido e, a partir dele, outros desdobramentos sejam adotados na perspectiva de implementação das políticas propostas. Espera-se também, que o censo da população em situação de rua nos 60 municípios seja realizado experimentalmente, e que as demais cidades do país possam ser incluídas em novas

¹⁴¹ A proposta do governo de Lei Orçamentária Anual – LOA para 2007 destina 25 milhões para o Programa de Resíduos Sólidos, cujas ações atingem direta ou indiretamente, os catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua. Do mesmo modo, a linha de crédito aberta pelo BNDES, conforme, anunciada em 25 de outubro de 2006, para apoiar projetos dos catadores de materiais recicláveis. Mas, não há destinação de recursos para programas e ações que possam ampliar o alcance das políticas públicas na direção do atendimento à população em situação de rua.

versões. Os dados e informações produzidos em pesquisas dessa natureza são essenciais para subsidiar a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas para que as mesmas tornem-se acessíveis e eficazes no atendimento a essa população. Ressalta-se que é preciso que as políticas públicas direcionadas a esse grupo populacional além de serem transversal às políticas sociais em seu conjunto e terem financiamento regular, precisam ser nacionalmente articuladas, assegurando-se uma intervenção conjugada entre as três esferas de governo, respeitando-se em todas as esferas, a participação dos fóruns e outros órgãos e entidades representativas da organização nascente desse público. Além do que, devem ser implementadas, vinculadas a uma ação educativa permanente dirigida aos servidores públicos e à sociedade em geral, com vistas a romper o preconceito e o estigma social dirigidos a esse público. Compreende-se que é preciso fazer um enfrentamento dos crimes cometidos contra esse segmento que permanecem impunes. No processo de enfrentamento desse fenômeno por meio de políticas públicas, apesar dos limites que esse tipo de enfrentamento possui, no que se refere à alteração das causas estruturais do fenômeno, os direitos humanos devem ser respeitados, igualmente a realização dos direitos sociais. Sabe-se que essa conjugação é um desafio e um percurso inédito das políticas públicas no país. Entretanto é uma conjugação necessária na perspectiva da cidadania e respeito à condição humana. Espera-se que ao entrar definitivamente na agenda governamental, esse tema seja tratado e assumido pelo governo federal, com ética e respeito aos seres humanos que se encontram nessa condição social e, as políticas traçadas estejam vinculadas a um projeto societário que aponte para a igualdade de condições sociais e não apenas para minorar a dor e o sofrimento causados pela pobreza extrema em que se encontra esse grupo social.

O levantamento sobre a população em situação de rua efetuado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, no período entre dezembro de 2004 e abril de 2005 (Brasil, 2005c), bem como a realização do Primeiro Encontro Nacional sobre esse grupo populacional, pelo governo federal (Brasil, 2005d; Brasil 2006a; Brasil, 2006f), ajudaram a identificar algumas iniciativas de políticas municipais direcionadas para esse público. Foram identificadas sete cidades que possuem algum tipo de direito dirigido à população em situação de rua, regulamentado por lei municipal: São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, Niterói-RJ, Serra-ES e Vitória-ES, Londrina – PR. As experiências de São Paulo, Belo Horizonte e Londrina na implementação dos direitos regulamentados encontram-se mais avançadas. São Paulo foi pioneira na iniciativa. Aprovou uma lei em 1997 e a regulamentou em janeiro de 2001. Em 2003 criou o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São

Paulo (São Paulo, 1997; São Paulo, 2001; São Paulo, 2003c). Existem outras cidades com iniciativas também avançadas, mas sem qualquer regulamentação de direito em leis municipais. É o caso do Recife-PE, Porto Alegre-RS, Campinas – SP e São Luiz – MA. Pelas informações prestadas pelos municípios, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, percebe-se que as experiências em curso, concentram sua atenção na criação e funcionamento de albergues, abrigos, casas de acolhidas temporárias, moradias provisórias, pouco tendo avançado na geração de trabalho e renda e numa ação intersetorial das políticas sociais, na perspectiva de assegurar proteção integral a esse público (Brasil, 2005c; Brasil, 2005d; Brasil 2006a, Brasil, 2006f). Nos demais municípios, as iniciativas são inexpressivas.

Assim, ainda são poucas as iniciativas de proteção social a este grupo populacional, por meio de políticas sociais sob responsabilidade da esfera federal, estadual ou municipal. As iniciativas existentes são na área de assistência social, que até agora tem adotado os critérios de proximidade e inaptidão ao trabalho, de forma rígida, o que tem restringido direitos. É preciso pois, que estes critérios tornem-se mais elásticos para que seja ampliado o acesso a essa política pela população em situação de rua. Pois, como diz Boschetti:

Os critérios da proximidade e da inaptidão ao trabalho são componentes estruturais definidores da amplitude que pode assumir a assistência social como direito. Quanto mais elásticos e flexíveis forem tais critérios, maior a extensão que pode assumir a política de assistência social. Ao inverso, quanto maior a rigidez na sua aplicação, mais restritas serão as possibilidades de acesso. É neste ponto de intercessão que trabalho e assistência podem ser direitos opostos ou convergentes. Quanto mais se conjuga assistência e trabalho, sem cristalizá-los como direitos para populações clivadas pela aptidão ou inaptidão ao trabalho, maior será o universo daqueles que terão acesso a estes direitos pela sua situação de necessidade (Boschetti, 2003: 52).

Essa inversão de situação de “rigidez” para “flexibilidade” dos critérios estruturais da assistência social, de forma que haja uma maior conjugação entre trabalho e assistência social, com vista a ampliar o alcance desta para quem dela necessitar, poderá alterar a relação da população em situação de rua com as políticas sociais no país. É o que se espera.

O capítulo quarto procura fazer uma leitura acerca das manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no período entre 1995 e 2005, no qual o debate sobre as relações da população em situação de rua com as políticas sociais será retomado sob o ângulo dos limites de proteção social aos desempregados e subempregados e a sua repercussão no fenômeno população em situação de rua.

CAPITULO IV

4. Manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005

A vitalidade dos ideais e da utopia socialista se nutre diariamente das promessas não cumpridas do capitalismo e de sua impossibilidade estrutural para garantir o bem-estar das maiorias. Atílio Boron.¹⁴²

Para atender às estratégias de recomposição do ciclo reprodutivo do capital, em face da crise do capitalismo, desencadeada mundialmente a partir dos anos 1970, o Brasil vivenciou o seu processo de ajuste estrutural, sobretudo entre a segunda metade da última década do século passado e o início deste século, tendo como metas a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado, sob parâmetros neoliberais. Esses processos imbricados ocorreram sob condições subordinadas e implicaram mudanças no mundo do trabalho, corroborando para o aprofundamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho, da queda da renda média real e, conseqüentemente, para a expansão de uma superpopulação relativa e elevação dos níveis de pobreza da classe trabalhadora, conforme discutido no primeiro capítulo.

No mesmo período, percebe-se a presença cada vez maior de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do país. Indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza compõem, de forma marcante, o cenário das ruas das cidades, na luta pela sobrevivência. Diante disso, cresce a indagação que perseguida neste trabalho: Que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005?

Este capítulo procura organizar as respostas essa a indagação, mediante reflexões estruturadas em cinco seções: particularidade na formação do mercado de trabalho no Brasil; mudanças na composição ocupacional e seus reflexos no perfil contemporâneo das pessoas em situação de rua no Brasil; multifaces do desemprego refletidas no perfil contemporâneo das pessoas em situação de rua; crescimento da informalidade; limites de proteção social aos desempregados e subempregados: repercussões no fenômeno população em situação de rua.

¹⁴² BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Tradução: Ana Carla Ferreira. Petrópolis - RJ: vozes, 2001.p.18

4.1 Particularidades na formação do mercado de trabalho e suas repercussões no fenômeno população em situação de rua no Brasil

O padrão de acumulação que se configurou no Brasil no período entre 1930 e 1980 baseou-se num intenso processo de industrialização e urbanização, que se desenvolveu conjugado com a regulamentação da relação entre o trabalho e o capital, por meio de uma legislação trabalhista que, embora atenda parcialmente aos interesses e necessidades dos trabalhadores, atende, sobretudo, às necessidades de acumulação do capital.

Nesse período, o mercado de trabalho no país adquiriu maior estruturação e evidenciou algumas características que, em parte, ainda são preservadas: baixo nível de escolaridade, salários precários, reduzida qualidade dos postos de trabalho, informalidade, grande rotatividade da mão-de-obra e a inexistência de políticas de emprego. Essas características e a ausência de uma política de emprego não impediram o crescimento do emprego, no período, como diz Pochmann:

No Brasil a experiência das políticas de emprego é muito recente. Durante o ciclo de industrialização nacional, a ausência de políticas de emprego não impediu que o país apresentasse uma dinâmica positiva de geração de emprego, mesmo sem ter resolvido os graves problemas tradicionais do mercado de trabalho - baixos salários, subemprego, informalidade e heterogeneidade nas ocupações (Pochmann, 2002:131).

Desse modo, pode-se afirmar que o país não viveu a experiência de quase pleno emprego generalizado. Não teve um Estado Social plenamente desenvolvido. Porém, o período de estruturação da indústria nacional e institucionalização das relações e condições de trabalho foi marcado pela expansão do trabalho assalariado com carteira assinada, que se constituiu um dos pilares de uma fase de intenso crescimento econômico no país, como observa Pochmann:

Com a abolição da escravidão, no último quartel do século XIX, o emprego assalariado passou a ganhar impulso, sobretudo a partir da Revolução de Trinta, quando o projeto de industrialização nacional começou a conformar a base do desenvolvimento de uma sociedade salarial. Assim, entre 1932 e 1980 o Brasil levou avante um dos mais bem-sucedidos modelos de crescimento econômico, fundado na ampla difusão do emprego assalariado. Durante os anos de 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal (Pochmann, 2001a : 96).

Mas, como se justifica a mudança do padrão de acumulação iniciada a partir de 1930? Em que base se sustentou? A quem beneficiou? Qual a participação do Estado nesse processo?

A Revolução de 1930 distingue uma fase significativa na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da supremacia da estrutura produtiva de base urbano-

industrial, cuja concretização ocorreu na segunda metade da década de 1950, quando a renda do setor industrial começou a superar a renda da agricultura no total da renda interna do país.

O processo de destruição de um padrão de acumulação baseado em atividades econômicas agrário-exportadoras e de criação de novas condições para introduzir e consolidar um novo padrão de acumulação, com base em atividades econômicas urbano-industriais, ligadas a um mercado interno, marcou decisivamente a economia e a vida do país.

Segundo Oliveira, esse processo foi crucial e implicou a reformulação do aparelho e da ação estatal e a regulamentação da oferta e da demanda dos fatores no conjunto da economia, entre os quais, “a regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital é um dos mais importantes, se não o mais importante” (Oliveira, 2003:36). Para o autor, tem sido minimizados o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se estabelece a partir de 1930 e o papel do Estado na institucionalização das regras do mercado. Para ele, as leis trabalhistas compõem um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo padrão de acumulação, para cuja instauração fazia-se necessária a conversão da população em geral, e especialmente da população que afluía às cidades, em exército de reserva¹⁴³ adequado à reprodução do capital. Essa necessidade, segundo Oliveira, se justificava por duas razões:

De um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista **igualava reduzindo** [grifo do autor] - antes que incrementando - o preço da força de trabalho. Essa operação de **igualar pela base** [grifo do autor] reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual da força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre”, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis operárias operou a reconversão a um **denominador comum de todas as categorias** [grifo do autor], com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (Oliveira, 2003:38-39).

Deste modo, com base na visão de Oliveira e considerando o intenso crescimento econômico vivido pelo país entre 1940 e 1970, quando os efeitos da legislação trabalhista já poderiam ser percebidos, é possível afirmar que essa legislação teve como principal finalidade favorecer a formação de um exército de reserva adequado às necessidades de acumulação do capital. A acumulação foi impulsionada propiciando uma fase de crescimento da economia brasileira, sem que tenha havido redução das desigualdades sociais e elevação do padrão de

¹⁴³ Oliveira usa a expressão “exército de reserva” entre aspas, neste texto essa forma será usada apenas em citações diretas do autor.

vida da classe trabalhadora. Portanto, mais do que atender aos interesses dos trabalhadores e alargar a cidadania, a legislação trabalhista serviu aos interesses de expansão do capital.

Outro aspecto a ser destacado nesse período é a intervenção do Estado no desmonte do padrão de acumulação de base agrário-exportadora, criando e recriando as condições institucionais do novo padrão de acumulação, fundado em atividades econômicas de base urbano-industrial. De acordo com Oliveira, essa intervenção se deu de várias formas: regulando o trabalho e outros fatores da economia; investindo em infra-estrutura; criando mecanismos para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas ou investindo na produção e transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial. Diz o autor:

O Estado também interveio na regulação de outros fatores da economia, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos ou classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir (ibidem, p.40).

Isso implicou uma grande ampliação das funções e do aparelho do Estado, iniciada desde a década de 1930 e que perdurou em expansão até o governo de Juscelino Kubitschek.

Mas, para além da intervenção do Estado no processo de criação das condições institucionais para um novo padrão de acumulação, o período entre 1940 e 1970 distingue-se por mudanças relevantes na própria dinâmica e configuração da sociedade brasileira. Uma marca dessas mudanças foi a distribuição espacial da população. Nesse período ocorreu um intenso movimento migratório campo-cidade, contribuindo para que a população rural tivesse expressiva participação na composição do exército de reserva que se formou nas cidades. Essa migração intensa decorreu de um processo combinado de expulsão-atração que afetou a população rural. Essa foi expulsa do campo e ao mesmo tempo atraída pela possibilidade de acesso a postos de trabalho na indústria em expansão nos grandes centros urbanos. Esse processo foi estimulado pela estratégia de dismantelamento de um padrão de acumulação fundado em atividades econômicas de base agrário-exportadora e introdução de um novo padrão, sustentado em uma estrutura produtiva de base urbano-industrial, em que a agricultura cumpriu um papel subsidiário importante, mas perdeu a centralidade na economia. Ela foi mantida, mas não estimulada ao papel central que ocupava, a fim de que a nova estrutura produtiva urbano-industrial ocupasse essa centralidade. Essa nova situação contribuiu para o aprofundamento de alguns problemas sociais e econômicos, como o chamado “êxodo rural” ou “problema agrário” brasileiro.

Sobre o assunto, Oliveira (2003) considera que a solução do chamado “problema agrário” no período de mudança da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial, constituída por um conjunto de medidas, inclusive com a decisiva participação do Estado, torna-se o elemento vital para a reprodução das condições de expansão capitalista. Entre essas medidas, encontra-se a oferta de terra virgem para ser cultivada por um grande contingente de mão-de-obra disponível e a construção da infra-estrutura básica. A combinação das medidas e sujeitos envolvidos culminou numa operação característica de “acumulação primitiva”, como diz o autor:

A solução do (...) “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de “acumulação primitiva” (Oliveira, 2003:43).

Ressalta-se que o autor retoma o conceito de “acumulação primitiva” de Marx, redefinindo-o, para fins de explicar o processo que estava em curso no Brasil, como ele diz:

O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que **não se expropria a propriedade** [grifo do autor] – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação -, mas **se expropria o excedente** [grifo do autor] que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genético (ibidem, p.43).

A partir dessa noção de “acumulação primitiva”, Oliveira (2003) afirma que nesse período de expansão do capitalismo no Brasil, a chamada acumulação primitiva se desenvolveu por meio de uma operação simples em que o trabalhador rural ocupava uma área de terra, desmatava, cultivava as lavouras temporárias (arroz, milho, feijão etc.) e assim, preparava a terra, que não era sua, para as lavouras permanentes. Assim contribuía para que os custos da produção fossem barateados para o proprietário das terras e o preço dos alimentos básicos (feijão, milho arroz, etc.) permanecessem baixos no mercado interno, favorecendo a reprodução da classe trabalhadora urbana e possibilitando a criação de um proletariado rural, que nem mesmo o estatuto de proletariado alcançou, uma vez que a legislação trabalhista e a

previdência social quase inexistiam no campo. Com isso, os custos de reprodução e o padrão de vida dos trabalhadores rurais permaneceram baixíssimos, ampliando a acumulação do capital.

Essa relação estrutural entre os setores da agricultura e da indústria compôs a estratégia de expansão capitalista no Brasil, favorecendo um extraordinário crescimento da indústria e dos serviços. A produtividade industrial foi ajudada pela intervenção do Estado e deu margem a uma imensa acumulação entre 1940 e 1970 - mesmo período em que o mercado de trabalho avançou em sua estruturação em torno do trabalho assalariado regular, no meio urbano.

Pochmann (2001a), ao analisar a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, destaca o crescimento das ocupações na indústria de transformação no país, no período entre 1930 e 1980 e o que isso representa na divisão internacional do trabalho:

Na comparação da década de 1930 com a de 1970, o Brasil avançou rapidamente na ampliação do volume de trabalhadores ocupados na indústria de transformação. Em 1930, quando os postos de trabalho na indústria de transformação equivaliam a 7,6% do total de ocupações no país, o Brasil possuía apenas 0,8% do total do emprego industrial do mundo. Cinquenta anos depois (1980), o peso da indústria de transformação era de quase 20%, representando 4,1% do volume mundial de postos de trabalho (Pochmann, 2001a: 38-39).

Essa conjugação de fatores explica os movimentos migratórios campo-cidade no país entre 1940 e 1970, bem como a participação da agricultura na criação e consolidação de um novo modo de acumulação do capital, baseado em atividades econômicas urbano-industriais.

Em 2003, Oliveira, ao comparar a economia brasileira a um ornitorrinco,¹⁴⁴ diz que o Brasil é "altamente urbanizado, pouca população no campo" (Oliveira, 2003:132) e, "em termos de PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de 1970, mas decrescente também" (ibidem, p.133). Essa análise é elucidativa acerca da participação da área rural na constituição do padrão industrial de acumulação e das conseqüências decorrentes desse processo, no que se refere à distribuição espacial da população e utilização da força de trabalho rural, conforme interesses do capital.

As pesquisas da década de 1990 consultadas para este estudo, revelam grande participação da população de origem rural na composição da população em situação de rua, principalmente a pesquisa realizada em Porto Alegre, nos anos de 1998-1999. Enquanto as pesquisas realizadas entre 2000 e 2005, sobretudo nas cidades do Recife e Belo Horizonte, em 2005, indicam a redução da participação das pessoas de origem rural na composição desse

¹⁴⁴ O Ornitorrinco é um animal mamífero adaptado à vida aquática. É pequeno, tem bico córneo, pés espalmados e rabo chato. É ovíparo. Não possui mamas e os filhotes alimentam-se lambendo o leite que escorre nos pelos peitorais da mãe. Assim, possui formato complexo, com combinações esdrúxulas. Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p.125.

segmento populacional. Isso reflete o movimento de migração campo-cidade ocorrido no país, entre os anos de 1940 e 1970 e a sua redução nos anos subseqüentes. Os dados das pesquisas refletem também o agravamento de outros fatores estruturais, como a redução de empregos no setor industrial, que empregou grande parte da população rural que migrou para as cidades, revelando a repercussão do movimento de distribuição espacial da população, no período referido, no fenômeno e no perfil da população em situação de rua no Brasil.¹⁴⁵

Maria Conceição D' Incao, que participou, na condição de assessora, do I Seminário Nacional sobre População de Rua, realizado na cidade de São Paulo, em 1992¹⁴⁶, ao analisar o perfil da população em situação de rua e dos migrantes que a compõem relacionou a situação, com a migração da população rural para a região urbana, no período anteriormente citado:

Já mencionamos o quanto a própria definição das populações de rua se confunde com a de migrante (...). Os 70% da população que morava no campo em 1970 passaram a morar na cidade, evidenciando que o abandono do campo não podia ser explicado apenas pela atração pela cidade. Que era a própria economia do país que se modificava, expulsando o homem do campo e abrigando-o na precária condição de trabalhador não qualificado na cidade. A migração campo-cidade é tendencial em todos os países que se desenvolveram economicamente. Como também o são os movimentos de populações das regiões mais atrasadas para as mais desenvolvidas ou de áreas de exploração mais antiga para as áreas de exploração recentes, também conhecidas como frentes de expansão. Mas no Brasil (...), essas migrações tendenciais possuem um caráter perverso (...). Elas implicam a exclusão de significativas parcelas de nossa população do próprio mercado de trabalho. (...) ela expulsa o homem do campo e não o incorpora plenamente ao trabalho urbano (D'Incao, 1995:49).

No mesmo evento, também participando na condição de assessor, Luiz Eduardo Wanderley em uma de suas intervenções sobre metodologia, estabeleceu uma relação entre as migrações campo-cidade e o fenômeno população em situação de rua:

No caso brasileiro, sem resolver o problema da reforma agrária, sem resolver os problemas das migrações, sem resolver o problema da miséria absoluta e relativa, não há saída para a população de rua. Ela só vai aumentar. Eu não tenho ilusões quanto a isso (Wanderley, 1995:133).

A reforma agrária não ocorreu e a miséria cresceu. Outros fatores acrescentaram novas particularidades ao mercado de trabalho. Aos problemas relacionados ao movimento migratório campo-cidade, associaram-se elementos que repercutiram na ampliação e na atribuição de

¹⁴⁵ O segundo capítulo, em sua primeira seção, recupera os dados sobre a origem rural e urbana da população em situação de rua disponíveis nas pesquisas realizadas em Porto Alegre (1995 e 1999), Belo Horizonte (1998 e 2005), Recife (2005). As outras pesquisas consultadas neste trabalho (São Paulo, 2000; São Paulo 2003 e Recife 2004) não ofereceram dados quanto à origem rural ou urbana da população em situação de rua recenseada.

¹⁴⁶ O "I Seminário Nacional sobre População de Rua" aconteceu entre os dias 3 e 5 de junho de 1992, em São Paulo, uma ação conjunta de organizações não governamentais e da Prefeitura de São Paulo, gestão Luiza Erundina. Cleisa Rosa organizou o livro que traz o conteúdo dos debates do seminário. Para maiores informações sobre o evento, ver: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

novas características ao fenômeno população em situação de rua, em anos recentes. Conhecer outras particularidades do mercado de trabalho do país ajuda a compreender esse fenômeno.

No período entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho apresentou sinais de estruturação em torno do emprego assalariado regular, crescendo de 42,0% da População Economicamente Ativa – PEA, em 1940, para 62,8% em 1980, inclusive com a redução das ocupações sem registro formal (de 29,9% para 13,6%), sem remuneração (de 19,6% para 9,2%), por conta própria (de 29,2% para 22,1%) e do desemprego (6,3 para 2,8%), conforme pode ser observado na Tabela 6 a seguir.¹⁴⁷

TABELA 6 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO - 1940/1980

Itens	1940	1980	Variação Absoluta Anual (2)	Variação Relativa Anual %
População total	41.165,3	119.002,3	1.945,9	2,69
PEA	15.751,0	43.235,7	-	-
	100,0%	100,0%	687,1	2,56
Empregador	2,3%	3,1%	24,4	3,32%
Conta própria	29,8%	22,1%	121,5	1,79%
Sem Remuneração	19,6%	9,2%	22,3	0,63%
Assalariado	42,0%	62,8%	513,4	3,59%
Com registro	12,1%	49,2%	484,2	6,22%
Sem registro	29,9%	13,6%	29,3	0,56%
Desempregado	6,3%	2,8%	5,5	0,50%
Taxa de subutilização (1)	55,7%	34,1%	149,3	1,13%

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticas Históricas do Brasil. MTb.

NOTA: Localizada in: POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002. P.68.

(1) Conta própria, sem remuneração, desempregado.

(2) Em mil.

¹⁴⁷ Ao conferir a tabela citada, registra-se que como referência metodológica oficial no Brasil considera-se *desempregado* o trabalhador que, além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, se encontrava apto para exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa. Ver: POCHMANN, Márcio. Op.cit. 2001a. P. 100-101. São tidas como *desocupadas*, as pessoas sem trabalho, que tomaram alguma providência efetiva de procurar emprego no período de referência da pesquisa do órgão pesquisador Ver: IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2004*. Notas Técnicas e Comentários. Brasília: IBGE, nov.2005. Considera-se *número de empregados*, as pessoas ocupadas na semana de referência que trabalhavam para um empregador com e sem carteira de trabalho assinada, nos setores público e privado, os trabalhadores domésticos, os militares, os empregados pelo regime jurídico dos servidores públicos e os trabalhadores não remunerados em empresas de membro da unidade domiciliar que era empregado. E, o número de *pessoas ocupadas* corresponde às pessoas que exercem um trabalho remunerado (em dinheiro, mercadoria ou benefícios) ou sem remuneração em ajuda a membros da unidade domiciliar que era empregado, conta própria ou empregador, durante pelo menos uma hora, na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Ver: IBGE. *Notas Metodológicas*. Brasília: IBGE, 2006b.

Esse fluxo mudou. Desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho demonstra trajetória distinta, isto é, “a tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980” (Oliveira, 2003:142) e cresceu o trabalho informal. Deste modo, como diz Pochmann:

Embora o país tenha deixado de expandir o nível de assalariamento da População Economicamente Ativa, não houve evolução negativa dos empregos assalariados. Estes cresceram praticamente à mesma taxa anual de variação da PEA (2,8%), permitindo, pelo menos, a manutenção da taxa de assalariamento no decorrer dos anos 80. Mas a quantidade de empregos assalariados sofreu significativa alteração na composição dos registrados e dos sem registro em carteira. De cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro. O saldo total dos empregos assalariados representou 68% do universo de ocupações criadas no mesmo período, significando que, de cada dez ocupações, sete eram provenientes do segmento assalariado (Pochmann, 2002:72-73).

A Tabela 7 demonstra a evolução da População Economicamente Ativa - PEA, da condição de ocupação e do desemprego entre 1980 e 1991. Nela, três aspectos chamam a atenção: o crescimento relativo anual das ocupações não assalariadas de empregador e conta própria em 4,95% e 3,51% respectivamente; o crescimento do desemprego a uma taxa anual de 6,64% e a manutenção da taxa de subutilização da força de trabalho em 34%.

TABELA 7 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO - 1980/1990 (EM%)

Itens	1980	1991	Variação Absoluta Anual (2)	Variação Relativa Anual
População total	119.002,3	146.825,7	2.529,4	1,93%
PEA	43.235,7	58.456,2	-	-
	100,0	100,0	1.383,7	2,78%
Empregador	3,1	3,9	85,4	4,95%
Conta própria	22,1	23,9	401,4	3,51%
Sem Remuneração	9,2	5,4	-74,5	-1,72%
Assalariado	62,8	62,6	858,3	2,75%
Com registro	49,2	36,6	11,2	0,05%
Sem registro	13,6	26,0	847,1	9,01%
Desempregado	2,8	4,2	113,1	6,64%
Taxa de subutilização (1)	34,1	34,2	477,1	2,81%

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticas Históricas do Brasil. MTb.

NOTA: Localizada in: POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002. P.72.

(1) Conta própria, sem remuneração, desempregada.

(2) Em mil.

Como se pôde observar, a partir da década de 1980 começa uma fase de descontração das relações formalizadas de trabalho em todos os níveis e setores da economia. Esse processo é ampliado a partir da década de 1990, quando “o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial” (Behring, 2003:113). Entre essas requisições encontra-se a reestruturação produtiva, abordada no primeiro capítulo, acompanhada de análise genérica acerca de suas implicações no mundo do trabalho, que serão retomadas aqui, a partir de alguns recortes.

Portanto, na década de 1990, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, confirmando a tendência de redução do trabalho assalariado, com registro em carteira, e de expansão do desemprego e de ocupações em que não se utiliza o trabalho assalariado permanente, como empresas familiares, os trabalhadores por conta própria, vendedores ambulantes, cuidadores de carros e outros. A drástica redução das ocupações na área industrial corroborou para esse quadro, em que o exército industrial de reserva foi expandido. Sobre a redução das ocupações na indústria, segundo Pochmann:

Desde 1980 o indicador do emprego industrial vem regredindo. Em 1999, o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais no mundo, o que equivaleu a menos de 12% do total da ocupação nacional. Uma situação próxima à de 1940, logo no início do processo de industrialização nacional (Pochmann, 2001a: 39).

O período entre 1995 e 2005 apresenta movimentos peculiares. Entre os anos de 1995 e 2003 nota-se o crescimento da taxa de desemprego, ainda que tenha havido pequena redução da taxa entre os anos de 2001 e 2002, de 9,6 para 9,4, respectivamente (Ipea, 2006:15). Entretanto, é a partir de 2003 que se percebe uma reversão da tendência de crescimento do desemprego, em decorrência do aumento da ocupação total da força de trabalho e da redução generalizada da taxa de desemprego. É o que aponta o *Radar Social-2006*.¹⁴⁸

O mercado de trabalho brasileiro foi marcado, no período entre 1995 e 2003, por um significativo crescimento da taxa de desemprego, mesmo num ambiente onde a proporção de pessoas que participam do mercado de trabalho (empregadas ou à procura de emprego) variou pouco. Entretanto, esta tendência foi revertida entre 2003 e 2004, quando houve redução generalizada do desemprego no país, tanto em regiões metropolitanas como para o total das regiões não-metropolitanas. Esta queda também foi observada em praticamente todas as faixas etárias e grupos selecionados, como mulheres e os negros (Ipea, 2006: 10).

¹⁴⁸ O Radar Social é um instrumento de vigilância das condições de vida da população brasileira estruturado de forma a oferecer ao leitor um panorama dos principais problemas sociais do país. É elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas –IPEA, em edição anual, desde 2005. Assim, a 2ª edição foi divulgada em 2006.

Sobre estes movimentos particulares do mercado de trabalho no Brasil, entre 2001 e 2004, para fins desta dissertação, merecem ser destacados três aspectos. O primeiro é o aumento da ocupação total da força de trabalho, inclusive, com o aumento do trabalho assalariado e a redução do desemprego. Esse processo vem se desenvolvendo desde 2001, porém com algumas oscilações negativas em relação ao desemprego no ano de 2003, como se pode conferir pelos dados oferecidos pelo *Radar Social-2006*:

As principais mudanças verificadas no mercado de trabalho no período entre 2001 e 2004 foram o aumento da ocupação total da força de trabalho e a redução do desemprego, propiciada pelo fato de que o nível de ocupação cresceu, praticamente em todo o país, mais do que o número de pessoas que participa anualmente do mercado de trabalho (Ipea, 2006:9).

No que se refere ao emprego assalariado total, o *Radar Social - 2006* informa que, em 2001, a população ocupada correspondeu a 39.581.532 trabalhadores, sendo 21.961.776 com carteira assinada e 12.856.904 sem carteira assinada. Esses mais de trinta e nove milhões da população ocupada assalariada correspondem a 57,7% da população ocupada total (32,0% com carteira assinada e 18,7%, sem carteira assinada). Em 2004, o emprego assalariado total correspondeu a uma população ocupada de 44.517.777, sendo 25.111.184 com carteira assinada e 14.076.511 sem carteira assinada, equivalendo a 59,1% da população ocupada total (33,3% com carteira assinada e 18,7% sem carteira assinada). Percebe-se o crescimento da população ocupada assalariada nesse intervalo de tempo, principalmente com carteira assinada. Deste modo, no período entre 2001 e 2004 houve uma variação de 12,5% do emprego assalariado total, sendo 14,3% com carteira assinada e 9,5% sem carteira assinada. Já as taxas de variação do desemprego total corresponderam a 9,6% em 2001, 9,4 % em 2002, com um crescimento em 2003 para 10,1% e um decréscimo em 2004 para 9,3%, com uma variação negativa de -0,3% no período entre 2001 e 2004 (Ipea, 2006: 14; 19). Ressalta-se, todavia que, apesar da redução do desemprego nesse intervalo de tempo, a taxa superior a 9% é ainda bastante elevada.

O segundo aspecto, é que o resultado global positivo em relação ao desemprego, entre 2001 e 2004, não significou que todas as unidades da federação o vivenciaram igualmente. E, o terceiro aspecto é que os estados com Regiões Metropolitanas continuam a ser os que apresentam maior percentual de desemprego, diz o *Radar Social - 2006*:

O resultado positivo observado na taxa de desemprego, no entanto, não se reproduziu para todas as unidades da federação (...). Houve aumento do desemprego em alguns estados do Nordeste (Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), no Distrito Federal e em alguns estados da região norte. Apesar disso, os estados com grandes regiões metropolitanas continuam

a ser os que apresentaram os maiores percentuais de desemprego, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (Ipea, 2006:10).

Considerando-se o objeto desta dissertação, vale destacar que, entre os estados em que houve aumento do desemprego, em cujas capitais foram realizadas pesquisas censitárias de população em situação de rua, nesse período (2001-2004) encontram-se o estado de Pernambuco e São Paulo. Pernambuco teve taxa de desemprego avaliado em 10,8% no ano de 2001, 10,5%, em 2002, 11,5%, em 2003 e 11,9% no ano de 2004. Enquanto São Paulo, em 2001 teve taxa de desemprego avaliada em 11,1%, em 2002, em 11,4 e em 2003 alcançou a mais elevada taxa do período, 12,4%, a qual foi rebaixada para 11,2% em 2004 (ibidem, p.15).

A tendência informada pelo *Radar Social-2006*, em relação às Regiões Metropolitanas – RMs, já havia sido percebida pelo IBGE, no estudo sobre os principais destaques acerca da evolução do mercado de trabalho nas seis Regiões Metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME¹⁴⁹, nos anos de 2003, 2004 e 2005 ao destacar a elevação da taxa média de ocupação nas RMs, ressaltando que “à exceção de Recife, em todas as demais RMs houve crescimento desse indicador, derivado da razão do contingente de ocupados pelas pessoas economicamente ativas” (IBGE, 2006:9). Ao destacar a Região Metropolitana do Recife, informa que a taxa de ocupação média dessa região, em 2003, correspondeu a 86,2%, em 2004 houve uma elevação para 87,3% e, em 2005 ocorreu uma queda para 86,8% (ibidem, p.9). No que se refere à média mensal do nível de ocupação de todas as Regiões Metropolitanas pesquisadas pela PME, somente o Recife teve nível declinante, entre os anos de 2003, 2004 e 2005, como diz o IBGE:

O nível de ocupação também continuou a se elevar no conjunto das seis RMs (...) o indicador revelou um crescimento mais acentuado na participação das pessoas ocupadas em relação ao total das pessoas em idade ativa, principalmente nas regiões RMs de São Paulo e Salvador. RM do Rio de Janeiro, nos últimos três anos, o indicador praticamente não variou, enquanto que na RM de Recife o nível de ocupação médio foi declinante (IBGE, 2006 9-10).

A tabela 8 mostra que a RM do Recife, além de ter sido a única com nível de ocupação declinante no período entre 2002 e 2005, é também a que possui o mais baixo nível de ocupação entre as demais Regiões Metropolitanas pesquisadas pela PME.

¹⁴⁹ Regiões Metropolitanas /PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

TABELA 8 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO: MÉDIA MENSAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO REFIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE – 2003, 2004, 2005 (EM%).

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	50,1	44,2	48,0	50,2	49,7	51,4	51,4
2004	50,6	43,5	48,5	51,2	50,1	52,4	51,4
2005	51,0	43,1	49,4	51,4	49,8	53,2	52,1

FONTE: IBGE.

NOTA: localizada em: IBGE. *Principais Destaques da Evolução do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas Abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Em Foco: comparação 2003,2004,2005.* Brasília: IBGE, 2006a. p. 10.

Esses indicadores do mercado de trabalho referentes ao Recife, particularizados em relação às demais Regiões Metropolitanas, teriam alguma relação com o gigantesco crescimento do fenômeno população em situação de rua naquela cidade, entre os anos de 2004 e 2005? Se forem recuperados os dados sobre o fenômeno nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, nas quais foram realizadas pesquisas censitárias da população em situação de rua nestes três anos, percebe-se que o Recife foi a única em que o fenômeno teve uma explosão. Em apenas um ano, houve um crescimento de 84,53%. Isso, se forem consideradas apenas as 1.205 pessoas em situação de rua encontradas em logradouros e não as 1.390 recenseadas, em 2005, incluindo as 185, que se encontravam em instituições de acolhida temporária, por ocasião da pesquisa. Pois, em 2004, haviam sido identificadas 653 pessoas em situação de rua naquela cidade, em logradouros públicos, tendo havido assim, um acréscimo de 552 pessoas (Recife, 2004b; 2006c). Na cidade de São Paulo o fenômeno cresceu 19,38 % no intervalo de três anos, entre 2000, quando havia 8.706 pessoas em situação de rua, e 2003, quando esse número alcançou 10.394 pessoas (São Paulo, 2000; 2003^a, 2003b). Em Belo Horizonte o percentual de crescimento foi de 27%, no intervalo de 7 anos, entre 1998, quando foram identificadas 916 pessoas e 2005, quando o segundo censo indicou 1164 pessoas em situação de rua (Belo Horizonte, 1998; 2006b). Dessa forma, a despeito de reconhecer que há uma conjugação de fatores para explicar esse crescimento, e que é muito reduzido o intervalo de um ano para que sejam feitas comparações entre a retração e expansão de um fenômeno social de tamanha importância social, e ainda, que o período de coleta de dados da segunda pesquisa possa ter influenciado nos resultados, não se pode negar a repercussão desses indicadores relativos ao mercado de trabalho na expansão do fenômeno. Sobretudo, se for considerado que a rede de serviços públicos do Recife, no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, foi ampliada e qualificada no curso dos anos de 2003 e 2004, inclusive com aporte de recursos específicos superior aos anos anteriores e com

maior articulação entre as políticas sociais para viabilizar o acesso desse grupo populacional aos serviços públicos (Recife, 2003a; 2003b; 2004a; 200c).

Outra indicação da repercussão das particularidades do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife no fenômeno pode ser vista, quando se agrega aos dados já analisados referentes à ocupação, para fins de comparação com perfil das pessoas em situação de rua, a informação de que a média mensal da distribuição das ocupações por faixa etária entre 2004 e 2005, segundo o IBGE (2006a), caiu entre as camadas de faixa etária de 10 a 24 anos¹⁵⁰ em todas as RMs, exceto na RM de Porto Alegre, que ficou estável. Porém, na RM do Recife essa queda foi mais acentuada¹⁵¹, mudando de 19,1% em 2004, para 17,2% em 2005. As pesquisas sobre a população em situação de rua realizadas em 2004 e 2005 no Recife adotaram faixas etárias diferentes das utilizadas pelo IBGE, entretanto, isoladamente a faixa etária que mais cresceu, entre 2004 e 2005 entre as pessoas em situação de rua naquela cidade foi a que corresponde às idades de 13 a 35 anos. Essa faixa etária em 2004 representava 351 pessoas em situação de rua no Recife, encontradas em logradouros e em 2005, esse quantitativo foi para 632 pessoas, um acréscimo de 281 pessoas, que corresponde a 80,05%, em apenas um ano. Ressalta-se que a faixa de 13 a 18 anos, embora tenha crescido, de 143 pessoas em 2004, para 226 pessoas em 2005, o que corresponde a 58,04%, teve crescimento inferior à faixa de 19 a 35 anos, que variou de 208, em 2004 para 406, em 2005, o que correspondeu a 95,19%. A segunda faixa etária (de 19 a 35 anos), comparativamente, à primeira faixa (de 13 a 18 anos), geralmente concentra o maior número de pessoas ocupadas. Portanto, supõe-se que o declínio de ocupação na faixa etária de 10 a 24 anos, em -2,1%, de 2004 para 2005, também apresenta seus reflexos no fenômeno, sugerindo impacto dessas particularidades do mercado de trabalho no fenômeno.

A repercussão dessas particularidades do mercado de trabalho no Brasil sobre o fenômeno população em situação de rua não se deu apenas no Recife. Embora não se tenha conhecimento de estudos sobre a população em situação de rua e os seus determinantes histórico-estruturais no Brasil, os estudos existentes sobre o fenômeno, o perfil desse grupo populacional identificado a partir das primeiras experiências de trabalho com esse público¹⁵² e das pesquisas consultadas, possibilitam inferir que as particularidades da economia brasileira, no período entre 1930 e 1980, que alteraram a sociedade e repercutiram sobremaneira na

¹⁵⁰ Embora o IBGE considere as pessoas de 10 a 16 anos nas análises de ocupação, a legislação brasileira proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Ver. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069 de 13 de julho de 1990. art. 60 - alterado pela EC nº 20 de 16.12.1998.

¹⁵¹ Nas RMs de Salvador e São Paulo a queda correspondeu a -1,1%, nas RMs de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro a -1,0%, e na RM de Recife a -2,1, Ver; IBGE. Op.cit. 2006a.p.11

¹⁵² Sobre o assunto consultar: ROSA, C. Moreno Maffei (org.).Op.cit, 1995.

formação do mercado de trabalho no país e na formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, também repercutiram no fenômeno população em situação de rua naquele período e, nas décadas subseqüentes, inclusive no período entre 1995 e 2005. Da mesma forma, a reestruturação produtiva provocou mudanças no mundo do trabalho, que também afetaram o fenômeno. A próxima seção traz uma análise das principais mudanças ocorridas no quadro das ocupações no contexto da reestruturação produtiva, relacionando-as com o perfil da população em situação de rua mostrado no capítulo terceiro.

4.2 As mudanças na composição ocupacional e seus reflexos no perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil

Foram muitas as categorias atingidas pelas mudanças no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva. Houve uma mudança expressiva na composição das ocupações. Segundo Pochmann (2001a), no período entre 1986 e 1997, as ocupações que mais tiveram postos de trabalho reduzidos, em variação absoluta, foram aquelas vinculadas a profissões associadas a uma maior qualificação profissional, em grande parte, ligadas ao setor industrial. São ocupações que necessitam de alguma qualificação prévia, como trabalhadores em calçados, mestres em manufaturas, carpinteiros, chefes intermediários administrativos, torneiros, costureiros, datilógrafos, fiandeiras, técnicos em eletricidade, técnicos em mecânica, montadores de equipamentos eletrônicos, trabalhadores de concreto armado, alfaiates, costureiros, modistas, entre outras. A redução de postos de trabalho nessas ocupações da área industrial corroborou para a expansão do exército industrial de reserva nas cidades brasileiras com parque industrial desenvolvido, repercutindo no fenômeno população em situação de rua como poderá ser visto ainda neste item. Já, as ocupações cujos postos de trabalho foram ampliados, no mesmo período, também em variação absoluta, são: trabalhadores em conservação e limpeza, trabalhadores em construção civil, professores de ensino de segundo grau, trabalhadores da agropecuária polivalentes, trabalhadores do comércio, cozinheiros, recepcionistas, garçons, padeiros, confeiteiros, telefonista, telegrafista, trabalhadores de pecuária, etc. Em relação à última década do século XX, o autor faz notar que:

A principal ocupação criada nos anos 1990 foi a de empregado doméstico, responsável por 23% de todas as vagas abertas. Logo depois vem a ocupação de vendedor, que respondeu por 15% do total de postos de trabalho abertos, seguido da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) e dos serviços de segurança (6%) (Pochmann, 2001b: 72).

Essa mudança indica relações com o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período estudado. Pois, por um lado, segundo as pesquisas realizadas até o ano 2000¹⁵³, as principais ocupações desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua, antes da condição de rua, eram exatamente as ocupações que mais perderam postos de trabalho, que exigiam alguma qualificação (eletricista, sapateiro, pintor, carpinteiro, motorista, manobrista, etc.), geralmente vinculadas ao setor industrial – predomínio em Porto Alegre e São Paulo, ou alguma das ocupações em expansão, na área de construção civil ou empregado doméstico - predomínio em Belo Horizonte, mas também identificadas em São Paulo.¹⁵⁴ Por outro lado, na condição de rua, assumiram ocupações cada vez menos qualificadas (catadores de materiais recicláveis, ajudante de pedreiro, auxiliares de serviços, vigia de carro nas ruas, limpador de pára-brisa de carro, engraxate, etc.)¹⁵⁵. Já as pesquisas realizadas após o ano 2000, que oferecem dados sobre as relações com o trabalho¹⁵⁶, apontam que as atividades desenvolvidas antes da condição de rua vinculavam-se predominantemente às ocupações em expansão, principalmente a de empregado doméstico e construção civil - no caso de Belo Horizonte, ou de serviços não especializados, como auxiliar de pedreiro, auxiliar de serviços diversos, catador de materiais recicláveis, entre outras - no caso do Recife. O interessante é que as ocupações realizadas na condição de rua, no caso do Recife, coincidem parcialmente com as que realizavam anteriormente a essa situação, mais uma vez, refletindo as particularidades do mercado de trabalho da RM do Recife, em que decresceu o nível de ocupação nos anos em que as pesquisas foram realizadas. Neste caso, o predomínio de ocupações menos qualificadas tanto antes como depois da condição de rua, também se relaciona com a baixa escolaridade das pessoas em situação de rua no Recife, cujo índice de analfabetismo é o mais elevado, comparativamente às demais cidades.¹⁵⁷

No decênio de 1990 destacam-se quatro grandes marcas no que se refere à composição das ocupações. A primeira delas foi a queda no nível dos assalariados, com carteira assinada, provocada pela redução da capacidade de crescimento da economia nacional:

¹⁵³ Porto Alegre (1994-1995; 1998-1999), Belo Horizonte (98) e São Paulo (2000).

¹⁵⁴ Lembre-se que o período de referência usado por Pochmann para identificar as ocupações que mais perderam postos de trabalho foi de 1986 a 1997 e para identificar as ocupações que mais se expandiram foi a década de 1990. Portanto, são confluentes. As pesquisas cujos dados foram comparados até aqui foram todas realizadas ao final da década de 1990 e no ano 2000, portanto são confluentes ou imediatamente posterior aos períodos que são referência para Pochmann. Assim, é coerente que revelem ocupações dentre as que mais perderam postos ou as que estavam em expansão. Lembre-se também que a maioria das pessoas entrevistadas nas pesquisas realizadas até 2000 possuía, no máximo cinco anos na rua, e nessa faixa de tempo, havia o predomínio das que estavam no primeiro ano nas ruas. Ver, no capítulo terceiro, tabela referente ao tempo na rua.

¹⁵⁵ Ver no capítulo terceiro sobre o perfil da população em situação de rua, o quadro 1 as relações com o trabalho anterior e na condição de rua.

¹⁵⁶ Pesquisas de Belo Horizonte e Recife realizadas em 2005.

¹⁵⁷ Ver no capítulo terceiro sobre o perfil da população em situação de rua, a tabela referente à escolaridade.

Assim, com o rebaixamento da capacidade de expansão da economia nacional, houve reversão na composição da ocupação total. Durante a década de 1990, por exemplo, a cada 10 empregos criados somente 2 eram assalariados, porém sem registro formal, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados (Pochmann:2001a:97).

Essa é uma das principais conseqüências da reestruturação produtiva no Brasil, que provocou a deterioração das condições e relações de trabalho. Comparativamente ao período entre 1940 e 1970, em que para cada dez postos de trabalho criados, somente dois não eram assalariados e sete eram com registro em carteira, nota-se uma completa inversão. Essa tendência se confirmou no início do novo milênio, quando, em 2002, a participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria no total das ocupações alcançou 47,2%, embora tenha diminuído para 45,5%, em 2003 (Ipea, 2005).

A segunda marca é a drástica redução das ocupações na área da indústria de transformação. Com base nas informações de Pochmann (2001a), em 1980 os empregos na indústria de transformação representavam cerca de 20% do total das ocupações do país, já em 1999 esse indicador caiu para menos de 12%. Ainda sobre esse aspecto, o autor situa essa redução no âmbito das mudanças ocorridas na economia nos anos de 1990, comparativamente às economias mais avançadas, destacando inclusive a redução das ocupações no setor industrial como um todo (áreas de manufaturas e da construção civil):

Sem ter apresentado uma estrutura ocupacional semelhante à das economias mais avançadas, o Brasil, a partir de 1990, passou a registrar novas tendências nas ocupações profissionais, como resultado do processo de reconversão econômica. Com a mudança da dinâmica industrial (antes voltada para o mercado interno e agora para a motivação dependente da inserção externa) a economia nacional começou a conviver, pela primeira vez desde os anos 30, com perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu perto de um milhão e meio de empregos no setor de manufatura. Em relação ao setor industrial como um todo, que envolve, além do setor de manufatura, a construção civil, verifica-se também uma redução absoluta dos empregos. Essa perda somente não foi maior porque as ocupações no setor da construção civil contrabalançavam, em parte, a destruição dos empregos nas empresas de manufatura (Pochmann, 2001a: 55 -56).

A tabela 9 mostra a situação do emprego, destacando o tipo de ocupação, nas Regiões Metropolitanas pesquisadas mensalmente pelo IBGE, comparativamente, entre os anos de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2002. Nele, os principais movimentos a observar são: a redução do número de ocupados na indústria de transformação que, em 1990, por exemplo, correspondia a 4.006.360 pessoas, enquanto em 2000 era apenas 2.757.451 pessoas, uma redução superior a 31%, em termos quantitativos, no intervalo de 15 anos; a elevação dos ocupados por conta

própria que, em 1985 correspondia a 2.389.385 pessoas e, em 2000 alcançou a quantidade de 4.060.231 pessoas, um crescimento de quase 70% nesse intervalo de tempo; a redução dos ocupados sem carteira assinada, que em 1990 correspondia a 9.526.475 tendo uma queda para 7.324.352, em 1995, embora em 2002 tenha crescido quantitativamente, alcançando 7.989.905 pessoas; e, a elevação do número de ocupados, sem carteiras assinadas, que em 2002 correspondia a 4.825.043 pessoas, enquanto em 1985 eram apenas 3.074.421 ocupados.

A tabela 9 fortalece os argumentos sobre os reflexos das mudanças no quadro de ocupações no perfil da população em situação de rua, ao revelar a precarização crescente das relações de trabalho, com o crescimento da informalidade e, sobretudo ao explicitar o imenso decréscimo dos postos de trabalho na indústria de transformação, como um todo, onde estava inserida grande parte da população em situação de rua, anteriormente a essa condição.

TABELA 9 - EMPREGOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE – 1985 – 1990 – 1995 - 2000 – 2002)

<i>Tipos de ocupados</i>	1985	1990	1995	2000	2002
Ocupados na indústria de transformação	3.565.952	4.006.360	3.054.570	2.757.451	2.775.717
Ocupados por conta própria	2.389.385	3.423.763	3.659.537	4.060.231	4.043.761
Ocupados com carteira assinada	8.172.536	9.526.475	7.324.352	7.709.519	7.989.905
Ocupados sem carteira assinada	3.074.421	3.366.362	4.043.594	4.659.138	4.825.043

FONTE: PME/IBGE – IPEA/DATA

NOTA: Encontrada in: GOMES, Maria Teresina Serafim. A reestruturação produtiva e os seus impactos no mercado de trabalho urbano (reflexões preliminares). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona*, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (76). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-76.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

Para Gomes (2005), pode-se dizer que o aumento da informalidade deve-se, em parte, à redução do emprego industrial. De acordo com a autora, em 1991, a indústria era responsável por 22% dos postos de trabalhos nas Regiões Metropolitanas, segundo PME/IBGE. Em 2002, esse número era de apenas 15,9% dos postos de trabalho.

A terceira marca das mudanças na composição das ocupações na década de 1990 é a ampliação dos empregos na área de serviços, em face da redução, nessa década, no setor industrial e da redução contínua no setor agropecuário, desde a década de 1930.

A Tabela 10 mostra um pouco esse movimento, comparando-se a evolução da distribuição dos empregos pelos setores da agropecuária, indústria e serviços, nos anos de 1840, 1970 e 1990 no Brasil. Considerando-se o movimento registrado nessa tabela, o que mais chama atenção é a alteração da situação da agropecuária, que concentrava, em 1940, um percentual de 66,7% das ocupações, contra 12,8% da indústria e 20,5% da área de serviços,

enquanto, em 1990, a agropecuária representava apenas 20,9% das ocupações, contra 19,6% da indústria e 56, 59,5% dos serviços. Outro fator que chama a atenção é o decréscimo das ocupações na agropecuária, que foi se acentuando de forma contínua, da mesma forma que o crescimento das ocupações na área de serviços, enquanto na indústria, houve um crescimento vertiginoso das ocupações entre as décadas de 1940 e 1970, de 12,8% das ocupações para 27,5% das ocupações, havendo uma redução a partir de então.

TABELA 10 – BRASIL: EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR SETOR ECONÔMICO NOS ANOS DE 1940, 1970 e 1990 (EM %)

Anos	Agropecuária	Total da Indústria	Total de serviços (1)
1940	66,7	12,8	20,5
1970	30,8	27,5	41,7
1990	20,9	19,6	59,5

FONTE: FIBGE

NOTA: Elaborou-se esta tabela a partir de dados extraídos da Tabela 1: Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados (em %), localizada in: POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001a. P.58.

(1) O autor divide o setor de serviços em quatro classes ocupacionais: a) *distribuição* - responsável pelas ocupações em comunicação, transportes e comércio; b) *produção* - envolve as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção (indústrias); c) *social* - responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo como educação, segurança e saúde; d) *pessoal* - ocupações de atendimento do consumo individual, lazer, alimentos e embelezamento. O total refere-se a todas elas (POCHMANN, 2001a: 56-57).

A quarta marca na composição das ocupações na década de 1990 foi o crescimento das chamadas ocupações do segmento não-organizado, comparativamente ao segmento organizado, que “ampliaram sua participação relativa no conjunto da PEA ocupada urbana, apresentando taxas de crescimento médio anual de 5,2%. O que significou que, para cada dez postos de trabalho criados entre 1989 e 1995, 11 foram de responsabilidade do segmento não organizado e -1 do segmento organizado” (Pochmann, 2002:76).

Para compreender essa variação é preciso que se tenha claro às diferenças entre estas duas dimensões ocupacionais do mercado de trabalho utilizadas por Pochmann (2002), servindo-se de estudo anterior realizado por Paulo Renato de Souza na década de 1970.¹⁵⁸ Pochmann diferencia as duas dimensões ocupacionais, caracterizando o segmento organizado como os postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados e o segmento não-organizado como as formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica

¹⁵⁸ Conferir em: POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.p.65.

tipicamente capitalista. O autor cita categoria de organização econômica não-capitalista para exemplificar as ocupações mais comuns desse segmento: as atividades mercantis, que não utilizam o assalariamento permanente, como as empresas familiares, os trabalhadores por conta própria (principalmente os autônomos), pequenos prestadores de serviços e serviços domésticos (trabalho a domicílio, trabalho por peça, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carro, engraxates etc.).

O estudo sobre o fenômeno população em situação de Rua no Brasil no período entre 1995 e 2005, aponta que as principais atividades realizadas pela população em situação de rua, nesse período, para obter rendimento são aquelas que se incluem na dimensão ocupacional do segmento não-organizado, principalmente serviços ligados a cuidar de carros, engraxates, coleta de materiais recicláveis, entre outras. Em suas reflexões sobre as ocupações do segmento não-organizado Pochmann faz um recorte significativo acerca dessas ocupações que contribui na compreensão das razões pelas quais a população em situação de rua ocupa principalmente os postos de trabalho vinculados a essas ocupações. Diz Pochmann:

Deve-se destacar que as ocupações não-organizadas encontram-se incluídas de forma dependentes e subordinadas à dinâmica capitalista. Contudo, embora opere conjuntamente com as ocupações organizadas, o segmento não-organizado revela um espaço econômico limitado e intersticial na absorção da força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista. Além disso, são o comportamento do segmento capitalista e a dimensão da população excedente que modulam os espaços de manutenção e reprodução das ocupações não-organizadas (Pochmann, 2002:66).

As características da população em situação de rua, no período estudado, indicam que este grupo populacional insere-se na superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, principalmente no *lumpen-proletariado* (parte do pauperismo, que é apto ao trabalho, mas não trabalha pelas próprias características do sistema capitalista que não oferece vagas suficientes para todos), que tiveram enorme expansão nesse período. Essa posição pode inseri-la no que Pochmann denomina força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista.

Sobre a ampliação das ocupações do segmento não-organizado vale ressaltar ainda que o setor de serviços, em plena expansão na década de 1990, foi o principal responsável pelo desenvolvimento das ocupações do segmento não-organizado, com nove em cada dez postos de trabalho gerados no período entre 1989 e 1995. Assim, o setor de serviços, que também contribuiu com as ocupações do segmento organizado, em 1989 foi responsável por 69,1% do conjunto da PEA urbana ocupada e em 1995 respondeu por quase 74% (Pochmann, 2002).

Nos primeiros anos do século XXI as ocupações no setor de serviços permaneceram crescendo, enquanto a indústria continuou enxugando os seus quadros de empregados, além

de terceirizar algumas atividades, como serviços de limpeza, segurança ou alimentação. E, embora o setor de serviços tenha absorvido um grande contingente da mão-de-obra, essa absorção não compensou as perdas da indústria, contribuindo para o aumento do desemprego, um dos principais efeitos das mudanças recentes no mundo do trabalho no país. Essas mudanças, em seu conjunto, manifestam-se por meio: da precarização das condições e relações de trabalho, em face da diminuição do emprego industrial; da redução do trabalho assalariado com registro em carteira; do aumento do trabalho sem registro em carteira; do aumento do trabalho temporário; da diminuição do valor real dos salários; do aumento da participação do setor informal na economia; da mudança nos processos de produção; da redução da proteção social derivada e dependente do trabalho assalariado, e conseqüentemente, da expansão da superpopulação relativa e do conseqüente agravamento da situação de pobreza e da vulnerabilidade social da classe trabalhadora. Nesse contexto ocorreu um acirramento da questão social, novas e velhas expressões passam a compor a cena das sociedades contemporâneas, entre elas, o fenômeno população em situação de rua.

As mudanças no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva ocorrem em intensidade diferente em cada lugar e setor de atividades econômicas. As manifestações e efeitos dessas transformações aparecem com maior intensidade nos grandes centros industriais e Regiões Metropolitanas do país, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990.

Nesse contexto, no que se refere às mudanças no quadro das ocupações, uma alteração é o crescimento das ocupações tidas como superiores e de postos diretivos, utilizadas por trabalhadores com maiores qualificações e escolaridades. Nos países de economia avançada essa mudança foi perceptível desde a década de 1980. O Brasil, todavia, ainda possui alta concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais que exigem baixas qualificações, enquanto apresenta baixa concentração nas ocupações de níveis intermediários e superiores. Essa é uma das diferenças de sua estrutura ocupacional comparativamente a estrutura de outros países de economia mais avançada. Apesar disso, nos anos 1990, percebe-se que:

as categorias profissionais de direção e de nível superior também apresentam uma melhora relativa no total das ocupações nos anos 90. Mas essa situação, em parte reflete a maior presença de profissionais mais qualificados no setor público (...) no emprego formal houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade (...) com o maior desemprego, os empresários terminam por privilegiar a contratação sobretudo dos trabalhadores mais escolarizados, independentemente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho (Pochmann, 2001a: 63).

Pochmann menciona ainda duas outras importantes características das mudanças das ocupações na década de 1990. A primeira diz respeito à maior participação das mulheres nas ocupações formais nas áreas de serviços básicos, de direção e superior. A segunda refere-se à

queda na renda média dos brasileiros, conforme será visto na próxima seção, que trata da situação e composição do desemprego no período entre 1995 e 2005.

4.3 Multifaces do desemprego refletidas no perfil contemporâneo das pessoas em situação de rua no Brasil

O desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação do capital. As variações de retração ou expansão referentes ao fenômeno vinculam-se às formas historicamente condicionadas de reação ao mesmo. Dessa forma, nos países do capitalismo avançado, o período entre 1945 e 1975 foi caracterizado pelo pacto social em torno do padrão de acumulação fordista e modo de regulação Keynesiano/Beveridgiano, que resultou em um prolongado ciclo de crescimento econômico e ampliação da cidadania, em que o compromisso em defesa do emprego assumiu relevância. No Brasil, não se pode falar em compromisso em torno do emprego, envolvendo os sujeitos políticos, econômicos e sociais como ocorreu em vários países industrializados da Europa e das Américas. Mas, pode-se dizer que, por necessidade do capitalismo brasileiro, entre 1930 e 1970 existiu um relativo incentivo ao emprego, com vistas a estruturar um mercado de trabalho favorável ao novo padrão de acumulação que se compôs nesse período. Entretanto, esse incentivo foi substituído por um conjunto de políticas econômicas e sociais direcionadas para a redução da inflação e estabilização monetária, após 1970, que implicou elevadas taxas de desemprego.

A ampliação e a diversificação das formas de trabalho precário, refletidas no crescimento da informalidade entre o período de 1980 a 2000, foram estimuladas pela elevação das taxas de desemprego aberto¹⁵⁹, que alcançaram patamares elevadíssimos no país, na década de 1990, atingindo seu pico, nesse decênio, no ano de 1998, com a taxa média anual de 7,6% (Brasil, 2002). Essa taxa continuou crescendo no início do novo milênio, teve uma pequena queda em 2002, voltou a crescer, alcançando média anual de 10,1%, em 2003 (Ipea, 2005). Em 2004, o mercado de trabalho deu sinais de melhora, indicando que o desemprego aberto decresceu à taxa média anual de 9,3% (Ipea, 2006), a ocupação de 2003 para 2004, cresceu em 3,3% e o índice de empregados com carteira assinada (considerando-se todas as categorias de emprego) subiu em 6,6% (IBGE, 2005). Mas a situação ainda é complexa.

Pelas peculiaridades da economia brasileira, não há grandes consensos sobre os diagnósticos da situação do desemprego no país, mas parece indiscutível que o crescimento do

¹⁵⁹ Medição restrita da situação em que o indivíduo não realiza qualquer trabalho remunerado e permanece sistematicamente à procura de emprego. Sobre o assunto ver: POCHMANN, Marcio. Op.cit.2002.p. 54

mesmo vincula-se à reestruturação produtiva e ao fraco desempenho da economia nos últimos 20 anos, que não conseguiu instituir períodos de crescimento. É o que diz o *Radar Social 2005*:

O aumento do desemprego teve como principal causa o fraco desempenho da economia brasileira, que ao longo dos últimos 20 anos não conseguiu estabelecer períodos de crescimento sustentado (...) outro importante fator por trás do desemprego foi a destruição de postos de trabalho ocasionada pela reestruturação produtiva das empresas instaladas no país (especialmente na indústria). Desencadeada em parte como reação à desregulamentação e à abertura econômica, bem como à privatização e desnacionalização de empresas na década de 1990, essa estruturação envolveu várias transformações tecnológicas e organizacionais, poupadoras de mão-de-obra (Ipea, 2005:32-34).

No esforço de apontar relações entre as mudanças no mundo de trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período estudado, além do que já foi dito sobre as mutações do trabalho, seis traços da composição do desemprego merecem ser comentados.

A Tabela 11 traz um resumo das mudanças na composição do desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas entre 1991 e 2002. Nela é possível perceber a evolução do desemprego, destacando-se atributos pessoais e áreas mais afetadas, cujos dados serão utilizados para comentar os cinco primeiros aspectos sobre a composição do desemprego.

TABELA 11 - BRASIL: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1991-2002 (MÉDIA ANUAL) (%)

Discriminação	Anos											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(1)
1.Sexo: Mulher	39,0	39,5	40,4	41,6	41,0	44,6	44,4	44,8	45,2	47,0	45,1	45,1
2.Idade												
10-17	11,7	10,8	9,7	9,6	9,6	9,7	8,8	8,3	7,0	6,3	4,7	4,7
40-49	8,4	9,1	9,6	9,7	9,6	10,8	11,7	12,5	13,8	13,6	13,4	13,3
3.Grau de Instrução												
0-4	31,0	29,7	29,1	27,9	25,9	24,2	23,3	21,7	20,0	18,1	16,8	16,7
9-11	23,7	24,9	26,7	27,5	29,0	30,6	32,2	34,2	37,4	41,1	43,6	43,7
4.Posição na família												
- Chefe	32,1	31,9	32,2	32,3	31,9	31,2	32,5	32,5	32,9	31,6	32,4	32,1
- Cônjuge	9,0	9,7	9,7	10,9	11,1	12,8	12,6	13,2	12,7	13,9	12,9	13,1
5.Setor de Atividade												
- Indústria de Transformação	30,2	27,8	25,4	24,6	24,8	23,5	22,1	20,3	18,1	17,2	7,6	17,6
- Serviços	35,0	35,6	36,4	37,6	38,5	40,1	40,9	42,1	43,1	43,9	42,8	42,7

FONTE: PME/IBGE.

NOTA: Localizada in: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. *Evolução da Taxa de Desemprego Estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos Trabalhadores*. Tema 35. São Paulo: FIPE, MTE dez.2002. p. 17.

(1) Janeiro/Setembro.

O primeiro aspecto diz respeito ao crescimento do desemprego aberto, de forma lenta, mas persistente, para as faixas de idade adulta, representadas pelos indivíduos entre 40 e 49 anos, cujo percentual, cresceu de 8,4% em 1991, para 13,8%, em 1.999, conforme mostra a tabela 11. Nota-se que a faixa etária mais atingida pelo desemprego, idades entre 40 e 49 anos, parece ter forte correlação com a faixa etária predominante entre as pessoas em situação de rua, cuja média nacional se encontra na faixa de 22 a 45 anos. Ressalta-se, que entre as cidades há diferença entre as faixas etárias predominantes. Em Porto Alegre e São Paulo as pessoas em situação de rua concentram-se em faixas etárias mais elevadas, comparativamente às pessoas identificadas em Belo Horizonte e no Recife. Porto Alegre, que entre todas as cidades é a que concentrava em 2000, maior percentual de pessoas com 60 anos e mais, 11, 79% da população total (IBGE, 2000), é uma cidade industrializada, que sofreu duramente as conseqüências da redução dos postos de trabalho na indústria, no decênio de 1990. Assim, a primeira pesquisa realizada, em 1995, revelou que 52,25% dos entrevistados encontrava-se na faixa etária entre 29 a 45 anos. Em 1999, a segunda pesquisa indicou que entre a população em situação de rua entrevistada, predominava a faixa etária de 38 a 50 anos. Em São Paulo, a situação é similar a Porto Alegre. Embora a cidade possuísse em 2000, segundo o IBGE (2000), um percentual de pessoas com 60 anos e mais (9,31% da população total), ligeiramente inferior ao Recife (9,38% da população total), as pessoas em situação de rua identificadas na cidade concentram-se em faixa etárias mais elevadas do que as recenseadas no Recife, nas duas pesquisas. São Paulo é a maior metrópole e o maior centro industrial do país, é a cidade brasileira que mais sofreu as conseqüências da redução de postos de trabalho na indústria. No ano de 2000, o primeiro censo de população em situação de rua revelou predominância dessas pessoas na faixa etária de 26 a 40 anos e a pesquisa de 2003 indicou predominância na faixa etária entre 41 e 55 anos. Portanto, sobretudo em São Paulo e Porto Alegre as pessoas em situação de rua entrevistadas possuem faixas etárias muito próximas àquela que foi mais duramente atingida pelo desemprego no país, entre 1991 e 2002. Já Belo Horizonte, cujo percentual de pessoas com 60 anos e mais, em 2000 correspondia a 9,13% da população total (IBGE, 2000), em 1998, o primeiro censo de população em situação de rua identificou predominância da faixa de 18 a 35 anos entre as pessoas recenseadas. Essa faixa foi elevada, conforme constatou o segundo censo em 2005, para 26 a 40. No Recife, embora o fenômeno tenha crescido, sobretudo nas faixas de idade mais jovens, conforme já foi discutido, também demonstrou uma elevação da idade, de forma que a faixa etária predominante, pulou

de 19 a 35 anos em 2004, para 22 a 45 anos em 2005.¹⁶⁰Entretanto, é importante notar que somente no Recife o nível de ocupação cresceu entre as faixas mais jovens.

O segundo aspecto, diz respeito à relação entre desemprego e escolaridade. Nota-se que o mercado de trabalho tem ficado mais exigente. As pessoas com menor qualificação só têm acesso aos postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração. Mas, no período entre 1989 e 1998, a taxa média anual de desemprego foi mais significativa para as pessoas com escolaridade mais elevada, principalmente para as pessoas que possuem entre 4 e 7 anos de estudo, cuja taxa de desemprego, em 1998, foi 13,8% superior à taxa nacional, enquanto para as pessoas com menos de um ano de estudo, no mesmo ano, a taxa de desemprego foi 49% inferior à taxa nacional (Pochmann (2001a). Essa tendência se confirmou nos anos seguintes.

De acordo com a tabela 11, por um lado, houve uma forte redução da participação dos menos qualificados, com até 4 anos de estudo, na composição da taxa de desemprego. Uma variação de 31,0% em 1991 para 16,7%, em 2002. Por outro lado, houve um significativo aumento da participação do pessoal mais qualificado, com escolaridade entre 9 e 11 anos de estudo, de 23,7%, em 1991 para 43,7%, em 2002.

As pesquisas sobre população em situação de rua, cujos dados estão sendo utilizados, apontam que o intervalo da 1ª a 8ª série são os graus de escolaridade predominantemente freqüentados entre as pessoas em situação de rua, correspondendo a cerca de 70%, em média entre as cidades em que o fenômeno foi estudado. Entretanto, as pesquisas realizadas entre 2000 e 2005 expressam uma elevação dessa escolaridade para o segundo grau e curso superior, tendo reduzido o quantitativo e percentual dos que são analfabetos em quase todas as cidades, exceto no Recife, cujo percentual de analfabetos foge completamente à média das outras cidades.¹⁶¹

As pesquisas das cidades de São Paulo e Belo Horizonte são expressivas quanto a variável escolaridade da população em situação de rua, não só pela quantidade de pessoas recenseadas, mas porque oferecem dados mais completos sobre o assunto. Na cidade de Belo Horizonte, o censo de 1998 indicou que 43,90% dos entrevistados cursou da 1ª a 4ª série, embora somente 15,39% tenha terminado esse ciclo, 27% freqüentou da 5ª a 8ª série, mas somente 8,52% completou algum desses níveis escolares. Com relação ao 2º grau, esse nível foi freqüentado por 5,55% das pessoas entrevistadas, porém somente 3,38% o concluiu. No nível superior, foram identificados 12 casos, sendo que somente 5 (0,55% dos entrevistados) o concluíram. No ano de 2005, o segundo censo na cidade mostrou que houve uma elevação dos

¹⁶⁰ Outras informações no capítulo terceiro, no item sobre perfil da população em situação de rua.

¹⁶¹ O terceiro capítulo traz os dados sobre a escolaridade das pessoas em situação de rua nas cidades, cujas pesquisas o forneceram.

que sabem ler e escrever, de 75%, em 1998, para 78,6% e cresceu o percentual dos que concluíram todos os níveis escolares. Em relação ao ciclo, da 1ª a 4ª série, 46,8% o concluiu; quanto ao o ciclo da 5ª a 8ª série, o percentual dos que o concluíram foi para a 35% dos recenseados; 15,4% concluiu o 2º grau e 2,8%, o nível superior. Em São Paulo, embora só se tenha acessado os dados do primeiro censo sobre essa variável, um recente levantamento efetuado nos albergues da cidade (São Paulo, 2006) permitirá uma pequena comparação, entre as pessoas em situação de rua encontrados em albergues. Assim, em relação ao censo de 2000, a variável escolaridade é resumidamente analisada por Borin (2003), comparando as pessoas encontradas em logradouros e àquelas encontradas em Albergues:

Em síntese, o nível de escolaridade dos moradores de rua em logradouros é extremamente baixo, pois 16,3% não tiveram nenhuma escolaridade sendo que 10,7% deles são analfabetos; somente 11% completaram o ensino fundamental (da 1ª à 8ª série); 7,2% têm o nível médio completo e 0,5% chegaram a terminar o curso superior.

O nível de escolaridade da "população albergada", embora baixo, é um pouco melhor em relação à que vive em logradouros. O percentual de analfabetos é bastante reduzido (1,7%) que, somado ao dos que sabem apenas ler e escrever (5,1%), totaliza 6,8% de moradores com escolaridade formal nula. O primeiro grau, da 1ª a 8ª série, (...) foi finalizado por 21, 2% deles (...) Quanto ao 2º grau 7,6% o completaram (...) foram identificados 3,4% com formação superior, todos sem terem concluído (Borin, 2003: 100 - 101).

Ao comparar a escolaridade da população em situação de rua com a população total do município de São Paulo, a autora ressalta:

Embora se encontre, principalmente, entre os moradores em logradouros, um percentual mais expressivo de analfabetos do que entre os albergados, ele é bem inferior ao da população da cidade que é de 17,20%, sugerindo que é um segmento social que não se caracteriza pelo analfabetismo (Borin, 2003:101).

A pesquisa sobre a caracterização da população albergada do município de São Paulo¹⁶², cujos dados foram coletados entre dezembro e janeiro de 2006, oferece dados mais recentes sobre a variável escolaridade da população em situação de rua encontradas em albergues na cidade de São Paulo. Diz o estudo que dos 631 entrevistados, 61% não completou o ensino fundamental; 25% ingressou no ensino médio; 5% no ensino superior, sendo que 2% o completou e 5% é analfabeto (na faixa de 55 anos e mais esse percentual é de 8%). A

¹⁶² Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, de São Paulo, a partir de termo de cooperação entre essa entidade e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. É amostral. Foram entrevistadas 631 pessoas, em albergues conveniados com a Prefeitura de São Paulo. A amostra foi definida por sorteio de uma amostra estatisticamente planejada de albergados, por três estratos de idade (de 18 a 29 anos; 30 a 54 anos e 55 e mais anos). Ver: Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estudo dos Usuários dos Albergues Conveniados com a Prefeitura. São Paulo: Apresentação em Power point, 2006.

escolaridade é mais alta entre os que têm até 30 anos, desses 33% ingressaram no segundo grau (São Paulo, 2006).

Os dados mais detalhados de São Paulo e Belo Horizonte sobre a escolaridade da população em situação de rua permitem três constatações. A primeira é que, ao contrário do que dissemina o senso comum, a população em situação de rua não é analfabeta. Segunda é que a maior parte dessa população possui, em média, de 4 a 8 anos de estudo, incluindo-se na faixa de escolaridade de 4 a 7 anos, mais atingida pelo desemprego no período entre 1989 a 1998, conforme disse Pochmann (2001^a) caminhando para a inserção parcial no intervalo de 9-11 anos que, segundo a tabela 11 é a que sofre maior incidência do desemprego no período entre 1991 e 2002. A terceira, é que as pesquisas mais recentes demonstram uma elevação crescente da escolaridade desse grupo populacional. Em face disso, pode-se inferir que este aspecto da composição do desemprego também sugere conexões entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período estudado.

O terceiro aspecto diz respeito à relação do desemprego entre homem e mulher. Embora a tabela 11 evidencie a crescente participação das mulheres no desemprego, os analistas da FIPE, em estudo específico sobre o desemprego, concluem que, “a parcela estrutural do desemprego ao longo do tempo está mais associada à taxa de desemprego dos trabalhadores homens e chefes de família, enquanto as taxas de desemprego dos outros membros do domicílio parecem mais sensíveis a variações conjunturais, incluindo mudanças na taxa de participação desses trabalhadores no mercado” (Brasil, 2002:30).

As pesquisas sobre população em situação de rua indicam que cerca de 78% das pessoas em situação de rua são do sexo masculino. Essa situação conforme tratada neste trabalho, relaciona-se a fatores culturais, sociais e também econômicos. Entretanto, independente das razões que explicam histórica e socialmente a maior participação das pessoas do sexo masculino no mercado de trabalho, essa face da composição do desemprego, comparativamente ao perfil da população em situação de rua, no período estudado, apresenta-se como mais uma ligação entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil.

O quarto aspecto diz respeito às áreas mais afetadas pelo desemprego entre 1991 e 2002. A indústria em 1991 teve uma participação que correspondia 30,2% da taxa do desemprego, essa participação foi reduzida para 17,6% em 2002, enquanto a área de serviços que alcançava 35,0% do desemprego em 1991 elevou sua participação para 42,7% em 2002. Lembre-se que entre 1940 e 1970 houve intenso crescimento do emprego na indústria, sendo que a partir da década de 1980 percebe-se o esgotamento da abertura de novos postos de

trabalho nesse setor de atividades econômicas, acompanhado do fechamento de muitas vagas existentes. Esse processo se fez refletir na década de 1990 e nos anos subsequentes, embora em proporções menores. Como o setor que mais cresceu frente ao encolhimento da indústria e da agropecuária foi o setor de serviços, é natural que também esse comece a dar sinais de esgotamento, inclusive pela imensa rotatividade da força de trabalho que o caracteriza. Assim, o desemprego na indústria e na área de serviços fez com que muitos trabalhadores passassem a enfrentar profundas dificuldades para atender as suas necessidades básicas devido à ausência de renda regular. A condição de desempregado associado a outras dificuldades nos grandes centros urbanos e ao difícil acesso às políticas sociais conduziu muitos trabalhadores a uma profunda vulnerabilidade social, inclusive alguns sendo empurrados para a situação de rua.

O setor da indústria e o de serviços são os mais citados pela população em situação de rua ao ser perguntada sobre as experiências de trabalho antes da situação de rua. Os exemplos mais significativos em relação à procedência ocupacional do setor da indústria são de Porto Alegre, em que as duas pesquisas realizadas no final da década de 1990, registram que 27% das pessoas em situação de rua tiveram ocupações, anterior à situação de rua, na indústria; de São Paulo, em que cerca de 30% dos entrevistados havia tido ocupação na área de serviços especializados (boa parte no âmbito da indústria) e cerca de 20% na construção civil, portanto, em torno de 50% em atividades vinculadas à indústria. Belo Horizonte, embora apresente nas duas pesquisas um percentual elevado de pessoas com trabalho na área de construção civil, portanto na indústria de transformação, anterior à condição de rua (em 1998, cerca de 27% e em 2005, cerca de 30%) a predominância é na área de serviços, nas ocupações domésticas (em 1998, cerca de 70% tiveram experiência de trabalho nessa área, anteriormente à situação de rua e, em 2005, o percentual caiu para cerca de 11%)¹⁶³. Nota-se que o capitalismo contemporâneo, por meio da reestruturação da produção, conduziu expressivo número de trabalhadores para o exército industrial de reserva, nos centros industriais, como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Parte desses trabalhadores encontra-se em situação de rua, entre as pessoas identificadas nas pesquisas. Os números comparados nesse item sugerem outro viés da conexão entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil.

O quinto aspecto da composição do desemprego a ser ressaltado é a posição na família, ocupada pela pessoa desempregada. Os dados revelam que embora estruturalmente o desemprego alcance em taxas mais elevadas os chefes de família, tem sido crescente a

¹⁶³ Consultar as pesquisas de Porto Alegre (1995,1999), Belo Horizonte (1998,2005), São Paulo (2000, 2003) e Recife (2004 e 2005) já citadas. Ver também o capítulo terceiro.

participação do cônjuge, variando de 9,0% em 1991 para 13,1% em 2002. Esse movimento sem dúvida está relacionado à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e também na taxa do desemprego no período entre 1991 e 2002.

Interessante perceber que os dados que essa tabela traz, embora não sejam os mesmos utilizados por Pochmann¹⁶⁴, confirmam uma análise do autor acerca do perfil do desempregado no período entre 1989 e 1996, consideram-se os atributos comuns utilizados nos dois trabalhos:

Entre 1989 e 1996, o desemprego cresceu relativamente mais (I) para as pessoas com mais de 11 anos de escolaridade; (II) para as pessoas com idade mais avançada (mais de 40 anos), para os homens; (III) para os não-chefes de família (cônjuge); (...); (V) para os que buscam o primeiro emprego. Em compensação a situação tornou-se menos grave: (I) para aqueles com menor grau de escolaridade; (II) com menos idade; (III) para as mulheres; (IV) para os filhos (...) e, (VI) para os que buscam um reemprego (Pochmann, 2002:104).

No que concerne às variáveis utilizadas por Pochmann em sua análise (sexo, idade, grau de escolaridade e posição na família), a Tabela 11, mesmo com dados de fonte diversa da utilizada pelo autor, confirma a tendência do perfil delineado por ele até 1996, para os anos subseqüentes, até 2002. A única variação é que a situação do desemprego para as mulheres agravou-se e não pode ser comparada, por meio da tabela, ao desemprego para os homens. Nos estudos sobre população em situação de rua somente o Recife traz uma elevação do percentual de mulheres no fenômeno, de 30% em 2004 para 32,37% em 2005, embora os homens continuem sendo a absoluta maioria entre os recenseados.

O sexto aspecto diz respeito ao desemprego nas Regiões Metropolitanas. Informa o *Radar Social* 2005 e 2006, que os estados que possuem Regiões Metropolitanas são, em geral, os que apresentam maiores percentuais de desemprego, sendo que “a taxa de desemprego metropolitana subiu de 7% para 13% entre 1995 e 2003, enquanto a de áreas não metropolitanas passou de 5% para 8,2%” (Ipea, 2005:32).

Isso nos remete a uma dos principais características do fenômeno população em situação de rua que é a sua natureza urbana, o que não significa que as pessoas imediatamente atingidas por ele tenham origem exclusivamente urbana, embora os dados mais recentes, indiquem que, cada vez mais as pessoas em situação de rua são originárias das próprias cidades, nas quais o fenômeno foi estudado ou de cidades vizinhas. Como todas as pesquisas analisadas foram realizadas nas cidades-pólo de Regiões Metropolitanas¹⁶⁵ só se pode verificar o crescimento do fenômeno na relação com essa face do desemprego, comparando-se o crescimento de participação das próprias capitais na composição do fenômeno. Assim, nota-se

¹⁶⁴ O autor usou dados da Fundação SEADE, DIEESE e FIBGE. Ver POCHMANN, Márcio. Op.cit. 2002.p.105.

¹⁶⁵ RM Porto Alegre, RM de Belo Horizonte, RM de São Paulo e RM do Recife.

que os percentuais de participação das capitais foram elevados, o crescimento foi percebido em todas as cidades pesquisadas, com dados disponíveis sobre o assunto.¹⁶⁶ Em Belo Horizonte, no ano de 1998, essa participação representava 17,36% dos recenseados, em 1995 passou a 32,64%; no Recife o crescimento se deu de 59,11% em 2004, para 65,06% em 2005. No caso de São Paulo, os dados disponíveis só permitem duas formas de comparação. A primeira, utilizando-se os dados do primeiro levantamento da população em situação de rua da cidade de São Paulo, realizado no centro da cidade¹⁶⁷, em 1991, comparativamente aos dados do censo de 2000. Assim, em 1991, quanto à origem, a região sudeste aparecia com 29,2%, sendo que a participação da capital representava de 10,7% de nascido na cidade (Vieira, Bezerra & Rosa [orgs.], 2004). Em 2000 a situação é modificada, 33,31% dos recenseados são paulistas, sendo que 17,12% são pessoas originárias da própria capital 16,19% procedentes do interior do estado. A segunda forma de comparação é analisando o estrato de pessoas do censo de 2000, encontradas em Albergues, com dados do recente estudo realizado em Albergues da capital. Assim, em 2000, entre os albergados 31,1% era do estado de São Paulo, sendo que 14,3% nasceu na capital. O estudo realizado pela FIPE nos Albergues da cidade de São Paulo, em 2005/2006, aponta que 36% dos entrevistados são originários do estado de São Paulo, sendo que 19% nasceram na capital. O estudo ressalta ainda que “entre os mais jovens, a presença dos paulistas é ainda mais significativa. No grupo dos que têm menos de 30 anos, 46% são procedentes do Estado de SP, sendo que 26% nasceram na capital” (São Paulo, 2006: slide 9). Esses dados sugerem que o crescente desemprego nas regiões metropolitanas desde 1995, em níveis mais elevados do que as demais cidades, também se refletem no perfil da população em situação de rua, constituindo mais um indício da relação entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005.

Igualmente ao agravamento do desemprego e do trabalho precarizado, a queda na renda média real dos trabalhadores é uma das repercussões das mudanças no mundo do trabalho no país. Segundo o *Radar Social* 2005, entre 1996 e 2002, houve uma queda da renda média real dos trabalhadores de R\$ 754,00 para R\$ 589,90, e mesmo que tenha aumentado em 2003, para R\$ 639,30, ela acumulou uma queda de 15% em relação a 1996. Além do mais, houve uma redução no diferencial da renda entre os trabalhadores informais e formais, que antes era favorável aos últimos. Naturalmente, “entre os fatores que podem ter contribuído para isso

¹⁶⁶ A pesquisa de Porto Alegre de 1999 não oferece dados sobre o assunto.

¹⁶⁷ O levantamento foi realizado, em 1991, pela Secretaria de Bem-Estar Social – SEBES, com a participação de organizações não governamentais e compreendeu a Região Administrativa da Sé, parte da Mooca e da Penha. Sobre o assunto ver VIEIRA, M. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos. ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

estão a perda de poder de barganha dos trabalhadores do setor formal (mais sindicalizados) – principalmente na indústria, devido à desregulamentação e à abertura econômica - e a maior indexação das remunerações do setor informal ao salário mínimo” (Ipea, 2005:38).

Ainda em relação à renda, registra-se que o período entre 2001 e 2004 apresenta movimentos atípicos em relação aos anos imediatamente anteriores. Nesse período, percebe-se uma melhora nos níveis de renda da população, que provocou a redução da pobreza e das desigualdades sociais, embora continuem a ser um traço marcante na sociedade brasileira. De acordo com o *Radar Social 2006*, houve uma redução relevante da indigência e da pobreza no Brasil, nesse período. Em relação à indigência, “apesar de ter registrado um pico de 14,3% em 2003, a taxa de indigência reduziu-se a 11,3% em 2004 – o nível mais baixo dos anos recentes” (Ipea, 2006:25), no que se refere à pobreza, percebe-se que essa “seguiu por caminho bastante semelhante. A sua incidência sobre a população brasileira diminuiu para 30,1% em 2004, não obstante o pico de 33,9% em 2003” (ibidem,p.25). Essa redução é explicada pelo IPEA (2006) pelo impacto da economia, principalmente em 2004, sobre o mercado de trabalho, provocando aumento da ocupação e da massa de rendimento do trabalho. O *Radar Social 2006* chama a atenção para o aumento real no valor do salário mínimo - por ser importante instrumento para o melhor funcionamento do mercado de trabalho, e para o aumento da massa de rendimentos vinculados às transferências estatais, destacando os benefícios da previdência e da assistência e ainda as transferências associadas ao Programa Bolsa família. Assim, afirma que:

Os dados sinalizam que esse conjunto de fenômenos impacta bem mais a indigência do que a pobreza no período analisado. Afinal, a primeira reduziu-se três vezes mais que a segunda – o percentual de diminuição foi de 17,2% e 5,6 %, respectivamente (...). Ou seja, a melhora nos rendimentos vinculados ao trabalho e às transferências estatais possibilitou que um número importante de famílias saísse da indigência, mas não permitiu que elas chegassem a sair da pobreza (Ipea, 2006:26)

As reflexões desenvolvidas nesta seção parecem não deixar dúvidas sobre as relações que se estabelecem entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua, nesse sentido é certa a afirmação de Rosa (2005), nesta passagem de sua obra:

A presença cada vez mais expressiva de pessoas que habitam em espaços públicos das grandes e das médias cidades brasileiras não é uma questão isolada dos problemas que ocorrem no plano internacional, nas duas últimas décadas, referentes às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado (Rosa, 2005: 29).

Em síntese, no período entre 1995 e 2005 percebeu-se um vertiginoso crescimento do desemprego, alcançando uma taxa média anual muito elevada em 2003, porém percebe-se

uma pequena queda a partir de 2004. A área de serviços é a mais atingida. As mulheres ampliaram sua inserção no mercado de trabalho, o que faz crescer na composição do desemprego a taxa do desemprego do sexo feminino e do cônjuge, embora o desemprego estrutural esteja relacionado ao sexo masculino e ao chefe de família. Há um crescimento do emprego nas faixas etárias mais altas, entre 40 e 49 anos. No que se refere à escolaridade, o acesso e permanência no mercado de trabalho são cada vez mais exigentes quanto à qualificação, embora o desemprego tenha crescido na faixa de pessoas com escolaridades mais altas. As Regiões Metropolitanas têm uma participação maior no desemprego. A partir de 2001 há um decréscimo na taxa média anual do desemprego, mas essa ainda é muito alta e ainda não se pode fazer um prognóstico consistente sobre a situação e a composição do desemprego no país para os próximos anos. No período entre 2001 e 2004 houve uma redução relevante dos níveis de indigência e pobreza devido a melhora da economia e da massa de rendimentos associados ao trabalho e às transferências estatais, embora essas continuem como marcas expressivas da sociedade brasileira. Todos esses aspectos relacionados à composição e situação do desemprego, nesse período, são expressões vivas da reestruturação produtiva provocada pelo capitalismo no processo de recomposição do ciclo de reprodução do capital, que, no Brasil, revela-se mais definida a partir de 1995 e, são dados que guardam relação com o fenômeno população em situação de rua, refletindo-se no perfil contemporâneo dessa população no Brasil, mostrado a partir dos dados e informações sobre o fenômeno no período estudado.

4.4 O crescimento da informalidade e a sua incidência sobre o fenômeno população em situação de rua no Brasil

Neste trabalho, sobre o setor informal, utiliza-se o conceito instituído pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, na década que se inicia em 1970:

O setor informal compreende um conjunto de atividades (formas de produção) cujas características principais são: (i) o reduzido tamanho do empreendimento; (ii) a facilidade de entrada de novo concorrente; (iii) a inexistência de regulamentação; (iv) a utilização de tecnologias intensivas em mão-de-obra; (v) a propriedade familiar, entre outras (OIT, 1972, apud Theodoro, 2002: 12-13).

A situação do mercado de trabalho descrita nas seções anteriores se reflete no setor informal, associado ao de subsistência¹⁶⁸, conforme aponta Delgado:

¹⁶⁸ Delgado considera setor de subsistência o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho, não reguladas pelo contrato monetário de trabalho e que não tem como prioridade a produção de mercadoria ou serviços

Em 1980, ao fim do ciclo de expansão, de cerca de cinquenta anos de industrialização e urbanização intensivas, o setor formal do mercado de trabalho (empregados com carteira e autônomos contribuintes, mais funcionários públicos e empregadores) atingiu o pico de absorção da População Economicamente Ativa (PEA) – 55,6%-, enquanto no mesmo ano o setor de subsistência, acrescido do emprego informal e dos desempregados, correspondia a 43,4% da PEA (...) passados vinte anos de relativa estagnação econômica e certamente de desativação de amplos segmentos industriais, a População Economicamente Ativa cresceu 76%, incorporando cerca de 33 milhões de novos indivíduos. No ano de 2000, o perfil ocupacional dessa nova PEA era completamente distinto. Apenas 43,1% mantiveram-se no setor formal (contra 55,6%, em 1980), enquanto 54,4% estavam albergados nesse setor de subsistência mesclado pela informalidade urbana (Delgado, 2004:25-26).

Assim, de acordo com o autor, a informalidade no mercado de trabalho brasileiro teve crescimento em torno de 12% no período entre 1980 e 2000, traduzindo-se, principalmente, nos empregados sem carteira assinada, nos trabalhadores por conta própria. Nos anos de 2003 e 2004 houve uma ligeira redução da informalidade, mas ainda é muito delicada a situação, sem um prognóstico bem delineado sobre a reversão do quadro, como diz o *Radar Social* 2006: “apesar de pequenas quedas em 2003 e 2004, o patamar da informalidade ainda é muito elevado na economia brasileira, e como o comportamento é bastante diferenciado entre as categorias que a compõem, ainda não se pode antever nenhuma trajetória sustentada de queda” (Ipea, 2006:11).

Para fins desta dissertação, o indicador de crescimento da informalidade assume importância fundamental. Pois, à medida que cresce o número de trabalhadores sem carteira, que passam a depender da inserção na estrutura produtiva pelas formas precárias de ocupação, em segmentos não-organizados, como as atividades mercantis simples realizadas por empresas familiares, trabalhadores autônomos, pequenos prestadores de serviços e serviços domésticos em trabalho a domicílio, trabalho por peças, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, etc, são mais pessoas que deixam de ter acesso aos direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, adicional de férias, seguro-desemprego, FGTS e vários benefícios previdenciários, caindo numa situação de pobreza e vulnerabilidade social crescente. Seguramente, um caminho percorrido por várias pessoas atualmente em situação de rua. Pois, no Brasil, as políticas de proteção ao trabalho, asseguram cobertura especialmente aos que ocupam postos de trabalho vinculados a ocupações do segmento organizado, com carteira assinada ou autônomo, cuja ocupação é reconhecida legalmente. É sobre os limites de proteção aos desempregados e subempregado que trata a próxima seção.

com fins lucrativos, mas propiciam meios de subsistência e/ou ocupação à parte expressiva da população. Sobre o assunto ver DELGADO, Guilherme. *O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Texto para discussão nº 1025. Brasília, IPEA, jul./2004.

4.5 Os limites de proteção social aos desempregados e subempregados: repercussões no fenômeno população em situação de rua.

Como foi dito em seções anteriores, as manifestações das mudanças no mundo do trabalho no Brasil tornaram-se mais evidentes na segunda metade do decênio de 1990 e apresentaram como principais efeitos: a) a elevação das taxas de desemprego; b) as diferentes formas de trabalho precarizado, sejam as formas relacionadas às ocupações do setor organizado (terceirização, subcontratação, temporário, tempo parcial, etc.) ou as ocupações do chamado setor não-organizado (pequenos prestadores de serviços e serviços domésticos em trabalho a domicílio, trabalho por peças, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, etc.); e, c) a queda na renda média real dos trabalhadores. Esses três fatores têm contribuído para o crescimento da pobreza, o aprofundamento das desigualdades sociais e a elevação do grau de vulnerabilidade social da classe trabalhadora.

A despeito da melhora na renda da população no período recente (entre 2001 e 2004), a pobreza e as desigualdades sociais continuam a ser parte relevante na cena contemporânea no Brasil e são alimentadas por vários fatores, entre eles, as ausências de proteção social aos desempregados e subempregados. A seguridade social no país, especialmente pelo viés da assistência e da previdência social, possui abrangência limitada e não alcança esses segmentos em sua totalidade. A histórica justaposição entre previdência e assistência social determinada pelo trabalho ajuda a clarear essa ausência de proteção aos desempregados e subempregados. Como diz Boschetti:

O que mais determina a justaposição entre previdência e assistência é o elemento comum que define a capacidade e possibilidade destas políticas de garantir o acesso aos direitos: o trabalho. O trabalho é o elemento que assegura a inclusão na previdência, definindo a natureza e o montante dos direitos existentes. Só têm acesso àqueles que, via trabalho, contribuíram diretamente para a previdência. De forma inversa, as prestações monetárias asseguradas pela assistência são destinadas aos que, por algum tipo de incapacidade (idade e/ ou deficiência) estão impossibilitados de trabalhar e, assim, contribuir para a previdência (Boschetti, 2003:64).

Para compreender melhor essa justaposição entre a previdência e a assistência social no Brasil é preciso resgatar o sentido de seguridade social e aspectos de sua história no país.

A expressão seguridade social possui significados diferente nos países em que é utilizada. Seu surgimento remonta à década de quarenta, no século XX e tem no Plano Beveridge de

seguridade social na Inglaterra¹⁶⁹, uma referência. Antes desse Plano, porém, foi instituído na Alemanha, entre 1883 e 1889, um sistema de proteção social, que contemplava o seguro saúde, o seguro acidente do trabalho e a aposentadoria por invalidez e velhice. O sistema alemão, que passou a ser conhecido como modelo Bismarckiano, era restrito às pessoas empregadas, mediante contrato formal e prévia contribuição. O sistema Beveridgiano, na Inglaterra, embora mantivesse o seguro social, como nos lembra Pereira, “caracterizou-se por ser unificado e universal, abrangendo não só trabalhadores, mas todos que, por uma questão de direito, deveriam ter as suas necessidades básicas satisfeitas” (Pereira, 2002:18). O conceito de seguridade social adotado pela Convenção 102, de 1952, da Organização Internacional do Trabalho – OIT incorpora traços dessa visão abrangente de proteção social:

Seguridade social é a proteção que a sociedade proporciona aos seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como conseqüência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte e também a proteção em forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos (OIT 1952 apud Silva, 1997:21).

O debate ocorrido no Brasil, no processo constituinte de 1988, por um lado, sofreu influência dos modelos europeus de inclinação Beveridgiana e do conceito da convenção 102 da OIT, que orientavam a intervenção dos sindicalistas no movimento sanitário e dos partidos de esquerda. Por outro lado, considerou o embrião de proteção social já existente nos país, o qual contemplava o seguro e assistência à saúde¹⁷⁰, o seguro acidente do trabalho, aposentadorias, pensões e alguns benefícios de prestação continuada e outros de prestação única e eventual que possuíam natureza imprecisa: uma combinação entre seguro e assistência social. Eram benefícios destinados aos trabalhadores, cujo acesso era flexibilizado quanto ao tempo de trabalho assalariado e as contribuições diretas. São exemplos desses benefícios: a Renda Mensal Vitalícia¹⁷¹, os benefícios destinados aos trabalhadores rurais e pescadores artesanais¹⁷², os auxílios natalidade e funeral e ainda a ajuda pecuniária aos dependentes de

¹⁶⁹ O plano Beveridge é de 1942 e foi publicado no Brasil em 1943. Ver: BERVERIDGE, William. *O Plano Beveridge*: relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

¹⁷⁰ A Assistência à Saúde era prestada desde as antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAP's, os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP's e, posteriormente, pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social- INAMPS, que na década de 1980 passou a atender a não segurados e foi extinto em 1996, tendo sua estrutura incorporada ao Sistema Único de Saúde - SUS. Informações sobre o assunto poderão ser encontradas em: Silva, Maria Lucia Lopes da. *Previdência Social um direito conquistado*. 2ª Ed. Brasília, 1997.

¹⁷¹ Destinada às pessoas com mais de 70 anos que contribuíram para a previdência social pelo menos um ano, mesmo que de forma descontínua.

¹⁷² A contribuição para a previdência se dá mediante percentual incidente sobre a comercialização dos produtos de sua produção. Na ausência, exige-se a comprovação da atividade rural de forma simplificada.

segurados de baixa renda.¹⁷³ Dessa forma, a seguridade social expressa na Constituição Federal de 1988, partiu do sistema já existente no país, fortalecendo sua inclinação Beveridgiana, o que resultou na ampliação de sua natureza híbrida, como ressalta Boschetti:

A seguridade social instituída pela Constituição de 1988, apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) (Boschetti, 2004:113-114).

As diretrizes e objetivos que compõem a orientação estabelecida pela Constituição Brasileira de 1988 acerca da organização da seguridade social contribuem na compreensão desse caráter híbrido do sistema. Sobre as diretrizes, parte-se das definições de seguridade social, saúde, previdência e assistência social constantes na Carta Magna.

Assim, de acordo com a Constituição Federal de 1988, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil [CF/1988], 2005a: Art.194). Nesse preceito, encontra-se a essência da noção de seguridade social como um conjunto de ações conjugadas, indissociáveis que conformam um sistema de proteção social, garantidor dos direitos atinentes à saúde, previdência e assistência social.

Quanto à *saúde*, a Carta Magna estabelece claramente a visão de direito amplo e universal, sendo dever do Estado implementá-lo: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil [CF/1988], 2005a : art.196).

Com relação à *previdência social*, o texto original da Constituição Federal de 1988 destacava o seu caráter contributivo e definia as prestações devidas. Esse texto foi alterado pela Emenda Constitucional nº 20 (EC nº 20), de 1998, que reforçou o seu caráter contributivo, eliminando prestações desvinculadas de contribuições diretas sistemáticas, introduzindo a filiação obrigatória e a exigência de equilíbrio financeiro e atuarial, aproximando-a consideravelmente da lógica de seguro privado, além de atribuir-lhe organização própria, fomentando sua segmentação como um sistema diferenciado no âmbito da seguridade social. Dizia a redação original do artigo 201 da Constituição Federal de 1988:

Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os

¹⁷³ Prestação processada pelo serviço social do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS e posteriormente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, eliminada em 1998.

resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão; ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; proteção ao trabalhador em situações de desemprego involuntário; pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (Brasil [CF/1988], 2000: art.201 e incisos).

A redação dada pela EC nº 20, de 1998, diz:

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenda, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio reclusão para os dependentes de segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (Brasil [CF/1988], 2005a: Art. 201 e incisos).

As principais mudanças na cobertura da previdência social, a partir da EC nº 20 foram: exclusão dos eventos de acidente do trabalho e reclusão e a ajuda à manutenção de dependentes de segurado de baixa renda. Foram criadas as prestações de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes de segurados de baixa renda. As aposentadorias eram por tempo de serviço, no texto original e passaram a ser por tempo de contribuição.

Essa nova redação provoca um distanciamento do modelo Beveridgiano (inglês) e uma maior aproximação com o modelo Bismarckiano (alemão), cuja distinção ocorre principalmente pelos objetivos pretendidos. Enquanto o modelo inglês apresenta como objetivo a abolição da pobreza, mediante a “re-distribuição das rendas pelo seguro social e pelas necessidades da família” (Beveridge, 1943:13), o alemão destina-se a manter a renda dos trabalhadores em situações específicas de ausência de trabalho.¹⁷⁴

Quanto à *assistência social*, a Constituição Federal de 1988 destaca o seu caráter não contributivo, porém seletivo:

¹⁷⁴ O modelo Bismarckiano é considerado um sistema de seguros sociais, com características semelhantes às dos seguros privados. No que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente os trabalhadores assalariados, sendo que o acesso a eles é geralmente condicionado a contribuições prévias e os seus valores são definidos pelos valores das contribuições anteriores. As formas de contribuições são variadas, mas em geral envolve a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Estado. A gestão, em geral, deve envolver os sujeitos responsáveis pelo financiamento, mas nem sempre é assim. No modelo Beveridgiano, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos, independente da renda ou submetidos a determinadas condições de recursos (testes de meio), mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é feito por meio de impostos fiscais e a gestão é estatal. Informações sobre o assunto podem ser encontradas em: BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo*. 2ª. Ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003. p.62-63. e em : BEVERIDGE, William. *O plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. e PEREIRA, Potyara A . P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.p-18-20. SILVA, Maria Lucia Lopes da. Op.Cit.1997.p.29-30.

A assistência será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo: a proteção à família, à maternidade, à infância, e à velhice; o amparo as crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil [CF/1988], 2005a: Art. 203 e incisos).

Com essas características e direitos específicos que se destina a assegurar, a seguridade social configurada na Constituição Federal de 1988 indica uma rede de proteção social, que compromete o Estado e a sociedade em sua garantia. Essa noção é fortalecida pelos objetivos, a partir dos quais ele deve ser organizado e pelo formato de financiamento, destinação e aplicação dos recursos que lhe foi conferido.

Assim, no que concerne à organização da seguridade social, a Constituição Brasileira de 1998 estabelece que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Brasil [CF/1988], 2005 a: Art.194, § único).

Esses objetivos constituem diretrizes para o Poder Público organizar a seguridade social, como um sistema de proteção social.

Desse modo, pode-se dizer que, em linhas gerais, a noção de seguridade social expressa na Constituição Brasileira em vigor, apesar de algumas corrosões, orienta o Poder Público a organizar uma rede de proteção social, que garanta os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, com base em princípios que promovam a cidadania e a redução das desigualdades sociais. Uma rede com fontes de financiamento de base diversificada, que realize seus gastos obedecendo aos fins que lhe são próprios, respaldada em um orçamento único, elaborado pelos os órgãos que a compõe. Uma rede gerida democraticamente.

Mas, essa orientação constitucional não foi seguida pelo Poder Público. Não existe no Brasil, um sistema coeso e consistente de seguridade social implementado. O processo de desconstrução da noção de seguridade social expressa na Constituição Federal de 1988 tem sido intenso e permanente. São exemplos dessa desconstrução as freqüentes ameaças de abandono dos princípios gerais da seguridade social; a resistência de implementação do

financiamento considerando o princípio da equidade na participação do custeio, em favor da chamada austeridade fiscal para atender aos objetivos da política econômica comprometida com o capital financeiro e não com a cidadania; as freqüentes reformas na previdência, tornando-a cada vez mais parecida com os seguros privados; a confirmação da assistência como uma política seletiva dirigida fundamentalmente aos incapazes para o trabalho, seja pela idade ou por alguma deficiência (física ou mental); a organização de cada uma dessas políticas em sistemas separados, sem qualquer articulação entre si, com gestão própria, entre outros¹⁷⁵.

No que se refere à previdência e à assistência social o trabalho continua sendo o divisor de águas ou o ponto de conjugação entre as duas políticas. Por um lado, a previdência social vincula-se fundamentalmente ao trabalho assalariado, com carteira assinada, e ao autônomo, inserido em ocupação legalmente reconhecida, com capacidade contributiva. Por outro lado, a assistência social destina-se aos incapazes para o trabalho, seja pela idade ou por deficiência física ou mental. Assim, ficam sem proteção social os que são capazes para o trabalho e não podem exercê-lo pela própria natureza do sistema capitalista que não produz vagas para todos, associada à dificuldades conjunturais do mercado de trabalho.

Essa relação de conflito entre a previdência e a assistência social a partir do trabalho não é um traço específico da seguridade social no Brasil, mas constitui um aspecto incorporado de outras experiências. Pois, como diz Boschetti:

As principais políticas que conformam e consolidam o Estado Social nos países capitalistas desenvolvidos foram orientadas pelo primado do trabalho e instituíram-se como direito do trabalho. Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho para todos, os Estados capitalistas desenvolvidos garantiram direitos derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores capazes e inseridos no mercado de trabalho. Este princípio orientou a construção do Estado Social em praticamente todos os países europeus no século XX. Os critérios de inaptidão ao trabalho continuam a prevalecer na assistência social, mesmo após sua inclusão no Estado Social como direito de cidadania. E é inegável a incorporação de alguns destes princípios pela seguridade social brasileira, sobretudo no que se refere aos benefícios e serviços garantidos pelas políticas de previdência e assistência social (Boschetti, 2003:59).

Dessa forma, em um contexto marcado por elevadas taxas de desemprego e trabalho precário a situação dos desempregados e subempregados é muito vulnerável e as possibilidades de proteção social pela seguridade social, especialmente por meio da política de previdência social são reduzidas. É como diz Boschetti:

¹⁷⁵ Sobre o assunto ver: PEREIRA, PEREIRA, Potyara A . P. Por uma Nova Concepção de Seguridade Social. In *SER Social n. 07.p.81-96*. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. UnB. Brasília, Jul./dez..2000. e BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?. *Serviço Social & Sociedade*, n.79,p. 108-132, São Paulo, Cortez, nov. 2004.

Não é preciso ser especialista em técnicas atuariais para constatar que, quanto, maior o índice de desemprego, de relações informais de trabalho e de reduzidas contribuições em função de baixos salários, menor será a capacidade de inclusão dos cidadãos no sistema de seguridade social (Boschetti, 2003. 69).

Assim, as mudanças no capitalismo contemporâneo provocam impactos na vida das pessoas e no Estado. O desemprego e a regressão dos direitos sociais são expressões vivas da nova configuração assumida pelo capitalismo, que afetam a vida dos trabalhadores e possuem na dilapidação da seguridade social um ponto de encontro, vez que a reforma da previdência social não pode ser vista separada do novo papel do Estado neste contexto de mudanças do capitalismo, como diz Faleiros:

Há um consenso sobre a realidade das profundas mudanças no capitalismo contemporâneo e de seus impactos não só na produção mas na vida cotidiana e no Estado. No cotidiano o impacto do desemprego é o mais visível e, no Estado, percebe-se a redução dos direitos sociais. Desta forma, não se pode desvincular a reforma da previdência do novo papel do Estado neste contexto de mudanças no capitalismo contemporâneo. O fundo público fordista já não garante mais a inclusão dos trabalhadores e a cidadania industrial está em colapso, pois o fundo apenas incluía àqueles que possuíam um contrato de emprego. O trabalho precário, o trabalho informal e o trabalho terceirizado, além da flexibilização dos contratos não garantem a estabilidade e a base necessárias para a constituição de um fundo baseado em descontos salariais e contribuições empresariais. Os direitos trabalhistas passam por profundas mudanças e as políticas hoje formuladas para enfrentar as novas condições do capital são focalizadas num pretensão credo ideológico de que o indivíduo e a sociedade são os responsáveis pela sua subsistência e condições de trabalho (Faleiros, 2000: 101-102).

Sobre o impacto do desemprego na seguridade social, particularmente na previdência social, embora em 2004, os indicadores relativos ao mercado de trabalho tenham melhorado - com a redução do desemprego, de 10,1% em 2003 para 9,3 % em 2004 (Ipea, 2006), a elevação da taxa de ocupação em 3,3%, de 2003 para 2004, e a elevação do índice de empregados total com carteira assinada em 6,6% - e isso tenha se refletido no número de contribuintes da previdência social, que passou de 46,4% da população ocupada, em 2003 para 47,3%, em 2004, superando todas as proporções ocorridas desde 1992 (IBGE, 2005), ainda é complexo o contexto do mercado de trabalho no país e o seu impacto na previdência social. Deste modo, mesmo em face da queda da informalidade, mediante a absorção de parte dos trabalhadores por conta própria pelo trabalho assalariado, “a parte restante, por sua vez, se apresenta sob condições de trabalho mais precárias quando vista da ótica da proteção previdenciária, já que em 2004, 82,5% do total de trabalhadores por conta própria apresenta-se como não-contribuinte da previdência social” (Ipea, 2006:12). Em 2001 esse índice era de 81,5% (ibidem). Essa situação é ainda mais precária nos estados do norte e nordeste, nos

quais a falta de proteção aos trabalhadores autônomos, por meio da previdência social, é superior a 90%, nos estados do sul o índice é menor, mas ainda é superior a 60% (ibidem).

Dessa forma, o sistema de proteção ao trabalho no Brasil, do qual é parte fundamental a previdência social, possui abrangência limitada. Pois se baseia sobretudo na forma particular de trabalho assalariado, com carteira assinada e autônomo, com capacidade contributiva, ficando os desempregados e subempregados basicamente sem esse tipo de proteção.

Em face disso, nota-se que no Brasil, mesmo o país não tendo vivenciado a experiência de quase pleno emprego generalizado e estando imerso num contexto de elevadas taxas de desemprego, o emprego ainda é a principal forma de acesso à renda e à proteção social.

Estudos do Ministério da Previdência Social (Brasil, 2005b), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2003, revelam que do universo de 71.646.757 brasileiros ocupados, com idade entre 16 e 59 anos, 26.854.687, isto é, 37,48% são desprotegidos. Desses, 15.21.533, ou seja, 56,65%, têm rendimentos iguais ou superior a um salário mínimo, possuindo, em tese, alguma capacidade contributiva, mesmo assim estão fora da cobertura da previdência social. O curioso é que, desses mais de quinze milhões, 42,18% são empregados sem carteira assinada, cerca de 66,10% são do sexo masculino, sendo o comércio (24,03%), seguido da construção civil (16,48%) os ramos de atividades que mais concentram esse contingente de desprotegidos. Dessa forma, a exclusão do mercado de trabalho formal pode significar para os trabalhadores brasileiros uma grande vulnerabilidade social, não apenas pela privação material, mas também pela restrição de direitos, de seguranças econômicas e pela redução da auto-estima. Todos esses fatores marcam fortemente a vida das pessoas em situação de rua. Além do que, mais uma vez, os dados (desta vez, da falta de proteção social) coincidem com indicadores do perfil da população em situação de rua no Brasil, como a predominância do sexo masculino e os ramos de atividades econômicas, em que se inseriam estas pessoas antes da situação de rua, como poderá ser visto no terceiro capítulo, que traz o perfil dessa população.

Os que são capazes para o trabalho, mas não possuem uma inserção no mercado por meio do trabalho assalariado, com carteira assinada ou por meio de uma ocupação como autônomo, reconhecida legalmente, que gere capacidade contributiva, ficam sem a proteção social da previdência e da assistência social, em face do desemprego involuntário, exceto os que atendem aos critérios do seguro desemprego ou do Programa Bolsa Família - PBF, que serão comentados posteriormente. Pois, a política de assistência social também tem intervenção limitada, assegurando cobertura apenas aos inaptos para o trabalho em decorrência de alguma deficiência ou ciclo de idade - crianças e idosos.

Dessa forma, se o direito à assistência social é limitado aos que não têm aptidão ao trabalho, esse, por sua vez, não é assegurado a todos e os direitos previdenciários são derivados ou dependentes do trabalho, forma-se uma situação geradora de iniquidades sociais. A população em situação de rua é uma expressão dessa situação. É um grupo populacional que não tem acesso ao trabalho assalariado ou outra forma de trabalho, que no Brasil assegure o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores. Também não tem acesso à política de assistência social dirigida aos incapazes para o trabalho - ressalvadas as poucas e limitadas ações referidas no capítulo terceiro, porque são aptos ao trabalho, embora não estejam exercendo esse direito. Assim, enfrentam uma degradação de vida cada vez maior, em face da pobreza extrema e ausência de proteção social.

A exceção de proteção aos desempregados e subempregados feita aos que atendem aos critérios de acesso ao seguro desemprego ou do recém-criado Programa Bolsa Família –PBF também não atingem à população em situação de rua, como será visto a seguir.

Seguro-Desemprego

No Brasil, o único programa de proteção social dirigido exclusivamente aos desempregados é o seguro-desemprego, criado em 1986. Nesse ano o benefício cobriu apenas 150 mil trabalhadores. Em 1996 a cobertura alcançou a cifra dos 4,5 milhões, passando de uma cobertura percentual sobre o total de assalariados com carteira assinada demitidos, de 4,7% em 1986 para 66% em 1996 (Pochmann, 2002).

A Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador, sofreu muitas alterações, mesmo assim, ainda é a principal norma reguladora do programa, cujas regras de acesso ao benefício o caracterizam como um benefício de acesso restrito. Sua finalidade, conforme disposto na referida Lei, é prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa e ao trabalhador comprovadamente resgatado do regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo além de auxiliá-los na busca de um novo emprego por meio de ações de orientação, recolocação e requalificação profissional.

No caso dos trabalhadores resgatados do trabalho forçado o benefício resume-se a três parcelas no valor de um salário mínimo. Nas demais situações de desemprego involuntário, para acessar o benefício é preciso que os trabalhadores reúnam algumas condições, como: ter recebido salário de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, nos últimos seis meses consecutivos; ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade autônoma legalmente reconhecida como autônoma durante pelo menos 15 meses, nos últimos 24 meses; não estar em gozo de benefício previdenciário, exceto auxílio-

acidente e auxílio suplementar e abono de permeância em serviço; não estar em gozo de auxílio-desemprego e não possuir renda própria suficiente para manter a sua família. O benefício pode ter até quatro parcelas mensais e possui três faixas de valores, a depender da média dos últimos três salários do requerente, não podendo ser inferior a um salário mínimo. Os pescadores profissionais o recebem, no valor de um salário mínimo, no período de proibição da pesca (Brasil, 1990).

Dessa forma, o seguro-desemprego se destina aos assalariados, com carteira assinada que possuam história de relativa estabilidade no emprego, aos autônomos, em ocupações reconhecidas legalmente, e ainda aos pescadores profissionais e trabalhadores resgatados do trabalho forçado. Os demais trabalhadores em desemprego involuntário, que não reúnam essas condições, não possuem esse tipo de proteção social. Como tem sido crescente o número de ocupações do chamado setor não-organizado, pode-se inferir que também é crescente o número de trabalhadores desempregados, inseridos em trabalhos precários, sem proteção social. Dessa forma, a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho delas decorrentes também repercutiram no sistema de proteção social aos trabalhadores desempregados e subempregados, minimizando sua cobertura proporcionalmente ao número total de desempregados, deixando-os em situação de extrema vulnerabilidade. Certo é que o percurso desemprego, trabalho precário, falta de proteção social foi seguido por muitas pessoas em situação de rua no país, no período estudado. Lembre-se que o perfil das pessoas em situação de rua no Brasil indicou que a maioria dessas pessoas teve alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua, pois, em média 72,00% disseram ter uma profissão ou que trabalhavam antes dessa condição. No caso de Belo Horizonte, em 2005, 72,69% tiveram experiência de trabalho assalariado, com carteira assinada ou contrato formal de trabalho.¹⁷⁶ Os percentuais mais elevados sobre experiências de trabalho anteriores à situação de rua são das cidades de São Paulo (cerca de 97,00%) e Belo Horizonte (aproximadamente 80,00%). Já no Recife, esses percentuais caem para 40,73%, em 2004 e 35,90%, em 2005. Na condição de rua a maior parte vincula-se a ocupações do segmento não-organizado, não possuindo carteira assinada ou qualquer outro vínculo de trabalho formal. Os dados mais recentes sobre o assunto são do estudo da FIPE sobre os albergues de São Paulo. Diz o trabalho: “69% dos albergados realizam alguma atividade para obter dinheiro. Cerca de 5% dos que exercem atividade remunerada têm carteira assinada” (São Paulo, 2006: slide 13). Segundo o estudo, entre os que têm menos de 30 anos, 73% trabalham e cerca de 86% não tem carteiras assinadas, entre os que têm 55 anos e mais 57% trabalham, desses 96% não tem carteira assinada e apenas 10%

¹⁷⁶ No Relatório de pesquisa aparece o termo “fichado” para expressar as relações formalizadas.

declararam receber algum benefício previdenciário (ibidem). Portanto, a falta de proteção aos desempregados e subempregado está refletida nas pessoas em situação de rua e, sugerem indicações, a serem aprofundadas em estudos posteriores, que contribui para a reprodução do fenômeno em grande escala nas grandes e médias cidades do país.

Sobre a cobertura de seguro-desemprego às pessoas em situação de rua, somente o Relatório do primeiro censo de Belo Horizonte, em 1998, traz um dado, ou seja, das 916 pessoas em situação de rua recenseadas, 209 (22,81%) tiveram acesso a algum benefício de transferência de renda, sendo que 13 (1,41% dos recenseados) obtiveram seguro desemprego.

A partir de 2004, alguns trabalhadores desempregados, em situação de pobreza absoluta foram alcançados pelo Programa Bolsa Família - PBF. É o que se comenta, a seguir.

Bolsa Família

O Programa Bolsa Família - PBF é destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades e tem como público alvo as famílias com renda per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais).¹⁷⁷ Para fins de concessão dos benefícios financeiros, considera-se família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.¹⁷⁸

A permanência no recebimento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família depende do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento), em estabelecimento de ensino regular. A transferência de renda é feita, prioritariamente, em nome da mulher.

Conforme o disposto nos atos de regulação do programa¹⁷⁹, esse tem por objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder Público. Foi criado por meio da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2005, a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Este valor passou a vigorar desde abril de 2006, por força do Decreto 5.749, de 12 de abril de 2006.

¹⁷⁸ Ver definição no Decreto nº 5.209/2004.

¹⁷⁹ Tomou-se como referência a Lei 10.836/2004 e o Decreto 5.209/2004, que regulam o programa.

¹⁸⁰ O Programa Bolsa Escola vinculava-se ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e tinha como público alvo a família com renda per capita de até R\$ 90,00, com criança e adolescente entre 7 e 14 anos matriculados na rede regular de ensino. O valor do benefício era de R\$ 15, 00. O pagamento era condicionado à frequência de 85%

Atualmente o Programa Bolsa Família possui uma grande abrangência social e é tido como o maior programa de transferência de renda da América Latina.

Em julho de 2006, o Programa encontrava-se implantado em 5.564 municípios e alcançava a 11,1 milhões de famílias, que corresponde à cerca de 45 milhões de pessoas, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.¹⁸¹

Registra-se que os valores do Benefício são variáveis de R\$ 15,00 a R\$ 95,00 sendo que o valor médio corresponde a R\$ 62,00 (sessenta e dois reais).

Os dados da Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC/MDS) de agosto de 2006 revelam que na cidade de Belo Horizonte possuía até aquele mês 80.881 mil famílias beneficiárias do programa. Já no Recife eram 89.683 mil famílias. Apesar disso, o número de pessoa em situação de rua que tem acesso a este benefício nessas duas cidades – que realizaram pesquisa de população em situação de rua após a criação do programa, é muito reduzido. No Recife, o censo da população em situação de rua realizado em 2005, indicou que dos 1.390 entrevistados somente 182 (13,09%), tiveram acesso a algum programa de transferência de renda, sendo que 39 (2,80%) destes entrevistados tiveram acesso ao programa Bolsa Família. Em Belo Horizonte, o censo de 2005, apontou que das 1.164 pessoas em situação de rua recenseadas, apenas 87 (7,47%) recebiam alguma espécie de benefício de transferência de renda, sendo que dessas pessoas, apenas 10 (0,86% do total dos recenseados) disseram ter acesso ao Programa Bolsa Família.

Não se teve acesso à informação acerca de quantas pessoas em situação de desemprego involuntário encontram-se inseridos no Programa Bolsa Família, de qualquer modo, o programa possui um valor histórico muito expressivo. Ele rompe com a barreira existente no âmbito da assistência social, de destinar benefícios apenas para os pobres incapazes para o trabalho. Pela primeira vez uma pessoa adulta capaz para o trabalho tem acesso a uma transferência de renda do Estado. Ressalte-se, porém, que têm acesso ao Programa Bolsa Família, as pessoas extremamente pobres aptas ao trabalho, independente da composição familiar, que tiveram renda familiar per capita até R\$ 60,00. Os demais pobres, cuja renda familiar varia entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00, somente têm acesso ao Programa, se tiverem crianças ou adolescentes até 15 anos na composição familiar. A primeira faixa de renda assegura valores do benefício, entre

às aulas ministradas. O Bolsa Alimentação era vinculado ao Ministério da Saúde e destinava-se a crianças de até 3 anos, nutrizes e gestantes. A renda familiar exigida e o valor do benefício era igual ao do Bolsa Escola e o pagamento era condicionado à manutenção da carteira de vacinação em dia e ao acompanhamento do desenvolvimento nutricional das crianças, e no caso de gestante, à realização de consulta de pré-natal. Já o Auxílio Gás, criado pelo Ministério das Minas e Energia, em 2002, consistia em transferir R\$ 15,00 a cada dois meses como subsídio para compra de gás às famílias beneficiadas pelo Bolsa Escola e Bolsa educação. Não tinha contrapartida.

¹⁸¹ Dados e informações fornecidos pela Secretaria Nacional de Renda da Cidadania – SENARC, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em agosto de 2006.

R\$ 50,00 e R\$ 95,00. Enquanto a segunda faixa de renda garante benefícios entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00. Assim, embora seja um benefício vinculado a condicionalidades, com valor financeiro muito reduzido, com recorte de renda para acesso ao mesmo, sua instituição cria uma nova perspectiva para a estruturação da rede de serviços e benefícios da seguridade social no país ou até mesmo para a implementação da Lei 10.835, de janeiro de 2004. Essa lei institui a renda básica de cidadania, definindo-a como uma medida que se constitui no direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário, em igual valor para todos, e suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias (Brasil, 2004).

Desse modo, embora o Brasil possua uma legislação relativamente avançada sobre transferência de renda e o debate em torno de uma renda universal para todos esteja presente na sociedade e no âmbito do Estado, a sua concretização é apenas uma meta a ser alcançada.

Compreende-se que o direito à renda não deve ser dissociado do direito ao trabalho, nem o trabalho a única condição para se ter direito a uma renda. Cada cidadão deve ter o direito a um padrão de vida digno, mas também ter o direito de fornecer à sociedade os produtos de seu trabalho, como bens úteis, necessários à sociedade. Essa unidade indissolúvel do direito à renda e o direito ao trabalho deve ser para cada indivíduo a base da cidadania. Nessa perspectiva devem ser inseridas as pessoas em situação de rua, para quem o trabalho, mesmo no sentido de trabalho abstrato, é referência material, psicológica e cultural.

Acredita-se que expansão ou inibição do fenômeno população em situação de rua é condicionada por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais. É provável que, no Brasil, essa condição de absoluta exclusão da cobertura e abrangência das políticas sociais tenha contribuído para a reprodução do fenômeno no período estudado. Pois, a aposta é que o fenômeno pode ser inibido pela ação das políticas sociais, ainda que as condições que lhe dão origem permaneçam, pois as políticas sociais não são capazes de eliminar a estrutura de classes da sociedade capitalista, de onde se originam as causas estruturais do fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É verdade! E, se outros puderem ver como eu vi, então talvez o que vi possa ser considerado uma visão, e não um sonho. William Morris.¹⁸²

Apontar relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua foi o principal objetivo desta pesquisa. O percurso realizado possibilitou as indicações a seguir, que confirmam a hipótese da qual se partiu.

O trabalho é ação transformadora da natureza, realizada pelos seres humanos de forma consciente orientada para o fim de atender as suas necessidades. Sejam as necessidades de garantia de subsistência e reprodução da vida material, por meio da produção de objetos materiais e relações sociais ou outras necessidades sociais historicamente construídas, inclusive a de dar continuidade ao conjunto da vida social a um determinado estágio de sociabilidade. Assim, como atividade do processo de trabalho é condição natural e vital do gênero humano, em qualquer forma social. É central na história da humanidade e indispensável à manutenção da vida, além de ser estruturante da sociabilidade humana.

Na sociedade capitalista, em que a fonte elementar de riqueza é a mercadoria, a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Nesse tipo de sociedade, o trabalho é visto como uma expressão da relação social fundada na propriedade privada, no dinheiro e no capital. De atividade existencial do ser humano é transformado em trabalho assalariado, alienado, fetichizado.

Reconhecer e considerar essas duas dimensões do trabalho, analisadas nesta dissertação, eleva o patamar dos debates acerca do lugar do trabalho na sociedade e de sua importância na estruturação do capitalismo e das relações sociais na contemporaneidade.

Pois, mesmo em face da redução da criação e oferta de postos de trabalho provocada pela reestruturação produtiva, na cena contemporânea o trabalho permanece como categoria central da estruturação capitalista e determinante das relações sociais. A redução de postos de trabalho e o incremento do uso de tecnologias avançadas para elevar a produtividade das empresas, não lhe tiraram a capacidade peculiar de gerar riqueza, a fonte de riqueza no capitalismo contemporâneo continua sendo o trabalho não-pago. O aumento da produtividade do trabalho não elimina a produção da mais valia, ao contrário, é uma forma de viabilizá-la pela contração do tempo de trabalho necessário à produção do equivalente ao salário e

¹⁸² MORRIS, William. *Notícias de Lugar Nenhum ou uma época de tranqüilidade*: romance utópico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p.312.

aumento do tempo excedente (trabalho não pago), que se traduz em lucro para o capitalista. Assim, o capitalismo pode intensificar a utilização da força de trabalho, precarizar as condições e relações de trabalho, reduzir a criação e a oferta de postos de trabalho e aumentar o uso de tecnologias avançadas e de métodos de trabalho para incrementar a produção e elevar a produtividade, mas não pode prescindir da compra da força humana de trabalho, é ela que produz mais valia, e produzir mais valia é o fundamento desse modo de produção.

A crise do capitalismo no decênio de 1930 exigiu respostas eficazes. O pacto social construído em torno do padrão de acumulação fordista e modo de regulação Keynesiano / Beveridgiano, foi a estratégia adotada para enfrentá-la. O resultado foi cerca de trinta anos de crescimento econômico e ampliação das condições de cidadania pela via do quase pleno emprego e da consolidação de sistemas de proteção social, ecoando na formação do Estado Social no pós-segunda guerra, em países industrializados da Europa e das Américas. Esse ciclo de expansão durou de 1945 ao início dos anos 1970, quando nova crise afetou o sistema.

A elevação das taxas de inflação, a crise financeira e do comércio internacional, a recessão econômica, aguçada pelo choque do aumento dos preços do petróleo em 1973, são algumas das manifestações da crise do capitalismo iniciada nos anos 1970, em que o padrão de acumulação e regulação fordista/keynesiano deu sinais de esgotamento. As estratégias de enfrentamento dessa crise fizeram dos decênios de 1970 e 1980, anos de reestruturação econômica e reajustamento social e político, em busca de um novo padrão de acumulação.

A reestruturação produtiva constituiu a principal diretriz utilizada para a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo reprodutivo do capital, na esfera da produção e das relações sociais. Foi central nas determinações das mudanças no mundo do trabalho, cujas principais manifestações revelam-se no novo modo de organizar a produção, com base em métodos e processos de trabalhos fundados na automação de base microeletrônica; nos novos padrões de gestão e envolvimento da força de trabalho, direcionados para a conciliação de classes; nas relações e condições de trabalho, baseadas na desregulamentação dos direitos trabalhistas. Assim, a reestruturação produtiva, associada à financeirização do capital e à reorientação do papel do Estado, em favor das necessidades de expansão do capital, compuseram as bases do novo padrão de acumulação, chamado por Harvey (2004c) “acumulação flexível”. Tal padrão de acumulação produziu efeitos devastadores para a classe trabalhadora. O aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado; a queda da renda média real; a elevação da produtividade das empresas pelo uso intensivo da capacidade intelectual dos trabalhadores, em favor do capital, associado a novos métodos e processo de trabalho; a crescente cooptação do movimento sindical, pelas formas

denominadas de sindicalismo de participação; a redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho; e, a maior heterogeneidade da classe trabalhadora são alguns desses efeitos, que se exteriorizam, particularmente, na feição de uma gigantesca superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, no agravamento da pobreza e das desigualdades sociais.

Nos países periféricos, a reestruturação produtiva e as mudanças no papel do Estado ocorreram em níveis, formas, ritmos e tempos diferentes, de acordo com as suas características econômicas, políticas e sociais. Todavia, em quaisquer circunstâncias, ocorreram em condições subordinadas devido à imensa dívida externa desses países, para com os países centrais.

O Brasil não fugiu a esse modelo. A partir da última década do século XX avançou em seu ajuste estrutural tendo a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado como metas. Esses processos imbricados, ocorreram sob condições subordinadas e implicaram mudanças no mundo do trabalho, similares àquelas manifestas nos países centrais, com efeitos negativos aos trabalhadores mais acentuados.

A reestruturação produtiva começa a dar sinais no Brasil, na década de 1980, na indústria automobilística, orientada pelo propósito de ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e instabilidade econômica. Assim, desde o decênio de 1980, nota-se alterações na organização do trabalho, na estrutura produtiva, no mercado de trabalho, ainda que de modo mais lento, comparativamente ao que ocorreu nessa década em outros países, refletindo o momento de efervescência política do movimento dos trabalhadores no país. Na década de 1990, sobretudo a partir de 1995, quando de fato se deu à adesão do país às políticas neoliberais, esse processo se intensificou, assentado em medidas adotadas pelo Governo Fernando Henrique, que provocaram uma onda regressiva dos direitos referentes ao trabalho, por meio de alterações na legislação trabalhista, previdenciária e pertinente ao servidor público, além do enxugamento da máquina estatal, por meio dos Programas de Demissão Voluntária – PDV e da privatização das empresas estatais.

Essa intervenção do Estado fortaleceu os processos em curso referentes às mudanças no mundo do trabalho, cujas manifestações e efeitos ganharam relevância no cenário nacional. O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, a queda na renda média real, a desregulamentação dos direitos sociais implicaram a expansão de uma superpopulação relativa e o aprofundamento das desigualdades sociais e elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, o fenômeno população em situação de rua ganhou maior visibilidade no país.

Esse fenômeno constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam extraordinariamente relevante na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. A sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-

industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que fossem absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, fazendo surgir o pauperismo. Assim, o fenômeno população em situação de rua, surge no seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo, sua produção e reprodução vinculam-se à produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. É, pois, um fenômeno imanente à sociedade capitalista.

O estudo mostrou que este fenômeno social caracteriza-se por ser multideterminado, mas as suas causas estruturais vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, associadas à produção de uma superpopulação relativa. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, submetendo-o a níveis extremos de degradação da vida. Localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. Além disso, há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no Brasil se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações sobre ele e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo.

No que se refere à população em situação de rua, as características identificadas compõem uma noção que a concebe como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, na busca de saída das ruas. É uma noção em construção.

O estudo possibilitou mostrar o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil, destacando que a maior parte dessas pessoas é do sexo masculino (cerca de 77,87%), encontra-se em idade economicamente ativa, sendo crescente a concentração em faixas etárias mais elevadas, principalmente entre 25 e 55 anos. A maioria absoluta (70,00%) sabe ler e escrever e possui escolaridade entre a 1ª e a 8ª série do ensino fundamental, tendo em

média de 4 a 8 anos de estudo, embora seja crescente o quantitativo de pessoas com graus de escolaridade mais elevados. Quanto à origem, é crescente a participação do próprio estado e nesse, da sua respectiva capital, na produção do fenômeno, evidenciando que os problemas inerentes às grandes metrópoles no capitalismo contemporâneo, como a elevação dos índices de pobreza, o crescimento da informalidade, do desemprego e do trabalho precário, assumem importância fundamental nas determinações do fenômeno, uma vez que as pesquisas realizadas anteriores ao ano 2000 o percentual de pessoas de origem rural ou de outros estados era bem mais elevado. É crescente também o tempo de permanência nas ruas. No período entre 1995 e 2000 prevalecia um tempo médio de permanência nas ruas inferior a um ano, indicando estreita relação com os principais efeitos das mudanças no mundo do trabalho nesse período. A partir de então, percebe-se a elevação dos números absolutos e percentuais dos que permanecem nas ruas além de cinco anos, sugerindo que as pessoas estão envelhecendo nas ruas sem que sejam formuladas e implementadas políticas sociais para enfrentar esse fenômeno social. A quase totalidade das pessoas encontra-se desacompanhada, tendo pouco ou nenhum contato com a família, embora tenha conhecimento de sua existência. Apenas, em torno de 10%, encontra-se na companhia de algum parente. Em relação ao trabalho, em média 72,00% afirma ter uma profissão ou ter desenvolvido alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua. Tais experiências concentram-se nas áreas da indústria, serviços, construção civil e ocupação doméstica. As relações com o trabalho antes da situação de rua indicam preponderância no conjunto das determinações do fenômeno. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar pára-brisa, entre outras) e, particularmente, a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades. Para essa população, o trabalho assalariado é a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando possibilidades de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal. A este perfil, acrescenta-se que grande parte faz uso freqüente de álcool e outras drogas.

Desse modo, os dados das oito pesquisas realizadas em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre¹⁸³, utilizados neste estudo, complementados com dados de outras fontes documentais, permitiram associar a origem desta população no país à superpopulação relativa, em suas formas *flutuante* (trabalhadores dos grandes centros industriais, ora repelidos, ora atraídos pelo mercado), *latente* (expressa nos fluxos migratórios de trabalhadores rurais para as cidades) ou *estagnada* (parte da classe trabalhadora em atividade, mas em ocupações

¹⁸³ São Paulo (2000,2003), Belo Horizonte (1998, 2005) Recife (2004, 2005) e Porto Alegre (1995 e 2994).

irregulares), sendo que suas características e perfil permitem associá-la ao *lumpen-proletariado* (parte da classe trabalhadora que se encontra no *pauperismo*, são aptos ao trabalho mas não trabalham por não encontrarem colocação no mercado) ou, no máximo ao exército industrial de reserva, na forma de superpopulação relativa *estagnada*.

No que se refere às relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, na análise dos dados, considerou-se três eixos para apontá-las. O primeiro, partindo-se das particularidades da formação do mercado de trabalho; o segundo, tomando-se como referência as mudanças na composição ocupacional; e o terceiro, considerando-se as mudanças na composição do desemprego. Todos eles foram relacionados com o perfil dessa população mostrado no trabalho.

Dessa forma, no que diz respeito às particularidades da formação do mercado de trabalho no país, partiu-se das profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, no período entre 1940 e 1970, no processo de destruição do padrão de acumulação baseado em atividades econômicas de base agrário-exportadoras e construção das bases para um novo padrão fundado em atividades econômicas de natureza urbano-industrial. Uma das conseqüências desse processo foi a alteração da distribuição espacial da população devido aos processos migratórios campo-cidade. Esse movimento corroborou para a formação de um exército industrial de reserva nas cidades com a participação de pessoas de origem rural. Isso se refletiu no perfil da população em situação de rua que foi identificado nas pesquisas consultadas neste trabalho, realizadas entre 1995 e 2000, a partir da constatação de uma forte presença de pessoas de origem rural na composição da população em situação de rua. Da mesma forma, a drástica redução de postos de trabalho na indústria, o agravamento do desemprego e do trabalho precário, principalmente nas Regiões Metropolitanas, a partir da década de 1990, refletiram-se nas pesquisas realizadas no período entre 2000 e 2005, indicando maior participação da população de origem urbana no fenômeno. Foi apontada ainda uma relação entre o fenômeno e as particularidades relativas à Região Metropolitana do Recife, comparativamente às demais regiões, acerca dos indicadores de declínio do nível de ocupação naquela cidade entre os anos de 2004 e 2005, superiores aos das outras regiões. Assim, a despeito de particularidades vinculadas ao território, percebeu-se uma forte correlação entre as baixíssimas taxas de ocupação naquela cidade – as mais baixas taxas comparativamente às demais cidades de Regiões Metropolitanas, no período citado, com o elevadíssimo percentual de crescimento das pessoas em situação de rua – o mais elevado entre as cidades analisadas, cerca de 84% no intervalo de apenas um ano.

Quanto às mudanças no quadro ocupacional nas duas últimas décadas do século passado, como manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho, dois movimentos centrais foram percebidos e comparados ao perfil da população em situação de rua.

O primeiro movimento foi uma drástica redução das ocupações que precisam de algum nível de especialização (trabalhadores em calçados, mestres em manufaturas, técnicos em eletricidade, em mecânica, alfaiates, montadores de equipamentos eletrônicos, etc.), vinculadas principalmente ao setor industrial paralelamente à expansão das ocupações na área de serviços, construção civil e do segmento não-organizado (trabalhadores autônomos, pequenos prestadores de serviços, catadores de materiais recicláveis e serviços domésticos - trabalho a domicílio, trabalho por peça, vendedor ambulante, biscateiros, vigia de carros, engraxates, etc.). Essa alteração se refletiu no perfil da população em situação de rua revelado em todas as pesquisas consultadas. As ocupações que foram retraídas na área industrial eram compatíveis com as ocupadas pelas pessoas em situação de rua, antes de estarem nessa condição, sobretudo em Porto Alegre¹⁸⁴ e São Paulo. No que se refere às ocupações que se expandiram, particularmente na área de construção civil e serviços domésticos, essas, foram identificadas no perfil dessa população, nas pesquisas realizadas em Belo Horizonte – com elevada incidência dos serviços domésticos e construção civil, e, em São Paulo – com maior incidência das ocupações da construção civil. No Recife, percebeu-se maior incidência das ocupações relativas aos segmentos não organizados no perfil da população em situação de rua, tanto antes da situação de rua quanto nessa condição. Em todas as cidades, o perfil da população em situação de rua mostrou que as relações desse grupo populacional com o trabalho, nessa condição social se dar por meio de ocupações vinculadas ao segmento não-organizado.

O segundo movimento - conjugado ao primeiro, foi uma retração das ocupações com carteira assinada e grande crescimento da informalidade, o qual se revelou inteiramente refletido no perfil do grupo populacional em referência tanto antes, quanto na condição de situação de rua, com exceção do perfil mostrado na pesquisa de Belo Horizonte em 1998, que indicou elevado percentual de pessoas com relação formalizada antes da situação de rua.

A partir de 1995 notou-se vertiginoso crescimento do desemprego, alcançando taxa média anual em 2003 em 10,1% (Ipea, 2006), com uma pequena queda a partir de 2004. A área de serviços é a mais atingida. As mulheres ampliaram sua inserção no mercado de trabalho, o que faz crescer na composição do desemprego, a taxa do desemprego do sexo feminino e do cônjuge, embora o desemprego estrutural esteja relacionado ao sexo masculino e ao chefe de

¹⁸⁴ Os relatórios das pesquisas de Porto Alegre só informam a área industrial como predominante entre os entrevistados, mas não informam as ocupações.

família. Há um crescimento do emprego nas faixas etárias mais altas, entre 40 e 49 anos. No que se refere à escolaridade, o acesso e permanência no mercado de trabalho são cada vez mais exigentes quanto à qualificação, embora o desemprego tenha crescido na faixa de pessoas com escolaridades mais altas. As Regiões Metropolitanas têm uma participação maior no desemprego. A partir de 2001, há um decréscimo na taxa média anual do desemprego, exceto no ano de 2003, mas essa ainda é muito alta e ainda não se pode fazer um prognóstico consistente sobre a situação e a composição do desemprego no país para os próximos anos. No período entre 2001 e 2004, segundo o Ipea (2006) houve uma redução dos níveis de indigência e pobreza devido a mudanças positivas nos indicadores de crescimento da economia e melhoria da massa de rendimentos associados ao trabalho e às transferências de renda estatais, embora a pobreza permaneça como marca expressiva da sociedade brasileira. Esses seis aspectos relacionados à composição e situação do desemprego, nesse período, confrontados com o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil, mostraram que: o maior percentual da população em situação de rua é do sexo masculino, ao qual está associado o desemprego estrutural; a faixa etária mais atingida pelo desemprego aponta correspondência com a elevação da idade das pessoas em situação de rua nos últimos cinco anos do decênio estudado; a faixa de pessoas com o nível de escolaridade em torno de 4 a 7 anos de estudo foi a mais atingida pelo desemprego entre 1986 e 1998, posteriormente a esse período percebe-se uma elevação da escolaridade da população em situação de rua, inclusive com a média de 4 a 8 anos de estudo. As Regiões Metropolitanas onde o desemprego é mais elevado, têm aumentado a sua participação na produção do fenômeno nos últimos anos. No Recife o fenômeno aumentou entre 2004 e 2005, sugerindo mais uma vez, relação com o desemprego – a RM do Recife foi a única Região Metropolitana entre as estudadas pela PME/IBGE em que, nesse período, o desemprego aumentou (IBGE, 2006a).

Ao concluir essas considerações finais, cujo eixo é apresentar indícios da relação entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005, é preciso dizer que o estudo sugeriu fortemente que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho. E, como tal é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas, principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciaram a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, propiciando a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, expandiu-se o fenômeno população em situação de rua.

Um aspecto que chamou a atenção e caracteriza-se como uma forte indicação dessa relação entre o fenômeno e a produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, no período estudado, é a variável “tempo de permanência nas ruas”, constitutiva do perfil dessa população, mostrado no estudo. Em todas as cidades, cujas pesquisas foram realizadas no período entre 1995 e 2000, o tempo de permanência nas ruas concentra-se, fundamentalmente no primeiro ano, até a escala de cinco anos. Os dados indicam que uma média de cerca de 63,00% dos entrevistados, nesse período, nas cidades de Porto Alegre (1995), Belo Horizonte (1998) e São Paulo (2000), considerados em conjunto, tinham até cinco anos nas ruas¹⁸⁵ sendo que destes, quase 40% tinha entre alguns dias e até um ano nas ruas. Já as pesquisas realizadas no período entre 2000 e 2005 indicam que houve uma redução dos que estão nas ruas há menos de cinco anos e uma elevação dos percentuais referentes às pessoas que estão nas ruas há mais de cinco anos. Os principais dados foram obtidos das pesquisas de Belo Horizonte (2005) e Recife (2004 e 2005), os quais revelam que, em média 46,65% das pessoas entrevistadas nas duas cidades, em 2005, tinham até 5 anos nas ruas, sendo que, cerca de 22,16% possuía entre alguns dias e ano. Comparativamente às pesquisas realizadas no primeiro quinquênio do período estudado houve uma redução de quase 20% nos dois intervalos de tempo de permanência nas ruas. No caso de Belo Horizonte, o percentual de pessoas com mais de 5 anos nas ruas elevou-se de em mais de 3,00% entre 1998 e 2005. A situação do Recife é atípica devida ao crescimento do desemprego e do fenômeno entre os anos de 2004 e 2005. Assim, em 2004, o percentual das pessoas com mais de cinco anos em situação de rua na cidade era de 51,00%. Em 2005, esse percentual foi reduzido em cerca de 6%, observando-se o crescimento de 1,68% (2004) para 9,96% (2005) dos que não sabem ou não quiseram informar o tempo na rua. Sendo que o percentual dos que tinham até um ano elevou-se de 17,00 %, em 2004, para 19,67% em 2005. Mesmo assim, comparativamente aos percentuais das pesquisas das outras cidades realizadas no primeiro quinquênio estudado, os percentuais referentes ao tempo na rua inferior a um ano são menores, e os percentuais referentes ao tempo de permanência nas ruas superior a cinco anos são mais expressivos.

Esses dados sugerem, pelo menos, duas inferências. A primeira, é que o fenômeno população em situação de rua ganha ampla dimensão no Brasil na década de 1990, em sua segunda metade, coincidindo com o ápice das manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho no país, inclusive com período das mais elevadas taxas de desemprego do decênio, segundo estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com a FIPE sobre a evolução da taxa de desemprego estrutural no país (Brasil, 2002).

¹⁸⁵ Porto Alegre utilizou o intervalo de tempo com limite final em seis anos.

A segunda inferência é que as manifestações e efeitos das mudanças recentes no mundo do trabalho, como o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado e a conseqüente expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; a queda na renda real média dos trabalhadores; a regressividade dos direitos sociais derivados e dependentes do trabalho; os limites de abrangência e cobertura das políticas sociais; a elevação dos índices de pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais, refletidos no perfil contemporâneo da população em situação de rua, são fatores que explicam a centralidade das relações com o trabalho, desenvolvidas pela população em situação de rua, no conjunto das determinações do fenômeno, no período estudado.

Desse modo, aponta-se as principais relações entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005.

Mesmo não compondo o núcleo central do objeto desta pesquisa, mas sendo um dos objetivos específicos, o percurso realizado possibilitou uma aproximação da relação que este grupo populacional estabelece com as políticas sociais, enquanto instrumento de realização de direitos. Assim, os documentos e a literatura a que se teve acesso permitiram apontar que a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é de exclusão quase absoluta. Não existem políticas sociais no país, no âmbito federal, capazes de alcançá-la como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva das políticas sociais prevaletentes no país, o preconceito e estigma social que atinge essas pessoas, bem como as marcas históricas impregnadas na política de assistência social, que adota fortemente o critério da inaptidão ao trabalho para o acesso aos seus programas são fatores que ajudam a explicar o não acesso desse grupo populacional a essas políticas. Apesar disso, a assistência social é a política que possui mais programas dirigidos a esse segmento, sobretudo programas de acolhida temporária (abrigos, albergues, casas de acolhida temporária, moradias provisórias, repúblicas, etc.). A recente e ainda frágil organização das pessoas em situação de rua, em nível nacional, e as condições adversas à expansão desse processo organizativo contribuem para a manutenção deste estado de coisas, em que se fortalece a tendência de naturalização do fenômeno. Mas, a ação política de organizações da sociedade civil, personalidade políticas, técnicos, assessores, gestores governamentais, que atuam nessa área, além da intervenção do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, assumindo uma pauta de lutas contemplando reivindicações da população em situação de rua tem provocado uma reação do Estado, por meio do governo federal para responder a algumas demandas apresentadas por esse grupo populacional. Nessa perspectiva é que se situam as diversas iniciativas do governo federal sobre este grupo populacional.

A partir de 2004 o governo federal adotou um conjunto de medidas direcionadas à população em situação de rua. Entre elas estão incluídas pesquisas censitárias nas cidades de Belo Horizonte e Recife, projetos de inclusão produtiva na perspectiva da economia solidária, promulgação de Lei¹⁸⁶ tornando obrigatória a elaboração de programas direcionados para esse grupo populacional, na rede de serviços da assistência social, e a criação de Grupo de Trabalho Interministerial com vistas à elaboração de políticas para esse segmento. São iniciativas inéditas, importantes, porém insuficiente. Por um lado, procuram combinar a produção de dados e informações sobre este público, com a proposição de políticas públicas e adoção de algumas medidas para que as mesmas sejam viabilizadas, o que é relevante. Por outro, ainda são iniciativas tímidas na perspectiva de direcionar as políticas públicas para que sejam alcançáveis por este grupo populacional, principalmente pela inexistência de financiamento regular e compromisso efetivo de gestores públicos e dirigentes de órgão da administração federal, para além do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a perspectiva da transversalidade das políticas dirigidas a esse grupo populacional.

Na esfera municipal, pelos dados acessados, supõe-se que pouco se acumulou em relação às políticas sociais dirigidas a esse grupo populacional, entretanto é preciso um estudo mais aprofundado sobre o assunto. É uma exigência que se impõe.

Esses indicativos, constituíram-se bases para a confirmação da hipótese inicial: o fenômeno população em situação de rua é uma síntese de múltiplas determinações. Nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa, a partir da relação entre o capital e o trabalho, como um processo inerente à acumulação do capital. No Brasil, no período entre 1995 e 2005, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, aprofundaram as desigualdades sociais e a pobreza, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno.

A confirmação da hipótese, todavia associou-se à indicação de que, no mesmo período, as políticas sociais acentuaram sua perspectiva seletiva e reducionista, com profundos limites de cobertura e abrangência, praticamente não sendo acessadas pela população em situação de rua. Dessa forma, os limites de abrangência e cobertura das políticas sociais tornaram-se preponderantes na reprodução desse fenômeno social no Brasil, nesse período. Essa indicação deve ser objeto de estudos posteriores, na perspectiva de maior desvendamento do fenômeno.

¹⁸⁶ Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. “Trabalho e sindicalismo no Brasil : um balanço crítico da ‘década neoliberal’”(1990-2000). In: *Revista de sociologia política*, Curitiba, n. 19, 2002. p. 71-94. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?. Acesso em: 06 agost. 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9- 23

ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Editora da UNICAMP, 2005b.

_____. *O Coracol e a Sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005c.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho: perenidade e superfluidade do trabalho*. Texto. Campinas, [2005 ?]. Disponível em www.edu.uy/ciclobasico/unidade2/Antunes.pdf. Acesso: 03 de jan. 2006.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Cap.II. In: _____. *A cidadania negada*. Campinas, [2004?]. Disponível em www.edu.uy/ciclobasico/unidade2/Antunes.pdf. Acesso em: 03 jan. 2006.

_____ e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ.soc.*, Campinas, v.25,n.87, p.335-351, maio/agosto, 2004. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 16 jan. 2006.

APPOLINÁRIO, Fábio. *Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAUJO, Carlos Henrique. Migrações e Vida nas Ruas. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000.p. 88-120.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BARBALET, J.M. *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.” In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BEHRING, Elaine R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte. *Relatório*. Belo Horizonte: Prefeitura, 1998.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. INSEA. Apresentação Resumida do II Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte realizado em 2005 (power point) Belo Horizonte: SMAS/PUCMinas/INSEA, fev.2006a.

_____.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável -INSEA. 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte. *Relatório Final* (Mimeo). Belo Horizonte: MDS/SMAS/PUCMinas/INSEA, abril. 2006b.

BEVERIDGE,William. *O Plano Beveridge:relatório sobre o seguro social e serviços afins*. Rio de Janeiro: José Olympio,1943.

BORIN, Marisa do espírito Santo. *Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole:os moradores de rua em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Tradução: Ana Carla Ferreira. Petrópolis - RJ: vozes, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?*. *Serviço Social & Sociedade*, n.79,p. 108-132, São Paulo, Cortez, nov. 2004.

_____. *Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social brasileira*. In:Psicol.soc., v.15,n.1,p.57-96, jan./jun.2003. Localizado: www.scielo.br/cgi-bin/wxi.exe/iah. Acesso em: 20 jul. 2005.

_____. *Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo*. 2ª. Ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRANDÃO, Sandra Maria Chagas.et.al. *Mobilidade ocupacional: a experiência da Região Metropolitana de São Paulo*. In: HIRATA, Helena &GUIMARÃES, Nadja Araújo (orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. Série *Trabalho e Sociedade*. São Paulo: Senac, 2006. p.93-125.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ª ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005a.

_____. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Ministério da Previdência Social - MPS. *Informe de Previdência Social*. Brasília, SPS/MPS, v.17.nº 02. fev. 2005b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Política Nacional de Assistência Social (versão oficial). *Serviço Social & Sociedade*. n.80, p. encarte, São Paulo, Cortez, nov. 2004a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência. *Plano de Ação de Atendimento à População em Situação de Rua (mimeo)*. Brasília: DPSE/SNAS/MDS, set. 2005c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência. *Relatório Simplificado do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua Realizado Pelo Governo Federal (mimeo)*. Brasília: DPSE/SNAS/MDS, set. 2005d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência. *Relatório Final do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua Realizado Pelo Governo Federal (mimeo)*. Brasília: DPSE/SNAS/MDS, fev. 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *População de Rua no Brasil: um levantamento bibliográfico (mimeo)*. Brasília: SAGI/MDS, set. 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Termo de Referência: contagem da População em situação de Rua. *Termo de Referência*. Brasília: SAGI/MDS, junho de 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Balanço Sintético das Ações Realizadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social dirigidas à População em situação de rua e Catadores de Materiais Recicláveis, ns anos de 2004 e 2005. *Relatório (mimeo)*. Brasília, fev. 2006c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Portaria /Gabinete do Ministro nº 566, de 14 de novembro de 2005. Estabelece regras complementares para financiamento de projetos de inclusão produtiva, destinados à população em situação de rua em processo de restabelecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários. *Diário Oficial da União*. Brasília, n.219. 16 nov. 2005e. Seção 1, p.78-79.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Portaria/ Gabinete do Ministro nº 136. Estabelece normas para cooperação técnica e financeira em projetos de promoção da inclusão produtiva do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 78, 25 abril 2006d. Seção 1, p. 68-70.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis. *Relatório Final (mimeo)*. Brasília, 2006e

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: *Relatório*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Controle da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006f. 96p. 22cm.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Expansão dos serviços sócio-assistenciais e destinados ao desenvolvimento e aprimoramento dos CRAS e CREAS. *NOTA TÉCNICA CGRPP/DGSUAS/SNAS/MDS nº 29 /2006*, Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006g

_____. Ministério do Trabalho e Emprego- M.T.E e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. *Evolução da Taxa de Desemprego Estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos Trabalhadores*. Tema 35. São Paulo: FIPE, MTE dez. 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. *Estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro: Estratégia de subsistência do Trabalhador Desempregado*. Tema 53. São Paulo:FIPE, MTE fev. 2003.

_____. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº x, de 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

_____. Presidência da República. Lei 11. 258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da assistência social para acrescentar o serviço de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua. *Diário Oficial da União*. Brasília, n.1, 2 jan. 2006h. Seção 1, p. 1.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.835, 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 6, de 9 de jan. 2004b, seção 1 p. 1.

_____. Presidência da República. Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº x , de 12 de jan. 1990, seção 1 p. 874.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.836, 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 6, de 12 de jan. 2004c, seção 1 p. 1.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº10.836, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 181, de 20 de set.2004d, seção 1 p. 3.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.749, de 12 de abril de 2006. Altera o caput do art.18 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, dispondo sobre atualização de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, previsto no art.2º,§§ 2º E 3º DA Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 71 de, set.2006i, seção 1 p. 1.

_____. Presidência da República. Decreto 5940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 206, de 26 de out.2006j, seção 1, p.4.

_____. Presidência da República. Decreto de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº 206, de 26 de out.2006l, seção 1, p.4.

_____. Presidência da República. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, nº x, de 16 de jul. 1990, seção 1. p. x

BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000.

_____. Vira-mundos e 'rola-bostas'. In: _____. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 230-261.

CAMPOS, André et al.(organizadores). *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. v.2. São Paulo: Cortez, 2003.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução: equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp. 4ª ed. Campinas - SP: Papyrus, 1994.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Tradução: Iraci D. Poletti. *Coleção Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (org.) . *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4ª ed. Ver.e ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Um Programa de Ruptura com o Neoliberalismo. In Heller, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, Corecon, 1999.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. *Reflexos e contra-reflexos da cidade*. por uma interpretação política do povo da rua. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Sociologia e Política). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo: 2003.

COSTA, Ozanira Ferreira (org.). *No meio da Rua: resgatando sonhos, desejos e construindo cidadania*. Recife: Grupo Ruas e Praças, 1998.

COUTINHO, C. N. "Notas sobre cidadania e modernidade" in *Revista Praia Vermelha* nº 1. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

DELGADO, Guilherme. *O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Texto para discussão nº 1025. Brasília, IPEA, jul./2004. Disponível em: www.ipea.gov.br . Acesso em: 09 de set.2005.

D'INCAO, Maria Conceição. "Comentário dos assessores sobre o perfil da população de rua" *in*: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 46-61.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.13-34.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000.p.139-171.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare state*. In *Revista Lua Nova* n° 24, São Paulo: Marco Zero/CEDEC, setembro 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política social do Estado Capitalista*. 8ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A questão da Reforma da Previdência social no Brasil. In *SER Social* n. 07.p.97-116. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, JU./DEZ.2000.

FARIA, Aurélio Pimenta de e MACHADO, Maria Fernanda. Hipersocialização e eclipse do sujeito na provisão pública de bens e serviços para a população de rua. *Serviço Social & Sociedade* n. 80. p. 33-47. São Paulo: Cortez, nov. 2004.

FORUM CENTRO VIVO (org.). Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. *Dossiê de Denúncia* (mimeo). São Paulo, 2006. p.360. Disponível em: www.polis.org.br. acessado em 18 de julho de 2006

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2005.

GENTILLI, Pablo (org). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, 1979. Introdução e Cap.1.p.23-52.

GOMES, Maria Teresina Serafim. A reestruturação Produtiva e os seus impactos no mercado de trabalho urbano (reflexões preliminares). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (76). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-76.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

GORZ, André. *Metamorfose do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social. in: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, módulo 02, Brasília: CEAD- UnB, 1999. p.153-166.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo, Edições Loyola, 2004a.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004b.

_____. *Condição Pós-Moderna*. 13ª.Ed. São Paulo: Loyola, 2004c.

HELD, David & MCGREW. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HELLER, Agnes. *Teoría de las Necesidades en Marx*. Traducción de J.F.Yvars. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

HIRATA, Helena & GUIMARÃES, Nadja Araújo (orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. Série *Trabalho e Sociedade*. São Paulo: Senac, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A Questão Social no capitalismo*. In *Temporalis*. Ano II, n.3, p.09-32. 2ª ed. Brasília. ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

_____. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *Principais Destaques da Evolução do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas Abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Em Foco: comparação 2003,2004,2005..* Brasília: IBGE, 2006a. Disponível em: www.ibge.gov.br/pme. Acesso em 12 fev.2006.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2004*. Notas Técnicas e Comentários. Brasília:IBGE, nov.2005. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 12.02.2006.

_____. *Notas Metodológicas*. Brasília: IBGE, 2006b. Disponível em:www.ibge.gov.br/pme. Acesso em: 12 fev .2006.

_____. *Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios, Resultados do universo*. Brasília: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm. Acesso em: 12 fev.2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *O Brasil na Virada do Milênio*.trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento. Volume 2. Brasília: IPEA, 1997.

_____. *RadarSocial-2005*. Brasília:IPEA,2005.

_____. *RadarSocial-2006*. Brasília:IPEA, 2006.

LESSA, Sérgio. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Labirintos do Trabalho, 2005.

_____. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade in: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, módulo 02, Brasília: CEAD- UnB, 1999. p.19-33.

MARSHAL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a. p.01-579.

_____. *O Capital*. Livro 1. Volume II. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988b. p 583- 932.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005ª. P.35-69.

_____. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. P.71-123.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Tradução: Maria Lucia Como. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A Ideologia Alemã*. Tradução: L.Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. *Margem Esquerda*. 2ª ed. n.1, p.93-124. São Paulo: Boitempo, março 2004.

MOREIRA, Marinete. *O Serviço Social do INSS a partir da década de 90 – Uma análise da matriz teórica-metodológica*. Dissertação de mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

MORRIS, William. *Notícias de Lugar Nenhum ou uma época de tranqüilidade: romance utópico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

MOTA, Adriana e Muñoz. *População de Rua: Que Cidadania?* Cadernos de Educação popular nº 27. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação. 2003.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.

MUÑOZ, Jorje (org.). *Porque a vida...viver é um compromisso*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 1991.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Juventude: novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p.121-138.

_____. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p.56-87.

NAVARRO, V. *Neoliberalismo y Estado del bienestar*. 2^a Ed. Barcelona: Ariel, 1998.

NETTO, Zé Paulo. Cinco Notas a propósito da questão social. In *Temporalis*. Ano II, n. 3, p. 41-50. 2^a ed. Brasília. ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

OLIVEIRA, Dijaci David. Migração, redes e projetos: os moradores de rua em Brasília. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000.p.172-191.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado -Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social-1. In: *Cadernos ABONG*, São Paulo: CNAS/ABONG, out.1995.

_____. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Contratação de pesquisa censitária com a população em situação de rua. Edital nº 932/2006 - Unesco. *Acordo de cooperação assinado entre a UNESCO e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (914BRA3026)*. Brasília: UNESCO/MDS, jun. 2006.

PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída: um estudo sobre as relações entre o Estado e os moradores de rua em Brasília*. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: UnB.2005.

PEREIRA, Potyara A . P. Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In *Temporalis*. Ano II, n. 3, p.51-62. 2^a ed. Brasília. ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

_____. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Por uma Nova Concepção de Seguridade Social. In *SER Social n. 07.p.81-96*. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, JU./DEZ.2000.

_____. Vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. In: In *SER Social n. 09.p.53-93*. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, JU./DEZ.2001.

PESSOA, E. *O emprego público sob a ótica dos serviços públicos* : observações sobre a estrutura das ocupações em 1985, 1989 e 1995. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, realizado em Belo Horizonte, 1999. Disponível em www.race.nuce.re.ufrj.br/abet/vienc/st15B.doc. Acessado em: 26 jul. 2006.

PISÓN, José Martinez. *Políticas de Bienestar. Um Estúdio sobre los Derechos Sociales*. Madrid: Tecnos, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001a.

_____. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo:Contexto, 2001b.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução: Fanny Wrobel. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. *Relatório de Pesquisa: a realidade do morador de rua de Porto Alegre* (mimeo). Porto Alegre, janeiro de 1995.

_____. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Serviço de Psiquiatria. *Relatório de Resultados:Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores dePorto Alegre* (mimeo). Porto Alegre: Núcleo de Estudos e pesquisas sobre população de rua – NESPRua, 1999.

PRATES, Jane cruz; REIS, Carlos Nelson e ABREU, Paulo Belmonte. Metodologia de Pesquisa para População em situação de rua: alternativas de enfrentamento pelo Poder local. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 64. p. 135-164. São Paulo: Cortez, nov.2000.

RECIFE. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC. *Travessia:programa de acolhida e atenção integral às crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e risco*. Recife: IASC - Prefeitura. 2004a.

_____. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. *Pesquisa sobre População em Situação de Rua no Recife em 2004. Relatório Unificado*. (mimeo).Recife: IASC - Prefeitura, 2004b.

_____. Secretaria de Assistência Social/ Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC.*Relatório de Gestão do Instituto de Assistência Social e Cidadania: 2003 -2004* (mimeo). Recife, IASC, 2004c.

RECIFE. Lei 16.845 de 31 de janeiro de 2003. Cria o Instituto de Assistência Social e Cidadania. *Diário Oficial do Município*, Recife, PE, n. 333, 06 de fevereiro de 2003a. Cadernos do Poder Executivo. Secção 1.

_____. Decreto 19.807, de 5 de abril de 2003. Aprova o Estatuto Social e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto de Assistência Social e Cidadania e regulamenta a contratação de que trata o art. 11 da Lei no 16.845/2003. *Diário Oficial do Município*, Recife, PE, n. 356, 05 de abril de 2003b.Cadernos do Poder Executivo.Secção 1.

_____. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. *Resumo da Pesquisa Censitária de Análise Qualitativa sobre População em Situação de Rua realizada em 2005*. Recife: IASC -Prefeitura, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. *Relatório Preliminar do Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua da cidade do Recife (mimeo)*. Recife, MDS/UFPE/MNMM/IASC, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Prefeitura do Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. *Relatório Final do Censo e Análise qualitativa da população em situação de rua da cidade do Recife (mimeo)*. Recife, MDS/UFPE/MNMM/IASC, 2006c.
ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Vidas de Rua, destino de muitos*. Pesquisa Documental: reportagens jornalísticas publicadas sobre população de rua na cidade de São Paulo de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1999. CD-ROM.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado* Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSSI, Peter. 1989. *Down and out in América: The origins of Homelessness*. Chicago: University of Chicago Press.

SACHS, Ignacy. *Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Gramond, 2003.

SADER, Emir e GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

SALVADOR, Evilásio. *As implicações da reforma da previdência social de 1998 sobre o mercado de trabalho no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SANTOS, Guilherme Wanderley. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Levantamento Censitário e caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo*. Relatório. São Paulo: SAS/FIPE (mimeo). 2000.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. Relatório da Pesquisa. São Paulo: FIPE/SAS, 2003a.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. Estimativa do Número de Moradores de Rua e Estudo dos Resultados Obtidos com o SIS RUA. *Relatório Final*. São Paulo: Prefeitura, outubro 2003b.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Estudo dos Usuários dos Albergues Conveniados com a Prefeitura. Apresentação em Power point. São Paulo: SMADS/FIPE (mimeo).2006.

_____. (município) Lei n^o 12.316, de 16 de abril de 1997. *Cria a Política de Atenção à População de Rua*. São Paulo, 1997.

_____. Decreto nº 40.232, de 02 de janeiro de 2001. *Regulamenta a lei Lei 12.316 de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2001.

_____. Lei n^o 43.277, de 29 de maio de 2003. *Institui o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2003c.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo PLASsp 2002-2003*. São Paulo: Prefeitura, 2002.

SILVA, Maria Jacinta da (org.). *Rede Amiga da Criança. Uma experiência de articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Luis, Unicef, Fondation Terre dês hommes e Rede Amiga da Criança, 2003.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Cidadania, Globalização e Previdência Social. In: *Serviço Social & Sociedade*. n..68. p. 05-16. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Previdência Social um direito conquistado*. 2^a Ed. Brasília, 1997.

_____. *Reflexões sobre financiamento e gasto da seguridade social no Brasil*. Texto utilizado para Avaliação da Disciplina Tópicos Especiais de Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Política Social do SER/UnB. Prof^a.Jorge Abrahão. julho/2005

SNOW, David & ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis:Vozes,1998.

SOARES, L. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo. Cortez, 2000.

SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*.São Paulo:Cortez, 1988.

_____. Políticas sociais nos governos petistas. In:*Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*.São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na Rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas:Alínea, 2004.

THEODORO, Mário. *O Estado e os Diferentes Enfoques sobre o Informal*. Texto para Discussão nº 919. ISS 1415-4765. Brasília: IPEA, novembro de 2002. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 09 set. 2005.

_____. As Bases da política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. Texto para Discussão nº 762. ISS 1415-4765. Brasília: IPEA, setembro de 2000. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 09 set. 2005.

VARANDA, Walter. *Do direito a vida à vida como direito*. Dissertação (Mestrado em saúde Pública). Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública, São Paulo: USP, 2003.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. “Comentário dos assessores sobre as formas de atuação com a população de rua” *in*: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 131-135.

_____. “População de Rua e a conjuntura atual” *in*: ROSA, C. Moreno Maffei (org.). *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 180-181.

YAZBEK, Carmelita Maria. *Classes subalternas e assistência social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.